

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

SANTA CATARINA ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA 1986-87**



INSTITUTO CEPA-SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO AGRICOLA-SNPA/MA

INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

VOLUME 1

SÍNTESE
ANUAL
DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS
1987

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1986-87

ELABORAÇÃO

Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto	- Mel
Engº Agrº Gerardo Buógo	- Política Agrícola em 1986
Engº Agrº Guido Boeing	- Batata-inglesa/Maçã/Tomate
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho	- Banana/Cana-de-açúcar
Econ. Jesiel de Marco Gomes	- Uva
Engº Agrº José Maria Paul	- Análise Econômica
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado	- Avicultura/Bovinos de corte/Suínocultura
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha	- Pescado
Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição	- Alho/Arroz/Cebola
Engº Agrº Simão Brugnago Neto	- Feijão/Milho/Soja
Engº Agrº Tabajara Marcondes	- Bovinos de Leite/Trigo/Fumo/Mandioca

ARTE & PRODUÇÃO

Prof. Joares A. Segalin - Revisão Ling.
Edit. Zélia Alves Silvestrini - Plan. Edit./Montagem
Alcemir Luiz Lessa - Desenho
Jocenir Miriam Cardoso de Sousa - Datilografia
Sidaura Lessa - Datilografia
Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

PARTICIPAÇÃO (Bolsista - Convênio Instituto CEPA/SC - UFSC)

Denise Cantú
Nélio A. Kichel

COLABORAÇÃO

EMATER-SC/ACARESC	CEASA/SC
ACARPESC	CIDASC
EMPASC	IASC
FETAESC	CFP
FECDAGRO	IBGE/GCEA-SC
DFA/SC	IBDF
CACEX do Banco do Brasil	COOPERBELO
SUDEPE/PDP	

Instituto de Planejamento e Economia
Agrícola de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de
Santa Catarina, 1986-87. Florianópolis,
1987.

v. 1

1. Agricultura - Santa Catarina.
I. Título.

CDU 631 (816.4)

É permitida a reprodução total ou parcial deste
trabalho desde que citada a fonte.

**INSTITUTO CEPA/SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**

**Governador do Estado de SC
Pedro Ivo Figueiredo de Campos
Secretário da Agricultura e do Abastecimento
Neuto Fausto de Conto**

CONSELHO DELIBERATIVO

Secretário da Agricultura e do Abastecimento
Delegado Federal da Agricultura em Santa Catarina
Secretário-Chefe do GAPLAN
Presidente da FETAESC
Presidente da FAESC

Presidente
Vice-Presidente
Membro
Membro
Membro

SECRETARIA EXECUTIVA

Carlos Roberto Roncatto Filho
Osmar Alcides da Conceição

Secretário Executivo
Secretário Executivo Adjunto

APOIO

Joares A. Segalin - Prof.
Zélia Alves Silvestrini - Edit.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Econ. Daniel Vilani - Coordenador
Eng° Agr° Hugo Gustavo Hadrich
Eng° Agr° Ingo Jordan
Econ. Jesiel de Marco Gomes *
Eng° Agr° José Maria Paul
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Eng° Agr° Luiz Toresan*
Econ. Paulo Ceser Zoldan
Eng° Agr° Rubens Altmann
Econ. Vitório Manoel Varaschin
Eng° Agr° Walter Casagrande

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Eng° Agr° Simão Brugnago Neto - Coordenador
Eng° Agr° Geraldo Buôgo
Eng° Agr° Guido Boeing
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Eng° Agr° Tabajara Marcondes

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Est. Gilberto de Oliveira - Coordenador
Anal. Sist. Cláudio Cesar Reiter
Bibl.Édina Nami Régis
Econ. Francisco Assis de Brito
Téc. Agríc. Francisco Carlos Heiden
Eng° Agr° Hélio de Oliveira Filho
Prog. Ilmar Borchardt
Téc. Agríc. Imenésio de Souza
Aux. Téc. Luiz Lima

Op/Dig. Neusa Maria dos Santos
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha
Prog. Renato Deggau
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni
Assist. Adm. Luiz Carlos Marafon (Chapecó)
Téc. Agríc. Valdir Cembranel (S.Miguel d'Oeste)
Téc. Agríc. Manoel Amadeu Plácido (Criciúma)
Téc. Agríc. Eugênio Moretti Garcia (Jaraguá do Sul/Joinville)
Téc. Agríc. Getúlio Tadeu Tonet (Mafra)
Téc. Evandro Uberdan Anater (Joaçaba)

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Econ. José Souza Filho - Coordenador
Contador - Ademir Ribeiro da Rocha
Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina*
Alcemir Luiz Lessa
Aldo Cesar Machado Cruz
Amélia Docilio da Silva
Fernando Vieira Machado
Janice Maria Waituch
João Manoel Anderson
Jocenan Maria Cardoso
Jocenir Miriam Cardoso de Souza
José Jânio Kahl
Manoel de Aguiar Pereira
Manoel Rodrigues Júnior
Margarete Ramos Bento
Mauri Cardoso
Sidaura Lessa
Terezinha Maria Pamplona
Walmir Bernardo Schmidt

*Em curso de pós-graduação (mestrado)

APRESENTAÇÃO

Sentimo-nos honrados em apresentar a 11ª edição da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - volume 1.

Com relação ao conteúdo, vale ressaltar o comportamento dos principais produtos agrícolas - seja de exploração vegetal como animal, que constituem o objeto de análise deste primeiro volume - que revelaram melhor desempenho econômico no ano de 1986 do que em 1985, conseguindo um valor bruto de produção superior ao índice inflacionário do período.

Com relação à forma, destacamos o esforço de padronização dos textos, e, particularmente, a ênfase aos itens produção e comercialização, resultantes das contribuições do público-meta deste trabalho, levantadas através de consultas, que esperamos contribuam para seus interesses.

Se é com satisfação que sublinhamos este aspecto dinâmico da interação, é imperioso agradecer a todos os que colaboraram para tornar possível mais esta edição.

NEUTO FAUSTO DE CONTO
Secretário da Agricultura e do Abastecimento

SUMÁRIO

	P.
1. INTRODUÇÃO	9
2. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1986	11
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	27
3.1. Alho	29
3.2. Arroz	40
3.3. Banana	60
3.4. Batata	73
3.5. Cana-de-açúcar	88
3.6. Cebola	98
3.7. Feijão	114
3.8. Fumo	127
3.9. Maçã	137
3.10. Mandioca	158
3.11. Milho	170
3.12. Soja	186
3.13. Tomate	201
3.14. Trigo	212
3.15. Uva	223
3.16. Produção Florestal	231
4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	237
4.1. Avicultura	239
4.2. Bovinos de corte	251
4.3. Bovinos de leite	266
4.4. Mel de abelha	280
4.5. Pescado	296
4.6. Suinocultura	324
5. ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA	341
6. INFORMAÇÕES BÁSICAS	361
7. LISTA DE GRÁFICOS	375
8. LISTA DE MAPAS	379
9. LISTA DE TABELAS	383
10. BIBLIOGRAFIA	399

1. INTRODUÇÃO

Com a presente publicação, o Instituto CEPA/SC coloca à disposição do usuário o primeiro volume da "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1986/87".

Neste volume, apresentamos uma análise retrospectiva das medidas de políticas agrícolas implementadas em 1986 e que permitem focalizar o comportamento do setor primário no estado.

Nos itens "Desempenho da Exploração Vegetal" e "Desempenho da Exploração Animal" há um enfoque específico sobre a evolução da política agrícola, do mercado e do comportamento do clima durante a safra 1986/87, envolvendo os principais produtos agropecuários de nosso estado.

Ressaltamos, que, para este ano, se procedeu a um reordenamento na apresentação dos assuntos constantes deste volume, procurando torná-los mais sintéticos e objetivos.

Apresentamos, também, informações complementares e úteis aos interessados em conhecer a agropecuária catarinense.

No segundo semestre deste ano publicaremos o volume II, com informações sobre infra-estrutura, recursos naturais, crédito agrícola, insumos e fatores, balanço de oferta e demanda e valor bruto da produção. Este volume caracteriza-se por ser mais informativo do que analítico.

2. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1986

1. O INÍCIO ATRIBULADO

O término das condições climáticas adversas (seca), propiciado pelas chuvas caídas a partir de meados de janeiro, contribuiu para aliviar sensivelmente as preocupações dos agricultores na medida em que permitiu a recuperação parcial de muitas atividades agrícolas - houve possibilidade de replantar algumas culturas - e a conseqüente amenização dos prejuízos financeiros que, nessa época, atingiram o clímax (tabela 1). Não chegou, entretanto, a resolver totalmente os problemas que os produtores rurais foram acumulando, principalmente durante o segundo semestre de 1985 e os primeiros dias de 1986. Sobrou, além dos prejuízos financeiros propriamente ditos, uma série de contratempos (atraso na colheita, perdas na produtividade, descapitalização, etc...) que, aliada ao redirecionamento imposto à economia nacional, a partir do Plano de Estabilização Econômica, contribuiu para alterar a rotina dos agricultores durante o resto do ano.

A insatisfação dos produtores rurais era grande, mesmo após o término da seca, já que as medidas aprovadas no final de novembro de 1985 com vistas a amenizar a situação, acrescidas de outras aprovadas em dezembro/85 e janeiro/86 (não execução de dívidas assumidas em bancos oficiais e particulares, referentes a custeio agrícola e desburocratização para o recebimento do PROAGRO), não foram consideradas suficientes. Por isso, os governadores dos três estados do Sul, bem como as lideranças rurais, levaram às autoridades federais reivindicações que consideravam oportunas. Houve, também, pressão dos produtores (bloqueio de agências bancárias, ida a Brasília), que não chegou a surtir o efeito esperado em função do Plano de Estabilização Econômica.

2. O PLANO CRUZADO E AS PRIMEIRAS MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA A AGRICULTURA

A aprovação inicial do Plano Cruzado - que, extinguindo a correção monetária, deixou os financiamentos agrícolas com juros de 3% ao ano e gerou grande euforia no setor primário - seguiu-se um descontentamento ante a demora na divulgação das normas específicas, que, no entender dos segmentos que formam o setor primário, deveriam ser coerentes não só dentro do próprio setor, mas também na relação deste com os demais setores da economia. Essas primeiras medidas específicas, divulgadas em maio, podem ser assim resumidas:

a - Taxas de juros:

- Custeio - 10% ao ano; para o custeio complementar, taxa de 22% ao ano;

- Investimento - 10% ao ano para financiamentos com vencimento em até 11 meses; para prazos de 12 meses ou mais, a taxa prevista era de 10% ao ano, acrescida da variação da OTN;

- Comercialização - 10% ao ano para os produtos incluídos no Programa de Garantia dos Preços Mínimos; para os demais produtos, taxa de 22% ao ano.

b - Percentual do VBC a ser financiado: 100% para os produtores e cooperativas do Grupo I (com 70% dos associados entre mini e pequenos produtores) de feijão e mandioca; no caso do milho e do arroz, 100% para os pequenos e médios produtores e 80% para os grandes produtores e as cooperativas do Grupo II; e, no caso da soja e de outros produtos, 100% para os pequenos, 70% para os médios e 50% para os grandes produtores.

c - Juros de 22% ao ano para os EGF sem opção de venda, feitos por industriais e cooperativas que industrializam soja e milho (somente a parte a ser industrializada).

d - Juros de 10% ao ano para os EGF com opção de venda feitos para produtos "in natura" por produtores e cooperativas que não industrializam, e de 15% ao ano para produtos beneficiados ou

industrializados.

e - Pagamento de AGF a vista somente para valores até Cz\$ 125.000,00; para o feijão, pagamento integral, independente do valor e, para os demais produtos, parcelamento em 30, 60, 90 e 120 dias para o que excedesse o valor acima citado.

Muitas das medidas definidas nessa época não chegaram a tomar de surpresa o setor. A grande "inovação", porém, foi o parcelamento no pagamento das operações de AGF. Este, feito com o intuito de aliviar o fluxo de caixa do governo sem afetar a grande maioria dos agricultores - cujas vendas, segundo fontes oficiais, estariam abaixo do valor estabelecido - criou alguns problemas aos médios e grandes produtores, que, além de não poderem dispor do dinheiro no momento da venda do produto, teriam, segundo avaliação da época, uma perda correspondente à inflação do período, uma vez que não seriam pagos juros.

Além disso, as medidas divulgadas não representaram soluções criativas e ousadas como se poderia esperar para aquele momento, quando as circunstâncias eram extremamente favoráveis à implementação de uma verdadeira política agrícola. Elas, além de se centrarem na questão do crédito, eram, em geral, para curto e médio prazo, quando, na verdade, deveriam ter sido complementadas por outras mais abrangentes. Além disso, algumas medidas divulgadas - como o parcelamento das AGF - representaram alterações nas "regras de um jogo" em pleno andamento, isto é, os agricultores plantaram uma safra com determinadas normas em vigor, que foram, de um momento para o outro, alteradas sem que as operações de colheita e comercialização tivessem sido concluídas.

3. O PLANO DE METAS E A POLÍTICA AGRÍCOLA

Em julho, paralelamente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) - que, como característica principal, instituiu o "... empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo...", foi divulgado o Plano de Metas, pretendendo a "... construção de uma nova sociedade ..." e visualizando, para o início do século XXI, um país que "... associe um mo-

derno e completo parque industrial a uma agricultura pujante"⁽¹⁾

O plano estabeleceu metas e prazos que - segundo avaliação da época - se cumpridos, poderiam promover uma alteração substancial no perfil sócio-econômico do país. Em relação ao setor primário, as referências do Plano de Metas eram bastante interessantes. Eis algumas:

- "... prioridades estão concentradas na recuperação e ampliação da infra-estrutura econômica, no incentivo à renovação tecnológica da indústria e da agricultura ..." ⁽¹⁾

- "... prover alimentação básica para todas as crianças brasileiras, através dos programas nacionais de suplementação alimentar, programa nacional de leite para crianças carentes e programa nacional de alimentação escolar". ⁽¹⁾

- "... é inegável que no campo se encontram as maiores disparidades sociais e a origem de muitos problemas que hoje afligem as cidades. Temos, necessariamente, de avançar no sentido de reverter esse quadro, através da reforma agrária e do programa de irrigação que propiciarão ... aumentar a produção de grãos para 71,6 milhões de toneladas em 1989, assentar, até 1991, 1,4 milhão de famílias com condições efetivas de aproveitamento da terra e irrigar 1,3 milhão de hectares ..." ⁽¹⁾

- "Para o setor agrícola, os objetivos da política econômica são expandir significativamente a oferta interna de alimentos e criar condições para tornar o abastecimento estável". ⁽¹⁾

- "Para o conjunto do setor agropecuário espera-se um crescimento médio de 5% no período 1986/89". ⁽¹⁾

- "A recuperação dos créditos de investimento é condição necessária para que o agricultor brasileiro possa aumentar a produtividade". ⁽¹⁾

- "... é preciso recuperar os estoques estratégicos de alimentos e aumentar a produtividade de produtos de mercado interno. Para

⁽¹⁾ META do Plano é garantir expansão econômica. Gazeta Mercantil, São Paulo, 24 jul. 1986. p.6.

isso, a política de preços mínimos é definida de forma a garantir ao agricultor estabilidade de preços para seu produto até 1989".⁽¹⁾

- "... a viabilidade dessas metas será apoiada pela implantação da infra-estrutura básica de transporte, armazenagem e irrigação ...".⁽¹⁾

- "... fica evidente ... a necessidade de que o país retome um padrão de crescimento agrícola com mais equilíbrio entre os segmentos de alimentos básicos, de exportação e de substituição de importações".⁽¹⁾

- "... há necessidade de corrigir distorções administrativas ou institucionais que bloqueiam a transmissão dos incentivos de mercado, conduzem a perdas no processo comercial e tolhem o desenvolvimento das estruturas modernas e eficientes de comercialização agrícola".⁽¹⁾

- Em relação ao crédito para investimento: "... até o final de 1986, Cz\$ 30 bilhões estarão à disposição da agricultura ...; em 1987, esse montante será aumentado para cerca de Cz\$ 50 bilhões e, em 1988, atingirá a meta de Cz\$ 62 bilhões...".⁽¹⁾

- "O crédito de investimento em 1986 será definido a partir das seguintes prioridades: ... financiamento para secagem e armazenagem de grãos ... para recuperação de solos, em especial nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná ... para expansão da agricultura irrigada ...".⁽¹⁾ e para o "Programa de Irrigação do Nordeste".⁽²⁾

A nova política agrícola para o período 1986-1989 foi anunciada em agosto, através do "Plano de Metas: política agrícola" - o "pacote agrícola".

Em relação ao crédito rural, o "pacote" estabelecia - além de juros de 10% para custeio e comercialização para a safra 1986/87 - alterações que deveriam dar características novas ao

(1) Ibid.

(2) Plano de Metas: política agrícola.

sistema: de um lado, deveria ser um sistema simples (número reduzido de diferentes taxas de juros) e, de outro, deveria compatibilizar essas taxas com a capacidade de pagamento do agricultor, que, segundo avaliação do governo federal à época, seria ampliada por diversas razões. Como se sabe, os caminhos percorridos pela economia não foram exatamente os previstos quando do redirecionamento e, ao final do ano, os agricultores, mais uma vez, estavam seriamente preocupados com o futuro da agricultura - principalmente os que, tendo tomado crédito para investimentos a juros baixos, deverão repactuar as taxas, a partir de 1º de março de 1987, com base na taxa anual de captação do sistema bancário, que ultimamente vem subindo rapidamente.

No "pacote" agrícola, era previsto um aumento na demanda da agricultura por crédito agrícola. Para atendê-lo, foi alterada a exigibilidade dos bancos privados, calculada sobre os depósitos líquidos à vista. Passaram a vigorar, a partir de 1º de maio de 1986, os seguintes percentuais: bancos pequenos, 10%; bancos médios, 20% e bancos grandes, 30%. Além disso, os bancos privados passaram a ter de cumprir, no mínimo, 30% das aplicações, com mini e pequenos agricultores e, também, 30% com créditos para investimento. O aumento da demanda, como se sabe, ocorreu e o "fluxo adequado de recursos" previsto no "pacote", bem como o volume disponível, não atenderam às necessidades dos agricultores.

No que tange às normas relativas a Valores Básicos de Custeio, preços mínimos e comercialização da produção, o tratamento previsto pelo "pacote" foi diversificado, procurando proporcionar maior estímulo às culturas de abastecimento interno.

Para arroz, feijão, milho e mandioca, o limite de financiamento com base nos Valores Básicos de Custeio ficou estipulado em 100% - a exceção ficou por conta dos grandes produtores, cujo limite ficou em 80%. Para as demais culturas, passou a ser obedecido o disposto na Resolução 1.131 do Banco Central. Já para os mini e pequenos produtores ficou estabelecida a concessão de 100% do limite de financiamento, independentemente do tipo de cultura (Tabelas 2 e 3).

Em relação aos preços mínimos de arroz, feijão, man-

dioca, milho e sorgo, o "Plano de Metas: política agrícola" fez as seguintes explicitações:

"... os mesmos níveis determinados para a safra 1986/87 permanecerão constantes nos próximos 3 anos. A Companhia de Financiamento da Produção (CFP) procederá à divulgação mensal de um índice de preços pagos (IPP) pelos insumos utilizados na produção. Os preços mínimos desses cinco produtos básicos serão reajustados por esse índice, obedecendo aos mesmos princípios dos Artigos 20 e 21 do Decreto-Lei nº 2.284 referentes a salários. Para esses produtos, considerar-se-á, como data-base, 1º de agosto de 1986: a) a cada ano, nessa data, o governo garantirá um reajuste de, no mínimo, 80% da variação acumulada desse IPP em cada produto; b) toda a vez que, para algum produto, tal acumulação atingir 20% a partir de 1º-08-86, o preço mínimo desse produto será automaticamente reajustado, a título de antecipação; c) esse esquema vigorará por um período de três anos, findos os quais se fará uma revisão dos preços mínimos para incorporar ganhos de produtividade ..."⁽²⁾

No que tange aos produtos de exportação (soja, amendoim, algodão, mamona), a definição dos preços mínimos considerará as cotações internacionais, procurando adequar a produção às condições do mercado.

No aspecto da comercialização, o "pacote agrícola" estabelecia maior atenção para os alimentos de consumo interno. Estabelecia, também, a determinação do governo em formar estoques reguladores, adquirindo estes produtos "... de preferência por ocasião das safras ..." ⁽²⁾ e vendendo-os "... quando os preços de mercado estiverem muito aquecidos ..." ⁽²⁾. Em relação aos produtos de exportação, o papel mais importante deveria ficar para a iniciativa privada, "... cabendo ao governo apenas uma pequena participação para ajuste de situações emergenciais" ⁽²⁾.

Além do que foi acima referido, foram estabelecidas metas e prazos em relação a obras de infra-estrutura (transporte, armazenagem e divulgação) e a ações de apoio à agricultura (extensão rural, pesquisa e quantificação de estoques regulado-

⁽²⁾ Ibid.

res).

O "pacote agrícola" do dia 14 de agosto de 1986, de certo modo, inovou, porque apresentou ações e metas com um horizonte de três anos - ao longo dos últimos anos, as medidas relacionadas ao setor primário abrangiam, no máximo, uma safra - e se preocupou com algo mais que somente o crédito rural (infra-estrutura, pesquisa e extensão rural, por exemplo). Sem dúvida, isso pode ser considerado um avanço, quando comparado com procedimentos até então adotados e passou a permitir - ainda que temporariamente, já que, com a ascensão dos índices inflacionários em dezembro, as perspectivas começariam a ficar menos alvissareiras - que as medidas implementadas pudessem ser avaliadas dentro dessa perspectiva de futuro, que ainda é curta.

O país viveu, durante boa parte de 1986, a euforia de uma fase de aquecimento de sua economia, que se seguiu à recessão verificada nos primeiros anos da década de 80 e, com a economia em expansão, ao setor primário cabe o papel de produzir excedentes que financiem o setor industrial.

O crescimento verificado na economia brasileira na década passada ocorreu dentro desta concepção. A indústria cresceu, adquiriu, em muitos subsetores, competitividade internacional, enquanto a agricultura não conseguiu, até o momento, superar com a velocidade necessária certos patamares de produção e produtividade. E isso ocorreu, em grande parte, porque, além dos riscos que lhe são próprios, a agricultura vinha convivendo com uma política governamental que gerava constante insegurança por não fornecer uma visão clara do futuro.

Um dos objetivos do "pacote agrícola" foi, justamente, modificar essa situação. Entretanto, com a não concretização de algumas propostas embutidas no "pacote agrícola" e com a aceleração do processo inflacionário, o pessimismo voltou a fazer parte do dia-a-dia dos produtores.

Dos cinco decretos⁽³⁾ assinados pelo Presidente da República para dar partida às mudanças pretendidas para a agricultura, dois podem ser destacados: o primeiro, é o que fixou os preços mínimos básicos (tabela 4), pelo fato de serem estes, em Santa Catarina, o fator de maior peso no momento de o agricultor planejar sua lavoura; e o segundo, o que cria o FDR e o CCRA, porque estabelece para a agricultura fontes de recursos não monetários, desvinculando-os, ao menos teoricamente, dos problemas monetários do Tesouro Nacional.

O estabelecimento de preços mínimos plurianuais para arroz, feijão, milho, mandioca e sorgo, reajustados pelo sistema de "gatilho", se constituiu em efetiva mudança. Houve algumas ressalvas quanto aos valores em si - os VBC também foram criticados (tabela 2) - a partir das quais deveriam acontecer os reajustes e em relação à defasagem produto x insumo, enquanto o Índice de Preços Pagos (IPP) não atingisse os 20% estabelecidos. Ao final do ano, as críticas aos preços já eram abertas e diretas, uma vez que houve aumento generalizado dos insumos e dos outros fatores de produção e não dos preços básicos. Outro aspecto a considerar é que, mesmo concedendo um tratamento de certa forma privilegiador para os produtos acima citados, com a intenção de aumentar a produção e resolver o abastecimento interno, as medidas anunciadas os deixaram com a mesma taxa de juros para custeio de outros produtos de exportação. De qualquer modo, essa medida foi positiva e atendeu antiga reivindicação do setor.

(3) - Decreto nº 93.114, de 14-8-86, que cria o Centro Nacional de Pesquisa de Agricultura Irrigada.

- Decreto nº 93.115, de 14-8-86, que cria o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA).

- Decreto nº 93.116, de 14-8-86, que cria Grupo de Trabalho objetivando a elaboração de proposta de Política Governamental para a Pecuária de Corte.

- Decreto nº 93.117, de 14-8-86, que cria Grupo de Trabalho objetivando a elaboração de anteprojeto de lei para disciplinamento do PROAGRO e do Seguro Rural.

- Decreto nº 93.118, de 14-8-86, que fixa os preços mínimos básicos para financiamento e/ou aquisição de produtos agrícolas da safra de verão 1986/87.

A criação do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e do Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA) também representou uma novidade positiva, porque se propunha garantir fontes de recursos permanentes e estáveis ao crédito rural. O questionamento colocado "a priori" foi o de que, entre os 9 componentes do CCRA, apenas 3 serão de instituições diretamente "comprometidas" com a agricultura (1 do Ministério da Agricultura, 1 do Programa Nacional de Irrigação e 1 do MIRAD) e com isso poderiam ocorrer problemas tanto no momento de definir fontes de recursos, como em relação às formas de aplicação do FDR, já que a este Conselho caberiam, entre outras, essas funções.. Além disso, as propostas do CCRA sempre serão submetidas ao Conselho Monetário Nacional.

Pode-se dizer, ainda, de positivo, em relação ao "Plano de Metas: política agrícola", que ele não deixou de ser uma tentativa de planejar a agricultura, apesar da já frisada curta perspectiva de futuro e de ser incompleto para poder ser considerado uma verdadeira política agrícola. De negativo, pode-se dizer que muitos problemas estruturais continuaram (e continuam) sem perspectiva de solução definitiva e que, conseqüentemente, muitos brasileiros ligados à terra continuam e continuarão à margem do processo.

Por fim, pode-se arriscar a afirmar que muitas mudanças de comportamento observadas entre os produtores rurais durante 1986 podem ser creditadas muito mais ao Plano de Estabilização Econômica, divulgado em fevereiro, e que provocou grandes alterações na economia brasileira, do que ao "pacote agrícola".

4. A SAFRA 1986/87

O plantio da primeira safra de verão após o "Plano Cruzado" e o "Pacote Agrícola" transcorreu com os agricultores tendo de conviver com contratempos - dificuldades na obtenção de alguns insumos, por exemplo - e enfrentando as mudanças previstas no uso de instrumentos de política agrícola. Desses, o crédito rural, apesar de historicamente não atender a todos os produtores rurais, foi, novamente, talvez o que mais preocupou, principalmente em função da expectativa criada com o Plano Cru-

zado.

Os recursos colocados à disposição dos agricultores, além de insuficientes, não fluíram com a velocidade adequada. É verdade que o quadro neste ano foi diferente, em função do redirecionamento imposto à economia, que fixou para os financiamentos agrícolas uma taxa de juros (10%) bem mais baixa que as do mercado. Entretanto, não é demais lembrar que muitos agricultores, em função da seca, dos problemas verificados na comercialização da safra 1985/86, e, mesmo, do desejo de melhorar o nível tecnológico de suas atividades, procuraram mais crédito este ano. Além disso, atrasos nas liberações e escassez de recursos têm-se repetido todos os anos - e isso, com um mínimo de previdência, poderia ter sido evitado.

Inseridos no quadro geral que resultou das modificações decorrentes do Plano Cruzado e do "pacote agrícola", os produtores, pesando os principais fatores (crédito, preços mínimos e preços de mercado dos diversos produtos) "planejaram" e plantaram a safra de verão 1986/87.

O resultado foi que a maioria dos produtos teve a sua área aumentada (tabela 5). Os aumentos mais expressivos verificaram-se na cebola, 46,1% (devido aos preços remuneradores na safra passada e, principalmente, à frustração dos produtores com outras culturas), no alho, 42,9% (excelentes resultados obtidos na safra 1985/86, tanto no aspecto produtivo como nos preços) e no milho, 5,5% (preço mínimo vantajoso sobre outras culturas e melhores VBC e desestímulo da soja). De outro lado, os maiores decréscimos, em termos de área cultivada, aconteceram na soja, 10,9% (queda dos preços internacionais e política oficial desestimulante) e na mandioca, 5,5% (essa redução é, de certa forma, considerada normal, já que as áreas plantadas tanto em 1984 como em 1985 ficaram bem acima da tradicionalmente cultivada no estado).

Com o término do plantio da safra, as preocupações centraram-se nas condições climáticas e na (falta de) política para o setor. Em termos de clima, os maiores problemas ficaram por conta das geadas e dos ventos frios ocorridos no mês de outubro, prejudicando principalmente o feijão e a maçã. Já, no que

concerne à política, as preocupações foram bem maiores.

Como é sabido, uma das pretensões das autoridades federais ao lançar o "Plano de Metas: política agrícola" era diminuir as incertezas dos produtores rurais em relação às políticas que orientam a atividade primária. Ao que parece, isso não foi conseguido e muitas preocupações e incertezas continuaram afligindo os agricultores, que, reunidos em Curitiba em dezembro, entregaram ao Ministro da Agricultura a "Carta do Paraná". Ela incluía, entre outros assuntos: protesto contra o preço dos produtos agrícolas, que permaneceram constantes enquanto os fatores de produção sofreram reajustes; protesto contra a falta de recursos, insatisfação com o atraso no pagamento das parcelas do trigo entregue ao governo; queixa em relação à taxa de juros dos financiamentos que precisarão ser repactuados com rebate de 10%, já que as taxas de captação estão subindo assustadoramente. Em suma, apesar de todas as expectativas positivas que chegaram a existir, o ano terminou sem que os produtores rurais conseguissem aquilo pelo que há tempo litam, ou seja, uma política agrícola que lhes garanta segurança para produzir.

TABELA 1

POLÍTICA AGRÍCOLA - PERDAS DA AGROPECUÁRIA CALCULADAS EM
20 DE JANEIRO DE 1986

PRODUTO	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PERDAS ESTIMADAS (t)	% DE PERDAS	VALOR DAS PERDAS (em CR\$/mil)
Batata-semente	24.000	7.200	30,0	36.000.000
Batata-consumo	145.600	43.680	30,0	87.360.000
Cebola	176.000	35.200	20,0	123.200.000
Tomate	41.850	6.200	15,0	20.150.000
Maçã	165.000	15.000 ⁽²⁾	9,0	75.000.000
Mandioca	1.040.000	52.000	5,0	13.000.000
Arroz-sequeiro	50.250	40.100	50,0	88.220.000
Arroz-irrigado	407.000	24.150	6,0	53.130.000
Milho	2.377.137	950.000	40,0	1.425.000.000
Feijão	285.262	228.000	80,0	1.140.000.000
Soja	619.000	123.800	20,0	206.300.000
Fumo	162.750 ⁽³⁾	32.550	20,0	384.513.150
Frango	422.700	8.454	2,0	60.023.400
Suínos	282.900	4.243	1,5	44.551.500
Leite (litro)	161.000.000	20.050.000	12,5	35.749.150
Carne bovina	63.800	3.190	5,0	19.140.000
Mel	5.000	1.500	30,0	18.000.000
Frutas de caroço	5.000	1.000	20,0	1.500.000
Olericultura ⁽⁴⁾	-	15.000	-	17.500.000
TOTAL	-	-	-	3.788.337.200

FONTE: Instituto CEPA/SC - EMATER/SC - ACARESC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: Prejuízos calculados sobre a produção esperada no
período de 01/11/85 a 20/01/86

(1) Preços correntes a nível de produtor

(2) Perdas decorrentes de estiagem e granizo

(3) Dados revistos pelo IBGE/GCEA-SC em dezembro de 1985

(4) Perdas verificadas em áreas selecionadas

TABELA 2

POLÍTICA AGRÍCOLA - VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87

PRODUTO	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO		REAJUSTE (%)
	DE	ATÉ	1985/86 CZ\$ 1000/ha	1986/87 CZ\$/ha	
Arroz Irrigado		3.000	2.035	3.130,00	53,80
	3.001	3.600	2.233	3.313,00	48,36
	3.601	4.200	2.453	3.926,00	60,45
	4.201	5.000	2.794	4.441,00	58,94
	acima de	5.000	3.032	5.018,00	65,50
					57,41
Arroz Sequeiro		1.000	744	1.265,00	70,02
	1.001	1.300	997	1.662,00	66,70
	1.301	1.600	1.283	2.065,00	60,95
	acima de	1.600	1.548	2.437,00	57,42
					63,77
Feijão - Safra das águas		400	387	878,31	126,95
	401	600	885	1.794,83	102,80
	601	800	1.070	2.112,91	97,46
	801	1.000	1.408	2.787,10	97,94
	acima de	1.000	1.835	3.427,19	86,76
					102,38
Mandioca (1 ciclo)		10.000	933	1.524,00	68,77
	10.001	15.000	1.081	2.111,00	95,28
	15.001	20.000	1.528	3.055,00	99,93
	20.001	25.000	1.708	3.360,00	96,72
	acima de	25.000	2.005	4.623,00	130,57
					98,25
Mandioca (2 ciclos) *		10.000	1.378		
	10.001	15.000	1.675		
	15.001	20.000	2.262		
	20.001	25.000	2.411		
	acima de	25.000	2.741		
		12.000		1.992,00	
	12.001	18.000		2.714,00	
	18.001	24.000		3.889,00	
	24.001	30.000		4.174,00	
	acima de	30.000		5.909,00	
Milho		900	387	685,00	77,00
	901	1.300	563	959,00	70,33
	1.301	1.700	795	1.237,00	55,59
	1.701	2.100	979	1.516,00	54,85
	2.101	2.500	1.135	1.685,00	48,54
	2.501	3.000	1.354	2.002,00	47,85
	3.001	3.500	1.485	2.184,00	47,07
	3.501	4.000	1.725	2.458,00	42,49
	4.001	5.000	1.991	2.820,00	41,62
	acima de	5.000	2.302	3.236,00	40,57
					52,59
Soja		1.250	1.172	1.662,00	41,80
	1.251	1.500	1.263	1.789,00	41,64
	1.501	1.750	1.532	2.163,00	41,18
	1.751	2.000	1.662	2.340,00	40,79
	2.001	2.400	2.010	2.859,00	42,23
					41,66

FONTE: COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (*) Não foi possível calcular o percentual de reajuste devido às alterações verificadas nas faixas de produtividade

TABELA 3

POLÍTICA AGRÍCOLA - LIMITE DE FINANCIAMENTO DE CUSTEIO EM
 RELAÇÃO AOS VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SEGUNDO O TAMANHO
 DO PRODUTOR, PARA A SAFRA DE 1986/87

(8)

PRODUTO	MINI	FIXEJOS	MÉDIOS	GRANDES
Arroz Irrigado	100	100	100	80
Arroz Sequeiro	100	100	100	80
Feijão	100	100	100	80
Mandioca	100	100	100	80
Milho	100	100	100	80
Soja				

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 4

POLÍTICA AGRÍCOLA - PREÇOS-BASE E PREÇOS MÍNIMOS PARA A
 SAFRA DE 1985/86 E PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA
 DE 1986/87

PRODUTOS	UNIDADE	SAFRA 1985/86		SAFRA 1986/87
		PREÇO-BASE (CR\$ 1.000)	PREÇO MÍNIMO - CZ\$	PREÇO MÍNIMO BÁSICO - CZ\$
<u>PRIORITÁRIOS</u>				
Arroz Irrigado	50 kg	61,20	130,00	130,00
Arroz Sequeiro	60 kg	63,00	132,80	133,80
Feijão	60 kg	155,40	292,20	318,60
Mandioca	1 kg	164,00	348,56	348,56 ⁽¹⁾
Milho	60 kg	37,20	79,20	79,20/84,60
Sorgo	60 kg			67,20/72,00 ⁽²⁾
<u>EXPORTAÇÃO</u>				
Arroz	25 kg			68,00
Algodão	15 kg			66,90
Girassol	40 kg			76,40
Mamona	60 kg			152,40
Soja	60 kg	59,04	125,40	125,40
Trigo Mourisco	1 kg			1,19
<u>REGIONAIS</u>				
Alho nobre (meia cura)	1 kg			10,10
Alho nobre (curado)	1 kg			15,50
Castanha Caju	1 kg			5,85
Cera carnaúba	1 kg			10,67
Casulo seda	1 kg			22,20
Juta/Malva	1 kg			5,30
Kami	1 kg			5,59
Sisal	1 kg			2,80
<u>SEMENTES</u>				
Batata semente	30 kg			108,00
Semente Juta	1 kg			11,00
Semente Malva	1 kg			12,75

FONTE: CFP/DAEP

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTAS: (1). 84,60 para os Estados da região Sul e SP, 79,20 para os demais Estados

(2) 85% do preço do milho.

TABELA 5

POLÍTICA AGRÍCOLA - ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA NA SAFRA 1985/86 E ESTIMATIVA EM 31.12.86 PARA A SAFRA 1986/87 DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA.

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)		VARIÇÃO RELATIVA (%)	PRODUÇÃO (t)		VARIÇÃO RELATIVA (%)
	1985/86	1986/87		1985/86	1986/87	
Alho	2.536	3.625	42,9	13.021	17.763	36,4
Arroz Irrigado	96.233	100.478	4,4	394.751	433.000	9,6
Arroz de Sequeiro	52.508	51.000	(-) 2,9	56.148	92.600	64,9
Batata 1a. safra	14.005	14.662	4,6	100.965	136.314	35,0
Batata 2a. safra	3.578	-	-	31.863	-	-
Cebola	16.678	24.370	46,1	148.426	268.070	80,6
Feijão 1a. safra	271.362	271.000	0,0	77.140	243.900	216,2
Feijão 2a. safra	185.287	-	-	130.792	-	-
Maça	12.821	13.571	5,8	156.887	170.000 ⁽¹⁾	8,4
Mandioca (pot) ⁽²⁾	113.000	102.424	(-) 9,4	1.469.000	1.433.936	(-) 2,4
Mandioca (prod/ano) ⁽³⁾	84.812	80.000	(-) 5,7	1.234.686	1.120.000	(-) 9,3
Milho	955.658	1.008.000	5,5	1.951.299	2.520.000	29,1
Soja	395.560	352.500	(-) 10,9	498.034	493.500	(-) 0,9
Tomate	1.353	1.400	3,5	35.225	42.000	19,2
Trigo	40.000	138.208	245,5	51.200	152.029	196,9

FONTE: IBGE/GCEA-SC e Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Área em produção: 10.808 ha

(2) Produção calculada sobre estimativas de área total cultivada no Estado (potencial)

(3) A produção é calculada sobre a estimativa de área a ser colhida no ano.

DESEMPENHO DA
EXPLORAÇÃO VEGETAL

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

3.1. ALHO

1. IMPORTÂNCIA

O Brasil é tradicional importador de alho; entretanto, após a adoção do primeiro Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, instituído pelo Ministério da Agricultura em 1979, a produção foi se solidificando e as importações diminuíram.

Santa Catarina, atualmente, se destaca dos demais estados produtores tanto no volume de produção como na qualidade dos alhos produzidos. Os alhos tardios, classificados no comércio brasileiro como do tipo "nobre", hoje concorrem com os importados e até os superam em qualidade. As cultivares Chonan, Roxo Pérola de Caçador e Quitéria, são as mais produzidas no estado.

Pelo último Censo Agropecuário, 1.437 famílias estão envolvidas diretamente com o cultivo do alho em Santa Catarina e, indiretamente, dezenas de outras são absorvidas com sua mão-de-obra, principalmente na época de plantio, a qual se concentra nos meses de junho e julho, e na colheita, da qual os meses de novembro e dezembro são os principais.

O plantio do alho se concentra na Microrregião Campos de Curitibanos, onde ocupou 67% da área cultivada na safra 1985/86 e respondeu por cerca de 77% da produção estadual. O município de Curitibanos, na mesma safra, foi responsável por 47% da área plantada e por 55% da produção catarinense.

2. PRODUÇÃO

Com relação ao cenário mundial, o Brasil, com uma produção de 43 mil toneladas, se situou em 14º lugar no ano de 1984, conforme divulgação do anuário FAO de produção. Os principais países produtores, conforme a mesma fonte, são: China, Tur-

quia, Índia, Espanha, Coréia, Tailândia e Egito. Esses sete países produziram, segundo a mesma fonte, cerca de 2.084 mil toneladas, representando aproximadamente 73% da produção mundial, que se situou por volta de 2.845 mil toneladas.

No Plano Nacional, a partir da safra 1985/86, o estado de Santa Catarina passou a ser o maior produtor, posição anteriormente ocupada por Minas Gerais, conforme demonstrado na tabela 1.

TABELA 1

ALHO - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NO BRASIL - 1980/81 A 1985/86

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO (toneladas)					
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
Santa Catarina	6.720	7.905	8.589	9.724	8.993	13.021
Minas Gerais	16.519	15.777	22.122	19.284	11.939	10.788
R. Grande do Sul	5.165	5.592	5.797	5.889	5.689	5.768
Goiás	4.293	7.283	7.319	7.812	4.430	4.980
São Paulo	500	895	3.475	5.176	4.135	3.515
Paraná	2.686	2.730	4.180	3.580	2.258	2.400
Bahia	1.519	3.075	4.619	2.526	2.008	1.905
Espírito Santo	1.034	1.197	2.256	1.800	1.190	1.869
Ceará	280	320	524	522	743	560
Piauí	333	558	739	299	701	343
Outros	1.254	2.802	4.321	1.939	1.540	635
TOTAL	40.303	48.134	63.941	58.551	43.626	45.784

FONTE: IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Enquanto a produção catarinense cresceu significativamente na última safra, a produção brasileira apresentou uma pequena recuperação em relação à safra antecedente, mas permaneceu inferior às safras situadas no período agrícola de 1981/82 a 1983/84.

Na última safra (1985/86), a área cultivada em Santa Catarina cresceu 18,5% em relação à safra anterior. Já a produção aumentou quase 45%, face ao excelente rendimento médio que passou de 4.184 kg/ha para 5.134 kg/ha. Com a produção bruta de 13.021 toneladas, o estado catarinense contribuiu com cerca de 28% da produção brasileira, situando-se como o maior produtor nacional.

Essa posição foi conquistada não somente em face do

recuo da produção de Minas Gerais, mas, principalmente, pela reconquista da confiança e pela dedicação dos produtores catarinenses à cultura do alho, que resultou, além da recuperação do espaço cultivado, em aumento da produtividade média nas lavouras de alhos tardios.

A evolução da cultura no estado está representada na tabela 2.

TABELA 2

ALHO - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1986/87 (*)

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80	1.299	100	4.724	100	3.637	100
1980/81	3.544	273	6.720	142	1.896	52
1981/82	2.490	192	7.905	167	3.175	87
1982/83	2.588	199	8.589	182	3.319	91
1983/84	2.568	198	9.724	206	3.803	105
1984/85	2.140	165	8.993	190	4.184	115
1985/86	2.536	195	13.021	276	5.134	141
1986/87 (*)	3.625	279	17.763	376	4.900	135

FONTE: IBGE/GCEA-SC (dez/85).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/86).

Na safra 1985/86, se observou muita dedicação dos alhicultores no processo de seleção de sementes, preparo do solo e plantio, bem como na condução das lavouras. Durante o plantio, houve insuficiência de chuvas, que, embora tenha preocupado os produtores, não chegou a comprometer a cultura.

Dos alhos tardios cultivados no estado - Chonann, Rôxo Pérola de Caçador e Quitéria - somente o último ainda não é recomendado pela pesquisa, estando, contudo, em observação nos experimentos da EMPASC, devendo, em breve, ser recomendado.

A colheita, embora tenha sido iniciada em novembro, na verdade, ocorreu com uma relativa antecipação em parte das lavouras devido à estiagem verificada no final do período de bul-

bificação. No entanto, a falta de chuvas prejudicou apenas parcialmente o desenvolvimento final dos bulbos da cultivar Quitéria - a mais tardia. De qualquer forma, as produtividades obtidas foram excelentes e se ocorresse muita chuva na fase de formação dos bulbos, haveria possibilidade de perda da qualidade pelo superbrotamento, além de dificuldades na cura da safra.

A recuperação da alhicultura catarinense se deveu aos resultados positivos obtidos tanto no aspecto produtivo como na comercialização da produção.

A qualidade dos alhos nobres produzidos no estado se constitui no fator mais importante para que essa atividade se consolide como geradora de um produto agrícola com relevante expressão econômica. Nas últimas safras, o alho tem-se situado entre os principais produtos da lavoura catarinense, com tendência de aumento na participação no Valor Bruto da Produção.

3. MERCADO/ABASTECIMENTO

Como foi dito, o Brasil é tradicional importador de alhos, principalmente da Argentina e da Espanha.

Antes de 1980, o Brasil convivia com importações crônicas em torno de 30 mil toneladas anuais. A partir daí, graças aos incentivos dirigidos à produção interna, os volumes importados foram diminuindo, ficando reduzidos a 17.4 mil toneladas no ano de 1985 (10.460 toneladas da Argentina e 6.900 toneladas da Espanha). Para 1986, o volume de importação deverá girar em torno de 17.000 toneladas.

O consumo aparente de alhos no país, segundo a Secretaria Nacional de Abastecimento - SNAB/MA, está estimado por volta de 3.250 toneladas/mês de alhos "in natura". A partir deste número, se deduz que o mercado nacional é auto-abastecido nos meses de setembro a março, ficando dependente de importações no período de abril a agosto.

A produção de alhos do Sudeste e Centro-Oeste abastece o mercado de setembro a dezembro, enquanto a produção do Sul

completa o abastecimento de janeiro a março.

As importações de alhos nos últimos anos está demonstrada na tabela 3.

TABELA 3

ALHO - VOLUME DE IMPORTAÇÕES - ALADI E OUTROS PAÍSES (*)

ANO	ALADI	TERCEIROS PAÍSES	TOTAL
1980	23.346	7.361	30.707
1981	17.156	3.906	21.062
1982	13.106	8.367	21.473
1983	10.769	5.569	16.338
1984	10.063	10.537	20.600
1985	10.460	6.900	17.360
1986 (*)	8.900	8.000	16.900

FONTE: CIEF/MF.

(*) Estimativa - SNAB/MA.

O início da comercialização da safra catarinense de 1985/86 se deu mais cedo do que tradicionalmente ocorria. A pouca disponibilidade de alhos de boa qualidade no mercado provocou o ingresso da produção de Santa Catarina antes do tempo previsto. No início de dezembro, foram feitas algumas remessas de alhos do estado, devidamente acondicionadas, com destino a outras praças. Entretanto, diversos compradores de outros estados, instalados em Santa Catarina, adquiriram bulbos "em rama" ou, simplesmente, com a palha cortada, sem o devido beneficiamento.

De qualquer forma, desapareceu a preocupação das autoridades do governo quanto à possibilidade de alta desenfreada nos preços em virtude do ingresso de alhos do Sul no mercado. Na verdade, houve um esforço por parte dos produtores de Curitiba em procurar liberar mais cedo o alho para atendimento do mercado, exatamente para evitar importações, caso os preços atingissem cotações muito elevadas.

Mais tarde, quando os alhos se apresentavam mais bem curados, as remessas para outros estados se intensificaram, normalizando o abastecimento.

A Cooperativa Regional Agropecuária do Planalto Catarinense - COOPERPLAC, que congrega cerca de 310 associados, embora tenha executado na última safra um excelente trabalho de conscientização junto aos associados para que a produção não fosse desviada para terceiros, mesmo assim, apenas movimentou pouco mais de 50 mil caixas de 10 kg referente à safra 1985/86. É um volume aparentemente reduzido, quando comparado ao montante da produção remetido para fora do estado - cerca de 670 mil caixas (6.700 toneladas líquidas, de alhos classificados e embalados em caixas de madeira de acordo com as exigências de mercado). Por outro lado, a presença da COOPERPLAC no mercado foi de fundamental importância, principalmente para a aquisição da produção dos pequenos agricultores.

Os produtores catarinenses de alhos nobres, na safra 1985/86 receberam, pelo alho de melhor qualidade, preços que variaram de Cr\$ 30.000 a Cr\$ 40.000/kg. No mercado atacadista de São Paulo, esse mesmo produto foi comercializado entre Cr\$ 45.000 e Cr\$ 60.000/kg.

As medidas econômicas que congelaram os preços no segmento varejista não afetaram o comportamento do mercado do alho, o qual permaneceu firme durante todo o período da comercialização.

4. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1986/87

Os excelentes resultados obtidos na safra 1985/86, tanto no aspecto produtivo - a produtividade média das lavouras passou de 4.184 kg/ha para 5.134 kg/ha - como nos preços recebidos pelos produtores, os quais acusaram elevações que variaram de 800% a 1.000%, provocaram um aumento na área cultivada da atual safra.

Os últimos levantamentos oficiais divulgam uma área ocupada, nesta safra, de 3.625 ha e uma produção de 17.763 toneladas. Esses números indicam um crescimento de 42,9% e de 36,4% sobre a área e a produção anteriores.

A política de importação nos dois últimos anos, aten-

dendo apenas à complementação da demanda interna de alhos, também foi responsável pelo otimismo dos alhicultores catarinenses.

Os Valores Básicos de Custeio - VBC, vigentes nesta safra para alhos nobres, são os seguintes: produtividade de até 3.500 kg/ha, Cz\$ 23.441,00; de 3.500 a 4.500 kg/ha, Cz\$ 28.201,00; de 4.500 a 5.500 kg/ha, Cz\$ 34.706,00; de 5.500 a 6.500 kg/ha, Cz\$ 40.474,00 e, acima de 6.500 kg/ha, Cz\$ 43.474,00. Os índices de reajustes sobre os VBC's da safra anterior variaram de 366% a 375%.

O preço mínimo para o alho nobre, padrão base (tamanho 4), foi fixado em Cz\$ 15,50/kg. Na safra passada, para o mesmo padrão de alho o preço mínimo ficou estabelecido em Cz\$ 9,78/kg.

A distribuição da cultura no estado, por microrregião homogênea, segundo as últimas estimativas, é a seguinte:

TABELA 4

ALHO - DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1986/87 (*)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA DE CUL TIVO (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Campos de Curitibanos	2.377	12.286
Col. do Rio do Peixe	597	3.107
Campos de Lages	145	760
Planalto de Canoinhas	152	440
Col. Serrana Catarinense	117	298
Col. Oeste Catarinense	55	275
Col. Alto Itajaí	85	295
Carbonífera	40	152
Litoral Sul Catarinense	13	39
Colonial de Blumenau	21	57
Florianópolis	11	15
Outras	12	39
TOTAL	3.625	17.763

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CERA/SC

(*) Previsão em novembro de 1986

Com a produção esperada de 17.763 toneladas, o estado de Santa Catarina deverá participar com cerca de 30% da oferta nacional no ano de 1987.

Considerando-se somente a produção destinada aos mercados atacadistas do país, a participação dos alhos catarinenses deverá representar quase 42% da oferta de alhos nacionais nos principais centros distribuidores do país. Se confirmados esses prognósticos, Santa Catarina se destacará ainda mais como o maior produtor de alhos do Brasil.

A estimativa do balanço da oferta e demanda do alho da safra 1986/87 é a seguinte: produção de alhos curados, 17.763 t; reservas de sementes, 3.551 t; alho destinado ao mercado atacadista e supermercados, 10.455 t; alho destinado ao consumo estadual, 2.096 t; alho destinado à industrialização, 1.662 t.

O escoamento de alhos de Santa Catarina para outros estados está demonstrado na tabela 5.

Essa perspectiva de crescimento da oferta interna, apesar de ser altamente expressiva, tem praticamente assegurado o seu espaço de mercado pelo fato de uma grande parte da demanda ser atendida com as importações complementares. De qualquer forma, o sucesso na comercialização da safra catarinense dependerá diretamente da época e do volume das importações em 1987.

Os produtores catarinenses ficaram mais tranquilos, depois do acordo firmado em fins de setembro em Montevidéu. As delegações do Brasil e da Argentina reunidas na sede da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, firmaram, em protocolo, a quantidade e o prazo para as importações da Argentina, no qual ficou estabelecido o volume de 6.000 toneladas de alhos frescos ou refrigerados a serem internalizados no período de 15 de março a 15 de julho de 1987. Embora a data estabelecida para o início das importações não seja a ideal, dado o grande volume de produção esperada para esta safra, o montante acordado satisfaz a expectativa dos produtores catarinenses.

O desenvolvimento das lavouras de alhos tardios (nobres) de Santa Catarina se apresenta excelente e o estado fitossanitário é excepcional nesta safra. Em muitas lavouras do município de Curitibanos, o potencial de produção está sendo avaliado entre 10 e 12 toneladas/ha de alhos curados.

O início da colheita ocorre de meados de novembro até dezembro, e a partir de janeiro começa o escoamento da produção de alhos nobres curados para os tradicionais centros comerciais do país.

O tabelamento dos alhos importados, em outubro, a Cz\$ 100,00/kg no varejo, à primeira vista não trouxe grandes preocupações aos produtores de Santa Catarina. As manifestações de descontentamento vieram da parte dos embaladores de alhos, os quais alegaram dificuldades para continuar comercializando alhos importados em face do elevado índice de perdas na decomposição do produto em pequenas embalagens. Por outro lado, no caso dos alhos nacionais, essas perdas são insignificantes, podendo, por este motivo, aumentar a procura do produto brasileiro para essa alternativa de comercialização, em detrimento do importado.

Há uma preocupação dos técnicos e dos produtores mais conscientes no sentido de que o alho colhido somente vá para o mercado após uma perfeita cura; portanto, os primeiros bulbos somente ficam prontos em fins de dezembro. Entretanto, já em meados de novembro os compradores se faziam presentes na região produtora, pagando entre Cz\$ 13,00 e Cz\$ 15,00/kg do alho "em rama". Esse mesmo alho, quando curado, é comercializado no mercado atacadista nos mesmos níveis de preços dos alhos importados, os quais oscilavam, em novembro, na faixa de Cz\$ 60,00 a 70,00/kg.

A maior parte do alho "in natura" consumido no estado é produzido em pequenas áreas cultivadas com alhos comuns, os quais são comercializados na própria região produtora.

Na Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, CEASA/SC, durante o ano de 1986 foram ofertados 18.355 kg, dos quais 11.565 kg foram produzidos no estado, e os demais 6.790 kg foram repassados pelas CEASAS de outros estados.

As ofertas mensais e os preços médios praticados no atacado e no varejo durante o ano de 1986 no entreposto da CEASA/SC estão demonstrados na tabela 6.

TABELA 5

ALHO - EVOLUÇÃO DO ESCOAMENTO EM SANTA CATARINA PARA O
MERCADO NACIONAL, PERÍODO DE 1979 A 1987

SAFRA	ANO COMERCIAL	VOLUME COMERCIALIZADO (t) ⁽¹⁾
1978/79	1979	8
1979/80	1980	153
1980/81	1981	2.780
1981/82	1982	3.200
1982/83	1983	3.500
1983/84	1984	3.800
1984/85	1985	5.800
1985/86	1986	6.500
1986/87 ⁽²⁾	1987	10.455

FONTE: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Inclui os alhos destinados ao comércio "in natura" e os destinados à industrialização.

(1) A partir da safra 1984/85, somente alhos destinados ao atacadista.

(2) Estimativa.

TABELA 6

ALHO - VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS
NO MERCADO DA CEASA/SC - 1986

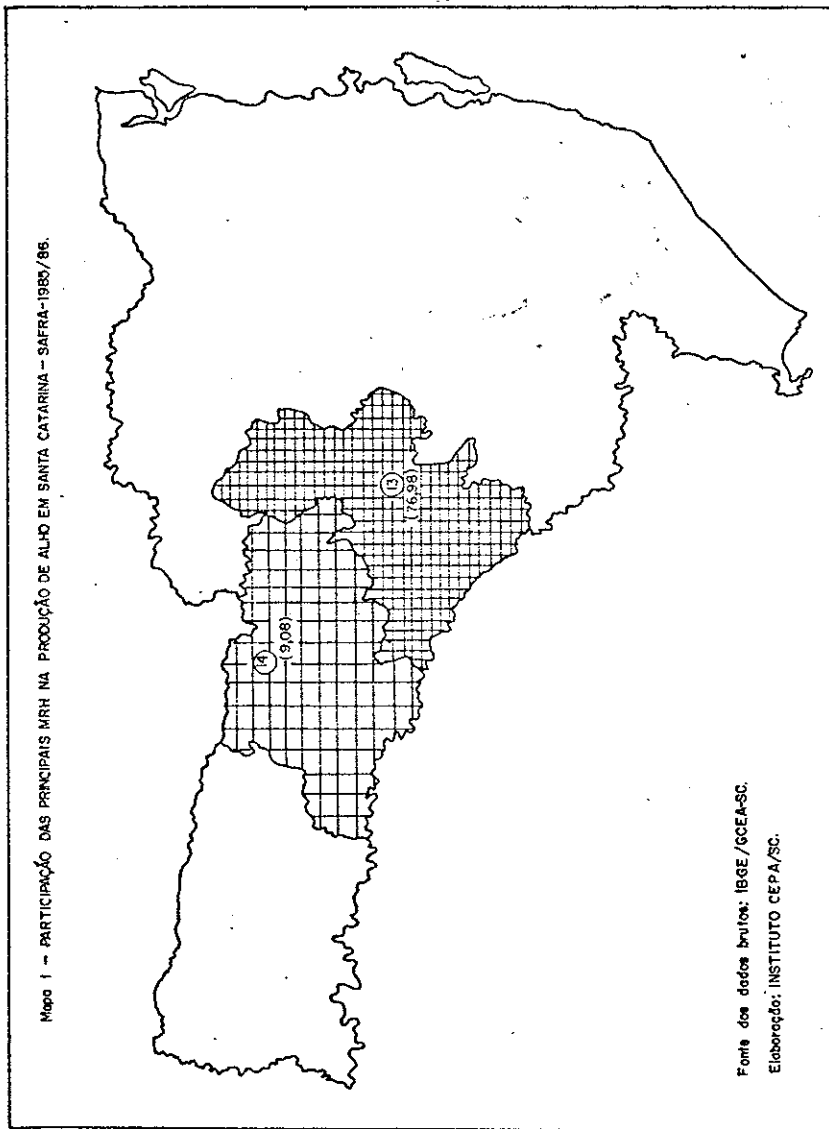
MÊS	VOLUME OFERTADO (kg)			PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS - Cruz 1,00	
	Do Estado	Importado (*)	Total	Atacado	Varejo
Janeiro	811	-	811	31,00	32,99
Fevereiro	454	-	454	39,73	49,21
Março	836	-	836	42,30	45,01
Abril	1.540	-	1.540	45,66	48,38
Maiο	582	-	582	52,72	57,61
Junho	638	-	638	61,31	69,33
Julho	847	2.560	3.407	64,53	69,03
Agosto	1.099	900	1.999	53,93	64,30
Setembro	2.106	1.700	3.806	40,98	49,93
Outubro	1.043	480	1.523	36,78	41,55
Novembro	489	850	1.339	40,82	45,00
Dezembro	1.120	300	1.420	46,82	58,86
TOTAL	11.565	6.790	18.355	-	-

FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Refere-se aos alhos importados de outros estados.

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRR NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA-1983/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/SCEA-SC.
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC.

3.2. ARROZ

1. IMPORTÂNCIA

A importância da cultura do arroz em Santa Catarina é visualizada sob dois aspectos principais: do lado econômico, se constitui na 5ª cultura em participação no Valor Bruto da Produção das lavouras catarinenses; do lado social, dado o grande número de famílias rurais que estão diretamente ligadas à atividade produtiva (90.570), assume grande destaque, haja vista que 25% das propriedades que cultivam arroz possuem áreas menores de 10 ha, 32% possuem áreas entre 10 e 20 ha e 33% entre 20 e 50 ha.

A cultura no estado se caracteriza por dois sistemas básicos de produção: o sistema de cultivo em sequeiro, que se concentra nas regiões Oeste, Rio do Peixe e Planalto de Canoínhas, é usualmente explorado em pequenas áreas com vistas, principalmente, ao autoconsumo familiar; já o sistema irrigado, se concentra nas regiões litorâneas e no Vale do Itajaí, conforme demonstrado na tabela 1, a seguir.

TABELA 01

ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SC - SAFRA 1985/86

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	SEQUEIRO	IRRIGADO	SEQUEIRO	IRRIGADO	SEQUEIRO	IRRIGADO
Colonial de Joinville	811	15.800	1.323	64.725	1.631	4.097
Litoral de Itajaí	143	4.551	306	20.111	2.140	4.419
Colonial de Blumenau	923	15.634	1.280	76.023	1.387	4.863
Col. de Itajaí do Norte	696	210	807	1.050	1.159	5.000
Col. do Alto Itajaí	3.202	6.608	1.735	34.342	542	5.197
Florianópolis	245	2.928	535	10.623	2.184	3.628
Col. Serrana Catar.	1.260	232	1.856	922	1.473	3.974
Litoral de Laguna	15	4.700	22	14.588	1.467	3.104
Carbonífera	2.225	8.330	2.831	29.325	1.272	3.520
Lit. Sul Catarinense	490	13.540	870	44.660	1.776	3.298
Col. Sul Catarinense	1.808	23.700	3.205	93.350	1.773	4.150
Col. do Rio do Peixe	7.716	-	8.917	-	1.156	-
Planalto de Canoínhas	8.986	12	9.724	32	1.082	2.667
Col. Oeste Catarinense	19.638	-	19.088	-	1.972	-
Campos de Lages	745	-	543	-	729	-
Campos de Curitibaos	3.605	-	3.106	-	1.862	-
TOTAL	52.508	96.245	56.148	394.747	1.069	4.101

FCNTE: Fundação IBGE/GCEA
ELABORAÇÃO Instituto CEPA/SC

O arroz irrigado, na safra 1985/86, representou quase 88% da produção desse grão no estado, ocupando 65% da área cultivada.

Enquanto o sistema de sequeiro apresentou um declínio na área plantada, na década de 80, o cultivo irrigado - levando-se em conta as limitações para expansão de fronteira, dado o alto custo de investimento para transformação de várzeas inundadas em arrozeiras - apresentou um expressivo crescimento.

Mas, a grande evolução se deu devido aos ganhos de produtividade das lavouras irrigadas, graças à introdução de novas tecnologias e de novas cultivares, hoje à disposição da orizicultura catarinense. Na tabela 2, podem-se acompanhar as diferenças de comportamento entre os sistemas de cultivo e os rendimentos médios das lavouras.

TABELA 02

ARROZ -EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80						
.Irrigado	86.397	100	302.045	100	3.495	100
.Sequeiro	67.094	100	126.826	100	1.891	100
1980/81						
.Irrigado	83.693	96,87	270.294	89,49	3.230	92,42
.Sequeiro	65.227	97,22	133.774	105	2.509	133
1981/82						
.Irrigado	86.261	99,84	310.918	103	3.604	103
.Sequeiro	61.907	92,26	63.060	49,72	1.019	53,89
1982/83						
.Irrigado	86.620	100	290.087	96,04	3.329	95,25
.Sequeiro	59.605	88,84	105.230	83,36	1.795	94,92
1983/84						
.Irrigado	88.742	103	358.034	119	4.035	115
.Sequeiro	51.969	77,46	92.533	72,96	1.780	94,13
1984/85						
.Irrigado	92.633	107,21	378.766	125,40	4.088	116,96
.Sequeiro	52.000	77,50	67.600	53,30	1.300	68,75
1985/86						
.Irrigado	96.233	111,38	394.751	130,69	4.102	117,38
.Sequeiro	52.508	78,26	56.148	44,27	1.069	56,53
*1986/87						
.Irrigado	100.478	116,29	433.000	143,35	4.309	123,29
.Sequeiro	52.342	78,01	92.722	73,11	1.771	93,65

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Previsão em dez/86

As cultivares recomendadas e mais cultivadas no estado são as do grupo de grãos modernos: BR-IRGA 409 e 410, a EMPASC 101, 102, 103 e a IR 841.

2. PRODUÇÃO

A grande produção mundial de arroz está situada no continente asiático, onde se concentram mais de 90% da produção⁽¹⁾ e cerca de 90% da área cultivada. A China se situa como o maior produtor mundial, conforme revela o relatório da FAO-1984; entretanto, é a Tailândia o maior exportador de arroz, produzindo apenas 4% do volume mundial.

Com quase 2% da produção mundial, o Brasil se situa entre os maiores produtores. Das três Américas, a produção brasileira é a principal, representando 39% da disponibilidade americana. Apesar disso, nos últimos anos as importações brasileiras vêm crescendo.

Na tabela 3 estão demonstrados os dez principais países produtores.

TABELA 3
ARROZ - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES EM 1984

PAÍS	ÁREA (ha)	RENDIM. (kg/ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	PARTIC. NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%)
China	34.346	5.271	181.028	39,52
Índia	42.800	2.126	91.000	19,37
Indonésia	9.700	3.866	37.500	7,98
Bangladesh	10.500	2.048	21.500	4,58
Tailândia	9.700	1.979	19.200	4,09
Vietnam	5.620	2.743	15.416	3,28
Japão	2.315	6.414	14.848	3,09
Birmânia	4.680	3.098	14.500	3,09
Brasil	5.356	1.685	9.023	1,92
Filipinas	3.330	2.486	8.280	1,76
U.S.A.	1.126	5.520	6.216	1,32
TOTAL	129.473	3.232	418.511	89,00
TOTAL MUNDIAL	147.519	3.186	469.959	100,00

FONTE: FAO (Anuário da Produção - 1984).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

⁽¹⁾ ANUÁRIO FAO DE PRODUCCIÓN. Roma, v.38, 1984.

No Brasil, o principal estado produtor é o Rio Grande do Sul, o qual, na safra 1984/85, respondeu por cerca de 35% da oferta brasileira. Já na safra 1985/86, face à recuperação da produção dos estados centrais e do Maranhão, a produção gaúcha deverá representar próximo de 30% da disponibilidade brasileira.

O estado de Santa Catarina, com relação ao cenário nacional, participa com aproximadamente 4,3% da oferta nacional. Na safra 1985/86, o estado produziu cerca de 450 mil toneladas entre arroz de sequeiro e arroz irrigado (ver tabela 2).

A produção brasileira, em que pese a estiagem ocorrida no Centro-Sul, na safra 1985/86, se situará acima da obtida na anterior. Em outubro, o acréscimo de área estava estimado em 17,07% e o da produção em 14,49%. Dos principais estados produtores, os que apresentaram maior expansão de área foram: Maranhão (46%), Mato Grosso (46,10%), Ceará (64,71%), Bahia (70,79%). Com relação à produção, os crescimentos mais expressivos foram constatados nos estados do Maranhão (107,42%), Mato Grosso (53,21%), Goiás (19,17%), Piauí (42,49%).

Dessa forma, a produção brasileira de arroz passou de 9.019.357 toneladas na safra 1984/85, para 10.326.693 toneladas em 1985/86.

A participação dos principais estados produtores de arroz na safra 1985/86 está demonstrada na tabela 4.

TABELA 4

ARROZ - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ - SAFRA 1985/86 (*)

ESTADO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTIC. NA PROD. (%)
Rio Grande Sul	726.827	2.987.510	4.110	28,93
Goiás	1.069.450	1.329.000	1.243	12,87
Maranhão	937.419	1.291.982	1.378	12,51
Minas Gerais	587.869	951.724	1.619	9,22
Mato Grosso	594.022	799.408	1.346	7,74
São Paulo	315.000	511.800	1.625	4,96
Santa Catarina	140.453	450.899	3.210	4,37
Piauí	249.988	380.176	1.521	3,68
Mato Grosso Sul	220.227	279.552	1.269	2,71
Rondônia	158.728	279.058	1.758	2,70
Paraná	140.000	206.000	1.471	1,99
Pará	108.854	160.865	1.478	1,56
Ceará	61.185	152.835	2.498	1,48
Rio de Janeiro	37.249	122.746	3.295	1,19
Espírito Santo	39.668	122.057	3.077	1,18
Bahia	83.711	108.489	1.296	1,05
Acre	27.189	38.218	1.406	0,37
Pernambuco	9.636	36.087	3.745	0,35
OUTROS	64.992	118.287	1.820	1,14
TOTAL	5.572.467	10.326.693	1.853	100,00

FONTE: Fundação IBGE.

(*) Dados de novembro de 1986.

No âmbito estadual, considerando-se os sistemas de cultivo irrigado e o de sequeiro, englobados, a safra 1985/86 apresentou uma expansão de área em torno de 2,8% e um crescimento da produção próximo a 1%. A expansão da área se deu basicamente em cima da área cultivada com arroz irrigado, que cresceu 3,9%, enquanto a expansão da área de sequeiro não chegou a 1% (ver tabela 2). Quando se analisa a produção obtida, se credita o aumento de produção apenas ao arroz irrigado, pelo crescimento de 4,2% sobre a produção da safra anterior no mesmo sistema de cultivo. Já a produção de sequeiro apresentou um recuo da produção - face à estiagem verificada em todo o estado nos meses de dezembro e janeiro, da ordem de 17%. O rendimento médio das la-

vouras irrigadas confirmou a tendência de incorporação de ganhos de produtividade observada nas últimas safras, enquanto as de sequeiro refletiram os efeitos da estiagem, conforme quadro comparativo a seguir:

COMPARATIVO DO DESEMPENHO DAS SAFRAS 1984/85 e 1985/86

SAFRA	ÁREA CULTIVADA (ha)		VARIACÃO RELATIVA	PRODUÇÃO (t)		VARIACÃO RELATIVA	RENDIMENTO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86		1984/85	1985/86		1984/85	1985/86
A. Irrigado	92.633	96.233	3,89	378.766	394.751	4,22	4.089	4.102
A. Sequeiro	52.000	52.508	0,98	67.600	56.148	-16,94	1.300	1.069
TOTAL	144.633	148.741	2,84	446.366	450.899	1,02	3.086	3.031

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

No período de implantação da safra 1985/86, a pouca incidência de chuvas favoreceu sobremaneira a utilização de máquinas e equipamentos no preparo e na formação de arrozeiras irrigadas. Esse favorecimento climatológico, aliado aos bons resultados físicos e financeiros, estimulou os orizicultores a investirem nos cultivos irrigados. Por outro lado, a produção projetada por ocasião dos plantios não pôde ser alcançada, exatamente pela falta de chuvas, que afetou o rendimento das lavouras de sequeiro. Assim, as perspectivas da produção global (arroz irrigado e de sequeiro), na época, de 487.250 toneladas, caíram para 450.899 toneladas, apresentando uma quebra de 7,5% em relação às estimativas iniciais, apesar de terem levemente superado a produção da safra anterior (ver tabela 2).

A estiagem, iniciada em novembro, e prolongada até meados de janeiro de 1986, foi o fenômeno responsável pelo não alcance das perspectivas iniciais. De qualquer forma, as lavouras, após as chuvas de janeiro, se recuperaram muito bem, tanto que em algumas regiões foram registrados resultados surpreendentes. No município de Agrônômica - Alto Vale do Itajaí - apesar das preocupações provocadas pela estiagem, as produtividades alcançadas foram excelentes, chegando em algumas lavouras a ultrapassar 13.000 kg/ha. Naquele município, pelas condições peculiares de solo - onde a fertilidade é aumentada com os sedimentos formados nas épocas de enchentes do Rio Itajaí-Açu - aliadas à utilização de mão-de-obra experiente dos produtores locais, à

assistência técnica e à utilização de cultivares altamente produtivas como a IR-841, a produtividade média se situou em torno de 8.000 kg/ha (160 sc de 50 kg/ha). Essa produtividade supera a média dos países maiores produtores de arroz do mundo (ver tabela 3).

Na verdade, as adversidades climáticas não provocaram efeitos tão negativos na lavoura de arroz, conforme foi divulgado na época da estiagem.

A colheita da safra 1985/86 foi iniciada em dezembro, no município de Massaranduba. A insuficiência de chuvas e as temperaturas elevadas anteciparam o ciclo das plantas, permitindo a colheita mais cedo do que tradicionalmente ocorre. Dessa maneira, o estabelecimento de lavouras de segundo plantio foi bastante favorecido, sendo a área ampliada. Os resultados desse segundo plantio foram altamente compensadores através de produtividades elevadas, as quais compensaram a queda de rendimento das lavouras de primeiro plantio.

No geral, colheita, recebimento e armazenagem da safra transcorreram normalmente em todo o estado.

3. ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Conforme dados do USDA, a produção mundial de arroz beneficiado (descascado) no período 1985/86, foi de 316,8 milhões de toneladas; somada ao estoque inicial, atingiu uma oferta total de 339,0 milhões de toneladas. Para o período 1986/87, a oferta deverá crescer para 319,6 milhões de toneladas; entretanto, a previsão do aumento de consumo divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos deverá contribuir para diminuir um pouco os elevados estoques mundiais, os quais, no início da atual temporada, se situaram em torno de 23,2 milhões de toneladas, conforme tabela 5, a seguir:

TABELA 5

ARROZ (BENEFICIADO) - OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS

(em milhões de t)

	86/87 (a)	85/86
Estoques iniciais	23,2	22,1
Produção	319,6	316,8
- Oferta total	342,8	339,0
Importações	11,1	11,4
- Demanda total	321,5	315,8
Exportações	12,3	12,2
Estoques finais	21,3	23,2

ELABORAÇÃO: Safras & Mercados

OBS: Todos os dados acima (inclusive produção) estão convertidos para o equivalente em arroz beneficiado. Os volumes de importação e exportação são diferentes em função de produto em trânsito e/ou agregação de diferentes anos comerciais individuais. (a) - Previsão Fonte: USDA, out/86.

No âmbito internacional, a oferta do produto no mercado foi abundante; os estoques de passagem (23,2 milhões de toneladas) representam mais que o dobro do total comercializado no ano anterior. As importações brasileiras, no início do ano, para a formação de estoques e para o controle dos preços internos, foram altamente favorecidas. Os Estados Unidos, através da lei agrícola aprovada pelo Congresso em dezembro/85, entraram no mercado internacional com preços competitivos e, dessa forma, possibilitaram ao governo brasileiro a utilização da garantia de crédito no valor de US\$ 50 milhões para a compra de arroz daquele país.

O interesse do governo americano foi o de eliminar estoques através do incremento das exportações pelo incentivo ao produtor americano nas vendas para o exterior a preços mais baixos do que os praticados no mercado mundial.

A entrada do arroz americano no mercado, como era previsto, provocou uma baixa nas cotações do produto no mercado internacional, favorecendo as importações brasileiras.

O arroz parboilizado da Tailândia, FOB Bangkok, era

cotado, em outubro/85, em US\$ 210,00/tonelada. Em outubro/86, esse mesmo produto foi cotado a US\$ 185,00. Já o produto similar dos Estados Unidos, CIF Europa, estava cotado a US\$ 322,98/tonelada em outubro/85, caindo para US\$ 237,00 seis meses depois e, um ano mais tarde - outubro/86 - custava US\$ 200,62/tonelada no mercado internacional.

O abastecimento nacional, em fins de 1985, não se apresentava muito tranquilo, uma vez que os estoques oficiais e os privados eram considerados insuficientes para chegar até o início da nova safra. Além disso, as estiagens no Centro-Sul eliminaram a possibilidade de colheitas precoces, devido à prorrogação dos plantios em alguns estados como São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Embora o governo houvesse autorizado a importação de 250 mil toneladas já em setembro, o atraso do arroz importado permitiu-lhe um aquecimento considerável nos meses de dezembro e janeiro.

O mercado se regulou quando o governo resolveu liberar os estoques remanescentes da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços em convênio com o IRGA. Com essa medida, aliada à proximidade do início da safra 1985/86, o mercado do produto beneficiado esfriou, e a elevação dos preços foi contida. Além disso, a entrada, mais adiante, dos primeiros lotes de arroz importado no mercado, tranqüilizou o abastecimento.

Se, de um lado, esse esfriamento de mercado foi benéfico para os consumidores, de outro, a classe produtora se considerou prejudicada pelo reflexo que essa medida trouxe, inibindo os preços do produto em casca que começava a fluir no início da nova safra.

Nessa altura da safra (fev/86), a possibilidade de que os preços pagos aos produtores viessem a cair abaixo do mínimo oficial, já era presentida. Para que isso não acontecesse, era necessário que o volume do produto oficial no mercado não fosse além da necessidade para complementação da demanda, de maneira a não interferir no fluxo normal de aquisição das safras; que o governo dispusesse de recursos que permitissem a aquisição da nova safra através de AGF e/ou EGF, evitando que os preços pagos ao produtor fossem inferiores ao mínimo estabelecido oficialmen-

te; e, finalmente, que nos preços estabelecidos para o produto beneficiado, vendido pelo governo, fossem considerados todos os custos operacionais, incidentes sobre o produto em casca.

Após a implantação do Plano Nacional de Estabilização Econômica (Plano Cruzado), os preços controlados vieram favorecer os consumidores de um modo geral. Por outro lado, o tabelamento divulgado pela SUNAB não contemplou todos os tipos de produto, e por isso foi considerado desfavorável aos beneficiadores que produzem outros padrões de arroz não enquadrados no tabelamento divulgado.

Em meados do ano, foi anunciado novo tabelamento para o arroz agulhinha do Rio Grande do Sul. No entanto, o arroz macerado e o parboilizado, tipos de produto nos quais o parque industrial catarinense se especializou, não houve reajustamento, dando a entender que a distorção no tabelamento só existia para o produto gaúcho, sem ser considerada a apropriação de custos muito maior no processo de beneficiamento do arroz produzido em Santa Catarina.

No fundo, o reajustamento concedido teve como finalidade principal a de viabilizar o pagamento do preço mínimo, congelado em Cz\$ 130,00/sc de 50 kg, para o arroz em casca. Dessa forma, o próprio governo seria beneficiado na medida em que se via forçado a comprar grande volume de arroz no Rio Grande do Sul através do IRGA e ter que repassá-lo para o consumidor nos programas da COBAL. Além disso, a formação de estoques através de contratações de AGF e EGF seria favorecida com a diminuição dos riscos de perdas nas vendas futuras desses estoques. De outra forma, era uma tentativa de melhorar o fluxo de escoamento da safra, fazendo com que os beneficiadores pagassem o preço mínimo solicitado pelos agricultores.

A política de abastecimento adotada pelo governo teve como principal objetivo proporcionar ao consumidor boa oferta de alimentos a preços baixos, com a única finalidade de conter o processo inflacionário, mesmo arcando com elevadas somas de recursos financeiros da sua reserva de caixa, destinados à importação.

Assim, ao final de maio, foi anunciada pela CACEX a liberação de novas guias de importação para as empresas privadas. O volume das importações não foi limitado e o prazo para internalização do produto foi fixado em 30 de setembro/86. Foram inscritas cerca de 17 empresas interessadas, dentre elas sete supermercados, cujos pedidos somaram aproximadamente 1,73 milhão de toneladas.

Mais tarde, o governo tomou consciência do exagero cometido sobre a liberação dessas importações e anunciou a possibilidade de rever essa posição, com a sustação de parte das entradas do produto do exterior.

Segundo as autoridades econômicas, foram as falhas na informação pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento de safras da Região Sul que atrapalharam a decisão do governo quanto à liberação desse elevado volume de importações.

De qualquer forma, não se concebe a liberação de guias no mês de junho, quando o quadro da safra brasileira já é por demais conhecido em todos os cantos do país.

A entrada de arroz estrangeiro foi extremamente vantajosa para as empresas importadoras e os supermercados, uma vez que os preços internacionais se situaram abaixo dos preços praticados no mercado interno.

A facilidade de as agroindústrias e revendedores trabalharem com arroz de outros países propiciou boas margens de comercialização e acabou por agravar as dificuldades de escoamento da safra brasileira.

Em Santa Catarina, o início da comercialização da nova safra tradicionalmente ocorre com o mercado aquecido, no início do ano, em face da inexistência de estoques nos engenhos. Na safra 1985/86, o preço de abertura foi de Cz\$ 110.000/sc de 50 kg; entretanto, devido à grande procura, foram realizados negócios de até Cr\$ 120.000/sc.

O mercado do produto beneficiado também se encontrava em alta, sendo cotado na faixa de Cr\$ 140.000 a Cr\$ 145.000/far-

do de 30 kg CIF Rio de Janeiro. .

Os preços do arroz em casca, antes do pique da colheita, chegaram até a Cr\$ 140.000/sc de 50 kg. Com a intensificação da colheita em Santa Catarina e nos estados vizinhos, os preços foram retrocedendo, caindo abaixo do mínimo oficial, fixado em Cr\$ 130.000/sc para grãos com rendimento de engenho de 50 x 18 (relação entre grãos inteiros e quebrados).

A insuficiência de recursos oficiais para comercialização no início da safra obrigou as cooperativas a girarem rapidamente seus estoques para formação de capital de giro e a procurarem outras fontes de recursos em bancos privados, com juros mais elevados.

Enquanto a colheita prosseguia, os produtores catarinenses se viam cada vez mais desestimulados com os preços oferecidos pelos compradores. No caso dos associados de cooperativas, estes recebiam um valor em forma de adiantamento, ficando o restante do preço para acerto futuro. Já os demais se sujeitavam a entregar a produção pelo preço do dia, ou deixavam o produto no engenho, sem saber o quanto receber futuramente.

Na concepção dos produtores catarinenses, o reflexo do pacote econômico foi bastante negativo, haja vista que, antes do congelamento dos preços, eles recebiam em torno de Cr\$ 130.000/sc de 50 kg, caindo, posteriormente, para uma faixa de Cz\$ 95,00 a Cz\$ 110,00/sc. Evidente que os preços caíram, não somente em função das medidas econômicas adotadas. Na entrada do "pique" da colheita já se observava a tendência de queda, que se agravou com o aumento da oferta na medida em que se intensificava a colheita. De qualquer forma, a maioria dos produtores de arroz considera o "pacote" como o elemento causador dos baixos preços. Em parte, esse argumento é válido, uma vez que o setor atacadista não aceitou reduzir suas margens de lucro, recaindo o ônus sobre o produtor.

A divulgação das normas para efetivação de EGFs, embora tenha chegado às agências financeiras somente em início de abril, veio de encontro à enorme expectativa dos produtores. Os empréstimos para comercialização do arroz tiveram o montante do

crédito, para os produtores, limitado em 60% do valor da produção ou em 60% da capacidade de beneficiamento para os beneficiadores. O prazo de amortização para produtores e cooperativas que estocaram até 60 toneladas foi de 150 dias, sem necessidade de amortizações. Para produtores, cooperativas e beneficiadores que estocaram acima de 60 toneladas, os prazos variaram de acordo com a época de contratação do empréstimo, sendo que, para os contratos abertos em abril, a amortização foi estabelecida em cinco parcelas correspondentes a 20% do valor do empréstimo. Já para as contratações a partir de maio, o prazo foi de 240 dias para liquidação do financiamento.

Com o final da colheita, muitos engenhos, por não terem formado estoques, começaram a procurar arroz em casca de outras regiões do estado, bem como nas zonas de produção do estado do Rio Grande do Sul, para ser transformado em produto macerado.

As cooperativas, de um modo geral, receberam maior volume de produção nesta safra, não só em função da maior produção, mas, principalmente, em face dos baixos preços praticados a nível de produtor. Enquanto os engenhos privados realizaram negócios com preços fechados e abaixo dos praticados pelas cooperativas, estas ainda ofereceram a possibilidade de reajustes, no caso de o mercado reagir no transcorrer do ano.

Os preços do arroz em casca apresentaram uma reação de alta em meados do ano, com o aumento da procura da matéria-prima pelos engenhos catarinenses, apesar de continuar o tabelamento a nível de varejo, conforme demonstra a tabela 6.

TABELA 6

ARROZ - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS OBTIDOS PELO ARROZ EM CASCA E BENEFICIADO NO ESTADO - 1986

MÊS	Cz\$		
	ARROZ EM CASCA (*)	ARROZ BENEFICIADO (**)	PREÇOS OFICIAIS DE GARANTIA
Jan	114,00	193,05	130,00
Fev	131,90	227,82	"
Mar	121,00	208,20	"
Abr	114,50	195,60	"
Maio	110,50	193,80	"
Jun	108,00	197,10	"
Jul	120,00	204,00	"
Ago	118,00	204,60	"
Set	121,00	204,30	"
Out	119,50	205,20	"
Nov	119,50	204,90	"
Dez	117,50	206,40	"

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(*) Arroz em casca ao produtor - saca de 50 kg.

(**) Arroz macerado - Longo fino - tipo 2 - fardo de 30 kg atacado SC.

O ritmo de escoamento da safra foi lento durante todo o período de comercialização e se constituiu numa preocupação constante para as cooperativas que possuíam estoques elevados. Cada vez se tornava mais iminente a superposição de parte da produção da safra 1985/86 com a próxima, cujo plantio se aproximava. Por sua vez, o pique de preços do arroz, que tradicionalmente ocorre dos últimos meses do ano até o início da nova safra (novembro a janeiro), não era esperado, exatamente pela sobra do arroz em casca nas cooperativas.

O principal motivo para esse comportamento foi, sem dúvida, o programa de importações do governo, responsável pelo excesso de oferta de arroz no mercado, desde os primeiros meses de comercialização da safra 1985/86.

Com esta estratégia, o governo fez cumprir o tabelamento com muita facilidade. Por outro lado, os produtores brasileiros não encararam essa situação como favorável, pois, enquan-

to havia abundância de produto no mercado, os estoques de arroz nacional encontravam dificuldades para serem comercializados.

Essa situação, aparentemente tranqüila, no abastecimento, também preocupou seriamente os órgãos responsáveis pela formação dos estoques oficiais. A grande safra brasileira de 85/86, avaliada em 10,4 milhões de toneladas, somada às importações autorizadas, deverá gerar um volume excedente em torno de 2 milhões de toneladas. Essa perspectiva é altamente negativa, uma vez que não se vê possibilidade de enxugar esse excedente até que a próxima safra comece a ser colhida.

4. PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1986/87

Embora os produtores do Litoral Norte se tivessem manifestado descontentes com o rebaixamento dos preços no pique da colheita, ao final de maio já se observava que estes se mostravam mais confiantes com relação à próxima safra. A movimentação dos produtores no sentido do próximo plantio foi iniciada com bastante procura de crédito junto às instituições financeiras, principalmente para novos investimentos no setor.

No Litoral Norte, como tradicionalmente ocorre, a semeadura do arroz teve início já no mês de agosto; contudo, alguns obstáculos com relação à implantação da safra 1986/87 foram vislumbrados; entre eles, a insuficiência de fertilizantes e de sementes fiscalizadas, além da dificuldade para aquisição de máquinas e implementos, reflexos da grande procura.

Com relação aos novos VBC, apesar de não serem o principal mecanismo estimulador do plantio para os produtores catarinenses, se pode dizer que os valores anunciados ficaram aquém das necessidades de custeio, quando se comparam com os custos variáveis calculados pelo Instituto CEPA/SC. A faixa de produtividade entre 4.000 e 5.000 kg/ha - a mais representativa para as lavouras irrigadas de Santa Catarina - foi contemplada com Cz\$ 4.441,00/ha para o sistema de irrigação natural e Cz\$ 5.068,00/ha para irrigação mecânica. Mesmo assim, a procura de crédito foi bastante expressiva, já que os juros de 10% para o setor agrícola foram considerados pelos produtores como atrati-

vos para aplicações nessa atividade.

No elenco de medidas anunciadas em conjunto com o pacote agrícola, os preços mínimos apareceram sem alteração em relação aos vigentes, a não ser a transformação em reajustamentos plurianuais, regidos pelo Índice de Preços Pagos pelo Produtor - IPP. Na verdade, pelo fato de os preços do produto se encontrarem congelados no mercado varejista, não havia muita razão para que o governo devesse alterá-los, mesmo porque os preços mínimos, na presente safra, na prática se constituíram em preços máximos. Por outro lado, para Santa Catarina, os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC se situaram próximos ao mínimo oficial em vigor⁽²⁾. Portanto, para a cultura do arroz na presente safra, o principal problema não residiu, fundamentalmente, nos preços mínimos oficiais e, sim, na política de importações de alimentos, a qual, independentemente de outras medidas estimuladoras da produção, atuou como fator negativo para a comercialização da safra brasileira desse grão.

A liberação de importações acima das necessidades da demanda interna penalizou duplamente o orizicultor brasileiro: primeiro, porque o produto importado concorreu com o nacional em plena safra e com preços abaixo dos praticados no mercado interno, inibindo o escoamento da safra; segundo, porque o arroz importado em casca do Uruguai e dos EUA pôde ser adquirido a preços inferiores ao preço mínimo oficial, provocando a suspensão dos EGF e AGF para evitar que esse arroz procedente do exterior pudesse ser vendido ao próprio governo pelos comerciantes inescrupulosos para formação de estoques oficiais, em prejuízo do produto brasileiro.

De qualquer forma, os orizicultores catarinenses não sentiram tão diretamente os problemas da comercialização no decorrer do ano, uma vez que, a partir do meio do ano, eles não possuíam mais o produto para a venda, e, conseqüentemente, não se aperceberam das dificuldades de venda após a entrega da produção para os engenhos ou cooperativas. Por outro lado, embora as dificuldades de comercialização também afetassem os benefi-

(2) CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis, v.7, n.4, ago.1986.

ciadores de arroz em casca de Santa Catarina, devido à forte pressão da oferta, o arroz macerado do estado manteve seu espaço de mercado, situando-se como o arroz mais bem cotado no atacado de outros estados.

Assim, os produtores catarinenses iniciaram o plantio da safra 1986/87 acreditando no sucesso do empreendimento neste ano.

No decorrer do preparo do solo e do plantio, continuou acentuada a procura de máquinas e de insumos básicos. As sementes fiscalizadas das cultivares mais plantadas - as do grupo EMPASC e BR-IRGA - em pouco tempo não estavam mais disponíveis no mercado. Da mesma forma, os distribuidores de fertilizantes alegaram dificuldades de transporte para atendimento da demanda nesta safra. Para o comércio de defensivos, foram previstas dificuldades de atendimento pelos fabricantes quando aumentasse a procura. De qualquer maneira, mesmo com os problemas de comercialização, os produtores não encontraram dificuldades maiores para o estabelecimento da safra 1986/87.

Assim, as estimativas para a nova safra em Santa Catarina se situaram em torno de 100.478 ha de arroz irrigado, e de 52.342 ha de arroz de sequeiro, para uma produção esperada de 433.000 e 92.722 toneladas, respectivamente (ver tabela 2).

Para a Região Centro-Sul do país, os primeiros prognósticos realizados pela CFP revelavam que a área a ser ocupada com arroz crescerá entre 6% e 10% em relação à última safra, enquanto a produção aumentaria cerca de 8% a 12%. Se esses prognósticos se confirmarem, significarão um aumento que poderá variar de 600 a 950 mil toneladas somente no Centro-Sul.

Essa tendência de crescimento da orizicultura, observada também em outras regiões do país, teve como principais motivos, de um lado, o Plano Nacional de Estabilização Econômica, e, de outro, a ocupação de áreas não exploradas com receio do Plano Nacional de Reforma Agrária.

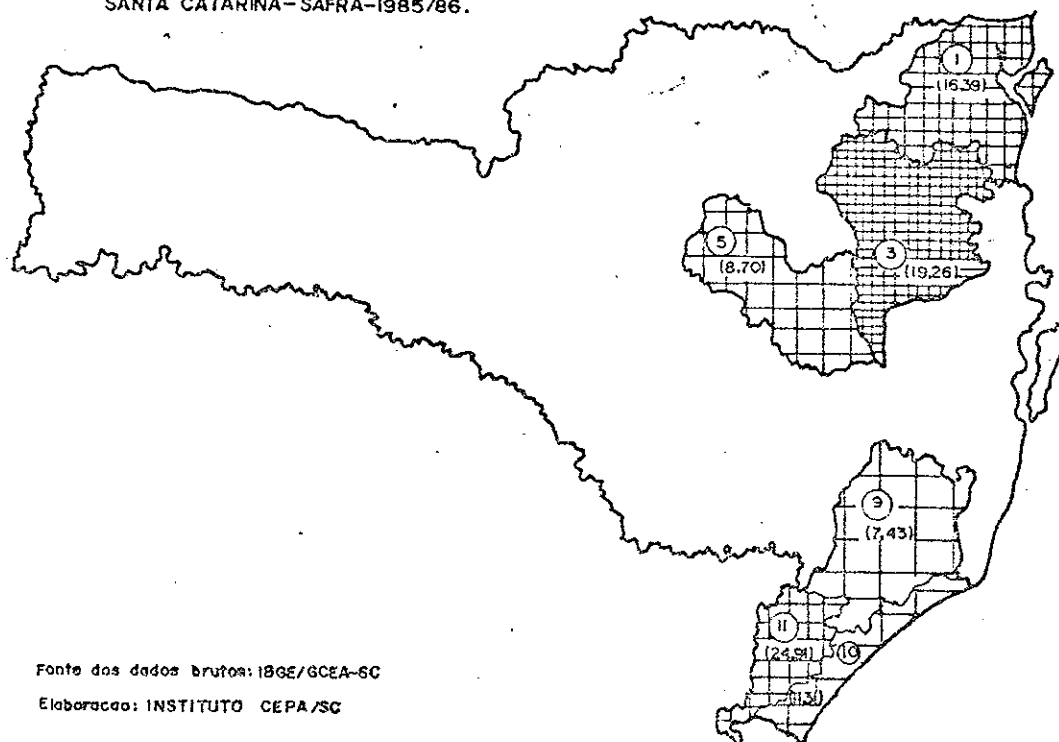
Essas expectativas de aumento da produção da próxima safra geram preocupação que não se prende diretamente ao cresci-

mento da produção interna - fato considerado salutar para o abastecimento - e, sim, às prováveis dificuldades para o escoamento e a armazenagem da futura produção, uma vez que a infraestrutura de transporte e armazenagem hoje existente no país é deficiente.

Essa preocupação toma maior dimensão quando se considera o provável excedente da safra 1985/86, provocado pela grande disponibilidade de arroz importado e pelos estoques da produção brasileira, principalmente no Rio Grande do Sul.

Para os produtores catarinenses, embora a situação não seja tão grave quanto para os gaúchos, o problema também deverá existir pelo fato de as cooperativas disporem de estoques que encostarão na produção da próxima safra.

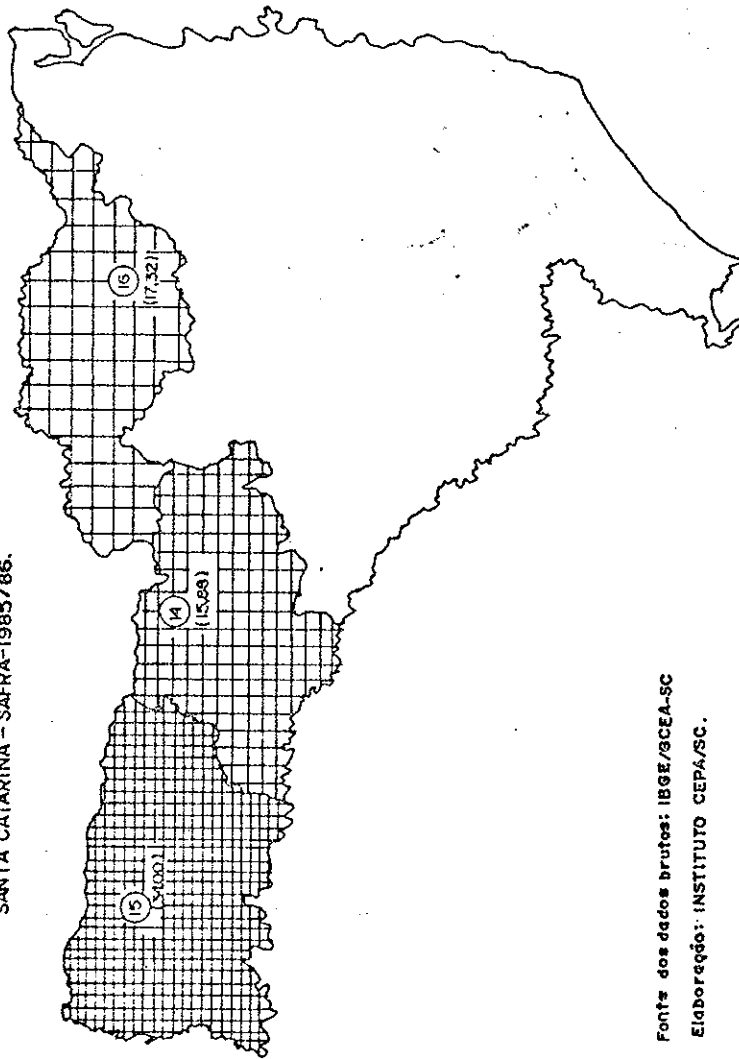
Mapa I—PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA—SAFRA—1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Mapa 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA-1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/3CEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC.

3.3. BANANA

1. CARACTERIZAÇÃO

A banana é um fruto de origem tropical; exige calor constante e elevada umidade para seu perfeito desenvolvimento; no entanto, se adapta a vários tipos de clima, desde o tropical úmido ao subtropical seco.

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior produtor, com participação de 17%.

O estado de Santa Catarina, a nível nacional, ocupa a 5ª posição, com uma participação de 7,20%.

Existem, no estado, 25.767 estabelecimentos rurais voltados à exploração da banana, com sua produção concentrada junto às MRH Colonial de Joinville, Colonial Sul-Catarinense, Colonial de Blumenau e Carbonífera.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de banana, em 1984, foi de 41.112.000 toneladas, superior em 2% em relação a 1983 (40.242.000 t) (tabela 1). As principais regiões produtoras desta cultura são a América Latina, com 18.913.000 t (46%), Ásia, com 15.947.000 t (39%) e África, com 4.668.000 t (11%) (tabela 1).

Os principais países produtores são o Brasil, com 6.968.000 toneladas (17%), Índia, com 4.606.000 t (11%) e Filipinas, com 4.100.000 t (10%) (tabela 2).

A América Latina também é responsável por 82% da exportação mundial da banana, seguida pelo Continente Asiático, com 14% e o Africano, com 3% (ver tabela 1).

TABELA 1

BANANA - PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO, E QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1982-84

REGIÕES	P R O D U Ç Ã O M U N D I A L						E X P O R T A Ç Ã O M U N D I A L					
	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4		1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)
América Latina	19.074	46,9	18.263	45,4	18.913	46,0	5.796	81,0	5.235	83,0	5.579	81,7
Ásia	15.272	37,6	15.692	39,0	15.947	38,8	1.113	15,7	836	13,2	985	14,4
África	4.685	11,5	4.703	11,7	4.668	11,3	187	2,6	193	3,1	213	3,1
Oceania	1.127	2,8	1.080	2,7	1.108	2,7	5	0,1	3	0,1	5	0,1
Europa	484	1,2	484	1,2	476	1,2	46	0,6	34	0,6	47	0,7
TOTAL MUNDIAL	40.642	100,0	40.242	100,0	41.112	100,0	7.147	100,0	6.301	100,00	6.829	100,0

FONTE: Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL.- QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1982 - 84

PAÍSES	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1.000 t)	PARTIC. (%)
Brasil	6.818	17,0	6.607	16,0	6.968	17,0
Índia	4.195	10,0	4.500	11,0	4.606	11,0
Filipinas	4.077	10,0	4.200	10,0	4.100	10,0
Tailândia	2.028	5,0	2.035	5,0	2.045	5,0
Indonésia	2.033	5,0	1.900	5,0	2.000	5,0
Equador	1.999	5,0	1.642	4,0	1.924	5,0
Outros Países	19.492	48,0	19.357	49,0	19.470	47,0
TOTAL MUNDIAL	40.642	100,0	40.241	100,0	41.113	100,0

FONTE: Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Costa Rica, com 14,70%, Colômbia, com 13,80%, Equador, com 13,20%, Honduras, com 12,20% e Filipinas, com 11,40%, são os principais países exportadores, do total de 6.829.000 toneladas exportadas pelos países produtores de banana. O Brasil ocupa a nona posição, com um percentual de 1,51% (tabela 3).

TABELA 3

BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1982-84

PAÍSES	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	QTIDADE (1000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1000 t)	PARTIC. (%)	QTIDADE (1000 t)	PARTIC. (%)
Equador	1.261	17,60	909	14,60	906	13,20
Costa Rica	1.010	14,10	1.009	16,20	1.003	14,70
Filipinas	928	13,00	612	9,80	780	11,40
Honduras	915	12,80	714	11,40	830	12,20
Colômbia	804	11,20	786	12,60	945	13,80
Panamá	566	7,90	652	10,50	660	9,70
Guatemala	404	5,70	316	5,10	324	4,70
China	99	1,40	121	1,90	127	1,90
Brasil	59	0,80	92	1,50	103	1,51
Jamaica	21	0,30	24	0,40	11	0,20
Outros	1.082	15,20	991	16,00	1.140	16,69
TOTAL MUNDIAL	7.149	100,00	6.226	100,00	6.829	100,00

FONTE: Anuário Estatístico da Organização das Nações
Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

A produção nacional de banana (495.203 mil cachos para 1986, conforme dados estimados pela Fundação IBGE), está bem distribuída pelos diversos estados, sendo que os maiores produtores são Bahia, São Paulo, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro (tabelas 4 e 5).

TABELA 4

BANANA - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA
1976-87

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PROD. OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976	13.842	141.308	10.200
1977	14.998	164.072	10.940
1978	17.134	190.072	11.093
1979	18.366	226.265	12.320
1980	20.514	248.134	12.096
1981	19.441	256.520	13.194
1982	21.535	258.851	12.020
1983	19.993	246.220	12.315
1984	23.747	295.154	12.429
1985	25.044	315.222	12.588
1986 ⁽¹⁾	25.316	321.810	12.712
1987 ⁽²⁾	25.500	323.850	12.700

FONTE: Fundação IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) - Estimativa da Fundação IBGE/nov-86

(2) - Estimativa do Instituto CEPA/SC

TABELA 5

BANANA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO E ESTADO NO TOTAL
DA ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO BRASILEIRA - 1985 - 86

REGIÕES/ESTADOS	1 9 8 5					1 9 8 6 (1)				
	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO OBTIDA		RENDIMENTO cachos/ha	ÁREA DESTINADA A COLHEITA		PRODUÇÃO ESPERADA		RENDIMENTO cachos/ha
	ha	%	1.000 cachos	%		ha	%	1.000 cachos	%	
NORTE	<u>66.611</u>	<u>15,10</u>	<u>66.000</u>	<u>13,19</u>	<u>991</u>	<u>45.716</u>	<u>10,53</u>	<u>50.050</u>	<u>10,10</u>	<u>1.095</u>
. Acre	4.027	0,91	5.217	1,04	1.296	4.027	0,93	5.217	1,05	1.296
. Amapá	532	0,12	413	0,08	776	605	0,14	467	0,09	772
. Amazonas	4.658	1,06	4.052	0,81	870	4.144	0,95	3.356	0,68	810
. Pará	11.654	2,64	15.285	3,05	1.312	15.064	3,47	21.663	4,37	1.438
. Rondônia	45.240	10,26	40.720	8,15	900	19.457	4,48	17.412	3,52	895
. Roraima	500	0,11	313	0,06	626	2.419	0,56	1.935	0,39	800
CENTRO-OESTE	<u>63.329</u>	<u>14,36</u>	<u>53.432</u>	<u>10,68</u>	<u>844</u>	<u>61.203</u>	<u>14,08</u>	<u>52.266</u>	<u>10,55</u>	<u>854</u>
. Distrito Federal	396	0,09	396	0,08	1.000	397	0,09	397	0,08	1.000
. Goiás	35.430	8,03	31.370	6,27	885	36.250	8,34	31.900	6,44	880
. Mato Grosso	23.160	5,26	15.985	3,19	690	21.122	4,86	15.143	3,06	717
. Mato Grosso do Sul	4.343	0,98	5.681	1,14	1.308	3.434	0,79	4.826	0,97	1.405
NORDESTE	<u>136.700</u>	<u>30,99</u>	<u>190.323</u>	<u>38,03</u>	<u>1.393</u>	<u>147.974</u>	<u>34,07</u>	<u>197.570</u>	<u>39,90</u>	<u>1.335</u>
. Alagoas	7.125	1,62	7.993	1,60	1.122	7.125	1,64	7.993	1,61	1.122
. Bahia	54.000	12,25	74.412	14,87	1.378	57.500	13,24	79.235	16,01	1.378
. Ceará	29.298	6,64	42.064	8,40	1.436	33.170	7,64	38.250	7,72	1.153
. Maranhão	8.128	1,84	10.739	2,15	1.321	8.425	1,94	11.112	2,24	1.319
. Paraíba	10.222	2,32	14.504	2,90	1.419	10.951	2,52	16.061	3,24	1.467
. Pernambuco	20.836	4,72	31.284	6,25	1.501	22.501	5,18	33.524	6,77	1.490
. Piauí	2.554	0,58	3.643	0,73	1.426	2.932	0,67	4.242	0,86	1.447
. Rio Grande do Norte	2.094	0,47	3.075	0,61	1.468	2.846	0,66	4.354	0,88	1.530
. Sergipe	2.443	0,55	2.609	0,52	1.068	2.524	0,58	2.799	0,57	1.109
SUDESTE	<u>136.447</u>	<u>30,93</u>	<u>138.435</u>	<u>27,66</u>	<u>1.015</u>	<u>141.109</u>	<u>32,48</u>	<u>142.232</u>	<u>28,72</u>	<u>1.008</u>
. Espírito Santo	27.641	6,27	21.503	4,29	778	28.336	6,52	21.444	4,33	757
. Minas Gerais	34.263	7,77	35.365	7,07	1.032	36.771	8,47	37.690	7,61	1.025
. Rio de Janeiro	32.130	7,28	33.737	6,74	1.050	33.589	7,73	35.268	7,12	1.050
. São Paulo	42.413	9,61	47.830	9,56	1.128	42.413	9,76	47.830	9,66	1.128
SUL	<u>38.007</u>	<u>8,62</u>	<u>52.225</u>	<u>10,44</u>	<u>1.374</u>	<u>38.397</u>	<u>8,84</u>	<u>53.085</u>	<u>10,73</u>	<u>1.383</u>
. Paraná	5.433	1,23	8.179	1,64	1.505	5.440	1,25	8.168	1,65	1.501
. Rio Grande do Sul	7.530	1,71	6.961	1,39	924	7.461	1,76	7.057	1,43	924
. Santa Catarina	25.044	5,68	37.085	7,41	1.481	25.316 ⁽²⁾	5,83	37.860 ⁽²⁾	7,65	1.495 ⁽²⁾
BRASIL	<u>441.094</u>	<u>100,00</u>	<u>500.415</u>	<u>100,00</u>	<u>1.134</u>	<u>434.399</u>	<u>100,00</u>	<u>495.203</u>	<u>100,00</u>	<u>1.140</u>

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - Fundação IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) - Estimativas da Fundação IBGE/Out. - 86

(2) - Estimativa da Fundação IBGE/nov. - 86

Em Santa Catarina, a exploração da cultura da banana se caracteriza pela utilização de cultivares do tipo Caturra, Nanica e Nanicao na região norte do estado. Na região sul, as cultivares mais usadas são a Enxerto e Branca de Santa Catarina, componentes do tipo Prata, havendo atualmente um crescimento na utilização do tipo Nanicão, pela sua maior resistência ao mal de Panamá e ao tombamento do caule.

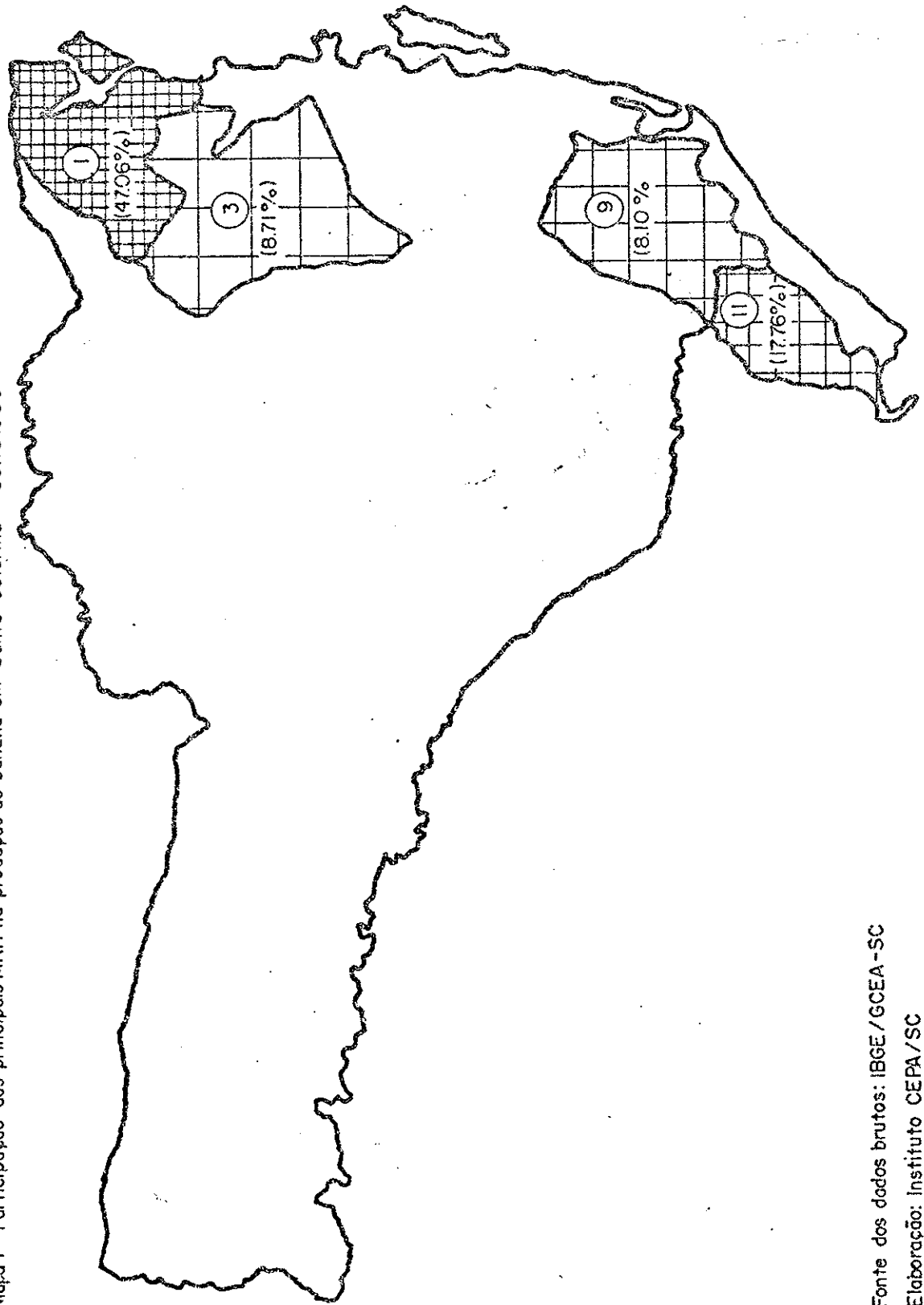
O crescimento da área cultivada com banana, a partir da safra 1980/81, deve-se à melhoria dos preços a nível de produtor, à introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e à utilização mais intensiva de tecnologias.

Os dados de produção do IBGE para 1986 (estimativa de novembro 86), prevêem uma produção de 321.810 t, superior em 6.588 t em relação a 1985, acréscimo esse em função do aumento da área colhida e do aumento da produtividade (ver tabela 4).

A produção de banana, em Santa Catarina, concentra-se junto à MRH Colonial de Joinville, com 47,06% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor; segue, na segunda posição, a MRH Colonial Sul Catarinense, com 17,76% da produção, liderada pelo município de Jacinto Machado; e aparecem, em seguida, pela ordem de importância, a MRH Colonial de Blumenau, com 8,71% e a MRH Carbonífera, com 8,10%. Os restantes 18,37% da produção acham-se distribuídos pelas demais MRH do estado (ver mapa 1).

A safra 1985/86 foi normal, sem problemas que pudessem afetar a produção e o rendimento da cultura, o que não aconteceu na safra 1984/85, onde ocorreram secas e geadas extemporâneas, que afetaram a produtividade, principalmente na região norte do estado e fortes ventos ocorridos na região sul que afetaram a produtividade nas microrregiões homogêneas Colonial Sul Catarinense e Carbonífera.

Mapa 1 - Participação dos principais MRH na produção de banana em Santa Catarina - Sofra 1986



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

O comércio internacional ocorre através de uma competição oligopólica, especificamente entre as empresas multinacionais United Brands, Standard Fruit e Del Monte, responsáveis por aproximadamente 70% do valor total, e por 89% do sistema de comercialização e distribuição.

Esta cultura representa excelente fonte de divisas para diversos países, tais como a Costa Rica, Colômbia, Equador, Honduras, Filipinas, Panamá, Guatemala, China, Brasil e Jamaica, os quais, em conjunto, exportam 5.689.000 toneladas, representando 83,31% da produção colocada junto ao mercado internacional (ver tabela 3).

Em 1984, houve um acréscimo na importação mundial, em relação a 1983, da ordem de 500.000 toneladas (tabela 6).

TABELA 6

BANANA - IMPORTAÇÃO MUNDIAL E CONSUMO "PER CAPITA" - 1980-84

PAÍSES	IMPORTAÇÃO (1.000 t)					CONSUMO "PER CAPITA" (kg/ano)				
	1980	1981	1982	1983	1984	1980	1981	1982	1983	1984
Alemanha Ocidental	534	523	506	459	549	8,6	8,4	8,1	7,4	8,9
França	446	462	463	441	443	8,3	8,3	8,3	7,9	7,9
Itália	279	249	324	321	315	4,9	4,9	5,7	5,7	5,6
Grã-Bretanha	323	332	328	307	309	5,7	5,9	5,8	5,5	5,5
Holanda	114	109	98	93	95	7,6	7,3	6,6	6,2	6,3
Bélgica	87	84	87	72	79	7,9	7,6	7,9	6,5	7,1
Áustria	77	76	77	70	78	10,2	10,0	10,1	9,2	10,3
Suécia	70	72	72	67	78	8,4	8,6	8,6	8,0	9,3
Suíça	64	58	59	56	59	9,0	9,1	9,3	8,8	9,3
Finlândia	39	42	45	36	42	8,2	10,3	11,0	8,8	10,3
Noruega	31	33	36	33	36	7,5	8,1	8,8	8,1	8,8
Dinamarca	26	25	25	24	26	5,0	4,9	4,9	4,7	5,1
Outros Países	4.586	4.687	4.646	4.087	4.488	-	-	-	-	-
TOTAL MUNDIAL	6.676	6.752	6.766	6.066	6.597	-	-	-	-	-

FONTE: Anuário Estatístico da FAO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior produtor; no entanto, sua participação no mercado mundial, segundo dados da FAO, em 1984, foi de apenas 1,51% (103.000 t) (tabela 7).

TABELA 7

BANANA - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS
1934/39 , 1951/55 , 1960/61 , 1962 E 1979 A 1984

PERÍODO OU ANO	PARTICIPAÇÃO %
1934/39	9,00
1951/55	7,20
1960/61	6,30
1962	5,60
1979	1,79
1980	0,90
1981	1,00
1982	0,85
1983	1,48
1984	1,51

FONTE: Anuário Estatístico da FAO
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Essa baixa participação é justificada, segundo os especialistas, devido a vários fatores, tais como:

- negligência dos agricultores nos tratos culturais e fitossanitários;
- descuidos com o manejo do produto na colheita e pós-colheita;
- inadequada infra-estrutura de comercialização;
- reduzida participação dos bananicultores em associações de classe e cooperativas;
- inobservância da legislação sobre padronização e classificação da fruta, assim como ausência de um eficiente esquema de fiscalização das exportações, o que possibilita o envio de frutas impróprias para concorrer com a excelente qualidade e apresentação da banana equatoriana;
- falta de regularidade nos embarques, permitindo ao Equador se fazer presente no mercado latino, disputando-o com o Brasil.

A cultura da banana em Santa Catarina, em 1985, apresentou um valor bruto de produção de 188,7 bilhões de cruzeiros

(a preços de dezembro de 1985), participando com 2,55% do valor bruto da produção de banana e aparecendo em segunda posição no item frutas, perdendo apenas para a maçã. Sua contribuição no VBP da lavoura foi quase equivalente ao da participação da cultura da batata-inglesa.

Quanto ao consumo da banana, cerca de 8,3% do produto gerado é consumido na propriedade, 8,2% é vendido diretamente ao consumidor, 74,6% é entregue a intermediários e 8,7% é destinado às indústrias.

A produção da cultivar Nanicação no Norte do estado destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste catarinense e paranaense e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho e argentino.

A produção oriunda do Sul catarinense, também da mesma variedade, destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul e da Argentina, enquanto as bananas das cultivares Enxerto e Branca de Santa Catarina, aos mercados de São Paulo e Curitiba.

Devem ser mencionados alguns fatores importantes que ainda interferem diretamente no processo produtivo e na comercialização da banana:

- a desorganização do produtor catarinense e, como consequência, da produção, implicando a má qualidade do produto colocado no mercado, não mostrando condições de competitividade com a banana oriunda de outros estados brasileiros, principalmente de São Paulo;

- a má condução e manejo dos bananais;

- a incidência de doenças nos bananais, como o mal de sigatoka e o mal do Panamá, atacando as folhas, reduzindo a área fitossanitária e, conseqüentemente, baixando a produtividade e a qualidade da produção;

- a alta incidência de pragas: moleque, soneca ou broca (*cosmopolites sordidus*) que atacam os rizomas; encontram-se, ainda,

nos bananais, os nematóides, provocando o tombamento das plantas com o cacho, atacando, além das folhas, as raízes, diminuindo, em consequência, a resistência ao peso e aos ventos;

- a falta de uma melhor organização da estrutura de comercialização junto aos centros consumidores que possibilite a chegada do produto até as zonas de consumo do interior do estado, dificultando, desta forma, a entrada do produto oriundo dos estados vizinhos;

- a inexistência de uma maior agressividade junto ao mercado interestadual, que deveria ser efetuada através da montagem de uma eficiente estrutura de transporte, embalagem, etc ..., fazendo com que o produto chegue ao local de destino em tempo hábil, facilitando uma melhor comercialização;

- a necessidade de aumentar e agilizar as pesquisas de variedades quanto à condução e manejo dos bananais, a fim de aumentar a oferta do produto na época de entressafra (agosto/setembro e outubro), pois o pique ocorre durante os meses de janeiro, fevereiro e março, época de muito calor e umidade, com maior incidência de pragas e doenças; coincide, também, com a safra de frutas de verão, como maçã, pêra, abacaxi, etc..., e, como consequência, há um menor consumo de banana, fazendo os preços declinarem;

- a falta de uma política de real estímulo à bananicultura no estado, embora seja uma cultura de grande alcance social.

Em 1985, foi comercializado, através das Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC, um volume de 4.547,58 toneladas distribuídas entre 1.819,97 toneladas de banana prata e 2.727,61 toneladas de banana caturra.

Em 1986 foram vendidas 3.880,82 toneladas via CEASA/SC, mostrando um decréscimo nas vendas, em relação ao ano anterior, de 666,76 t (tabela 8).

TABELA 8

BANANA - VOLUME MENSAL COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1984-86

(toneladas)

M E S	1 9 8 4			1 9 8 5			1 9 8 6		
	PRATA	CATURRA	TOTAL	PRATA	CATURRA	TOTAL	PRATA	CATURRA	TOTAL
Janeiro	137,41	91,91	229,32	91,58	142,90	234,48	187,35	223,44	410,79
Fevereiro	133,49	138,61	272,10	81,74	279,33	361,07	162,03	260,62	422,65
Março	141,76	114,37	256,13	156,97	239,22	396,19	213,44	165,68	379,12
Abril	125,83	109,47	235,30	184,87	282,14	467,01	164,97	133,32	298,29
Mai	64,16	107,10	171,26	148,41	232,18	380,59	165,74	102,90	268,64
Junho	80,44	97,28	177,72	122,62	250,53	373,15	188,74	98,27	287,01
Julho	107,61	130,08	237,69	144,11	237,25	381,36	148,42	91,05	239,47
Agosto	90,70	107,06	197,76	143,44	250,38	393,82	177,50	105,26	282,76
Setembro	122,33	77,29	199,62	171,73	240,90	412,63	198,35	129,62	327,97
Outubro	165,96	78,86	244,82	195,80	198,81	394,61	182,25	109,30	291,55
Novembro	141,91	97,15	239,06	206,80	179,02	385,82	220,44	133,02	353,46
Dezembro	129,95	123,43	253,38	171,90	194,95	366,85	190,41	128,70	319,11
TOTAL	1.441,55	1.272,61	2.714,16	1.819,97	2.727,61	4.547,58	2.199,64	1.681,18	3.880,82

FONTE: Análise Conjuntural CEASA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Cabe salientar que, da banana consumida na Grande Florianópolis, apenas uma parcela passa pela CEASA/SC, sendo que um volume expressivo é comercializado no mercado paralelo - diretamente do produtor ou atacadista de origem para o varejista (quitandas - feiras, etc ...).

Os preços da banana, a nível de atacado e varejo (tabelas 9 e 10), verificados no período de 1984 a 1986, praticados na CEASA/SC, quando corrigidos a preços médios de setembro/86, apresentaram os seguintes índices de crescimento:

ANO	ATACADO		VAREJO	
	Branca	Caturra	Branca	Caturra
1984	100	100	100	100
1985	113	69	117	76
1986	112	55	110	83

TABELA 9

BANANA - PREÇOS MÉDIOS A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC - 1984 - 86

(em cr\$/kg - a preços correntes)

MÊS	1 9 8 4				1 9 8 5				1 9 8 6 (1)			
	ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO	
	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA
Janeiro	133,06	158,04	154,57	158,67	638	489	728	552	2,01	1,15	2,01	1,22
Fevereiro	178,09	171,78	191,51	190,20	770	507	1.014	594	1,92	1,09	2,23	1,63
Março	187,85	151,54	198,41	182,60	740	424	974	560	1,83	1,09	1,89	1,66
Abril	186,82	183,77	205,10	215,81	601	405	887	509	1,87	1,28	1,93	1,50
Mai	197,43	239,09	218,72	251,85	668	454	773	540	1,86	1,38	1,94	1,74
Junho	204,02	244,41	235,09	238,04	661	486	815	557	1,97	1,39	2,27	...
Julho	216,50	211,32	251,37	236,11	760	550	901	612	2,03	1,64	2,55	2,08
Agosto	208,40	284,78	272,13	300,00	894	623	1.000	751	2,10	1,60	2,50	2,00
Setembro	253,33	404,58	298,95	408,33	958	661	981	774	2,22	1,99	2,48	2,40
Outubro	280,00	507,00	341,00	493,00	965	830	1.000	893	2,67	2,62	3,14	3,20
Novembro	333,00	422,00	399,00	518,00	1.027	952	1.043	1.068	2,73	2,65	3,32	3,25
Dezembro	385,00	384,00	428,00	400,00	1.188	963	1.200	1.071	2,68	2,60	3,36	2,83

FONTE: Análise Conjuntural CEASA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) - Em cruzados

TABELA 10

BANANA - PREÇOS MÉDIOS, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC - 1984-86

(em cz\$ 1,00/kg - a preços set/86)

MÊS	1 9 8 4				1 9 8 5				1 9 8 6			
	ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO	
	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA	PRATA	CATURRA
Jan.	1,94	2,31	2,25	2,31	2,80	2,14	3,19	2,42	2,52	1,44	2,52	1,53
Fev.	2,31	2,23	2,40	2,47	3,07	2,02	4,04	2,37	1,96	1,11	2,28	1,67
Mar.	2,22	1,79	2,34	2,15	2,61	1,50	3,44	1,98	1,89	1,12	1,95	1,71
Abr.	2,02	2,04	2,22	2,34	1,98	1,34	2,92	1,68	1,94	1,33	2,00	1,56
Mai.	1,96	2,38	2,18	2,51	2,04	1,39	2,36	1,65	1,92	1,43	2,01	1,80
Jun.	1,86	2,23	2,14	2,17	1,87	1,38	2,31	1,58	2,03	1,43	2,33	...
Jul.	1,79	1,74	2,08	1,95	1,98	1,43	2,34	1,59	2,07	1,68	2,61	2,13
Ago.	1,56	2,13	2,03	2,24	2,04	1,42	2,28	1,71	2,12	1,62	2,52	2,02
Set.	1,71	2,73	2,02	2,76	2,00	1,38	2,05	1,62	2,22	1,99	2,48	2,40
Out.	1,68	3,04	2,05	2,96	1,85	1,59	1,92	1,71	2,63	2,58	3,10	3,16
Nov.	1,82	2,36	2,18	2,83	1,71	1,59	1,74	1,78	2,63	2,55	3,20	3,13
Dez.	1,90	1,90	2,11	1,98	1,75	1,42	1,77	1,58	2,40	2,33	3,01	2,53

FONTE: Análise Conjuntural CEASA/SC - Tabela nº 9

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC, com base no Índice Geral de Preços (IGP),
Col. 2 (Disp. Interna) - F.G.V.

Fica demonstrado, portanto, tomando-se como base o ano de 1984, que os preços da banana tipo Caturra, seja a nível de atacado ou varejo, não acompanharam os aumentos das taxas de inflação nos anos de 1985 e 1986; por outro lado, a banana Branca mostra, em 1985 e 1986, um índice de crescimento superior à inflação em relação a 1984.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Atualmente, do total de produtores no estado, segundo a ACARESC, somente 10% têm suas lavouras de banana tecnificada. Alguns destes produtores chegam a obter um rendimento médio por ha de 40 toneladas, contra a média estadual de 12,5 t/ha. As perspectivas de um aumento real de tecnificação da bananicultura catarinense induzem a acreditar num crescente aumento da produção dessa cultura nos próximos anos. A previsão para 1987 é de uma produção de 323.850 toneladas numa área colhida de 25.500 ha, com um rendimento médio de 12.700 kg/ha (ver tabela 4).

Com a entrada da COOPERCÓTIA de São Paulo, na Região Sul, onde quase toda a comercialização é praticada por intermediários, a mesma está absorvendo boa parte da produção de banana Nanicão para exportação, em caixas de 30 kg, com produto de alta qualidade, para o mercado argentino.

Por outro lado, as instalações da extinta COOPERBANANA, após liquidadas suas dívidas pela Companhia Catarinense de Armazenamento-COCAR, deverão ser entregues à comunidade de Garuva, em forma de comodato, para serem utilizadas pelos produtores da região norte do estado.

Tais fatos deverão minimizar alguns dos problemas na área de produção, comercialização e abastecimento da banana em Santa Catarina.

3.4. BATATA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Dentre os diversos cultivos hortícolas, a bataticultura se distingue, a nível mundial, como a mais importante em termos de volume produzido.

É cultivada em praticamente todo o globo, com destaque para os países asiáticos e europeus, que respondem por mais de 85% da produção mundial.

O Brasil tem-se caracterizado, nas últimas safras, como o principal produtor da América Latina, ocupando entre a 18ª e a 20ª posição entre os maiores produtores mundiais do tubérculo.

A cultura é praticada, a nível nacional, em todos os estados brasileiros, sobressaindo-se, no entanto, como mais expressivos, os pertencentes às Regiões Sul e Sudeste do país, que, juntos, têm respondido por mais de 95% da área implantada e da produção bruta obtida nos últimos anos.

Em vista, entretanto, de certos entraves que periodicamente afetam a produção e a comercialização do produto, a bataticultura nacional, conforme se observa na tabela a seguir, não tem apresentado ganhos muito significativos nos últimos anos, a não ser pela melhoria da tecnologia empregada e que tem resultado em progressivos aumentos da produtividade média. A área cultivada, todavia, tem mostrado sensíveis involuções em determinados períodos de comercialização problemática, interferindo na produção bruta, que tem oscilado de acordo com a maior intensidade de plantio.

TABELA 1

BATATA - EVOLUÇÃO DA CULTURA NO BRASIL, SAFRAS 1974/75 A
1984/85

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QTDDE PRODUZI DA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1974/75	191.216	1.654.767	8.654
1975/76	199.641	1.897.518	9.505
1976/77	195.767	1.896.311	9.687
1977/78	211.315	2.013.882	9.530
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	169.070	1.826.579	10.804
1983/84	172.465	2.172.055	12.594
1984/85	157.369	1.989.258	12.641

FONTE: SNAB - SEPOC/MA e Fundação IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Em vista do exposto e objetivando assegurar a auto-suficiência nacional, o Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional da Produção Vegetal da SNAB, pretende a reativação do antigo Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Batatas, que tem por base primordial a recuperação e a expansão da bataticultura no país.

O referido Plano, a ser desenvolvido até o ano de 1990, propõe, como grandes objetivos:

- assegurar a produção e o abastecimento nacional de batatas para consumo "in natura" e industrial, através da recuperação e da expansão de áreas de produção;
- diminuir os custos de produção, incentivando a adoção de novas tecnologias poupadoras de insumos, tanto na produção de batata-semente como na produção de batata-consumo;
- desenvolver esforços para o incremento do consumo de batatas rústicas;
- organizar a produção nacional de batatas-semente, mantendo

restrição total e irreversível da importação para fins "diversos", permitindo somente a importação controlada de material para multiplicação.

Atualmente, a produção nacional - por volta de 2.000.000 toneladas de batatas, correspondendo a 160.000 ha cultivados - está assim distribuída, de acordo com as várias safras existentes no país: 52% da produção provém da safra das águas, 30% da safra das secas e apenas 18% da safra de inverno.

Para que sejam atingidos os objetivos fixados, pressupondo um melhor abastecimento nacional do produto, o Plano Nacional sugere uma melhor distribuição percentual das várias safras do país - 21,2% de produção na safra das águas, 32,6% na safra das secas e 46,2% na safra de inverno - e projeta para o ano de 1990 uma produção bruta ao redor de 2.800.000 toneladas do tubérculo, a ser obtida em 240.000 hectares.

O estado catarinense vem ocupando, sistematicamente, a 5ª colocação entre os maiores produtores nacionais, com colheitas que têm respondido por 8% a 9% da produção brasileira.

Esta atividade envolve, segundo o Censo Agropecuário de 1980, da Fundação IBGE, cerca de 37.000 pequenos agricultores catarinenses, sendo desenvolvida em praticamente todas as microrregiões do estado, e em duas safras bem distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas.

A primeira safra, ou das águas, constitui-se na mais significativa, tanto em área implantada como em regiões que a praticam. A produção desse cultivo responde, normalmente, por 75% a 80% do volume total obtido no estado, em cada ano agrícola, destacando-se como mais importantes as microrregiões dos Campos de Lages, Carbonífera, Colonial do Rio do Peixe, Planalto de Canoinhas, Colonial do Oeste Catarinense, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Alto Itajaí.

A segunda safra, ou das secas mais a de inverno, apresenta uma série de limitações de natureza climática, só sendo viável em regiões onde a ocorrência de geadas se dá em pequenas proporções. São importantes regiões desse cultivo as de Floria-

nópolis, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera e Colonial do Alto Itajaí, cuja produção representa em torno de 70% do volume colhido no estado nesta safra.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de batatas atingiu, em 1984, o expressivo volume de 312,2 milhões de toneladas, correspondentes a uma área implantada de 20,3 milhões de hectares.

Em relação aos dois anos anteriores, essa produção mostrou-se superior em 8,7%, incremento esse devido especificamente ao ganho na produtividade média, uma vez que a área de plantio vem permanecendo estacionária, entre 20,3 e 20,4 milhões de hectares.

Os maiores produtores mundiais do tubérculo têm sido os países dos continentes asiático e europeu, ou, mais precisamente, União Soviética, China, Polônia e Índia, sendo que no Continente Americano destacam-se as produções dos Estados Unidos e do Canadá, conforme pode ser mais bem visualizado na tabela a seguir:

TABELA 2

BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982/84

PAÍSES	(em 1.000 t)		
	1982	1983	1984
União Soviética	78.185	83.060	85.300
China	47.030	50.022	55.033
Polônia	31.951	34.473	37.437
Estados Unidos	16.109	15.146	16.404
Índia	9.912	9.956	12.250
Alemanha Oriental	8.883	7.063	8.000
Alemanha Ocidental	7.821	6.299	7.753
Romênia	5.006	6.209	6.500
Espanha	5.222	5.098	5.949
Brasil	2.155	1.827	2.172
TOTAL MUNDIAL	287.326	287.100	312.209

FONTE: Anuário FAO de Producción, vol. 38, 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de Brasil, os últimos levantamentos da Fundação IBGE/CEPAGRO - referentes ao mês de outubro/86, apontavam, para a safra 1985/86, uma área de plantio da ordem de 158.760 ha e uma produção bruta em torno de 1.793.282 t do produto.

Na hipótese de esta produção vir a se confirmar, esta safra terá sido inferior à precedente em 9,85%, muito embora a área de cultivo tenha apresentado, em mesmo período, um incremento de 0,88%.

O menor desempenho mostrado pela atividade nesse ano agrícola deveu-se, principalmente, à estiagem que assolou o Centro-Sul do país em fins de 1985 e início do corrente ano, e cujos reflexos se fizeram sentir de forma mais significativa no primeiro cultivo, ou safra das águas.

Em assim sendo, a primeira safra mostrou, como dados finais, uma área implantada de 94.467 ha e uma produção de 915.798 t de batatas, números estes que, se comparados aos da safra precedente, mostram-se envolvidos em 2,62% e 24,38%, na área de plantio e na produção obtida, respectivamente.

Os cinco principais estados produtores acusaram sensíveis reduções em suas expectativas iniciais de colheita, ou, mais precisamente, 13,08% em Minas Gerais, 5,87% em São Paulo, 30,28% no Paraná, 30,66% em Santa Catarina e 52,21% no Rio Grande do Sul.

O segundo cultivo, ou safra das secas mais a do inverno, por outro lado, vem apresentando números bastante otimistas, quer pela melhoria das condições de clima, por ocasião da implantação dos campos, quer por perspectivas de mercado mais promissoras.

Os últimos levantamentos mostravam uma área de plantio de 64.293 ha - superior em 6,52% em relação à safra passada, e uma expectativa de colheita da ordem de 877.484 t, ou seja, 12,76% superior à precedente.

A colheita desta safra, em meados de dezembro/86, achava-se concluída na Região Sul do país, e em final de ativi-

dade nos demais estados produtores.

Considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, os últimos levantamentos da Fundação IBGE/CEPAGRO apontam, para a safra 1985/86, os seguintes valores para os principais estados produtores:

TABELA 3

BATATA - PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1985/86 ⁽¹⁾

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
São Paulo	26.560	520.854	19.610
Minas Gerais	29.248	498.047	17.028
Paraná	40.509	416.496	10.284
Rio Grande do Sul	41.866	188.288	4.497
Santa Catarina	17.583	132.828	7.554
Outros	2.994	36.669	12.247
TOTAL DO BRASIL	158.760	1.793.282	11.296

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a confirmação.

Em Santa Catarina, a safra de batatas do ano agrícola 1985/86 apresentou, como dados finais, levantados pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, uma área cultivada de 17.583 ha e uma produção bruta de 132.828 t. O rendimento médio ficou em 7.554 kg/ha.

O menor resultado em relação às primeiras avaliações, que apontavam para uma produção ao redor de 172.860 t, deveu-se, conforme já observado, à falta de chuvas que se verificou em praticamente todo o ciclo vegetativo da cultura.

Se comparada à safra precedente, a produção deste ano agrícola foi menor em 17,96%, apesar de a área de plantio ter crescido, no período em questão, 1,55%.

No primeiro cultivo, ou safra das águas, o total dos campos implantados alcançou 14.005 ha, que responderam por uma produção de 100.965 t de batatas. O rendimento médio ficou

em apenas 7.209 kg/ha, constituindo-se, assim, num dos mais baixos já verificados no estado.

A quebra verificada sobre a expectativa inicial de produção dessa safra foi de 30,66%, e decorreu, especificamente, da estiagem que atingiu as principais regiões produtoras. Em relação ao ano agrícola 1984/85, a colheita desse cultivo foi menor em 23,16%.

Já na segunda safra, que engloba os cultivos das secas e do inverno, a área de plantio chegou a 3.578 ha e a produção bruta a 31.863 t do tubérculo. O rendimento médio foi da ordem de 8.905 kg/ha.

Esses números praticamente se igualam aos inicialmente previstos, e aos obtidos em mesma safra do ano anterior, pois, além de se tratar de cultivo tradicional, restrito a algumas regiões do estado, as condições de clima se mostraram mais favoráveis, sobretudo no que diz respeito à temperatura - o inverno foi ameno - e à melhor distribuição de chuvas.

TABELA 4

BATATA - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.241	160.692	9.320
1984/85	17.314	161.900	9.251
1985/86	17.583	132.828	7.554

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No contexto da produção microrregional, a análise da tabela a seguir mostra claramente quais as regiões que se destacaram na produção do tubérculo, nesse último ano agrícola, assim como as quebras verificadas em relação à safra precedente.

Observa-se que as microrregiões do Planalto, Meio-Oeste e Oeste-catarinense, que em conjunto representam mais de 50% da produção estadual, foram as mais afetadas pela estiagem e, conseqüentemente, as que acusaram quebras praticamente nos mesmos níveis da safra 1984/85.

TABELA 5

BATATA - PRODUÇÃO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SAFRA 1984/85 E 1985/86

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Col. de Joinville	75	15	900	180
Lit. de Itajaí	10	10	120	120
Col. de Blumenau	189	256	1.250	1.460
Col. Itajaí do Norte	228	255	1.841	2.160
Col. Alto Itajaí	1.735	2.015	13.644	13.116
Florianópolis	887	466	3.523	4.633
Col. Serrana Cat.	2.055	2.135	19.318	14.957
Litoral de Laguna	5	5	40	35
Carbonífera	2.449	2.825	26.977	25.688
Lit. Sul-catarinense	20	18	232	207
Col. Sul-catarinense	85	132	1.140	1.420
Campos de Lages	2.110	2.380	19.134	18.752
Campos de Curit.	835	695	7.551	5.633
Col. Rio do Peixe	2.051	1.970	20.479	13.184
Col. Oeste Catar.	2.410	2.401	23.890	16.402
Planalto Canoinhas	2.170	2.005	21.861	14.881
TOTAL DO ESTADO	17.314	17.583	161.900	132.828

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Como decorrência da frustração da primeira safra, responsável por quase 60% da produção brasileira, acrescido, ainda, da decretação, pelo Governo Federal, das Medidas de Estabilidade Econômica, e que redundaram em expressivo aumento da demanda pelo produto, o abastecimento nacional de batatas, durante o ano de 1986, processou-se de forma bastante conturbada.

Apenas nos primeiros meses do ano verificou-se uma certa normalidade, em termos de oferta e demanda, tendo em vista o "pique" de colheita da safra das águas. A partir de meados do mês de março, entretanto, começaram a surgir sérios problemas no abastecimento interno, que passou a se tornar crítico quando do tabelamento, pela SUNAB, dos preços a nível de atacado e varejo.

Essa medida, como se recorda, elevou sobremaneira as cotações a nível de produtor, que passou a efetuar suas vendas diretamente a grandes redes varejistas, uma vez que o segmento atacadista ficou sem condições de operar com o produto.

Somente com a internalização dos primeiros lotes de produto importado - foram adquiridas ao redor de 43.000 toneladas de batatas provenientes da Argentina, Síria, Holanda, França, Canadá, Uruguai e Portugal (o total de guias de importação enviadas chegou a 82.500 toneladas), é que o mercado nacional do tubérculo tendeu a uma certa normalidade, mesmo assim com os preços internos ainda muito aquecidos. A completa regularização da demanda, todavia, só será alcançada por ocasião da colheita das águas, referente à safra 1986/87.

O consumo nacional, que antes do Plano Cruzado era estimado, pelo Ministério da Agricultura, entre 80.000 e 90.000 t/mês, é avaliado, hoje, entre 110.000 e 120.000 t/mês.

A nível de Santa Catarina, o abastecimento do produto também enfrentou alguns obstáculos, quer pela sensível redução na produção esperada para essa safra, quer pelo aumento do consumo, que passou de 100.000 t/ano para algo em torno de 120.000 t/ano.

Esses problemas, contudo, foram de certa forma minimizados, tendo em vista a melhor distribuição da cultura no estado, quando comparada a nível de Brasil.

Mesmo assim, em determinados períodos, houve necessidade de importação de expressivos volumes do produto, a fim de que a demanda interna pudesse ser atendida a contento.

Em contrapartida, volume considerável de batata catarinense foi enviado à comercialização em outros estados, tendo em vista a oportunidade de preços mais atrativos.

Segundo dados do Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da COBAL, a participação catarinense no suprimento de consumo nacional - considerando-se somente os volumes transacionados nas diversas CEASA's do país e no entreposto da CEAGESP - alcançou, até o mês de setembro/86, cerca de 10.651,4 toneladas de batatas. Os maiores compradores do produto foram os estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Goiás e do Paraná.

A Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, CEASA/SC, movimentou, durante o ano de 1986, um total de 10.153,72 toneladas de batatas, o que representou, pois, um aumento de 17,24% quando comparado à oferta do ano anterior.

Do volume em questão, 5.384,44 toneladas, ou seja 53,03%, foram de produto local e o restante, 4.769,28 toneladas, formado de repasses efetuados, principalmente, pelos estados do Paraná (3.872,37 t) e São Paulo (890,91 t).

Apesar de a atividade ter enfrentado, nesse último ano agrícola, uma série de entraves de ordem climática, que redundaram em significativas perdas para o produtor e tornaram bastante deficitário o abastecimento nacional do tubérculo, a comercialização da safra, por outro lado, processou-se de forma excepcional.

Desde o início da colheita, e prosseguindo, depois, durante todo o transcorrer de 1986, os preços, a nível de produtor, em Santa Catarina como em todo o restante do país, foram muito atrativos, e se situaram, via de regra, em patamar bastan-

te superior aos custos de produção:

Em assim sendo, em vista da pouca disponibilidade de batatas em todas as regiões produtoras do Brasil, as margens de lucratividade, a nível local, foram muito significativas. Já no início da safra, quando a oferta era abundante, o diferencial entre o preço recebido pelos produtores e o custo de implantação da cultura ultrapassava a marca dos 50%. À medida, entretanto, que os problemas de abastecimento se avolumavam, face à redução da oferta, essas margens subiram para patamar superior a 100% sobre os custos.

Essa situação de escassez de oferta e preços elevados foi sobremaneira benéfica ao bataticultor, pois permitiu capitalizar novamente o setor - nas duas últimas safras os produtores de batatas encontraram sérios problemas de colocação do produto - e motivou o agricultor a reinvestir na atividade.

TABELA 6

BATATA - VOLUME COMERCIALIZADO NA CEASA/SC EM 1986 E PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS EM 1985 E 1986

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS - (Cz\$/kg)					
		PRODUTOR (1)		ATACADADO (2)		VAREJO (2)	
		1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	876,80	0,30	1,80	0,39	2,19	0,47	2,60
Fev	714,53	0,30	3,00	0,37	3,62	0,39	4,36
Mar	712,38	0,35	3,20	0,43	4,14	0,54	4,81
Abr	615,07	0,33	3,50	0,39	4,65	0,54	5,18
Mai	745,37	0,33	3,50	0,39	5,08	0,54	5,79
Jun	783,49	0,65	3,50	0,76	4,36	0,92	4,82
Jul	928,56	0,75	4,50	0,94	5,31	1,05	5,59
Ago	860,98	1,60	5,60	1,89	7,02	2,17	7,55
Set	938,52	1,93	5,60	2,30	6,55	2,85	7,72
Out	828,87	1,30	6,40	1,99	7,46	2,26	8,26
Nov	998,71	1,00	5,20	1,63	6,67	1,77	7,85
Dez	1.150,44	1,00	4,00	1,49	5,09	1,82	6,50
TOTAL	10.153,73	-	-	-	-	-	-

FONTE: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Em razão dos vários problemas constatados na última safra, e que acabaram por repercutir no abastecimento interno, além de elevar substancialmente os preços, em todos os níveis, sobretudo no segmento produtor, são muito promissoras as perspectivas de produção para o corrente ano agrícola 1986/87.

As primeiras avaliações, a nível nacional, para o cultivo das águas, já acusam acréscimos da ordem de 9,94% e 41,47% na área de plantio e na produção esperada, respectivamente, quando comparadas aos números obtidos na última safra.

Segundo a Fundação IBGE/CEPAGRO, as tendências atuais, para os principais estados produtores do país, apontam para uma expectativa de área de plantio de 103.781 ha e para uma produção bruta ao redor de 1.295.600 t do tubérculo.

As atividades pertinentes a esta safra encontram-se todas praticamente dentro do previsto, sendo que o plantio, em fins de dezembro, achava-se concluído na maioria dos estados. A colheita, por outro lado, já se encontra em andamento e deverá ter continuidade, ainda, até o segundo trimestre de 1987.

A produtividade média das lavouras já colhidas encontra-se dentro do esperado, e os preços praticados, a nível de produtor, entre Cz\$ 200,00 e Cz\$ 250,00/sc de 60 kg, situam-se acima dos custos de implantação da cultura.

A nível local, este primeiro cultivo também se mostra bastante promissor, quer em razão dos bons preços de mercado, constatados no último ano, quer pelas boas condições de clima verificadas até o presente momento.

As primeiras avaliações do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE/SC, apontam para uma área a ser implantada de 14.660 ha e para uma produção em torno de 136.300 t de batatas.

Esses números já se mostram superiores aos da safra passada em 5% e 35%, na área de plantio e na produção esperada,

respectivamente, e podem vir a ser alterados para maior, pelos motivos expostos anteriormente.

O plantio, em fins de dezembro, já havia sido concluído, sendo que a colheita, iniciada em novembro passado, deverá ter prosseguimento até início de maio próximo.

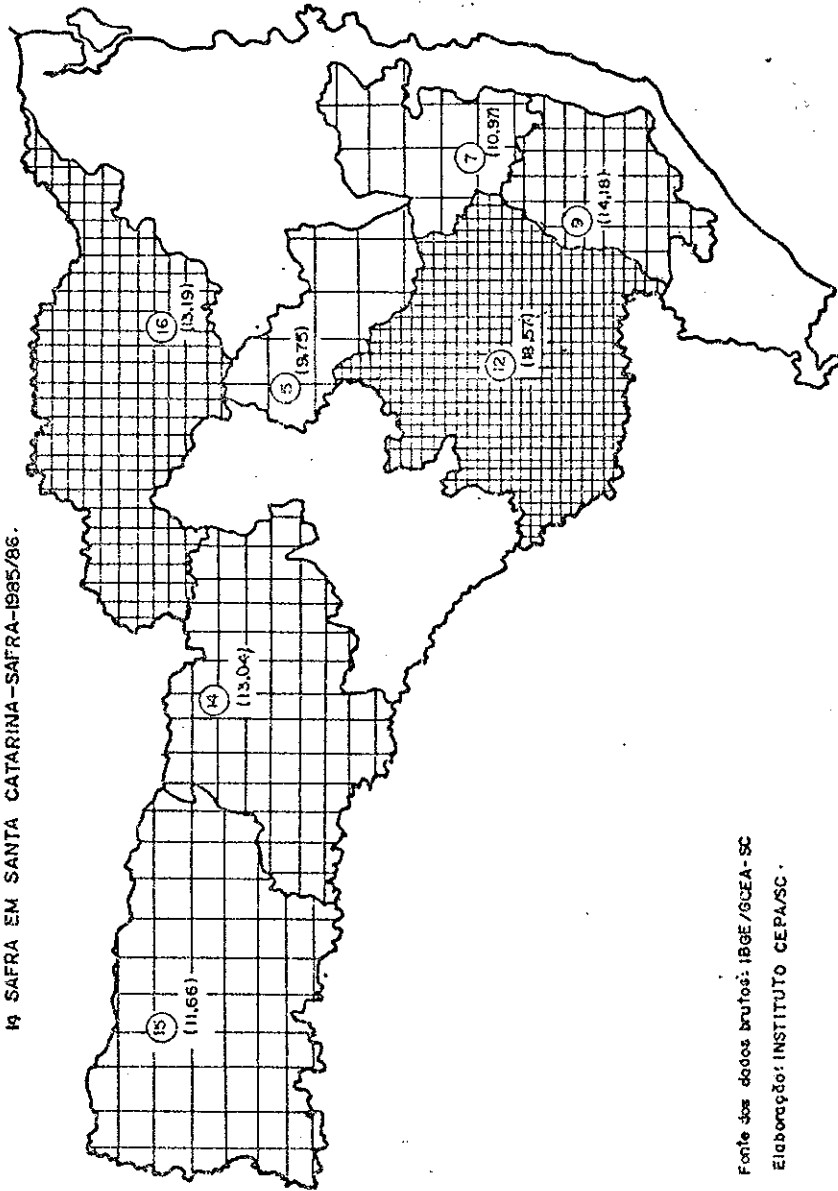
O volume de produto já colhido é avaliado em 32.000 toneladas de batatas.

Os preços, a nível de produto, neste início de colheita, em Santa Catarina, giram por volta de Cz\$ 200,00/sc de 50 kg.

O custo de produção do tubérculo está em torno de Cz\$ 150,00/sc de 50 kg.

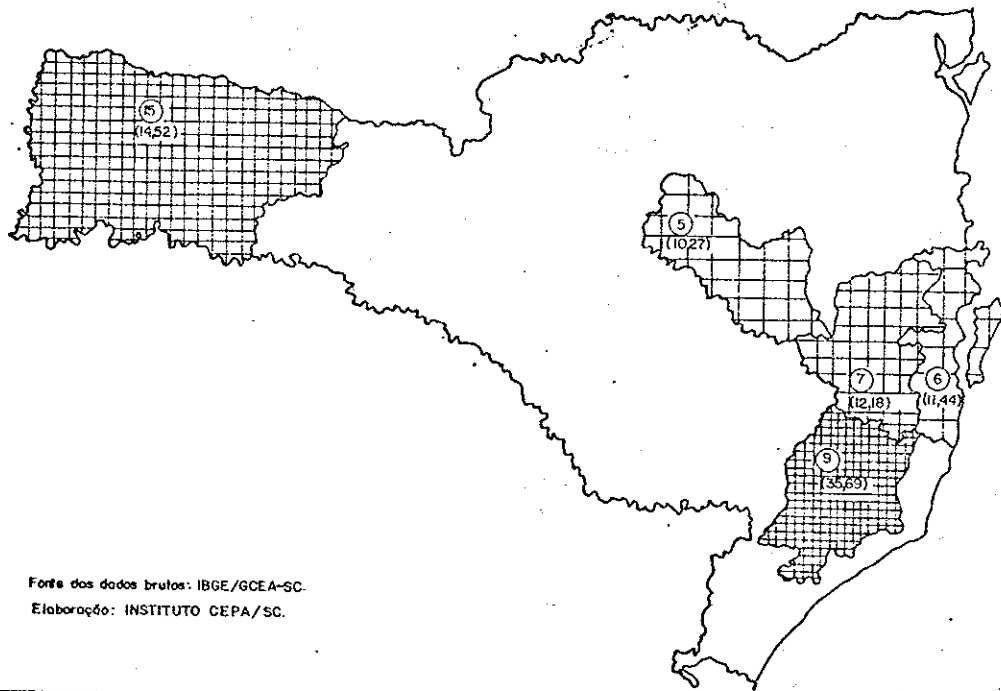
Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA

1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA-1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC.

Mapa 2 — PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA-20SAFRA EM SANTA CATARINA
SAFRA — 1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC.
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC.

3.5. CANA-DE-AÇÚCAR

1. CARACTERIZAÇÃO

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior país produtor, com uma participação de 25,81%.

O estado de Santa Catarina, a nível nacional, ocupa a 17ª posição, com uma participação de 0,45%.

Estima-se que aproximadamente 4.000 famílias se dedicam à exploração de cana-de-açúcar para fins econômicos e que existem no estado, conforme Censo Agropecuário de Santa Catarina, da Fundação IBGE, 1980, 44.177 estabelecimentos que produzem cana-de-açúcar, concentrados nas microrregiões homogêneas Colonial Oeste Catarinense, Colonial de Blumenau, Carbonífera, Colonial do Rio do Peixe, Colonial de Joinville, Colonial do Alto Itajaí, Colonial Serrana Catarinense e a de Florianópolis.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de cana-de-açúcar, em 1984, foi de 935.769 mil toneladas, superior em 4% em relação a 1983 (806.864 mil toneladas) (tabela 1).

Os principais países produtores são o Brasil, com 241.518 mil toneladas (25,81%), Índia, com 177.020 mil toneladas (18,92%), Cuba, com 75.000 mil toneladas (8,01%) e a China, com 46.191 mil toneladas (4,94%) (tabela 1).

A produção nacional de cana-de-açúcar (252.100.498 toneladas, para 1986, conforme dados estimados pela Fundação IBGE), tem no estado de São Paulo o maior produtor, com 121.272.113 toneladas, representando 48,11% da produção nacional, seguido pelos estados de Alagoas (9,93%), Pernambuco (9,19%), Minas Gerais (6,88%) e Rio de Janeiro (4,55%) (tabela 2).

TABELA 1

CANA-DE-AÇÚCAR - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA
PRODUÇÃO MUNDIAL, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO
1982 - 84

PAÍSES	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	QTIDADE (1000t)	PARTICIP. (%)	QTIDADE (1000t)	PARTICIP. (%)	QTIDADE (1000t)	PARTICIP. (%)
Brasil	186.647	21,03	216.534	24,14	241.518	25,81
Índia	186.358	20,99	189.506	21,13	177.020	18,92
Cuba	73.100	8,23	69.700	7,77	75.000	8,01
China	45.157	5,09	38.211	4,26	46.191	4,94
México	34.066	3,84	34.109	3,80	36.500	3,90
Paquistão	36.580	4,12	32.534	3,63	34.287	3,66
Austrália	24.817	2,80	24.263	2,71	25.600	2,74
Tailândia	30.200	3,40	24.407	2,72	24.894	2,66
Colômbia	23.500	2,65	25.200	2,81	24.000	2,56
Indonésia	21.794	2,45	24.470	2,73	23.726	2,54
Outros Países	225.489	25,40	217.930	24,30	227.033	24,26
TOTAL MUNDIAL	887.708	100,00	896.864	100,00	935.769	100,00

FONTE: Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a
Agricultura e Alimentação.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO
NO TOTAL DA CULTURA - 1985 - 86.

ESTADOS	1 9 8 5					1 9 8 6 (1)				
	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO OBTIDA		RENDIMENTO (kg/ha)	ÁREA DESTINADA À COLHEITA		PRODUÇÃO ESPERADA		RENDIMENTO (kg/ha)
	ha	%	toneladas	%		ha	%	toneladas	%	
São Paulo	1.666.176	42,73	125.872.013	51,05	75.545	1.680.276	41,11	121.272.113	48,11	72.174
Alagoas	482.590	12,38	24.338.040	9,87	50.432	496.454	12,15	25.003.211	9,93	50.364
Pernambuco	413.361	10,60	20.826.398	8,45	50.383	446.459	10,92	23.139.194	9,19	51.828
Minas Gerais	280.146	7,18	16.212.575	6,58	57.872	294.386	7,20	17.324.356	6,88	58.849
Rio de Janeiro	217.084	5,57	10.946.510	4,44	50.425	229.630	5,62	11.481.500	4,55	50.000
Paraná	140.878	3,61	10.425.000	4,23	74.000	160.000	3,92	11.000.000	4,36	68.750
Paraíba	178.351	4,57	10.746.800	4,36	60.256	178.077	4,36	10.723.252	4,25	60.217
Goiás	90.100	2,31	6.028.860	2,45	66.913	100.000	2,45	6.800.000	2,70	68.000
Mato Grosso do Sul	50.650	1,30	3.170.806	1,29	62.602	72.000	1,76	4.464.000	1,77	62.000
Bahia	83.000	2,13	3.237.000	1,31	39.000	85.000	2,08	3.315.000	1,31	39.000
Mato Grosso	31.891	0,82	1.866.236	0,76	58.519	42.493	1,04	2.981.173	1,18	70.157
Espírito Santo	45.408	1,16	2.740.320	1,11	60.349	49.396	1,21	2.958.706	1,17	59.898
Rio Grde. do Norte	52.433	1,34	2.575.486	1,04	49.120	59.555	1,46	2.957.373	1,17	49.658
Ceará	44.731	1,15	1.881.335	0,76	42.059	54.845	1,34	2.339.594	0,93	42.658
Sergipe	26.543	0,68	1.601.861	0,65	60.350	33.035	0,81	1.720.528	0,68	52.082
Maranhão	23.697	0,61	1.108.747	0,45	46.788	26.271	0,64	1.241.486	0,49	47.257
Santa Catarina	22.833	0,59	1.082.237	0,44	47.398	23.576 ⁽²⁾	0,58	1.138.726 ⁽²⁾	0,45	49.272
Rio Grande do Sul	32.087	0,82	971.292	0,39	30.271	32.453	0,79	1.043.873	0,41	32.166
Piauí	11.413	0,29	542.876	0,22	47.566	12.338	0,30	614.246	0,24	49.785
Pará	3.753	0,10	257.841	0,10	68.703	7.844	0,19	451.553	0,18	57.567
Amazonas	1.208	0,03	59.192	0,03	49.000	1.508	0,04	80.192	0,03	53.178
Outros Estados	1.225	0,03	50.791	0,02	41.462	1.226	0,03	50.422	0,02	41.127
BRASIL	3.899.558	100,00	246.542.216	100,00	63.223	4.086.822	100,00	252.100.498	100,00	61.686

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) - Estimativas da Fundação IBGE, em out./86

(2) - Dados de produção obtida e área colhida conforme Fundação IBGE, em nov./86

Santa Catarina, com uma produção de 1.138.726 toneladas, ocupa a 17ª posição no contexto nacional.

As principais microrregiões homogêneas produtoras de cana-de-açúcar são as do Litoral do Itajaí, Florianópolis, Serra Catarinense, Colonial de Joinville e a Colonial Oeste Catarinense (tabela 3 e mapa 1).

TABELA 3

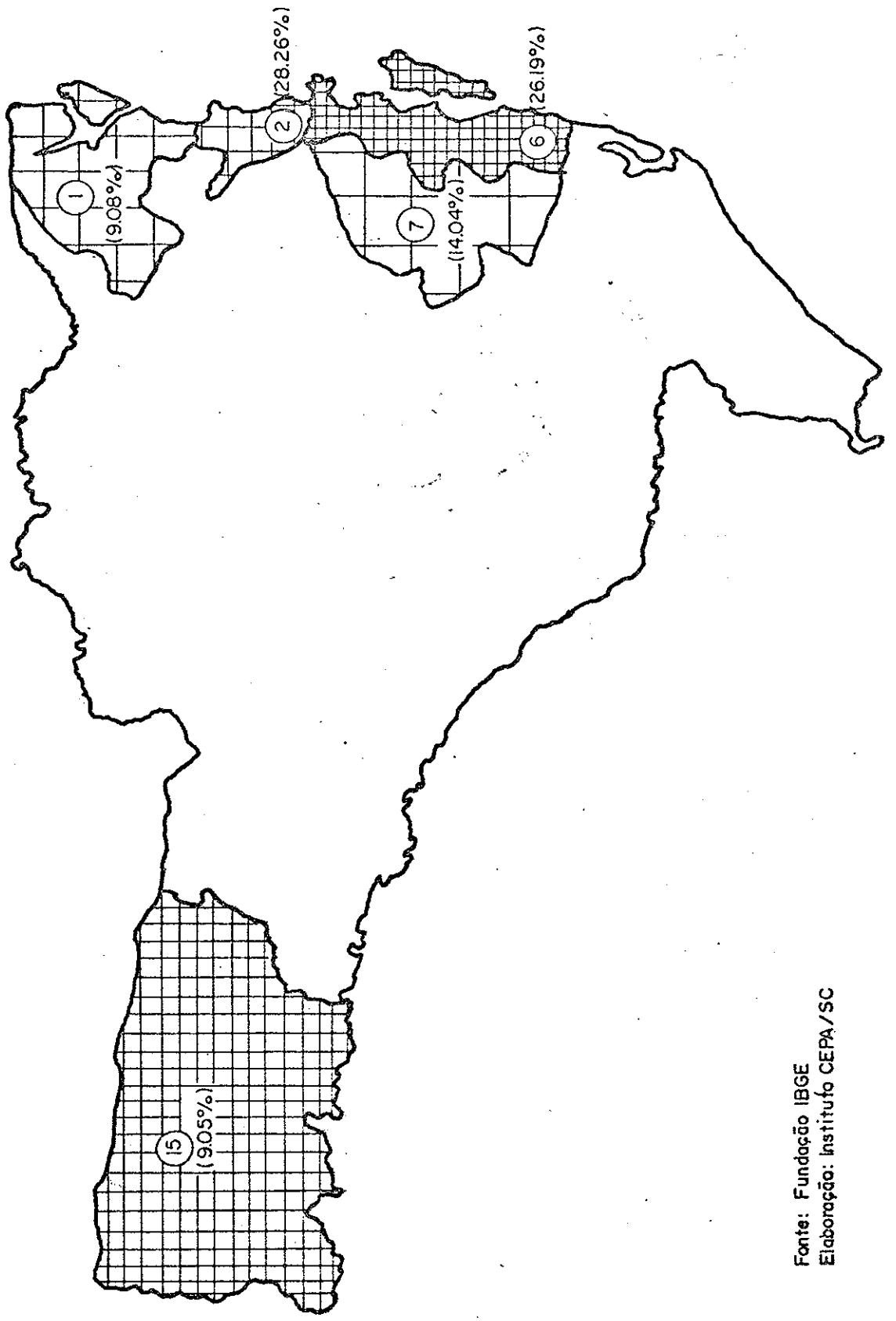
CANA-DE-AÇÚCAR - PRODUÇÃO CATARINENSE, POR MRH - SAFRAS 1984/85 - 1985/86

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	SAFRA - 1984/85				SAFRA - 1985/86			
	ÁREA PLTADA (ex. 31.12.84) (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	REND. MÉDIO OBTIDO (kg/ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	ÁREA PLTADA (ex. 31.12.85) (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	REND. MÉDIO OBTIDO (kg/ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)
Colonial de Joinville	2.470	2.470	44.231	109.250	2.330	2.330	44.356	103.350
Litoral de Itajaí	4.675	4.675	66.561	311.175	4.655	4.655	69.130	321.800
Colonial de Blumenau	1.795	1.795	39.457	67.275	1.825	1.820	39.615	72.100
Florianópolis	4.713	4.603	62.373	287.105	4.733	4.733	63.013	298.240
Serra Catarinense	3.195	3.145	55.303	173.927	2.792	2.792	57.264	159.882
Litoral de Laguna	142	142	34.366	4.880	152	152	34.737	5.280
Carbonífera	915	915	32.814	30.025	1.057	1.057	33.051	34.935
Lit. Sul Catarinense	341	341	23.460	8.000	341	341	29.326	10.000
Col. Sul Catarinense	320	320	20.625	6.600	320	320	23.125	7.400
Campos de Curitiba	33	13	20.000	260	30	30	20.000	260
Colonial Rio do Peixe	1.089	1.089	23.398	25.480	1.136	1.136	19.788	22.479
Col. Oeste Catarinense	3.795	3.415	46.703	159.490	4.205	3.745	27.503	103.000
ESTADO	23.483	22.833	51.831	1.183.467	23.576	23.111	49.272	1.138.726

FONTE: Fundação IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Mapa 1 - Participação das principais MRH na produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina - Safra 1985/86



Fonte: Fundação IBGE
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tomando-se como base o ano de 1976, ao estabelecer-se uma comparação, nos índices de crescimento da cultura de cana-de-açúcar, entre o país e o estado, constatamos que enquanto o Brasil teve em 1986 um substancial aumento, tanto na área como na produção, e razoável no rendimento, o estado de Santa Catarina teve índices crescentes, mas pequenos, tanto na área como na produção, e decrescente no rendimento. Pode-se explicar esse decréscimo no rendimento agrícola da cultura pelos efeitos que ainda se fizeram sentir das enchentes de 83 e 84, além de que em 1985/86 ocorreram estiagens que também influenciaram negativamente, mas que, por outro lado, vieram a provocar uma antecipação do término da colheita da cana-de-açúcar e um aumento no rendimento industrial para as usinas (tabela 4).

Ressalte-se, também, que os fornecedores, tendo em vista a política de preços do setor, ficaram, nas últimas safras, desmotivados com a cultura, dedicando-se a outros ramos da atividade agropecuária, limitando-se à colheita da cana sem o manejo necessário às soqueiras remanescentes, ocasionando um baixo rendimento agrícola, com conseqüente diminuição da produção; apesar disto, a produção mantém-se relativamente equilibrada, em função de que as usinas têm procurado aplicar novas tecnologias em termos de variedades, mudas sadias e tratamentos culturais.

TABELA 4

CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA
BRASIL E SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 - 1985/86

ANO	B R A S I L			SANTA CATARINA			ÍNDICE DE CRESCIMENTO						
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMTY (kg/ha)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMTY (kg/ha)	B R A S I L		SANTA CATARINA		RENDIMTY	RENTIMTY	
							ÁREA	PRODUÇÃO	ÁREA	PRODUÇÃO			
1975/76	2.093.483	103.173.449	49.283	17.132	853.627	49.826	100	100	100	100	100	100	100
1976/77	2.270.036	120.081.700	52.899	19.664	955.022	48.567	116	107	115	112	107	112	97
1977/78	2.391.455	129.144.950	54.003	20.873	1.043.126	49.975	125	110	122	122	110	122	100
1978/79	2.536.976	138.898.882	57.750	20.124	1.094.780	53.905	135	117	117	127	117	127	108
1979/80	2.607.628	148.640.563	57.006	22.632	1.170.361	51.713	144	116	132	137	116	137	104
1980/81	2.825.879	155.924.109	55.177	18.129	1.002.330	55.289	151	112	106	117	112	117	111
1981/82	3.073.033	184.219.067	59.947	20.000	1.100.000	55.000	179	122	117	129	122	129	110
1982/83	3.447.390	216.703.375	62.860	18.499	831.402	44.943	210	128	108	97	128	108	90
1983/84	3.862.259	241.518.012	62.533	20.449	976.437	47.750	234	127	119	114	127	119	96
1984/85	3.899.558	246.542.216	63.223	22.833	1.183.467	51.831	239	128	133	139	128	133	104
1985/86	4.086.822	252.100.498	61.686	23.576	1.138.726	49.272	244	125	138	133	125	138	99

FONTE: SUPLEN (Série Estatística Agropecuária) e Fundação IBGE (Censos Agropecuários e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) - Estimativas da Fundação IBGE em out/86

(2) - Dado de produção obtida e área colhida, conforme Fundação IBGE, em nov/86.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Os principais produtos derivados da cana-de-açúcar são o açúcar e o álcool.

O mercado de açúcar, a nível mundial, apresentou-se em baixa no corrente ano, fazendo, inclusive, com que o Instituto do Açúcar e do Álcool-IAA, atendesse somente aos contratos de exportação já firmados.

Com relação ao álcool, no intuito de atender à demanda aquecida do mercado interno, o Brasil cancelou recentemente as cotas de exportação, destinadas basicamente aos Estados Unidos da América e ao Japão.

A nível nacional ⁽¹⁾, do total de cana-de-açúcar produzido no país, um terço é destinado ao fabrico do açúcar e o restante ao de álcool. Ao lado da Índia e de Cuba, mesmo com o excepcional crescimento da indústria alcooleira nacional, o Brasil é detentor de uma das mais significativas produções mundiais de açúcar.

A intervenção governamental na atividade agroindustrial de cana-de-açúcar brasileira é total, compreendendo desde a fixação dos preços, o estabelecimento das cotas de produção, os volumes a serem comercializados e o seu destino, até o monopólio na exportação do alimento.

185 usinas participam da produção açucareira do país, sendo 66 localizadas na Região Norte-Nordeste e 119 no Centro-Sul brasileiro, fazendo com que tenhamos a produção durante todo o ano. A capacidade instalada do parque açucareiro é da ordem de doze milhões de toneladas de açúcar/safra, sendo que este volume tem-se mantido inalterado nos últimos anos.

Em torno de 70% da produção de açúcar no último quinquênio tem sido voltada aos mercados consumidores internos e os 30% restantes são destinados à exportação. O Brasil é o segundo

(1) BERTELLI, L.G. A indústria açucareira e o plano cruzado. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 out. 1986:8.

maior exportador mundial de açúcar (o primeiro é Cuba), respondendo por cerca de 11% do volume total comercializado no mercado livre (tabela 5).

TABELA 5

AÇÚCAR - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES (EQUIVALENTE BRUTO - TOTAL), 1982 - 84.

PAÍSES	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	QTDDE (1000 t)	PARTICIP. (%)	QTDDE (1000 t)	PARTICIP. (%)	QTDDE (1000 t)	PARTICIP. (%)
Cuba	7.436	23,98	6.747	22,67	6.746	23,60
Brasil	2.805	9,05	2.572	8,64	3.165	11,07
França	3.004	9,69	2.737	9,20	2.851	9,97
Austrália	2.499	8,06	2.549	8,56	2.358	8,25
Tailândia	2.216	7,15	1.553	5,22	1.240	4,34
Alemanha Oc.	1.310	4,22	1.163	3,91	1.019	3,56
Filipinas	1.261	4,07	973	3,27	880	3,08
Bélgica	769	2,48	770	2,59	835	2,92
Argentina	255	0,82	892	3,00	493	1,72
Turquia	180	0,58	283	0,95	484	1,69
Outros Países	9.276	29,90	9.522	31,99	8.516	29,8
TOTAL MUNDIAL	31.011	100,00	29.761	100,00	28.587	100,00

FONTE: Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A partir do PROALCOOL, com a destinação de um volume de cana maior para a produção de carburante e redução de nossa oferta de açúcar para os mercados externos, em decorrência dos preços em declínio, o governo diminuiu a exportação, em 1985, de 3,1 milhões de toneladas para 2,5 milhões, retirando 600 milhões de toneladas do mercado, o que causou uma pequena reação positiva nos preços do mercado internacional.

Na safra em curso (1986/87), o Brasil deverá produzir aproximadamente 8,6 milhões de toneladas de açúcar, o que representa um acréscimo de 9,4% sobre a quantidade produzida na safra anterior, e aproximadamente 11,7 bilhões de litros de álcool, o que representa um decréscimo de aproximadamente 1% em relação à safra anterior (11,8 bilhões).

No estado de Santa Catarina, as principais agroindústrias que operam com o produto são: a Usina Tijucas, a Usina Adelaide (ambas pertencentes ao grupo USATI) e a Destilaria Chapecó.

A Usina Tijucas colheu, na safra 1985/86, em 2.876,52 ha, uma produção de 228.484,35 toneladas, apresentando um rendimento de 79,31 t/ha, mais 6.045,64 toneladas de fornecedores, estando prevista uma produção de 406.086 sacas de 50 kg de açúcar.

A Usina Adelaide colheu, na safra 1985/86, em 3.156 ha, uma produção de 229.136,83 toneladas, obtendo um rendimento de 72,60 t/ha, mais 90,49 toneladas de fornecedores, estando prevista uma produção de 377.476 sacas de 50 kg de açúcar e 9 milhões de litros de álcool.

A produção de açúcar refinado das usinas da USATI, com matéria-prima própria, na safra 85/86, significa 8% do total de açúcar produzido pelas refinarias das mesmas.

O total de açúcar refinado granulado produzido pelas usinas do grupo gira ao redor de 9 milhões de sacas de 50 kg. Toda a exportação é realizada através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A Destilaria Chapecô colheu, na safra 1985/86, numa área de 254,8 ha, 20.100 toneladas de cana-de-açúcar, com rendimento médio de 78,9 t/ha.

Dados do IAA/Planaisucar, de 1986, indicam que a produção catarinense de açúcar e de álcool foi de 783.562 sacas de 50 kg e 10.200 mil litros, respectivamente.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

A tendência mundial de produção de cana-de-açúcar deverá manter-se dentro dos níveis atuais, principalmente em função dos elevados estoques que tendem a manter em baixa os preços no mercado internacional.

As perspectivas para a safra 1986/87 de cana-de-açúcar no Brasil são de 225.000.000 t, numa área de 4.100.000 ha, com rendimento de 54,5 t/ha.

O Instituto do Açúcar e do Alcool estabeleceu um plano trienal de safra para o setor de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. O plano compreende as safras 1986/87, 1987/88 e 1988/89.

De acordo com o IAA, o plano trienal foi montado "a fim de proporcionar a necessária orientação ao setor produtivo, quer na formação de seus contingentes de matérias-primas, quer na realização dos investimentos industriais". Anualmente, por ocasião da elaboração do plano de safra, o plano plurianual será revisto, de modo a possibilitar a inclusão de, no mínimo, mais um ano no seu período de vigência.

Na safra 1986/87, o IAA definiu um volume de produção de 8,56 milhões de toneladas de açúcar e de 11,728 bilhões de litros de álcool. Do total previsto para a produção de açúcar, o governo resolveu destinar 6,56 milhões de toneladas para o mercado interno e 2 milhões de toneladas para a exportação. Isto, depois de reter 700 mil toneladas que seriam destinadas à exportação, por causa da queda dos preços do açúcar no mercado internacional.

Neste plano trienal, está sendo prevista para a safra 87/88, a produção de 7,4 milhões de toneladas de açúcar e 13,5 bilhões de litros de álcool, e, para a safra 88/89, 6,9 milhões de toneladas de açúcar e 15,3 bilhões de litros de álcool.

A nível de Santa Catarina, as estimativas para a safra 1986/87 de cana-de-açúcar são da ordem de 1.150.000 toneladas numa área a colher de 23.000 ha, sendo esperado um rendimento médio de 50 t/ha.

As estimativas de produção de cana-de-açúcar das Usinas do grupo USATI, para a safra 1986/87, são de 526.100 toneladas para uma área a ser colhida de 6.900 ha, com rendimento médio de 76,20 t/ha, sendo estimada uma produção de aproximadamente 873.000 sacas de 50 kg de açúcar.

Com relação à produção de álcool, a destilaria Chapecô, para a safra 1986/87, deverá colher 30.000 toneladas, numa área de 375 ha, com rendimento médio de 80,0 t/ha, e produzir 1.860 mil litros de álcool.

3.6. CEBOLA

1. CARACTERIZAÇÃO DA CULTURA

O último censo agropecuário - 1980, revelava o envolvimento de 20.097 famílias com a cultura da cebola em Santa Catarina. Destas, 16.120 eram proprietárias e as demais produziam em regime de arrendamento ou de parceria. Daí para diante, embora tenham ocorrido mudanças expressivas na área cultivada, a cebola não deixou de ser uma cultura de ocupação de pequenas áreas com intensa ocupação de mão-de-obra familiar..

No Brasil, essa característica não é diferente, embora existam, em alguns estados, grandes cebolicultores, como em São Paulo e Vale do São Francisco (Nordeste).

A cebola no país é produzida em épocas muito distintas.

No Sul, é realizada apenas uma safra por ano, cujos plantios são efetuados em meados do ano, enquanto a colheita ocorre de outubro em diante. Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina armazenam suas produções e as comercializam desde novembro até meados do ano seguinte (maio/junho). As condições de clima, o estado fitossanitário das lavouras e o volume colhido é que determinam o tempo de armazenagem.

No estado de São Paulo são realizadas safras em épocas diferentes. A safra de bulbilhos, também conhecida como de "soqueira", é plantada de fevereiro a março e colhida de abril a junho. As cebolas híbridas ou claras-precoces, são colhidas a partir de junho, até outubro; por último, as cebolas-baias precoces são colhidas de outubro a dezembro ou janeiro, coincidindo com a safra do Sul.

No Vale do São Francisco, os estados da Bahia e de Pernambuco realizam, em conjunto, a grande safra nordestina com cultivares híbridas e cebolas do tipo pêra precoces, cuja co-

lheita em época normal ocorre de maio a setembro, e a safra considerada temporã, com pouca expressão em volume de oferta, é colhida de outubro a dezembro.

Há outros estados produtores, porém sua participação em nível de abastecimento nacional é pouco significativa.

Os principais estados produtores, com suas épocas de oferta para o mercado brasileiro, estão representados no quadro nº 1, a seguir.

QUADRO 1

CEBOLA - PERÍODO DE OFERTAS PELOS PRINCIPAIS ESTADOS
PRODUTORES DO BRASIL

ESTADO	ÉPOCA DA OFERTA											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Rio G. do Sul	X	X	X	X	X	X						X
Sta Catarina	X	X	X	X	X	X					X	X
Paraná	X	X	X							X	X	X
São Paulo												
- Soqueira				X	X	X						
- Claras Precoces						X	X	X	X	X		
- Baias Periformes X										X	X	X
Bahia					X	X	X	X	X	X		
Pernambuco					X	X	X	X	X	X		

FONTE: Instituto CEPA/SC

Os plantios de cebola, em Santa Catarina, se concentram nas microrregiões Colonial do Alto Vale do Itajaí, e Colonial Serrana Catarinense, onde se destacam os seguintes municípios com suas respectivas participações na área cultivada na safra 1985/86: Ituporanga (25,8%), Alfredo Wagner (16,8%), Aurora (6,6%), Petrolândia (6,0%), Leoberto Leal (4,8%), Agrolândia (3,9%), Atalanta (3,0%), Imbuia (2,7%), Rancho Queimado (2,1%), Anitápolis (1,8%), Angelina (1,5%), Lontras (1,5%), Laurentino (1,5%), Águas Mornas (1,2%) e Trombudo Central (1,2%).

Esses quinze municípios perfizeram cerca de 80% da área ocupada com a cultura da cebola na safra 1985/86.

2. PRODUÇÃO

Os três países maiores produtores são, China, Índia e União Soviética. Entretanto, suas produções são elevadas em face da grande área cultivada nesses países. As maiores produtividades médias são alcançadas pelos U.S.A, seguidos pelo Japão e pela Espanha, conforme demonstrado na tabela 1.

TABELA 1

CEBOLA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1984

PAÍS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
China	221.000	3.038.000	13.746
Índia	265.000	2.782.000	10.498
URSS	175.000	2.150.000	12.286
U.S.A.	49.000	1.885.000	38.469
Japão	30.000	1.154.000	38.467
Turquia	75.000	1.100.000	14.667
Espanha	34.000	1.114.000	37.765
Egito	15.000	400.000	26.667
Brasil	69.000	714.000	10.348
Itália	20.000	488.000	24.400

FONTE: FAO Trade Yearbook - 1984.

Na safra brasileira de 1985/86, embora em algumas regiões produtoras os dados ainda não sejam definitivos, uma vez que as colheitas não foram encerradas, os levantamentos do IBGE/CEPAGRO indicam uma área de 63.403 ha ocupados com a cultura, representando um crescimento de 9,7% em relação à safra anterior. A produção de 635.288 toneladas ficou muito próxima da obtida no ano precedente, e deverá acusar um decréscimo em torno de 0,27%. A causa da menor oferta de bulbos foi a queda no rendimento médio, que passou de 11.508 kg/ha para 10.020 kg/ha, em consequência da estiagem ocorrida no Sul do país durante os meses de novembro e dezembro.

Na verdade, as duas últimas safras - 1984/85 e 1985/86 - foram as menores safras brasileiras dos últimos sete anos, sendo as ocorrências climáticas as responsáveis pelo mau desempenho do quadro da cebolicultura nacional.

A tabela 2, a seguir, apresenta a produção dos cinco principais estados produtores ao longo dos últimos 7 anos.

TABELA 2

CEBOLA - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS 1978/79 A 1985/86

ESTADOS	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
Rio Grande do Sul	150.700	151.193	192.665	168.555	167.483	155.988	172.876	107.645*
São Paulo	307.000	279.789	282.600	255.730	253.900	265.421	236.877	264.283
Pernambuco	68.139	87.028	70.728	54.091	92.714	81.789	22.721	42.032*
Santa Catarina	94.017	103.605	151.809	113.745	125.756	111.116	148.130	148.426
Bahia	22.860	40.140	40.790	46.023	52.890	71.905	20.361	47.124*
TOTAL	642.716	661.755	738.592	638.144	692.743	686.219	600.965	609.510
BRASIL	691.071	694.585	778.403	670.734	725.269	718.394	637.029	635.288

FONTE: IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: SEP/SNAP/Instituto CEPA/SC

(*) Dados de novembro - não definitivos

O estado de Santa Catarina começou a se destacar como grande produtor de cebola a partir da safra 1978/79. A partir daquele ano agrícola, o estado passou a ocupar a terceira posição em volume de produção nacional, condição que se modificou na última safra - 1985/86, quando suplantou o Rio Grande do Sul, passando a segundo maior produtor. Essa ascensão se deu pelo aumento da área cultivada, 15,7% superior à precedente, e, principalmente, em função da frustração da safra gaúcha que retrocedeu quase 38% em relação à safra anterior, conforme demonstrado na tabela 2. A estiagem ocorrida no Centro-Sul do país teve seus reflexos recaídos sobre os plantios de cebola no Sul, porém com muito mais intensidade no Rio Grande do Sul. O rendimento médio das lavouras catarinenses, face às adversidades climáticas, caiu de 10.280 para 8.900 kg/ha, enquanto no Rio Grande do Sul o rendimento médio passou de 9.512 para 6.250 kg/ha. Mesmo assim, a produção de Santa Catarina apresentou mais de 23% do volume produzido no país.

A tabela 3 demonstra a participação dos estados na cultura da cebola.

TABELA 3

CEBOLA - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA CULTURA - BRASIL - SAFRA 1985/86 ⁽¹⁾

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTIC. NA PROD. (%)
Pernambuco ^(*)	3.614	42.032	11.630	6,62
Sergipe	25	125	5.000	0,02
Bahia ^(*)	4.380	47.124	10.759	7,42
São Paulo ^(*)	15.770	264.283	16.759	41,60
Paraná	4.634	19.300	4.165	3,04
Santa Catarina	16.678	148.426	8.900	23,36
Rio Grande Sul	17.223	107.645	6.250	16,94
Outros	1.079	6.353	5.880	1,00
TOTAL	63.403	635.288	10.020	100,00

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO - novembro/86.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Safras ainda não concluídas.

(1) Situação em novembro/86

Ao ser estabelecida a safra catarinense de 1985/86, os prognósticos iniciais revelaram uma disposição dos produtores de manter suas áreas de cultivo semelhantes às cultivadas no ano anterior. No entanto, devido a vários fatores circunstanciais, essa disposição acabou sendo modificada. A área, que já havia crescido na safra anterior, voltou a expandir. Assim, no intervalo de duas safras (1983/84 a 1985/86), a lavoura de cebola em Santa Catarina passou de 12.157 ha, para 16.678 ha, significando um aumento de 4.521 ha (37%).

Os fatores apontados como motivadores do aumento dos plantios na última safra - 1985/86, foram: a) grande disponibilidade de sementes na época de plantio a preços relativamente baixos; b) a disparada dos preços da cebola a partir do mês de maio; c) o elevado índice de aproveitamento de mudas favorecido pelas condições climáticas.

No transcorrer do ano de 1985, apesar da pouca precipitação pluviométrica durante os processos de produção de muda e de transplante das mesmas, até a primeira semana do mês de novem-

bro as lavouras se desenvolveram bem e a distribuição das chuvas não chegou a ser comprometedora. No entanto, a partir dessa época, a insuficiência hídrica foi se pronunciando, causando prejuízos expressivos no tocante à redução da produtividade das lavouras. Se, de um lado, o clima seco favoreceu a colheita e a cura do produto, por outro, provocou diminuição no crescimento dos bulbos das lavouras estabelecidas mais tarde - de meados de setembro em diante. A previsão inicial da produção de bulbos era de 176.000 toneladas brutas. Após o encerramento da safra, constatou-se uma quebra em torno de 27.500 toneladas (-15,6%), em relação à previsão inicial. Mesmo com essa frustração, a produção final se situou bem próxima da obtida na safra anterior, conforme demonstra a tabela 4.

TABELA 4

CEBOLA - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1978/79 A 1985/86 E PREVISÃO PARA 1986/87*

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	10.736	100	94.017	100	8.757
1979/80	12.307	115	103.605	110	8.428
1980/81	16.920	158	151.581	161	8.959
1981/82	11.380	105	113.602	121	9.983
1982/83	12.338	115	125.710	134	10.189
1983/84	12.157	113	111.116	118	9.140
1984/85	14.409	134	148.130	157	10.280
1985/86	16.678	155	148.426	158	8.899
1986/87	24.370	227	268.070	285	11.000

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Previsão em nov/86

3. MERCADO/ABASTECIMENTO

No comércio internacional de cebola, aparecem como os cinco países maiores importadores a Alemanha-RF, o Reino Unido, a França, a Arábia Saudita e os U.S.A. No tocante às exportações, destacam-se como principais, por ordem de importância: Holanda, Espanha, Índia, Turquia, U.S.A., Paquistão e México.

O Brasil, no cenário mundial, figurou como tradicional importador até os idos de 1975, voltando a adquirir o produto no mercado internacional, posteriormente, em 1978, segundo revelam as estatísticas da CIEF e CACEX. Dali para diante, o país foi auto-suficiente, não se registrando nenhuma aquisição externa relevante com a finalidade de complementar o abastecimento interno. Como exportador, o Brasil apareceu esporadicamente nos registros estatísticos, de acordo com os níveis de oferta e demanda interna.

A maior participação como exportador aconteceu no ano de 1984, quando ofertou, no mercado internacional, 2.471 toneladas, conforme demonstra o comportamento histórico, apresentado no trabalho "Estudos Básicos para o Programa de Produção Agropecuária" elaborado pela Secretaria Nacional de Produção Agropecuária e Secretaria de Economia da Produção, ambas vinculadas ao Ministério da Agricultura.

TABELA 5

CEBOLA - COMPORTAMENTO HISTÓRICO DO MERCADO BRASILEIRO - 1970-84

ANO	PRODUÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO (t)	EXPORTAÇÃO (t)
1970	284.603	2.507	1.500
1971	287.555	16.169	-
1972	281.633	14.280	-
1973	305.520	48.414	-
1974	341.371	19.242	-
1975	348.806	1.289	15
1976	430.146	4	152
1977	487.661	13	-
1978	488.498	32.100	-
1979	691.071	118	0
1980	694.585	-	200
1981	778.403	-	2.471
1982	670.734	-	26
1983	725.269	-	20
1984	713.708	-	1

FONTE: Fundação IBGE, CIEF, CACEX.

ELABORAÇÃO: SEP/SNAP/MA.

Os grandes centros consumidores do país começam a ser abastecidos com bulbos catarinenses em fins de novembro; no entanto, no decorrer de 1985, já em meados daquele mês, o déficit nacional existente permitiu que as cebolas de Santa Catarina reforçassem a oferta do país. O quadro de abastecimento foi então revertido, com ofertas de São Paulo, com remanescentes do Vale do São Francisco (BA e PE), do Paraná e de Santa Catarina. Nesse período, os preços que se encontravam anteriormente elevados, baixaram sensivelmente.

No pique da colheita da safra catarinense (dezembro), o mercado esfriou devido ao grande volume de cebolas paulistas nos centros distribuidores; entretanto, ao final do ano, os preços já mostravam tendências de se firmar. Essa tendência começou a ser sentida na medida em que começaram a diminuir os estoques de cebolas paulistas de Piedade/SP. Da mesma forma, o esgotamento dos estoques remanescentes do Vale do São Francisco provocou uma maior procura das cebolas do Sul para atendimento daquela região.

Os preços se mantiveram em excelentes níveis para o produtor e o mercado fluiu bem até a última semana de fevereiro, quando o mercado esfriou em face de uma grande oferta de cebolas do Rio Grande do Sul de má qualidade para o mercado paulista.

Em fins de fevereiro/86, havia ainda cerca de 50% da produção a ser escoada, concentrada no Alto Vale do Itajaí e Região Colonial Serrana Catarinense. O volume foi estimado em aproximadamente 50 mil toneladas líquidas de bulbos que precisavam ser escoadas para outros mercados antes que começasse a nova safra do Vale do São Francisco e da cebola-soqueira de São Paulo, prevista para iniciar em fins de abril. Por isso, os produtores catarinenses se encontravam apreensivos.

O período característico de intensa movimentação da safra ceboleira do Sul do país é o mês de março; entretanto, o Plano de Estabilidade Econômica mudou esse comportamento na safra 1985/86.

Imediatamente após o congelamento dos preços, o mercado praticamente ficou paralisado, com a curva de preços indican-

Os grandes centros consumidores do país começam a ser abastecidos com bulbos catarinenses em fins de novembro; no entanto, no decorrer de 1985, já em meados daquele mês, o déficit nacional existente permitiu que as cebolas de Santa Catarina reforçassem a oferta do país. O quadro de abastecimento foi então revertido, com ofertas de São Paulo, com remanescentes do Vale do São Francisco (BA e PE), do Paraná e de Santa Catarina. Nesse período, os preços que se encontravam anteriormente elevados, baixaram sensivelmente.

No pique da colheita da safra catarinense (dezembro), o mercado esfriou devido ao grande volume de cebolas paulistas nos centros distribuidores; entretanto, ao final do ano, os preços já mostravam tendências de se firmar. Essa tendência começou a ser sentida na medida em que começaram a diminuir os estoques de cebolas paulistas de Piedade/SP. Da mesma forma, o esgotamento dos estoques remanescentes do Vale do São Francisco provocou uma maior procura das cebolas do Sul para atendimento daquela região.

Os preços se mantiveram em excelentes níveis para o produtor e o mercado fluiu bem até a última semana de fevereiro, quando o mercado esfriou em face de uma grande oferta de cebolas do Rio Grande do Sul de má qualidade para o mercado paulista.

Em fins de fevereiro/86, havia ainda cerca de 50% da produção a ser escoada, concentrada no Alto Vale do Itajaí e Região Colonial Serrana Catarinense. O volume foi estimado em aproximadamente 50 mil toneladas líquidas de bulbos que precisavam ser escoadas para outros mercados antes que começasse a nova safra do Vale do São Francisco e da cebola-soqueira de São Paulo, prevista para iniciar em fins de abril. Por isso, os produtores catarinenses se encontravam apreensivos.

O período característico de intensa movimentação da safra ceboleira do Sul do país é o mês de março; entretanto, o Plano de Estabilidade Econômica mudou esse comportamento na safra 1985/86.

Imediatamente após o congelamento dos preços, o mercado praticamente ficou paralisado, com a curva de preços indican-

do uma trajetória baixista.

Naquela altura da safra, um grande volume da produção se encontrava nas zonas de produção, e como não havia mais possibilidades de manobras para provocar alta nas cotações a nível de varejo, a orientação aos produtores catarinenses era de que não se precipitassem nas vendas, pois, se o volume de remessas ao mercado fosse muito elevado, o efeito seria de um maior rebaixamento dos preços ao produtor, em função da saturação do mercado.

De qualquer forma, os produtores não ficaram satisfeitos com a reação imediata do mercado, exatamente no período em que as expectativas eram de elevação de preços.

Apesar de ter sido tabelado em plena safra, o preço de Cz\$ 6,80 ao consumidor final foi considerado caro. Tanto que nos diversos pontos de venda, principalmente nos supermercados, se verificavam freqüentes promoções de vendas com preços abaixo do tabelado.

Segundo observações feitas junto à Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí, a maior margem ficou com o setor varejista. Assim, a cebola comprada do produtor a Cz\$ 2,80/kg, após agregados todos os custos (ICM, FUNRURAL, sacaria, transporte da propriedade, transporte para o mercado, carga e descarga, comissões de venda, classificação, energia elétrica e depreciação dos equipamentos), chegava no valor de Cz\$ 4,00/kg ao mercado paulista (atacado), que a revendia a Cz\$ 5,00/kg, enquanto o preço no varejo estava tabelado a Cz\$ 6,80/kg.

O enxugamento do mercado, com o esgotamento dos estoques em mãos de revendedores, permitiu uma maior procura com reação altista a nível de produtor em meados de abril. O quadro do abastecimento se inverteu, passando o mercado a comprador, gerando maior agilidade no fluxo de escoamento da safra. Mas, essa situação não durou muito, em virtude do grande volume de remessas do Sul para as principais praças, motivo pelo qual os preços voltaram a cair.

Nessa época, a primeira safra paulista, a de cebolas de soqueira de Piedade, começou a entrar no mercado. Pouco mais adiante, também estava disponível para o mercado a safra do Vale do São Francisco, auxiliando no abastecimento do país. E, assim, os estoques remanescentes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, somados aos da safra paulista e do Vale do São Francisco (BA e PE), supriram a demanda nacional até o início do mês de junho.

De meados do ano em diante até novembro, o atendimento das necessidades internas ficou por conta das safras de São Paulo, Bahia e Pernambuco.

O comportamento dos preços recebidos pelo produtor catarinense, bem como os preços de atacado e de varejo em Santa Catarina no entreposto da Centrais de Abastecimento de Santa Catarina - CEASA/SC, podem ser visualizados na tabela 6 a seguir, comparados ao custo de produção calculado bimestralmente pelo Instituto CEPA/SC.

TABELA 6
CEBOLA - COMPORTAMENTO DOS PREÇOS EM SANTA CATARINA NA SAFRA 1985/86

MESES	CUSTO DE PRODUÇÃO	(Cz\$/kg)		
		SEGMENTO DE MERCADO		
		Produtor	Atacado	Varejo
Nov/85	-	1,35	2,05	2,24
Dez/85	0,97	1,20	1,60	1,77
Jan/86	-	3,25	4,14	4,55
Fev/86	1,39	1,75	4,44	5,45
Mar/86	-	2,50	3,76	4,45
Abr/86	1,41	3,20	3,55	4,24
Mai/86	-	3,20	3,92	4,26
Jun/86	1,55	3,20	4,07	4,84
Jul/86	-	4,00	5,73	5,86
Ago/86 (*)	1,54	-	6,09	7,36
Set/86 (*)	-	-	4,29	6,06
Out/86 (*)	1,66	-	5,41	7,00

FONTE: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Ausência de produção em mãos do produtor.

4. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA SAFRA 1986/87

Simultaneamente à comercialização da safra, os cebolicultores, por volta de março/abril, começam os preparativos visando à safra seguinte. Na safra 1986/87, em fins de abril, as sementeiras propriamente ditas para o preparo das mudas tomaram maior impulso. Nessa época, já se notava a predisposição dos produtores catarinenses, pela quantidade de sementes comercializadas, de que a área a ser ocupada com a cultura da cebola poderia ser superior à da safra anterior.

Normalmente, pesam como fatores para que o cebolicultor se defina em relação à nova safra o desempenho da cultura tanto em produtividade como em qualidade da produção obtida e, principalmente, os preços recebidos. Na safra que se encerrou (85/86), apesar da qualidade dos bulbos ter sido considerada boa, o mesmo não pode ser dito em relação à produtividade, uma vez que esta depende das condições climáticas. Quanto aos preços, a expectativa dos produtores era altamente alvissareira devido à frustração parcial da safra sulina; entretanto, o plano de estabilização econômica freou esse impulso altista, muito embora os preços recebidos a partir de março (ver tabela 6), tivessem sido muito remuneradores. Portanto, a corrida para a cultura da cebola, verificada na safra 1986/87, deve ser explicada pela frustração dos produtores com o ganho de outras lavouras. Assim, as estimativas em dezembro/86 acusaram um crescimento de 46% sobre a área cultivada e de 80,6% sobre a produção esperada, em relação à safra 1985/86. Vale ressaltar que nas duas safras mais recentes (1984/85 e 1985/86), o crescimento de área com essa cultura, no estado, já havia atingido 37%, ou seja, passou de 12.157 ha para 16.678 ha. Por sua vez, a produção bruta deste bulbo apresentou um aumento da ordem de 33% em 1984/85, repetindo esse mesmo índice em 1985/86. Trata-se de incrementos altamente expressivos no contexto nacional e que foram absorvidos pelo mercado brasileiro "graças" a frustrações de safras ocorridas em outros estados, ocasionadas por fatores climáticos adversos - caso da frustração da safra nordestina do Vale do São Francisco pelas enchentes, e das perdas da safra do Sul pela estiagem.

A euforia em direção a esta cultura, verificada principalmente no Alto Vale do Itajaí (maior região produtora do estado), foi considerada como de alto risco à economia tanto das famílias já estruturadas para a produção do bulbo, como para os municípios, nos quais a maior fonte de renda consiste na produção de cebolas.

Preocupados com essa situação, técnicos da extensão rural e do Instituto CEPA/SC realizaram, em fins de abril, reunião com agricultores, líderes rurais, representantes de classe, Banco do Brasil, políticos e técnicos das regiões produtoras de cebola, além de efetuarem campanhas através de rádios, jornais e TV, no sentido de sensibilizá-los sobre os riscos decorrentes de um crescimento exagerado de produção de bulbos. Na ocasião, foi explicado que a recomendação contida no Plano Nacional de Produção e Abastecimento de cebola previa para Santa Catarina uma área de cultivo em torno de 14.000 ha.

Apesar das advertências que salientaram possíveis problemas com a cebolicultura catarinense face ao entusiasmo verificado em favor da cultura, principalmente no Alto Vale do Itajaí, a situação em nada mudou.

As lavouras de fumo, de feijão e de mandioca foram as que cederam maior parte de área para a cebola.

As condições climáticas durante o desenvolvimento da safra 1986/87 contribuíram para a perspectiva de uma excelente produtividade das lavouras e para uma produção de alta qualidade.

Diante desse quadro, as preocupações aumentaram em relação às possibilidades de uma boa comercialização e da obtenção de preços que remunerassem a atividade.

Por volta do mês de outubro, a perspectiva de uma supersafra já se mostrava irreversível, pois uma grande parte das lavouras encontrava-se na fase de bulbificação e outra já se aproximava da maturação. Os produtores gaúchos, por sua vez, acusaram os produtores catarinenses de não haverem cumprido as metas do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de cebola.

Desta forma, as dificuldades previstas para a comercialização da safra que se aproximava mobilizaram autoridades e técnicos dos dois estados no sentido de estudarem formas que minimizassem futuros problemas de escoamento da produção.

Assim, as Secretarias da Agricultura dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estiveram reunidas em Ituporanga/SC com os cebolicultores e líderes políticos, tentando encontrar saídas que evitassem os problemas da supersafra.

As proposições apresentadas, entre outras, foram: a) estudar mercados alternativos dentro e fora do país; b) propor, junto à Secretaria Nacional do Abastecimento - SNAB/MA, o retardamento da safra do Vale do São Francisco, de abril para junho do próximo ano; c) provocar o aumento do consumo através de campanha, ressaltando as propriedades organolépticas da cebola; d) retirar o ICM da cebola com o intuito de desburocratizar o processo de escoamento, agilizando-o; e) alocar recursos que possibilitassem aumentar e melhorar a capacidade de armazenagem nas unidades produtoras.

Na medida em que se aproximava o início da colheita, a expectativa dos produtores se tornava menos confiante quanto ao êxito da comercialização. A maioria dos produtores, afinal, tinha-se dado conta da dimensão das safras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A colheita da safra foi iniciada em novembro, e poderia ter sido mais intensificada ao final daquele mês, não fosse o mau tempo (período com grande umidade) e os baixos preços, os quais desmotivaram os produtores. Mesmo assim, o encerramento dessa operação deverá ocorrer em fins de janeiro, como tradicionalmente ocorre.

Um dos problemas previstos foi a deficiência de armazéns, face não somente à introdução de novos produtores, como, também, pela expansão da produção dos tradicionais.

Os primeiros bulbos colhidos foram comercializados no início de outubro, na faixa de Cz\$ 3,00 a Cz\$ 3,50/kg, caindo em seguida para Cz\$ 2,00/kg e se situando, em dezembro, entre Cz\$

1,20/kg a vista e Cz\$ 1,50 com 30 dias de prazo, enquanto o custo de produção elaborado pelo Instituto CEPA/SC foi calculado em Cz\$ 1,66/kg, ou seja: Cz\$ 19.950,95 para um rendimento líquido de 12.000 kg/ha.

As expectativas, na época, eram de maiores quedas de preços, em face da aproximação das festas de fim de ano, quando grande parte dos produtores tenta ganhar dinheiro para fazer frente às despesas de Natal.

A distribuição da cultura no estado, segundo as microrregiões homogêneas do estado, estava assim estimada em dezembro/86.

TABELA 7

CEBOLA - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA COM BASE NA EXPECTATIVA DE PRODUÇÃO - SAFRA 1985/86

OFERTA E DEMANDA - 1985/86	PREVISÃO 86/87 (*)	VARIAÇÃO %
Produção bruta (1): 148.426 t	268.070 t	80,6
Perdas diversas (2): 44.527 t	80.400 t	80,6
Consumo estadual (3): 15.000 t	18.000 t	20
Oferta líquida (4): 88.899 t	169.670 t	90,9

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Estimativa IBGE/GCEA

(2) Incluídas perdas por descartes, cura e armazenagem

(3) Considerou-se um aumento teórico da demanda

(4) Compreende o volume a ser escoado para outros estados

(*) Em dezembro de 1986

TABELA 8

CEBOLA - DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DA CULTURA EM SANTA CATARINA
SAFRAS 1985/86 E 1986/87 (*)

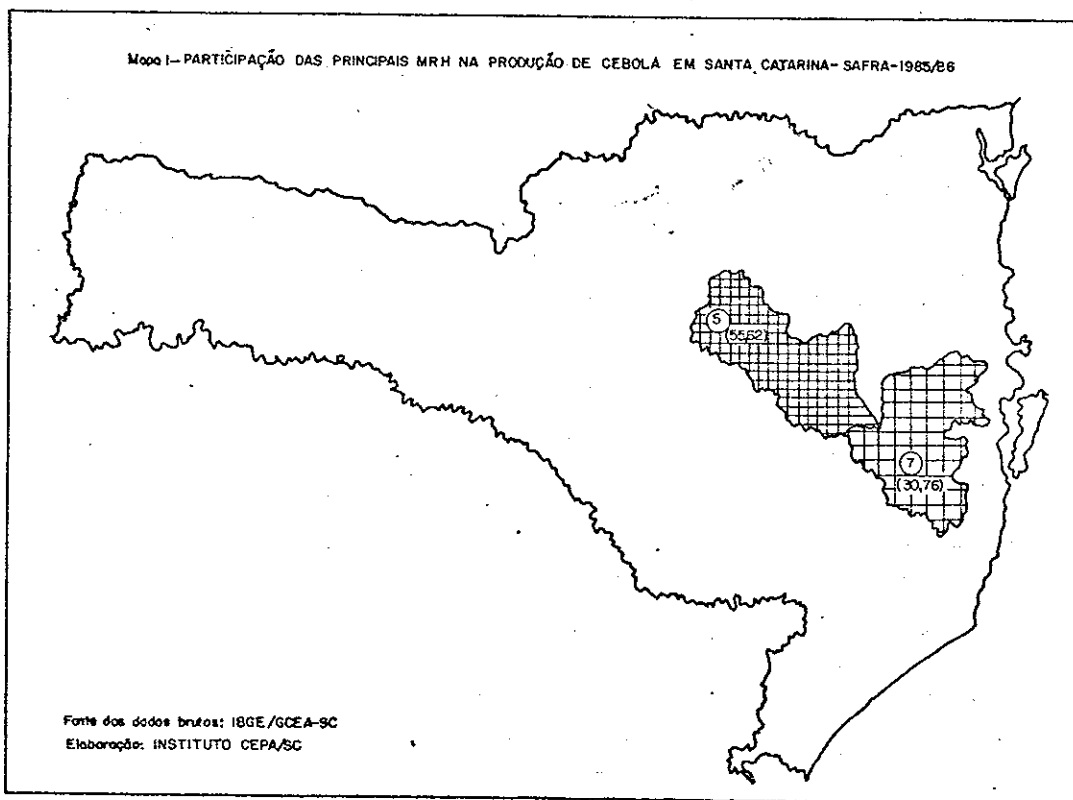
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Litoral de Itajaí	5	3	45	60	9.000	20.000
Colonial de Blumenau	330	740	2.820	7.240	8.812	9.784
Col. de Itajaí Norte	102	165	751	1.565	7.363	9.485
Col. do Alto Itajaí	9.140	13.622	82.560	157.341	9.033	11.551
Florianópolis	189	207	1.831	2.640	9.791	12.754
Col. Serrana Catar.	4.890	5.943	45.650	69.496	9.335	11.694
Litoral de Laguna	16	18	101	118	6.312	6.556
Carbonífera	159	176	1.114	1.311	7.006	7.449
Lit. Sul Catarinense	130	120	1.170	1.071	9.000	8.917
Col. Sul Catarinense	25	20	235	185	9.400	9.250
Campos de Lages	243	1.293	1.369	12.768	5.634	9.875
Campos de Curitibaos	381	485	3.550	4.390	9.333	9.051
Col. Rio do Peixe	479	504	3.244	3.538	6.772	7.020
Col. Oeste Catarinense	380	325	2.312	3.192	7.972	9.821
Planalto de Caroinhas	269	397	1.668	3.253	6.201	8.194
TOTAL	16.728	24.018	148.426	268.167	8.906	11.165

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Previsão em dezembro de 1986

Mapa I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA-1985/86



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.7. FEIJÃO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Brasil se caracteriza como um dos principais produtores mundiais da leguminosa. Dependendo das condições climáticas, não só em nosso país, como nos demais países produtores, a posição brasileira tem alternadamente ocupado entre a 1ª e 3ª colocação em volume de produção.

Santa Catarina, que na safra 1984/85 havia respondido por aproximadamente 12% da produção brasileira, situando-se como o 3º produtor nacional, teve, em 1986, sua participação reduzida para somente 8,1% da produção, caindo para o 5º lugar dentre os principais estados produtores, ficando atrás, por ordem de importância, dos estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

No contexto da lavoura estadual, o feijão permaneceu como a terceira cultura em quantidade de área semeada - inferior apenas ao milho e à soja - e como a sexta em volume de produção colhida.

Sendo uma atividade característica da pequena propriedade, a leguminosa é plantada por aproximadamente 133.000 agricultores, 89% dos quais a cultivam em propriedades com área total inferior a 50 ha.

A distribuição microrregional da produção catarinense, na safra 1985/86, foi a seguinte: na safra das águas, a produção, concentrou-se, principalmente, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com cerca de 28,9% do volume colhido; Campos de Curitibanos, com 19,0%; Planalto de Canoinhas, com 15,9%; Colonial do Rio do Peixe, com 10,3% e Colonial do Alto Itajaí, com 10,0%. Na safrinha, os maiores produtores foram: Colonial do Oeste Catarinense, com aproximadamente 58,4% do total colhido; Carbonífera, com 10,4%; Colonial do Alto Itajaí, com 8,8%; Colonial do Rio do Peixe, com 4,5% e Litoral Sul Catarinense, com 4,3%.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de feijão nos últimos anos tem-se mantido com maior frequência na faixa dos 14,0 milhões de toneladas. O pequeno mercado internacional e o consumo, restrito em grande parte aos países do terceiro mundo, são as principais causas apontadas como responsáveis pela baixa produção da leguminosa.

O rendimento médio mundial, que se situa próximo a 570 kg/ha, só não é ainda menor graças aos bons níveis obtidos pelos Estados Unidos (cerca de 1.600 kg/ha) e pela China (próximo a 1.100 kg/ha) - este último país, por sinal, é o único que tem apresentado ganhos de produtividade.

Em face da não disponibilidade de dados mais recentes, apresentamos a seguir os dados atinentes às produções das safras de 1982 a 1984.

TABELA 1

FEIJÃO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1982-84

PAÍSES	(em 1.000 t)		
	1982	1983	1984
Índia	2.862	3.535	3.500
China	1.746	1.745	1.848
Brasil	2.903	1.587	2.621
México	1.093	1.282	1.270
Estados Unidos	1.160	704	941
TOTAL MUNDIAL	15.073	13.954	15.469

FONTE: FAO - Production Yearbook.

Segundo o levantamento do IBGE/CEPAGRO de outubro, a produção brasileira de feijão, nas duas safras de 1986, se situou em 2.228,4 mil toneladas. Apesar de a área de plantio da primeira safra ter apresentado um bom crescimento (cerca de 7%), a área efetivamente colhida foi praticamente igual à da safra anterior. A produção, por sua vez, se situou em apenas 1.007 mil toneladas - cerca de 29,0% inferior à de 1984/85 - em face, principalmente, de as estiagens terem acarretado uma quebra significativa na produção dos estados do Paraná, São Paulo, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul.

Na segunda safra, apesar de alguns problemas climáticos - excesso de chuvas e frio na Região Sul e estiagens no Nordeste - a produção deste ano foi cerca de 16% superior à de 1984/85, graças principalmente ao significativo aumento do volume colhido no Nordeste.

Em resumo, embora a área de plantio tenha apresentado um certo crescimento, a produção de 1986 foi 12,5% inferior às 2.548 mil toneladas colhidas no ano anterior..

TABELA 2

FEIJÃO - ÁREA E PRODUÇÃO (1ª E 2ª SAFRAS), BRASIL, POR REGIÃO - SAFRAS 1984/85 E 1985/86

REGIÕES DO BRASIL	1a. SAFRA				2a. SAFRA			
	ÁREA COLHIDA (1000 ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (1000 t)		ÁREA COLHIDA (1000 ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (1000 t)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾
Norte	-	-	-	-	113,6	153,6	62,5	94,2
Nordeste	1.221,9	1.449,0	379,6	496,5	1.069,6	1.232,2	340,2	474,4
Sudeste	521,1	487,0	245,2	204,8	705,5	612,3	421,0	388,3
Sul	1.071,2	900,9	819,0	292,8	263,1	313,9	131,0	163,1
Centro-Oeste	35,3	31,9	15,6	13,2	315,7	293,1	134,3	101,1
TOTAL BRASIL	2.849,5	2.868,8	1.459,4	1.007,3	2.467,5	2.605,1	1.089,0	1.221,1

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: Estão computados os dados da terceira safra ou safra de inverno, cultivadas no Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

(1) Estimativas do IBGE/Levantamento Sistemático de Produção Agrícola - out/86

A produção catarinense de feijão, nas duas safras de 1985/86, alcançou apenas 181.000 toneladas, ou seja, um volume bastante inferior às 312.000 toneladas colhidas no período anterior.

Na primeira safra, a área plantada com feijão em Santa Catarina apresentou um crescimento de aproximadamente 7% em relação à cultivada na safra anterior. Este incremento de cultivo foi creditado não só ao fato de os pequenos produtores terem permanecido numa atividade que lhes foi rentável na safra anterior, como também à tendência demonstrada por alguns agricultores em substituir parcela da área cultivada com soja por feijão. Por outro lado, muito embora o preço-base do feijão não tenha sido considerado satisfatório, ele se mostrou razoável quando

comparado aos custos de produção, As perspectivas de produção, que em outubro mostravam um potencial da ordem de 238,5 mil toneladas, foram substancialmente reduzidas em decorrência das estiagens que assolaram todas as regiões do estado - com maior intensidade no Oeste e no Meio Oeste - nos últimos dois meses de 1985. Em face dos prejuízos causados pela falta de chuvas e pelas altas temperaturas, a produção caiu para apenas 77.140 toneladas, ou seja, a menor dos 10 últimos anos.

Na safrinha, embora tenha ocorrido escassez localizada de sementes, a área de plantio apresentou um crescimento bastante acentuado (16,1%) em relação à do ano anterior. Esse incremento foi creditado, principalmente, às expectativas dos produtores em recuperarem parte dos prejuízos sofridos com a frustração da primeira safra de feijão e com as perdas ocorridas nas demais culturas, como milho e soja.

Embora as estiagens tenham atrapalhado o plantio durante os primeiros quinze dias de janeiro, a melhora das condições climáticas até o final do plantio favoreceu não só a normalização da sementeira, como também proporcionou um bom desenvolvimento vegetativo às plantas. Já o excesso de chuvas e as variações bruscas de temperatura que ocorreram durante a última semana de março e na primeira quinzena de abril, além de terem afetado quantitativamente a produção, também acarretaram reflexos negativos na qualidade do produto. Em face desses problemas, a produção, que fora inicialmente estimada nas proximidades das 133.000 toneladas, reduziu-se para 103,8 mil toneladas. Apesar dessa quebra, a produção da safrinha 1985/86 foi uma das maiores já obtidas no estado, perdendo apenas para a de 1983/84, quando foram colhidas 105.833 toneladas.

TABELA 3

FEIJÃO - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA -
SAFRAS DE 1976/77 A 1986/87

S A F R A	ÁREA PLANTA DA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77			
. Safra	126.350	91.631	725
. Safrinha	62.524	42.846	685
1977/78			
. Safra	161.557	112.622	697
. Safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. Safra	161.551	143.609	889
. Safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. Safra	187.731	87.942	468
. Safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. Safra	190.800	194.000	1.017
. Safrinha	100.300	52.250	521
1981/82			
. Safra	248.000	243.040	980
. Safrinha	125.000	78.000	624
1982/83			
. Safra	271.474	137.586	507
. Safrinha	150.613	24.842	165
1983/84			
. Safra	243.598	204.528	841
. Safrinha	155.000	105.833	683
1984/85			
. Safra	255.000	229.251	899
. Safrinha	159.619	82.902	550
1985/86			
. Safra	271.362	77.140	284
. Safrinha	185.287	103.792	560
1986/87 ⁽¹⁾			
. Safra	271.000	243.900	900

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA

(1) Estimativa IBGE/GCEA-SC (nov/86)

No que tange à produção microrregional, a análise da tabela abaixo deixa patente que as estiagens do final de 1985 prejudicaram sensivelmente a produção da primeira safra de todas as microrregiões do estado. Estes prejuízos foram mais sentidos nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Vale do Itajaí e Campos de Curitibanos, onde, além de se concentrar a maior parte da produção estadual, as perdas, em relação à safra anterior, oscilaram entre 80% e 42,0%. É de se ressaltar, ainda, que

a área de plantio, no mesmo período analisado, apresentou evolução em quase todas as microrregiões. Já na safrinha, cuja produção estadual foi bastante superior à de 1984/85, todas as microrregiões apresentaram crescimento, quer em termos de área, quer em termos de produção.

TABELA 4

FEIJÃO - PRODUÇÃO CATARINENSE DE FEIJÃO, POR MICRORREGIÃO
SAFRA 1985/86

MICRORREGIÃO	(em t)			
	1a. SAFRA		SAFRINHA	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Col. de Joinville	303	271	216	286
Litoral de Itajaí	170	187	217	226
Col. de Blumenau	1.740	1.164	1.464	1.997
Col. de Itajaí do Norte	1.656	1.285	1.325	2.828
Col. do Alto Itajaí	15.127	7.718	6.561	9.100
Florianópolis	557	363	623	575
Col. Serrana Catar.	2.866	1.963	1.402	1.470
Litoral de Laguna	288	101	354	675
Carbonífera	3.861	1.901	6.775	10.792
Litoral Sul Catar.	887	554	3.151	4.465
Col. Sul Catar.	1.485	971	3.246	3.461
Campos de Lages	5.053	3.343	-	-
Campos de Curitibanos	25.531	14.716	300	1.770
Col. do Rio do Peixe	20.604	7.973	2.855	4.629
Col. Oeste Catar.	112.811	22.330	53.989	60.658
Planalto de Canoinhas	36.312	12.300	424	860
TOTAL DO ESTADO	229.251	77.140	82.902	103.792

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O comércio de feijão a nível mundial é muito incipiente, não só porque as produções dos diversos países consumidores são bastante ajustadas às suas necessidades internas, como, também, porque nas nações mais desenvolvidas o consumo da leguminosa é pequeno. Diante dessa situação, o comércio internacional fica restrito, pelo lado da oferta, a excedentes esporádicos de produção em alguns países, e, pelo lado da procura, à quebra de safra em outros. Esta condição ficou bastante evidenciada neste ano, quando o Brasil, em face de uma possível escassez, buscou o mercado externo e, para importar cerca de 100 mil toneladas, teve de recorrer a compras em diversos países da América.

No mercado nacional, as cotações do feijão-carioca iniciaram o ano em alta. A quebra da primeira safra do Centro-Sul, sinalizando uma provável escassez, foi o principal fator que influenciou no crescimento dos preços. Esta tendência, no entanto, foi sendo refreada já a partir da segunda quinzena de janeiro, como decorrência não só da "desova" da produção que estava retida em mãos dos produtores e de o governo ter reativado a distribuição de seus estoques aos supermercados, como, também, porque o produto que vinha sendo colocado no mercado já não apresentava as melhores características para a comercialização. Um outro fator, que também colaborou para a relativa estabilidade dos preços nos primeiros quatro meses de 1986, foi o tabelamento dos preços ao consumidor implementado com a edição do Plano Cruzado.

O mercado paulista, que nos primeiros três meses do ano vinha sendo abastecido com a produção da primeira safra do Centro-Sul e do Sul da Bahia (Irecê), começou a receber, já em abril, feijão da segunda safra do Sul e do Sudeste, o que fez com que os preços refluíssem ainda mais naquele mês.

Essa tendência de declínio foi sendo revertida a partir de maio, não só porque no atacado de São Paulo, durante aquele mês, houve uma certa redução da oferta do produto proveniente daquele estado - em face de as chuvas terem interrompido a colheita - como, também, porque as cotações que vinham sendo praticadas no atacado paulista não ofereciam condições para que o produto adquirido em outras Unidades da Federação (ao preço mínimo de Cz\$ 292,20/sc) pudesse ser escoado com margem de lucro. Como decorrência desta situação, as cooperativas e produtores preferiram "Agefar" ou "Egefar" o produto, na expectativa de que os preços melhorassem, o que efetivamente ocorreu já em meados daquele mês. Daí em diante, as cotações se apresentaram ascendentes até agosto, na medida em que a oferta do produto de melhor qualidade - produção da safrinha - foi diminuindo, fato que favoreceu o escoamento das produções do Paraná e de Santa Catarina, que estava se processando, até então, de maneira bastante morosa em face das dificuldades de repasse dos preços.

A continuidade do fluxo da produção da terceira safra, ou safra de inverno e mais a entrada no mercado paulista de pro-

duto do Norte/Nordeste, se mostraram suficientes para atender ao consumo de feijão de melhor qualidade durante parte do segundo semestre, o que deu estabilidade aos preços. A tendência de alta, esboçada a partir de meados de setembro - ocasionada pela perspectiva de escassez de produto de melhor qualidade - foi re-freada pelo aumento das entradas de feijão do Nordeste, pelo aparecimento, no mercado, de feijões de cor do Chile e da Argentina e, posteriormente, pelo início da colheita das safras do Paraná e de São Paulo. Outro fator que impediu uma evolução maior das cotações foi o nível de preços alcançados pelo feijão-carioca novo, que não permitiu margem para a comercialização no varejo a Cz\$ 9,60/kg - o preço de atacado, entre Cz\$ 500,00 e Cz\$ 520,00/sc, quando acrescido das despesas com empacotamento e distribuição, praticamente inviabilizava as cotações.

Já, no que se refere ao carioca de qualidade média e inferior, os preços se mostraram estáveis, em face não só da existência de produto em mãos de particulares, como, também, porque a CFP começou a leiloar seus estoques a partir do final de agosto/início de setembro. As oscilações para maior que se verificaram nos preços do produto tipo médio, neste período, decorreram muito mais do melhor aspecto apresentado pelo remanescente do feijão da segunda safra de São Paulo, do que do efetivo crescimento das cotações. É de se salientar que, a partir de setembro, os estados do Paraná e de Santa Catarina praticamente deixaram de remeter o produto para São Paulo - o maior mercado de feijão de cor - em face de não mais disporem de estoques para comercialização.

O mercado nacional de feijão-preto se mostrou tranqüilo no transcorrer de todo o ano. Após terem iniciado 1986 em alta, os preços foram decrescendo no transcorrer dos primeiros três meses, na medida em que a oferta da produção da primeira safra aumentava e na medida, também, em que a CFP entrou no mercado leiloando seus estoques. Com a entrada da produção da safra das secas no segundo trimestre, as cotações continuaram deprimidas e se situaram em níveis tão baixos que não permitiram a livre comercialização da produção dos estados do Sul - cujas aquisições se deram ao nível do preço mínimo. Em decorrência disso, a CFP teve de "Agefar" boa parte da produção e outra parte ficou refugiada em EGF, na expectativa de que os preços me-

lhorassem.

O desinteresse na comercialização foi tão expressivo que, já em meados de julho, as ofertas no atacado do Rio e de São Paulo se mostraram bastante reduzidas. Em face disso, os preços experimentaram uma significativa melhora a partir de meados de julho, se estabilizando em seguida até a primeira dezena de setembro, na medida em que as cotações possibilitaram o retorno ao comércio do produto que se encontrava em EGF. Daí em diante, as cotações do feijão-preto se mostraram fracas, até fins de outubro, quando voltaram a apresentar um certo fortalecimento em face de os atacadistas terem dado preferência ao feijão importado e aos remanescentes da segunda safra, uma vez que o produto que a CFP vinha leiloando já não apresentava boas condições para o comércio.

O mercado atacadista catarinense se mostrou pouco movimentado durante a maior parte do ano. As dificuldades em repassar os custos do produto, tanto da primeira, quanto da segunda safra, fizeram com que as cooperativas que tinham feijão preto em EGF entregassem parte de seus estoques ao governo. No caso do feijão-carioca, entretanto, os preços do atacado interestadual viabilizaram a livre comercialização de praticamente todo o excedente estadual. Em face de a quebra da primeira safra ter reduzido o excedente da produção do estado, a comercialização para outras Unidades da Federação se encerrou mais cedo do que em anos anteriores - em setembro, praticamente, já não existia mais feijão a ser comercializado para fora do estado.

A nível de produtor da região de Chapecô, os preços do feijão-preto, que se apresentaram estabilizados durante o mês de janeiro em níveis superiores ao mínimo, se enfraqueceram já em fevereiro, para em seguida permanecerem ao redor do preço de garantia (Cz\$ 292,20/sc) durante todo o transcorrer do primeiro semestre. No entanto, o mercado desse produto, que vinha se mostrando bastante apático até meados de julho, experimentou uma leve melhora já na segunda quinzena daquele mês, em face de a subida das cotações no atacado interestadual ter permitido o repasse do preço de garantia, fato que até aquele momento não ocorria e não permitia a "desova" do produto que se encontrava em EGF. Essa tendência prosseguiu até fins de setembro, quando,

em face da inexistência do produto a ser comercializado, o feijão-preto deixou de ser cotado a nível de produtor.

O feijão-carioca, também a nível de produtor daquela mesma região, que chegou a ser vendido nos primeiros dias de janeiro a Cz\$ 370,00/sc, apresentou enfraquecimento paulatino, situando-se ao redor de Cz\$ 300,00/sc em fevereiro. Daí em diante, os preços se mostraram estáveis e ao redor do mínimo até meados de junho, quando as cotações do atacado interestadual começaram a reagir com maior intensidade, em decorrência, principalmente, de a oferta nacional ter diminuído com o término da colheita da segunda safra no Sul e em alguns estados do Sudeste. Esse aumento das cotações no atacado interestadual, embora se tenha refletido num pequeno crescimento dos preços a nível de produtor - que chegou a atingir até Cz\$ 320,00/sc - não teve maiores repercussões, dado o pequeno volume do produto a comercializar ainda em mãos dos produtores.

4. ABASTECIMENTO

No que diz respeito ao abastecimento nacional, constatou-se razoável tranqüilidade no atendimento da procura. Apesar de a produção nacional ter-se situado em apenas 2,2 milhões de toneladas, inferior, portanto, ao consumo estimado em aproximadamente 2,6 milhões de toneladas, a procura foi atendida também pelos estoques de passagem do final do ano passado - calculado em aproximadamente 300 mil toneladas - e pelas importações de cerca de 100 mil toneladas de diversos tipos de feijão. Não obstante esta relativa tranqüilidade, sentiu-se uma leve deficiência no suprimento dos feijões de cor de melhor qualidade no transcorrer do quarto trimestre do ano, na medida em que terminava a comercialização da safra de inverno e diminuía a entrada da produção do Norte/Nordeste no atacado de São Paulo. Outro fator, que também colaborou para esta deficiência, foi o leve atraso de plantio acarretado pelas estiagens de setembro em algumas regiões do Paraná e de São Paulo, o que repercutiu num adiamento da entrada daquela produção no mercado. O feijão-preto, cujo consumo equivale a aproximadamente 20% do total nacional e cuja produção foi bastante afetada pelas quebras da primeira safra do Paraná e de Santa Catarina, também não apresentou

problemas de abastecimento, dado que a redução da produção foi coberta pelos estoques da CFP e pelo produto importado da Argentina e do Chile.

Em Santa Catarina, apesar da queda acentuada da produção, as 181.000 toneladas colhidas nas duas safras foram suficientes para atender ao consumo interno estadual - estimado em cerca de 115.000 toneladas, quando consideradas as reservas para sementes e as perdas no transcorrer da comercialização - e ainda gerar um excedente da ordem de 66.000 toneladas.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

No que se refere à primeira safra catarinense de 1986/87, as estimativas de dezembro do IBGE/GCEA-SC apontavam para uma área de plantio semelhante aos 271.000 ha semeados em 1985. As explicações para este comportamento centraram-se em diversos fatores, entre os quais se destacaram: a falta de sementes; os reflexos negativos acarretados pela frustração da safra anterior; o reajuste do preço-mínimo em níveis inferiores ao esperado; a demora na liberação dos créditos de custeio e, no caso do Alto Vale do Itajaí, a preferência dada ao cultivo da cebola.

As perspectivas de produção, que em outubro mostravam um potencial da ordem de 249.000 t, sofreram um decréscimo razoável, em decorrência não só das geadas e ventos frios da penúltima semana de outubro e segunda semana de novembro, como, também, das constantes chuvas dos primeiros dias de dezembro. Apesar de as quebras não estarem, ao final do ano, ainda perfeitamente definidas, as expectativas eram de que a produção deveria se situar em níveis inferiores a 200.000 toneladas.

A primeira safra de feijão do Centro-Sul do país, que fora inicialmente avaliada em níveis próximos a 1,1 milhão de toneladas, poderá apresentar redução bastante significativa, em face, principalmente, das baixas temperaturas registradas nos estados do Sul e do excesso de chuvas no início da colheita da safra de São Paulo. Apesar disso, as expectativas ao final de dezembro eram de que a produção ainda poderia se situar em níveis bastante superiores às 511 mil toneladas colhidas em 1986,

e aproximar-se - caso a primeira safra do Nordeste mostre uma produção semelhante à do ano passado (496.000 t) - de 1,3 milhão de toneladas.

Frente a esse quadro, as perspectivas são de que o abastecimento nacional, durante os primeiros meses de 1987, deverá se mostrar bastante tranqüilo.

Para Santa Catarina, caso se confirmem as expectativas atuais, a produção deverá ser ainda suficiente não só para atender à demanda interna estadual, como para gerar um expressivo excedente para o mercado de outros estados.

No que se refere ao mercado, as perspectivas são de que, caso permaneça o tabelamento à nível de varejo e caso não ocorram maiores problemas com a safra, as cotações do feijão-carioca se mantenham estáveis durante os primeiros meses de 1987 e em níveis que permitam o pagamento aos produtores de preços superiores ao mínimo.

Para o feijão-preto, no entanto, embora também se espere que as cotações se mostrem estabilizadas, as expectativas são de que os níveis a serem praticados no atacado interestadual se mostrem baixos, o que deverá manter os preços a serem recebidos pelos produtores próximos aos de garantia do governo.

TABELA 5

FEIJÃO - PREÇO MENSAL A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE E NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1986

(valor nominal em CZ\$/sc de 60 kg)

M E S	PRODUTOR DE SANTA CATARINA (1)		ATACADO DE SÃO PAULO	
	PRETO	CARIOCA	PRETO	CARIOCA (2)
Janeiro	300,00	356,00	356,00	415,00
Fevereiro	290,50	301,00	347,90	379,60
Março	288,75	290,83	332,00	370,00
Abril	291,40	292,20	333,50	356,00
Mai	285,30	287,20	336,00	366,00
Junho	284,00	294,60	345,00	398,10
Julho	294,10	300,40	368,50	422,00
Agosto	296,80	306,50	385,00	420,80
Setembro	297,30	Ausente	354,60	449,70 (3)
Outubro	Ausente	Ausente	350,00	445,00 (3)
Novembro	Ausente	Ausente	371,80	457,60 (3)
Dezembro	295,00	360,00	385,00	480,00

FONTE: COOPERCENTRAL

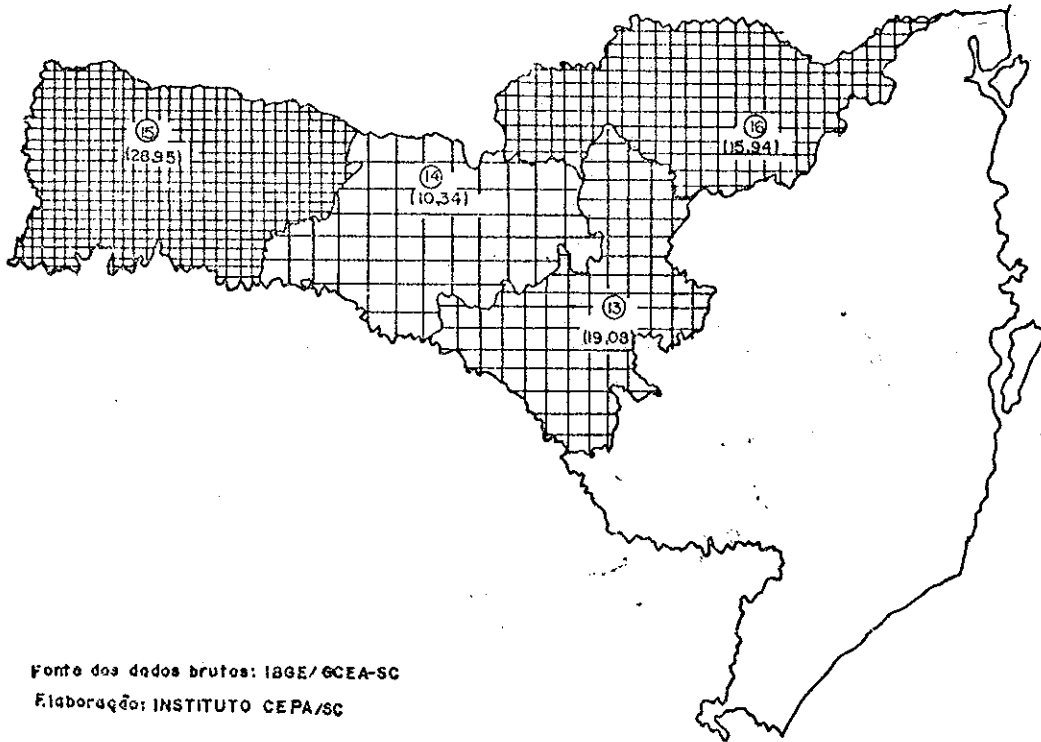
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Os preços representam a média aritmética mensal em Chapecó.

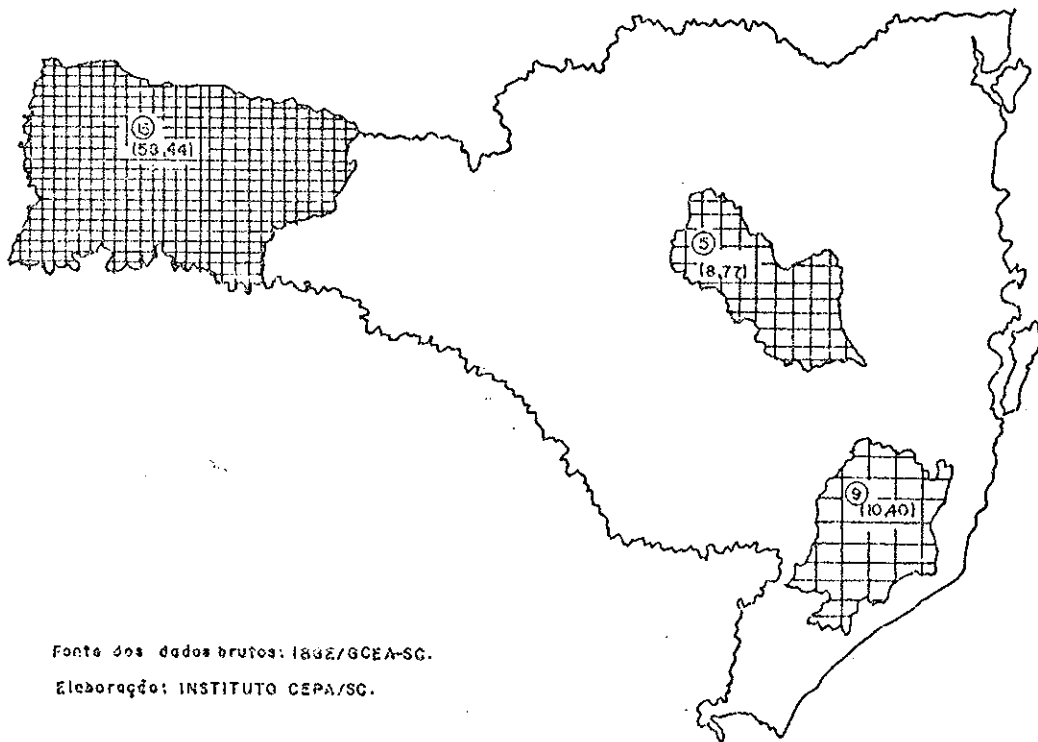
(2) Até agosto, a média dos preços para o produto de Santa Catarina, incluído produto da safra velha.

(3) Preço do carioca médio padrão São Paulo.

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO SAFRA EM SANTA CATARINA
SAFRA-1985/86.



Mapa 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2ª SAFRA EM
SANTA CATARINA - SAFRA-1985/86.



3.8. FUMO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo o Anuário FAO de Produção, de 1984, naquele ano, a nível mundial, foram cultivados 4,16 milhões de hectares e obtida uma produção de 6,21 milhões de toneladas de fumo em folha. O Brasil se destacou como quarto produtor, sendo superado pela China, Estados Unidos e Índia, representando 6,6% do total produzido no mundo.

A nível de Brasil, embora existam vários estados produtores, o forte da produção se concentra nos três estados da Região Sul, que, segundo as estimativas do IBGE/CEPAGRO (outubro/86), na safra 1985/86 responderam por 80% da produção nacional. Além da Região Sul, merece destaque o estado de Alagoas, que por várias oportunidades tem ocupado a condição de terceiro produtor nacional.

O estado de Santa Catarina, que tradicionalmente ocupa a condição de segundo produtor, atualmente vem se destacando como primeiro produtor nacional. Na safra 1985/86, respondeu por aproximadamente 40% do total produzido no país.

A cultura do fumo é de extrema importância para a economia catarinense, sendo responsável, segundo a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1985/86 - volume 2, na safra 1984/85, por 8,1% do valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários, situando-se como o quarto produto mais importante, atrás da agricultura, da suinocultura e do milho.

Além disso, envolve aproximadamente 50.000 produtores rurais; se constitui numa importante alternativa de renda para as pequenas propriedades e recolhe um expressivo volume de recursos, na forma de impostos, para o governo.

O fumo é cultivado em todas as microrregiões do estado. Entretanto, em termos de área plantada, a cultura assume

maior importância nas seguintes: Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas e Colonial de Blumenau, cujas áreas plantadas representaram, na safra 1985/86, 80% do total cultivado no estado.

A produção se caracteriza por uma estreita vinculação entre produtores e indústrias. As indústrias se responsabilizam pela compra total - à exceção do fumo em corda - da safra de fumo do Sul do Brasil; independentemente de qualidade e quantidade, fornecem os insumos, geralmente entregues ao agricultor durante a comercialização da safra anterior, e avalizam junto à rede bancária o financiamento dos investimentos necessários e do custeio das lavouras, além de darem assistência técnica aos produtores.

Depois da colheita das folhas, existem duas formas de estas serem secadas. Na região sul do estado, a secagem do produto é feita exclusivamente em estufas com calor controlado, permitindo a obtenção de um produto de melhor qualidade. Na região oeste, predomina a secagem à temperatura ambiente (galpão). Nas regiões do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, ocorre a secagem nas duas modalidades.

Os fumos, cuja secagem é realizada em estufas, compreendem os tipos Amarelinho e Virgínia, enquanto os tipos Burley e Comum são secados em galpão.

A classificação do produto se dá em duas etapas: a pré-classificação e a classificação propriamente dita. A pré-classificação é feita na propriedade pelos produtores após a orientação dos instrutores das empresas fumageiras, enquanto a classificação propriamente dita é realizada nos postos de recebimento das empresas, quando da entrega do produto, sendo supervisionada por classificadores da CIDASC. A classificação considera, basicamente, a posição da folha no pé, a cor e a qualidade. Através das diversas combinações, chega-se a 48 classes diferentes.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial tem oscilado bastante nos últimos anos; embora parte dessa oscilação possa ser atribuída à redução ou ao incremento na área plantada, o maior determinante tem sido o rendimento médio obtido, que variou bastante de uma safra para outra.

TABELA 1

FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS MUNDIAIS - 1982-1984

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1982	4.535	6.898	1.521
1983	4.253	5.965	1.403
1984	4.155	6.205	1.493

FONTE: Anuário FAO de Produção - 1984 - vol. 38

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os principais produtores mundiais são: China, Estados Unidos, Índia, Brasil, União Soviética, Turquia e Itália, que, somados, representaram 63,5% da produção mundial de 1984.

Em termos de mercado internacional, segundo o Anuário FAO de Comércio, o Brasil se destacou como 2º maior exportador mundial, com 13,3% do volume total das exportações mundiais de 1984, sendo superado apenas pelos Estados Unidos, com 17,6%, e ficando na frente da Itália, com 6,8%; da Grécia, com 6,7% e do Zimbábue, com 6,3%. No que diz respeito à importação, se destacam os seguintes países: Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Reino Unido e Japão que representaram, em 1984, 42,6% do total das importações mundiais.

Quanto à produção nacional da safra 1985/86, apesar de, em relação à safra 1984/85, segundo o IBGE/CEPAGRO (outubro/86) ter havido um incremento de 3,7% na área plantada, em função de problemas climáticos - chuvas de granizo e estiagem - que provocaram diminuição na produtividade das lavouras dos estados da Região Sul, está sendo estimada uma queda de 5,2%.

Na safra 1985/86, o estado do Paraná, que na safra

1984/85 ocupou a condição de terceiro produtor nacional, acabou sendo superado pelo estado de Alagoas, que, além do incrementar a área plantada, melhorou consideravelmente a produtividade, em relação à que obteve na safra 1984/85.

TABELA 2

FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS NACIONAIS
1984/85 E 1985/86 ⁽¹⁾

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Ceará	149	152	40	50	268	330
Paraíba	442	432	320	314	724	727
Alagoas	31.578	39.189	31.414	47.798	995	1.220
Sergipe	4.312	5.048	4.726	5.962	1.096	1.181
Bahia	21.274	18.670	16.098	13.946	757	747
Minas Gerais	6.418	5.910	4.278	3.822	667	647
São Paulo	1.015	1.164	533	490	525	421
Paraná	19.150	18.300	35.980	27.914	1.879	1.525
Sta Catarina	90.000	95.667	160.055	156.953	1.778	1.641
Rio G. do Sul	90.566	90.133	154.838	129.966	1.710	1.442
Mato Grosso	47	58	19	30	404	517
Goiás	430	522	234	284	544	544
Outros	3.223	3.343	2.383	2.143	739	641
TOTAL NACIONAL	268.604	278.588	410.918	389.672	1.530	1.399

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
IBGE/CEPAGRO (out/86)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Dados não definitivos

No que tange à produção estadual, na safra 1985/86 não se repetiu o bom resultado da safra 1984/85. As condições climáticas não foram muito satisfatórias para a cultura do fumo. A partir de outubro, as lavouras, especialmente da região sul do estado, foram castigadas por chuvas de granizo. No mês de novembro, além das chuvas de granizo, que passaram a atingir também a região do Vale do Itajaí, iniciou-se um longo período de estiagem, que se estendeu praticamente até meados de janeiro.

Em função desses problemas, a expectativa era de que a safra 1985/86 fosse sofrer uma grande frustração, tanto no aspecto quantitativo - chegou-se a falar em perdas de 30% - quanto qualitativo, o que implicaria em substanciais prejuízos para os produtores. No entanto, em termos quantitativos, acabou não se verificando. No resultado global da safra, ainda que tenha havido perdas, elas não foram muito significativas. As estimativas iniciais do IBGE/GCEA-SC fixaram a área plantada em 93.000 hec-

tares e a produção em 162.750 toneladas; com os problemas de clima, este dado chegou a ser revisto para 138.000 toneladas, o que significaria um rendimento médio de 1.483 kg/ha, 16,6% abaixo dos 1.778 kg/ha obtidos na safra 1984/85.

Quando da divulgação dos dados finais do IBGE/GCEA-SC, verificou-se que, ainda que a safra pudesse ter sido bem melhor, as perdas ficaram longe de atingir os níveis estimados. Numa área plantada de 95.667 ha, foi obtida uma produção de 156.953 toneladas. Portanto, o rendimento obtido de 1.641 kg/ha, ainda que abaixo do da safra 1984/85, não ficará muito longe do tradicionalmente obtido no estado, cuja média nos últimos cinco anos foi de 1.682 kg/ha.

TABELA 3

FUMO - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	76.190	139.876	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

Com a produção da safra 1985/86, a exemplo do ocorrido na safra 1984/85, Santa Catarina atingiu a condição de maior produtor nacional de fumo, representando aproximadamente 40% do total produzido no país, sendo seguido pelo Rio Grande do Sul e Alagoas, cujas produções representam, respectivamente, 33% e 12%.

TABELA 4

FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES -
SANTA CATARINA - SAFRAS 84/85 E 85/86

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Col. de Joinville	574	695	1.063	1.267	1.852	1.823
Litoral de Itajaí	303	376	528	636	1.743	1.691
Col. de Blumenau	6.377	7.027	11.634	12.562	1.824	1.788
Col. de Itajaí Norte	6.984	6.397	12.426	9.979	1.779	1.560
Col. do Alto Itajaí	15.525	16.576	28.203	25.789	1.817	1.556
Florianópolis	539	642	895	1.078	1.660	1.679
Col. Serrana Catar.	5.382	5.955	9.120	10.458	1.695	1.756
Lit. de Laguna	682	774	1.075	1.080	1.576	1.396
Carbonífera	14.858	16.126	27.521	25.846	1.852	1.603
Lit. Sul Catar.	9.643	10.324	17.973	19.025	1.864	1.843
Col. do Sul Catar.	10.659	10.894	17.645	18.244	1.655	1.675
Campos de Lages	900	1.021	1.577	1.616	1.752	1.583
Campos de Quiritib.	1.125	817	1.722	1.232	1.531	1.508
Col. do Rio do Peixe	2.234	2.445	3.972	3.943	1.778	1.613
Col. do Oeste Catar.	6.618	7.489	10.012	10.285	1.513	1.373
Planalto de Canoinhas	7.597	8.109	14.689	13.913	1.934	1.718
TOTAL DO ESTADO	90.000	95.667	160.055	156.953	1.778	1.641

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Da produção total da safra 1985/86, segundo dados obtidos através da classificação, cerca de 60,8% é de fumo Virgínia; 22,1% de Burley; 11,8% de Amarelinho; 1,2% de Comum, sendo o restante fumo em corda, que não passa pela classificação e nem pelas indústrias.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Nos últimos anos, o mercado internacional de fumo não se tem apresentado muito favorável. Em função dos elevados estoques mundiais, da pouca reação da demanda, da política protecionista dos Estados Unidos, entre outras razões, os preços estão bastante comprimidos e a oferta tem sido bastante grande; o que, segundo os exportadores, no ano de 1986, provocou, mais uma vez, redução nos valores das exportações brasileiras.

TABELA 5

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO EM FOLHA - 1982-84

ANO	QUANTIDADE (toneladas)	VALOR FOB (US\$ 1.000)
1982	165.718	470.768
1983	176.828	465.926
1984	187.438	460.467

FONTE: Anuário FAO de Comércio - 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Quanto às exportações catarinenses, embora se verifique um incremento no valor das exportações, este só está ocorrendo em função do aumento no volume exportado, pois, o preço médio do produto está cada vez mais reduzido.

TABELA 6

FUMO - EXPORTAÇÕES CATARINENSES - 1982-85

ANO	QUANTIDADE (toneladas)	VALOR FOB (US\$ 1.000)
1982	31.630	116.099
1983	28.790	85.392
1984	34.595	93.526
1985	40.381	103.108

FONTE: CACEX do Banco do Brasil e Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível interno, mais especificamente na Região Sul, a comercialização da safra 1985/86 também apresentou muitos problemas. O preço, a nível de produtor, foi fixado em janeiro - quando grande parte do produto já está colhido - com um reajuste, em relação à safra 1984/85, de 240% para os tipos Virgínia, Amarelinho e Burley e 250% para o tipo de galpão. Os produtores, que solicitavam um reajuste de 300%, insatisfeitos com os preços fixados, passaram a boicotar a entrega do produto, e depois de muitas negociações com as indústrias foi concedido mais 15%, o que permitiu que a safra escoasse normalmente.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Ao contrário do comportamento verificado a partir de 1980, nos últimos dois anos houve, a nível nacional, um sensível crescimento no consumo de cigarros. Isso se deveu não só ao aumento no número de consumidores pelo crescimento vegetativo da população, mas, também, ao reajuste de preços do cigarro que ficou bem abaixo dos índices inflacionários, o que permitiu que os fumantes não diminuíssem os níveis de consumo, ou mesmo, deixassem de fumar por perda de poder aquisitivo. O que se verificou, também, foi uma recuperação no consumo de cigarros de melhor categoria, os quais, antes de 1985, em função dos seus custos mais elevados, vinham perdendo consumidores para aqueles de menor categoria.

TABELA 7

FUMO - CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978 A 1985

ANO	BILHÕES DE UNIDADES
1978	137,2
1979	137,4
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	127,4
1985	146,3
1986 (*)	171,2

FONTE: Sindicato das Indústrias de Fumo.

(*) estimativa.

No que diz respeito a Santa Catarina, não obstante o estado seja o maior produtor nacional de fumo em folha, o cigarro consumido internamente vem todo de fora. Isto se deve ao fato de a matéria-prima ser apenas pré-beneficiada no estado. Depois do pré-beneficiamento, parte do produto é transformado em cigarros, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior, sob a forma de fumo em folha.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Em termos de safra nacional, ainda não se dispõe de estimativas de área e de produção da safra 1986/87. Em relação à produção da Região Sul do país, que representa cerca de 80% da produção nacional, está sendo estimada entre 340 e 350 mil toneladas.

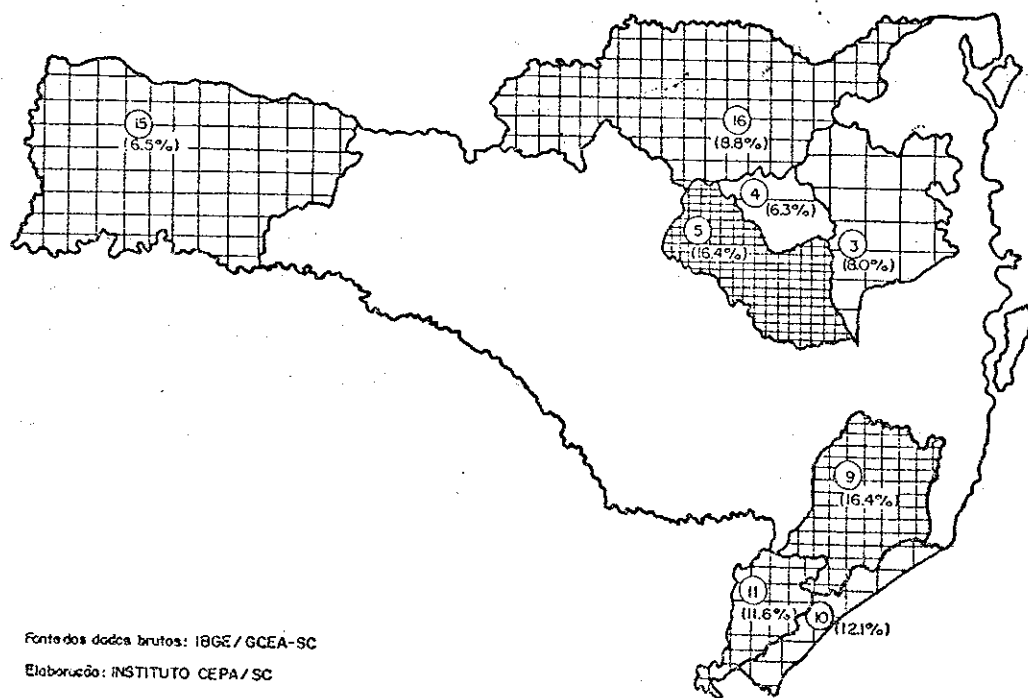
Quanto a Santa Catarina, segundo as estimativas do IBGE/GCEA-SC (novembro/86), foram plantados 95.000 hectares e a produção esperada é de 161.500 toneladas. Em termos de área plantada, é oportuno observar que, segundo o sindicato das indústrias, a área desta safra é maior que a cultivada na safra 1985/86 (95.667 ha), portanto fica a expectativa de aquela estimativa ser revista para mais. Em relação à produção, a exemplo da safra 1985/86, ocorreram algumas perdas em função de chuvas de granizo; mas, não havendo novos problemas, a produção não deverá variar muito em relação às estimativas atuais.

No que tange à comercialização, para a safra 1986/87, ao contrário das negociações anteriores, que eram realizadas em dezembro, os encontros entre os produtores e as indústrias foram iniciados a partir do mês de agosto. No entanto, inicialmente, não foram muito favoráveis aos produtores; embora eles não concordassem, acabou prevalecendo o mesmo preço praticado na safra passada.

As indústrias alegavam que, em função dos preços dos cigarros bastante defasados - mesmo com o aumento da margem líquida de 16,85% para 21,49% - e da queda no preço do fumo no mercado internacional, não poderiam aumentar o preço a nível de produtor.

No mês de novembro, o governo resolveu fazer reajustes no plano cruzado, e nisto estava incluído um aumento médio nos preços do cigarro de 80% a 120%. No entanto, apesar de certo que seria alterado o preço a ser recebido pelos produtores, em função da demora do governo em esclarecer as alíquotas que correspondem ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), até meados de dezembro ainda não havia nenhuma definição sobre o novo preço.

Mapa I - Participação das principais MRH na produção de fumo em Santa Catarina - Safra 1985/86



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.9. MAÇÃ

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Originária da Ásia, mais precisamente de alguma parte do Afeganistão, a maçã é uma das mais antigas, tradicionais e consumidas frutas do mundo.

Em termos de volume produzido, segundo dados da FAO, é ultrapassada apenas pela uva e pela banana, dividindo a terceira posição com a laranja.

Os maiores produtores são os países dos continentes asiático e europeu, que em conjunto respondem por mais de 80% da produção mundial.

No continente americano, destacam-se as produções dos Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, México e Brasil. Neste país, a cultura, face a exigências específicas de condições climáticas, tem a sua produção condicionada a áreas bastante restritas, ou seja, aos estados da Região Sul do país e aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Essas limitações de ordem climática, aliadas à utilização de técnicas inadequadas de trabalho e utilização de cultivares sem importância comercial, fizeram com que, durante muito tempo, esta atividade fosse considerada de importância secundária, uma vez que a área implantada era de apenas 2.000 ha, trazendo, como consequência, a necessidade de volumosas importações anuais, a fim de atender à demanda.

A cultura somente passou a ter significado entre as produções agrícolas nacionais após a implantação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado em Santa Catarina.

A aplicação de um projeto específico de fruticultura no estado catarinense e a adequação regional de modernas técnicas de cultivo incentivaram, por extensão, o desenvolvimento da

cultura não apenas em Santa Catarina, mas também nos demais estados produtores do país, sobretudo nos do Rio Grande do Sul e Paraná, nas áreas de clima mais propício à atividade.

Passados apenas quinze anos do plantio dos primeiros pomares, tecnicamente bem conduzidos, a cultura passa a ter lugar de destaque entre as produções frutícolas do país, tendo alcançado, na última safra (1985/86), a expressiva área de 28.500 ha implantados.

Em Santa Catarina, a cultura era considerada, até o ano de 1970, praticamente sem nenhuma importância no contexto da produção agrícola do estado.

Os poucos pomares existentes eram, na sua maioria, constituídos por variedades de inferior qualidade, sem nenhum valor comercial, implantados empiricamente, em fundos de quintal e sem importância econômica.

A partir dessa data, contudo, graças à criação, em 1968, do PROFIT-Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, e ainda com a possibilidade da aplicação de incentivos fiscais nessa área, a maleicultura catarinense tomou nova dimensão, com reflexos, inclusive, sobre os demais estados brasileiros.

O estado responde, hoje, por mais de 60% da produção nacional de maçãs, já sendo possível, por exemplo, ver-se a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativação comercial e de transporte, arrecadação governamental, desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras, e propiciando ao consumidor brasileiro a oportunidade de utilizá-la como alimento, rico em alternativa de qualidade, tanto para consumo "in natura", como para seus subprodutos industrializados, além de poupar ao país milhares de dólares em divisas, graças à substituição das importações.

O Projeto de Fruticultura de Clima Temperado de Santa Catarina-PROFIT, quando de sua implantação, abrangia um terço do estado e passou a ser desenvolvido nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e Campos de Curitibanos.

Esta atividade absorve, atualmente, cerca de 1.610 unidades produtivas, sendo que mais de 70% da produção estadual é concentrada nos municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário Estatístico da FAO, a produção mundial de maçãs, nos últimos anos, tem oscilado entre 39 e 41 milhões de toneladas.

Em 1984, segundo a mesma fonte, a produção obtida alcançou o significativo volume de 40.378 mil toneladas, e os principais países produtores, com seus respectivos percentuais de participação, foram, por ordem decrescente: União Soviética (18,57%), China (9,44%), Estados Unidos (9,24%), França (7,27%), Itália (5,08%), Turquia (4,71%), Alemanha Ocidental (4,34%), Polônia (3,88%), Hungria (2,83%) e Espanha (2,52%).

TABELA 1

MAÇÃ - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-84

PAÍSES	(em 1.000 t)		
	1982	1983	1984
União Soviética	7.400	7.800	7.500
China	2.441	3.551	3.810
Estados Unidos	3.684	3.798	3.729
França	3.149	1.983	2.935
Itália	2.603	2.031	2.050
Turquia	1.600	1.750	11.900
Alemanha Ocidental	2.637	1.313	1.752
Polônia	2.126	1.729	1.566
Hungria	1.279	1.141	1.144
Espanha	892	1.076	1.019
TOTAL MUNDIAL	41.440	39.349	40.378

FONTE: Anuário FAO de Producción, vol. 38, 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na América do Sul, cabe destacar as colheitas da Argentina e do Chile, que em 1984 alcançaram volumes de 934 mil e

410 mil toneladas, respectivamente, é em menor escala a produção brasileira, que atingiu, em 1986, 247.160 toneladas, ou o equivalente a 80,00% do consumo interno, hoje estimado por volta de 300.000 toneladas.

Essa produção, quando comparada à precedente, mostra-se superior em apenas 12,57%, e o pequeno incremento deveu-se às condições adversas de clima verificadas durante o último ano agrícola. Como se recorda, na safra passada, além da forte estiagem que assolou as regiões produtoras, e que ocorreu em uma fase crítica, ou seja, no período pós-floração, interferindo, finalmente, no tamanho do fruto, um percentual significativo de campos foi atingido por constantes quedas de granizo, que acabou por provocar sensíveis prejuízos aos fruticultores nacionais.

Se analisada em relação às primeiras estimativas, que apontavam para uma produção bruta da ordem de 274.000 toneladas do fruto, o dado final desta safra mostra-se envolvido em 9,80%.

O número de hectares colhidos neste último ano agrícola ficou em torno de 23.000, representando, pois, uma produtividade média de 10.648 kg/ha.

TABELA 2

MAÇÃ - CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA
SAFRA 1976/77 A 1985/86

(em t)

SAFRA	ESTADO PRODUTOR					BRASIL
	RS	SC	PR	SP	MG	
1976/77	1.953	12.355	250	-	-	14.558
1977/78	3.349	10.854	500	-	-	14.703
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	240	38.950
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638
1983/84	32.000	108.609	13.980	7.000	1.200	162.789
1984/85	55.000	138.055	17.300	8.000	1.200	219.555
1985/86	65.000	156.887	15.727	7.716	1.830	247.160

FORNTE: EMATER/SC - ACARESC, EMATER/PR - ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG,
CEPA/RS, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MAÇÃS
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" ficou em torno de 220.000 toneladas de maçãs.

A exemplo de anos anteriores, também neste último ano agrícola a maior participação na produção nacional coube ao estado de Santa Catarina, que sistematicamente vem se destacando como o primeiro produtor nacional do fruto.

Do volume total colhido no último ano, cerca de 63,48% foi de maçã local, vindo a seguir, em ordem decrescente de participação, os estados do Rio Grande do Sul (26,30%), do Paraná (6,36%), de São Paulo (3,12%) e o de Minas Gerais com apenas 0,74%.

TABELA 3

MAÇÃ - PRODUÇÃO BRASILEIRA-SAFRA 1985/86

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIP. RELATIVA (%)
Santa Catarina	156.887	63,48
Rio Grande do Sul	65.000	26,30
Paraná	15.727	6,36
São Paulo	7.716	3,12
Minas Gerais	1.830	0,74
TOTAL	247.160	100,00

FONTE: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃS.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de Santa Catarina, a última safra, a exemplo dos demais estados produtores, também não atingiu as expectativas iniciais, face aos problemas de ordem climática. A estiagem prolongada, verificada em fins de 1985 e início do corrente ano (que, se por um lado não permitiu um normal desenvolvimento dos frutos e causou um certo atraso na colheita, por outro, criou condições fitossanitárias muito boas aos pomares), e as constantes quedas de granizo, fizeram com que o dado final se situasse 4,92% abaixo das primeiras estimativas que apontavam para uma colheita bruta ao redor de 165.000 toneladas de maçãs.

Conforme levantamento efetuado pelos técnicos do ser-

viço de extensão rural, em todos os municípios produtores do estado, a produção da última safra atingiu 156.887,3 toneladas, representando, pois, um incremento, em relação à safra 1984/85, da ordem de 13,64%.

TABELA 4

MAÇÃ - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, SAFRA DE 1976/77 A 1985/86

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84	10.808	8.031	108.609	13.524
1984/85	11.946	9.036	138.055	15.278
1985/86	12.821	10.035	156.887	15.634

FONTE: EMATER/SC-ACARESC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O rendimento médio obtido por hectare foi de 15.634 kg, correspondendo a 10.035 ha de macieiras já em idade produtiva.

Cabe lembrar, todavia, que, da área colhida na última safra, apenas 63%, ou seja, 6.337 ha, eram constituídos de pomares adultos, portanto, em idade de plena produção, sendo o restante, 37%, formado de pomares em crescimento, em fase de produção inicial.

Do volume total de maçãs colhido nessa safra, cerca de 142.065,2 toneladas foram comercializadas "in natura", 9.972,4 toneladas destinaram-se à industrialização e 4.849,7 toneladas foram perdidas nas fases de colheita e pós-colheita.

O montante de produto comercializado "in natura" foi

ofertado por 1.035 produtores e representou cerca de 90,55% da produção total do estado.

À maçã industrial coube uma participação de 6,36% na produção catarinense, sendo ofertada por 509 produtores.

No âmbito microrregional, os maiores destaques foram, novamente, para as regiões Colonial do Vale do Rio do Peixe e Campos de Lages. A primeira respondeu por aproximadamente 53,45% da produção estadual, ou seja, com uma colheita de 83.853,2 toneladas de maçãs, sobressaindo-se o município de Fraiburgo com uma oferta de 73.647,1 toneladas.

Na região dos Campos de Lages aparecem como maiores produtores os municípios de São Joaquim e Bom Jardim da Serra, com produções de 31.380,1 e 5.967,2 toneladas, respectivamente. A oferta dessa microrregião, na última safra, foi de 47.152,5 toneladas de maçãs.

Com participação menor, mas também mostrando constantes aumentos de oferta, vem a seguir a microrregião dos Campos de Curitibanos, cuja colheita, na última safra, foi de 25.880,4 toneladas, e onde se destacam os municípios de Lebon Régis e Campos Novos, com produções que alcançaram 12.555,1 e 9.239,1 toneladas, respectivamente.

Apesar do constante aumento da produção nacional - que resultou da necessidade de substituição das importações brasileiras, mas que passa, agora, a ser uma meta intermediária de um setor que tem potencialidades e que pode responder, como o fez até o momento, aos estímulos que vier a receber - a maleicultura brasileira enfrenta, ainda, sérios problemas, sobretudo no que diz respeito à disponibilidade de armazéns frigoríficos específicos para a maçã.

O país conta, hoje, com apenas 127.430 toneladas de armazenagem a frio, ou seja, 51,56% da produção da última safra, das quais 91.565 toneladas acham-se localizadas nas regiões produtoras de Santa Catarina. O estado do Rio Grande do Sul, conforme o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, dispunha, em 1985, de 31.700 t de capacidade frigorífica e o Paraná de

apenas 4.165 toneladas.

A distribuição dessa estocagem, em Santa Catarina, está em 84% sob administração privada; 14% pertence a cooperativas e somente 2% está sob orientação oficial.

No Rio Grande do Sul, 69% da disponibilidade é de uso público, 29% pertence a particulares e 2% a cooperativas, enquanto no Paraná, 60% é oficial, 25% de particulares e 15% de cooperativas.

É preciso, pois, um maior investimento público no setor, além da necessidade de o Governo Federal alocar recursos e criar linhas de crédito específicas, condizentes com a atividade e oportunas em períodos e valores.

TABELA 5

MAÇÃ - DISPONIBILIDADE DE ARMAZÊNS A FRIO CONFORME OS ESTADOS PRODUTORES, SAFRA 1985/86

(em t)

ESTADO PRODUTOR	PROD.OBTIDA (a)	CAP.FRIGORÍF. (b)	VARIAÇÃO % (b/a)
Santa Catarina	156.887	91.565	58,36
Rio Grande do Sul	65.000	31.700	48,77
Paraná	15.727	4.165	26,48
BRASIL	247.160	127.430	51,56

FONTE: EMATER/SC-ACARESC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

MAÇÃ - DISPONIBILIDADE DE ARMAZÊNS FRIGORÍFICOS EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO PRODUTORA, SAFRA 1985/86

MICRORREGIÃO PRODUTORA	(em t)		
	PROD. OBTIDA (a)	CAP. FRIGORÍF. (b)	VARIAÇÃO % (b/a)
Col. do Rio do Peixe	83.853,2	66.675	79,51
Campos de Lages	47.152,5	20.800	44,11
Campos de Curitibanos	25.880,4	4.090	15,80
Outras	1,2	--	--
TOTAL DO ESTADO	156.887,3	91.565	58,36

FONTE: EMATER/SC-ACARESC, COCAR.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A maçã nacional, da qual Santa Catarina deteve, na safra 1985/86, 63,48% do volume total ofertado, tem aumentado, anualmente, sua participação no abastecimento interno brasileiro, tanto em volume movimentado quanto em amplitude de tempo.

Isto, em última análise, é reflexo da colocação no mercado, pelos fruticultores nacionais, de um produto de excelente qualidade, competitivo com a maçã importada, e da adequação de equipamentos de seleção, classificação, embalagem e conservação do produto.

Na safra passada, a participação da produção interna no atendimento das necessidades do país ficou por volta de 80%, correspondente a uma colheita bruta de 247.160 toneladas.

A análise da tabela 7, a seguir, mostra claramente o avanço apresentado pela fruta nacional que, a cada ano que passa, mais se consolida no mercado, quer pelo aumento da oferta e pelo expressivo diferencial de preços que apresenta em relação ao produto importado, quer pela melhor qualidade mostrada pela maçã brasileira, comparada à argentina.

TABELA 7

MAÇÃ - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS
DE 1977-1986

ANO	POPULAÇÃO BRASILEIRA (1.000 hab)	PRODUÇÃO NACIONAL (t)	VOLUME IMPORTADO (t)	VOLUME TOTAL (t)	CONSUMO NACIONAL (kg/hab/ano)	VALOR DO VO LUME IMPORT. (US\$ 1000 CIF)
1977	110.562	14.558	202.565	217.123	2,0	88.396
1978	113.304	14.703	190.217	204.920	1,8	97.758
1979	116.114	38.950	183.117	222.067	1,9	101.882
1980	119.099	49.134	135.410	184.544	1,5	77.206
1981	122.000	69.222	112.563	181.785	1,5	68.424
1982	125.000	127.874	127.631	255.505	2,0	67.148
1983	128.000	100.638	115.384	216.022	1,7	42.568
1984	131.000	162.789	89.733	252.522	1,9	29.655
1985	134.000	219.555	90.845	310.400	2,3	26.484
1986 ⁽¹⁾	137.000	247.160	40.749	287.909	2,1	20.000

FONTE: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/SNAB/MA, EMATER/SC - ACARESC; CACEX
Instituto CEPA/SC, Associação Brasileira dos Produtores de
Maçãs

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

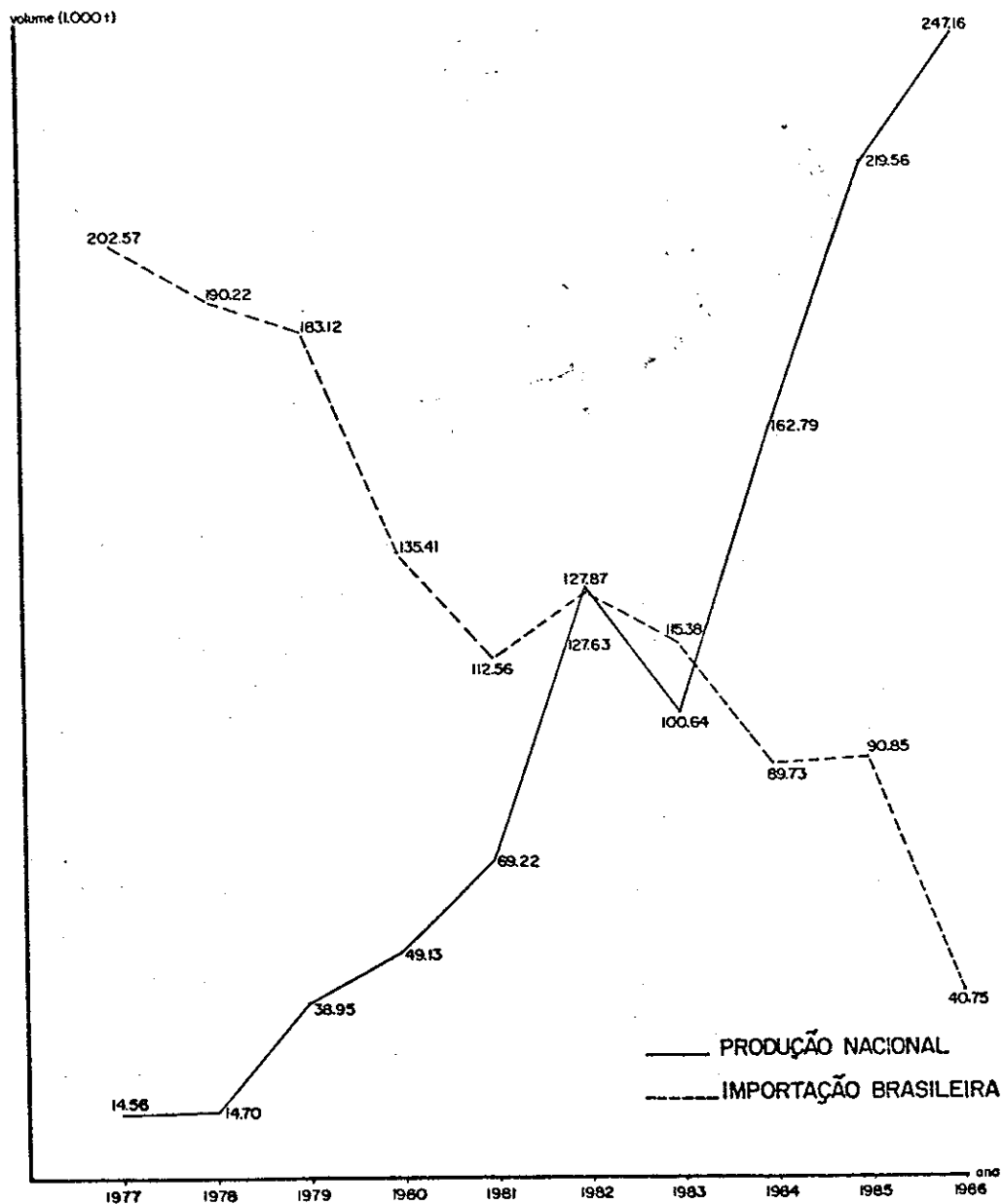
(1) Situação de importação autorizada até agosto/86

Os gráficos 1 e 2, onde são mostradas as produções brasileiras de maçã e os volumes do produto importado nos últimos anos pelo país, bem como a oferta da fruta, a partir de 1981, no entreposto da CEAGESP, dá uma idéia clara do crescimento que a atividade tem apresentado e da sua importância no abastecimento nacional.

Por todos esses aspectos positivos já alcançados pelo produto nacional, são imprescindíveis uma fiscalização mais efetiva da padronização da maçã, tanto a nível de produtor quanto de mercado, e ampliações progressivas do parque de armazenagem frigorífica em ritmo mais acentuado que o crescimento da produção interna.

Apesar dos entraves atinentes à parte produtiva, verificados no decorrer do último ano agrícola e ligados sobretudo a problemas de ordem climática, a comercialização da safra processou-se de forma excepcional, tanto em termos de volume escoado quanto em preços recebidos.

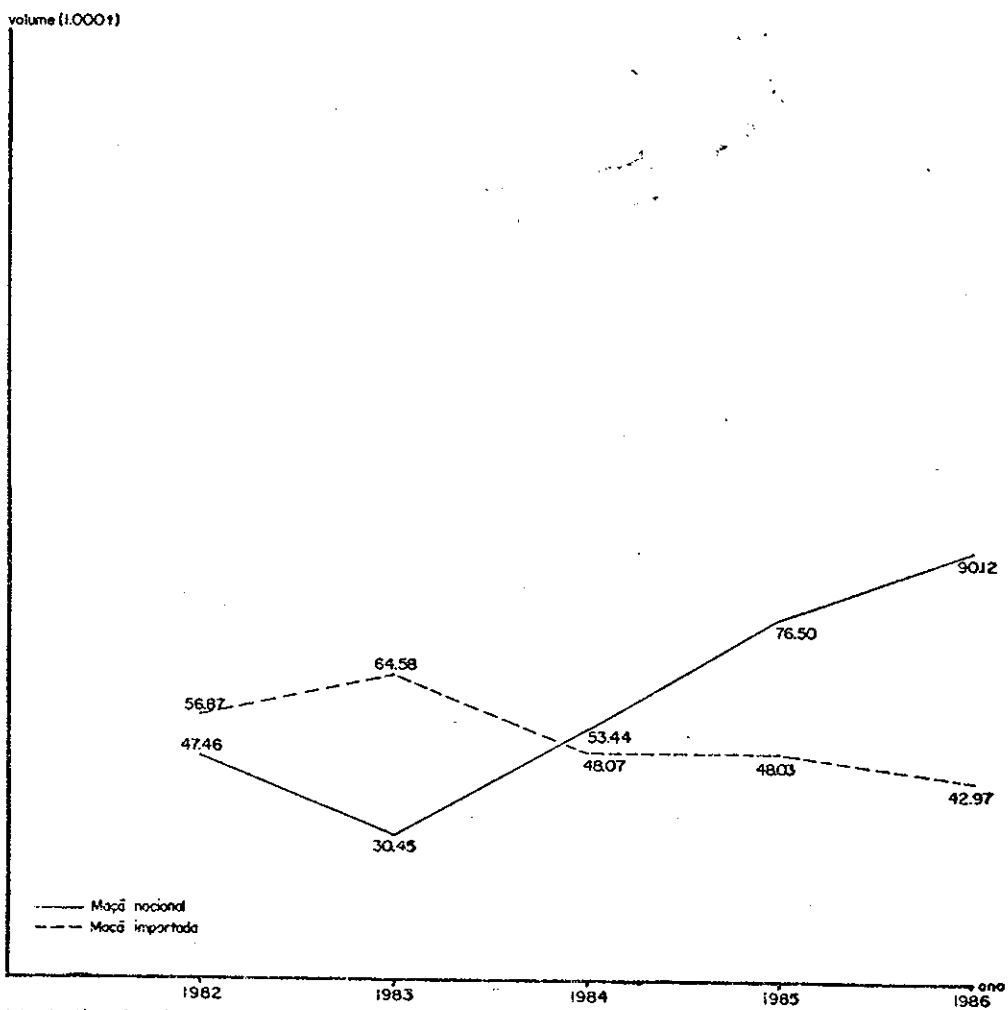
GRÁFICO Nº 1
 COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MACÃ E OS VOLUMES
 DO PRODUTO IMPORTADO - 1977 A 1986.



(1) Importações autorizadas de janeiro a agosto/86
 Fonte: CIEF/IBGE, SHORT/SEPC/SNAB/MA, EMATER-SC/ACARESC, CADEX,
 INSTITUTO CEPA/SC
 Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 2

OFERTA DE MAÇA NACIONAL E IMPORTADA NO ENTREPOSTO ATACADISTA DA CEAGESP/SP - 1982 A 1986.



(1986) - Situação até 24/11/86

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de SP

Elaboração: Instituto CERA/SC

Mesmo durante o período de colheita, quando, em virtude do aumento da oferta, os preços normalmente se aviltam, as cotações mantiveram-se em níveis bastante estimulantes e o escoamento processou-se acima da expectativa.

Apenas na segunda quinzena de abril, e por ocasião do final do mês de maio, houve um certo esfriamento do mercado para a maçã nacional, creditado à maior entrada no país da fruta importada da Argentina.

Segundo fontes ligadas à produção, tal constatação deveu-se sobretudo à liberação, a partir de primeiro de abril, da taxa de 32% sobre as importações do produto argentino, em vigor desde primeiro de janeiro deste ano.

Convém lembrar que as importações de maçã da Argentina, no decorrer de 1986, obedeceram aos mesmos critérios adotados no ano passado, ou seja; de 1º de janeiro a 31 de março vigorou o tratamento dado a terceiros países, não membros da ALADI. Dessa forma, apesar da liberação das importações, o produto foi taxado em 32%, afora o IOF; de 1º de abril a 31 de agosto, as importações foram condicionadas a uma quota mensal, não acumulável, de 280.000 cx/20 kg, e de 1º de setembro a 31 de dezembro, livre importação.

Os preços de comercialização, conforme já frisado, foram considerados excepcionais, e mantiveram-se, via de regra, sempre em patamar superior aos níveis inflacionários.

Já em fevereiro, em plena colheita interna, constatavam-se, no mercado da CEAGESP, cotações médias superiores em 370%, se comparadas às de mesmo período de 1985.

Nos meses subsequentes, o mercado persistiu fortemente aquecido, e somente a partir de fins de julho os preços começaram a declinar, alcançando as mais baixas cotações em setembro e outubro próximos passados. A involução dos preços, no período em questão, deveu-se, principalmente, à maior entrada no mercado da fruta importada.

A nível local, na CEASA/SC, a comercialização compor-

tou-se de forma semelhante, com a oferta superando a movimentação do ano anterior, e os preços situando-se em níveis bastante elevados.

Segundo informações coletadas junto àquela Central de Abastecimento, foram transacionadas, durante o ano de 1986, naquele entreposto de comercialização, 2.214.270 kg de maçãs, representando, pois, um incremento de 16,60% sobre a oferta de 1985.

Ao produto nacional - de procedência, na sua quase totalidade, do próprio estado de Santa Catarina - coube uma participação bastante significativa, tendo contribuído com cerca de 1.997.870 kg, ou seja, 90,23% do total ofertado naquele mercado atacadista.

O volume restante, 216.400 kg, constituiu-se de maçã importada, repassada pelas CEASA's do Rio Grande do Sul e do Paraná e pela CEAGESP.

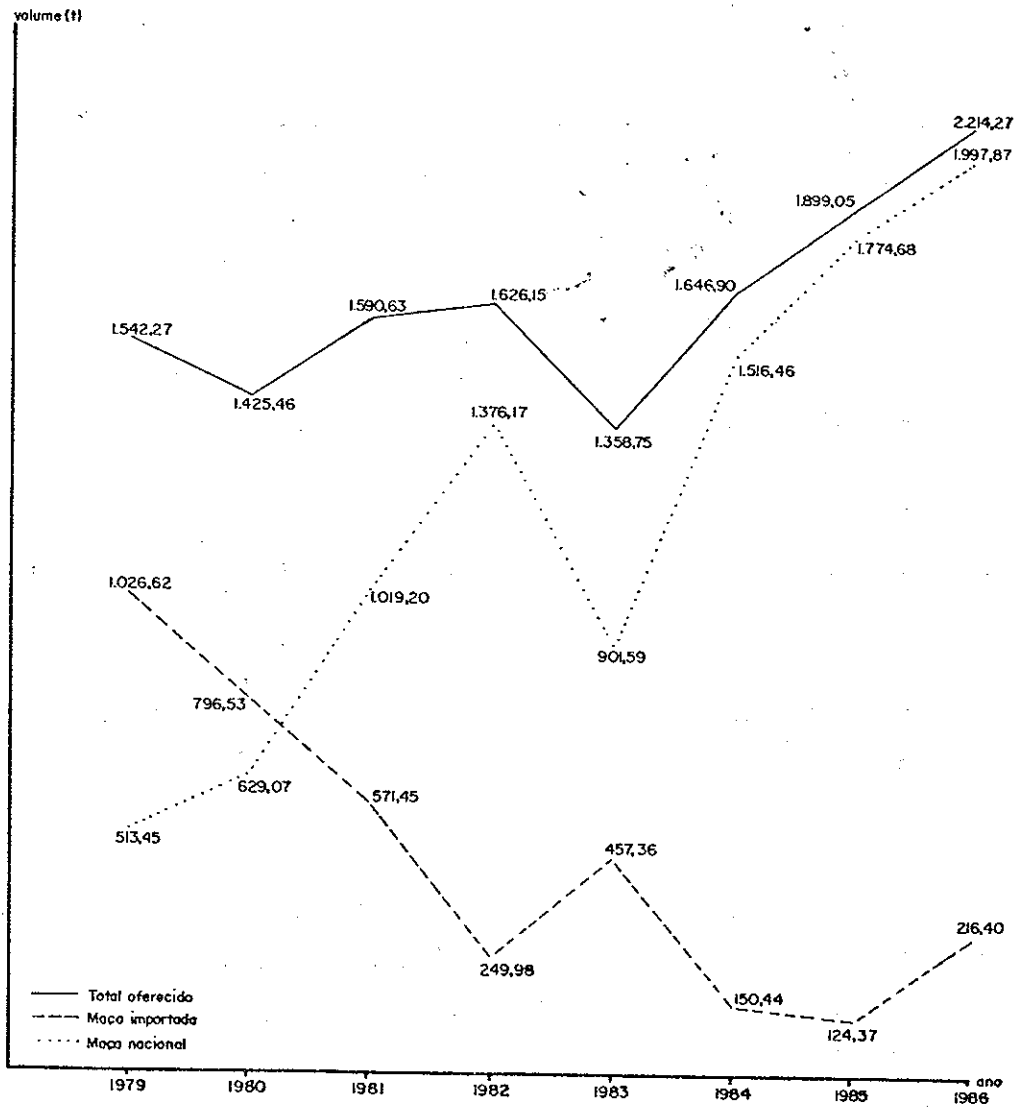
O gráfico 3 mostra o comportamento da movimentação do produto na CEASA/SC, bem como o comparativo da oferta de maçã nacional e importada, no período de 1979 a 1986.

A nível de produtor, os preços também foram considerados excelentes e o escoamento da safra deu-se sem maiores problemas.

Segundo dados fornecidos pelo serviço de extensão rural de Santa Catarina, a comercialização desta safra atingiu um montante da ordem de Cz\$ 595.065.480,00, representando, portanto, um crescimento da ordem de 280% sobre os Cz\$ 156.628.010,00 da safra anterior.

GRÁFICO 3

VOLUME DA MAÇA NACIONAL, IMPORTADA E TOTAL
COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1979 A 1986.



Fonte: CEASA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

O produto comercializado "in natura" movimentou recursos da ordem de Cz\$ 586.141.656,00, e foi vendido, a nível de propriedade, a um preço médio de Cz\$ 4,12/kg. O produto industrial teve um preço médio de venda de Cz\$ 0,89/kg, e o total resultante dessas transações alcançou Cz\$ 8.923.824,00. A comercialização do produto classificado e embalado, efetuada pelas grandes empresas e cooperativas que atuam na atividade, ocorreu, também, de forma muito satisfatória. Os preços médios, por ocasião da colheita e durante o período de maior oferta, situaram-se entre Cz\$ 100,00 e Cz\$ 250,00/cx de 17-20 kg, conforme a cultivar e sua tipificação.

Na região de São Joaquim, sede da Cooperativa Regional Agropecuária Serrana Ltda, a comercialização foi considerada excelente, quer em escoamento da produção, quer em termos de preços recebidos. Segundo relatório divulgado pela entidade, a comercialização da Cooperativa atingiu em torno de 2.750 toneladas de maçãs - o total recebido foi de cerca de 3.000 toneladas, sendo que a diferença constituiu-se de descartes ocorridos nas fases de recebimento, classificação e armazenagem do produto - o que significou um decréscimo de quase 40% em relação à movimentação do ano anterior. A menor oferta deveu-se à quebra de safra, motivada, sobretudo, pelos problemas de ordem climática.

Se a produção dessa safra foi menor e acarretou prejuízos, o mesmo não se pode afirmar das cotações recebidas pelos fruticultores.

O preço médio da safra comercializada pela Cooperativa ficou em Cz\$ 5,82/kg, e representou um incremento, sobre a média da safra passada, de mais de 230%.

O maior preço da venda ficou com a cultivar Fuji, com média de safra de Cz\$ 7,10/kg e volume de oferta em torno de 673 toneladas, e o mais baixo - Cz\$ 4,21/kg - com a cultivar Mutsu, cujo recebimento foi de apenas 24,37 toneladas.

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Com referência à safra 1986/87, os primeiros levanta-

mentos da produção nacional apontam para uma colheita bruta da ordem de 285.000 toneladas de maçãs.

A se confirmar esse dado, a próxima safra será superior à precedente em cerca de 15%, incremento esse creditado, principalmente, ao aumento do número de hectares da frutífera em idade de plena produção e ao maior percentual de campos em fase produtiva, haja vista que as condições de clima não foram de todo favoráveis à cultura.

Apesar de não apresentar o mesmo ritmo de crescimento constatado em anos anteriores, a produção brasileira prevista para 1987, a se concretizar, estará respondendo por cerca de 80% do consumo interno, avaliado em 320.000 t/ano.

Do volume estimado a ser colhido nessa safra, cerca de 260.000 toneladas deverão ser comercializadas "in natura" e o restante destinado à industrialização.

O estado catarinense, a exemplo de anos anteriores, deverá responder por 60% da oferta nacional.

TABELA 8

MAÇÃ - ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO NO BRASIL, SAFRA 1986/87

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	170.000	59,57
Rio Grande do Sul	74.800	26,21
Paraná	29.650	10,39
São Paulo	8.771	3,07
Minas Gerais	2.160	0,76

FONTE: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MAÇÃS.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível local, os prognósticos dos técnicos que atuam no setor indicam, para a safra 1986/87, uma produção bruta ao redor de 170.000 toneladas do produto, a ser obtido em cerca de 10.800 ha de macieiras já em idade produtiva.

É oportuno lembrar, entretanto, que da área em questão, somente 7.154 ha, ou seja 53,30%, acham-se em fase de plena produção, constituindo-se a área restante de pomares em crescimento; por conseguinte, em idade de produção final.

TABELA 9

MAÇÃ - ESTRATIFICAÇÃO DOS POMARES CATARINENSES EM RELAÇÃO À IDADE DAS PLANTAS, 1970 A 1986

IDADE DE PLANTIO	CARACTERÍSTICAS	ÁREA OCUPADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%)
Plantios efetuados até 1979	Pomares adultos, em idade de plena produção	7.154	53,30
Plantios efetuados de 1980 a 1983	Pomares em crescimentos, em idade de produção inicial	3.654	27,23
Plantios efetuados de 1984 a 1986	Pomares em fase de formação, ainda improdutivos	2.613	19,47
TOTAIS		13.421	100,00

FONTE: EMATER/SC-ACARESC.

O pequeno incremento previsto em relação à colheita anterior - apenas 8,4% - é creditado, especificamente, às condições climáticas, que deixaram a desejar no decorrer de 1986.

Como se recorda, além de o inverno no corrente ano não ter sido mais rigoroso, constatou-se, em fins de outubro, formação de fortes geadas e queda de granizo em praticamente todas as regiões produtoras do estado.

Com referência ao plantio de novas áreas no atual ano agrícola, cabe ressaltar que foram efetivados em torno de 600 ha, elevando para 13.421 ha a área implantada com a frutífera em Santa Catarina.

No tocante à comercialização da próxima safra, o quadro é de expectativa, face aos recentes acordos firmados entre o Brasil e a Argentina.

Apesar das reivindicações dos produtores nacionais no sentido de que fossem limitadas as importações de maçã no período de colheita interna e por ocasião do afluxo da comercialização da safra local, o Governo Federal, contrariando os interesses do próprio país, firmou, em princípios de outubro/86, acordo de cooperação comercial com a Argentina, no qual se incluiu, em uma variada pauta de produtos, a importação de maçãs.

As informações sobre esse acordo - que vigorará a partir de janeiro de 1987 - dão conta de que foi liberada a importação de 200.000 cx de 20 kg de maçãs para o mês de janeiro, 100.000 cx de fevereiro a maio, e liberação das importações no período de junho a dezembro.

O acordo firmado terá a duração de três anos e certamente trará sérios entraves à comercialização da safra nacional, pois antecipou para junho a liberação das importações daquele país.

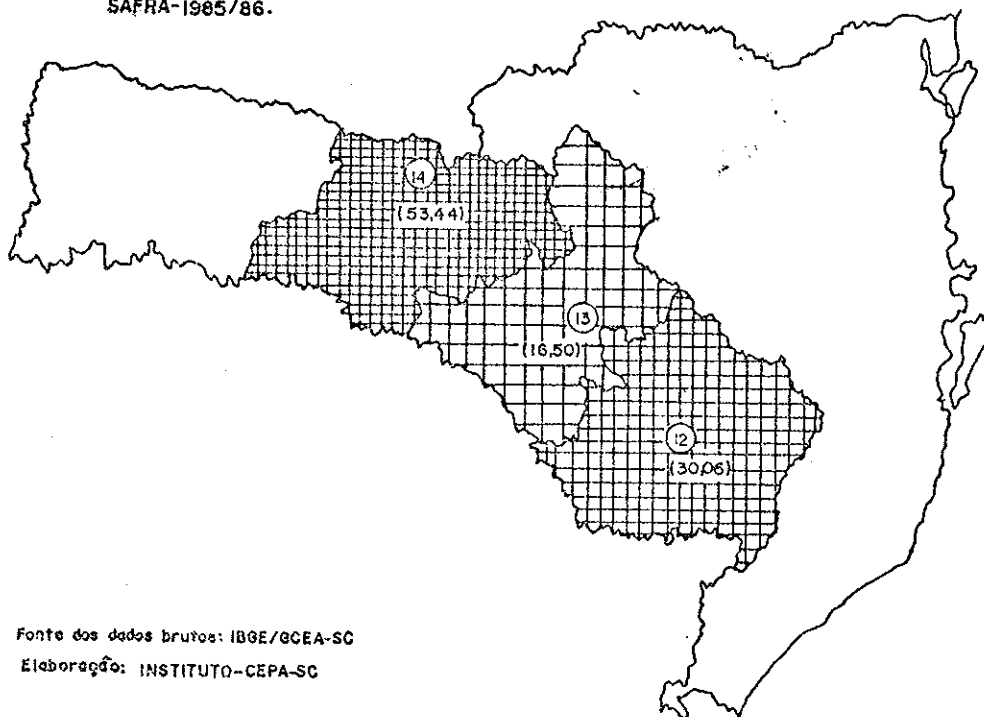
O pleito dos produtores brasileiros era no sentido de que no período de maior oferta da fruta local - janeiro a setembro - as importações se limitassem aos seguintes volumes, em caixas de 20 kg, não acumuláveis: em janeiro e fevereiro, liberação de guias no montante de 200.000 cx/mês; de março a maio, 100.000 cx/mês, e de junho a setembro, 200.000 cx/mês. Após esse período, livre importação até o final do ano.

Os maleicultores solicitam, agora, junto ao governo brasileiro, a limitação das importações em 70.000 toneladas para o ano de 1987, volume este que seria o diferencial atualmente existente entre a demanda nacional e a oferta interna de maçã "in natura", estimada, para a próxima safra, em 260.000 t.

A partir da definição desse montante, os produtores sugerem uma gradativa redução do volume a ser importado anualmente - 61.000 toneladas em 1988, 54.000 toneladas em 1989 e 20.000 toneladas em 1990 - haja vista a crescente oferta interna, quer pelo aumento da produtividade, quer pela entrada de novos campos em produção.

Os volumes máximos de importação, solicitados para os

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA
SAFRA-1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/CCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO-CEPA-SC

próximos anos, foram determinados em função de projeções de crescimento da produção nacional e do consumo interno aparente.

O escalonamento de colheita da safra nacional, no próximo ano, deverá obedecer aos critérios apresentados a seguir:

TABELA 10

MAÇÃ - ESCALONAMENTO PREVISTO PARA A COLHEITA - SAFRA 1986/87

(em t)

ESTADO PRODUTOR	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Santa Catarina	-	-	-	42.500	93.500	34.000	-	170.000
Rio Grande do Sul	-	-	-	22.440	29.920	22.440	-	74.800
Paraná	1.779	1.186	2.372	7.116	11.267	5.040	890	29.650
São Paulo	965	1.754	3.947	1.930	175	-	-	8.771
Minas Gerais	-	216	864	648	432	-	-	2.160
TOTAL	2.744	3.156	7.183	74.634	135.294	61.480	890	285.381
%/TOTAL	1,0	1,1	2,5	26,2	47,4	21,5	0,3	100,0

FONTE: Associação Brasileira dos Produtores de Maçã.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3.10. MANDIOCA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo o Anuário FAO de 1984, a área cultivada com mandioca, a nível mundial, naquele ano, foi de 14.151 mil hectares, enquanto a produção atingiu 129.020 mil toneladas. Deste total, 39,5% e 38,7% foram produzidos na África e na Ásia, respectivamente.

Apesar de a produção estar mais concentrada na África e na Ásia, em termos de principais países produtores mundiais o Brasil se destaca como o 1º, respondendo, em 1984, por 16,4% da produção total, seguido pela Tailândia, com 15,4%, pelo Zaire, com 11,4% e pela Indonésia com 10,8%.

Em termos nacionais, embora a mandioca seja cultivada em todas as unidades da Federação, tem especial destaque nos estados da Bahia, Pará, Piauí, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, responsáveis, na safra 1985/86, por aproximadamente 63% da produção nacional (IBGE/CEPAGRO de outubro/86).

Em Santa Catarina, que, das safras de 1984/85 para 1985/86, caiu da condição de 6º para 8º produtor nacional, a mandioca é cultivada em todas as microrregiões e tem um valor bastante significativo como cultura de subsistência.

Além do seu valor de subsistência, na Região Sul e no Vale do Itajaí, parte significativa da produção é destinada para as indústrias. No Vale do Itajaí, cuja colheita é normalmente realizada ao final do segundo ciclo da cultura, a mandioca é destinada principalmente às indústrias que fabricam fécula. No Sul do estado, a colheita é tradicionalmente realizada ao final do primeiro ciclo vegetativo e a produção é especialmente utilizada para a fabricação de farinha.

É importante observar que é justamente nestas regiões, em que o produto é utilizado para fabricação de derivados, que normalmente ocorrem períodos cíclicos de redução ou incremento

de área plantada. Esses períodos decorrem especialmente do comportamento no mercado dos derivados, que estimulam ou não o cultivo da mandioca.

Nas demais regiões do estado, o produto é utilizado principalmente para consumo no próprio estabelecimento, seja para o trato dos animais, seja para a alimentação humana.

TABELA 1

MANDIOCA - DESTINO DA COLHEITA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980

(8)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	CONSUMO NO ESTA BELEC.	ENTREGA COOPERA TIVA	ENTREGA INDÓS- TRIA	VENDE INTERME DIÁRIO	VENDE CONSU MIDOR	OUTROS (N IDENTI FICADOS)
Col. de Joinville	62,30	0,05	11,19	22,54	3,92	-
Lit. de Itajaí	24,73	0,13	32,43	38,87	3,84	-
Col. de Blumenau	73,98	0,83	19,23	2,79	2,98	0,19
Col. Itajaí do Norte	55,93	0,11	40,52	2,56	0,86	0,02
Col. Alto Itajaí	17,10	0,06	77,46	4,51	0,84	0,03
Florianópolis	55,56	0,07	12,69	22,28	9,38	0,02
Col. Serrana Catar.	63,49	-	20,65	12,80	2,85	0,21
Lit. de Laguna	25,99	-	8,95	64,08	0,69	0,29
Carbonífera	31,91	0,92	43,17	21,34	2,61	0,05
Lit. Sul Catar.	17,72	-	59,85	21,45	0,85	0,13
Col. Sul Catar.	59,27	-	20,56	17,23	2,81	0,13
Campos de Lages	78,73	-	6,08	3,12	12,07	-
Campos Curitibanos	81,54	-	72,24	11,42	4,76	0,04
Col. do Rio do Peixe	97,23	-	0,14	0,83	1,33	0,47
Col. Oeste Catar.	98,56	0,02	-	0,39	0,81	0,22
Plan. de Canoinhas	86,75	0,07	5,49	4,96	2,52	0,21
SANTA CATARINA	57,27	0,21	23,66	15,45	3,28	0,13

FONTE: Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Em termos de área plantada, a nível de estado, normalmente a da mandioca ocupa a 5ª posição, sendo superada por milho, soja, feijão e arroz. A cultura envolve aproximadamente 90.000 produtores, e cerca de 70% destes, em 1980, plantaram menos de 1 ha.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial, no período de 1980 a 1984, apresentou um incremento de 8,1%. Esse crescimento se deveu ao aumento na produção da África e da Ásia, já que houve uma queda de

7,6% na produção da América do Sul.

TABELA 2

MANDIOCA - ÁREA E PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980-1984

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (toneladas)
1980	13.767	119.270
1981	13.973	126.068
1982	13.951	125.916
1983	13.489	123.048
1984	14.151	129.020

FONTE: Anuário FAO de Produção (1982 e 1984).

O crescimento da produção africana se deu de forma mais ou menos generalizada em todos os países produtores, enquanto, na Ásia, é atribuído principalmente à produção da Tailândia, que representa cerca de 40% da produção daquele continente e, no período de 1980 a 1984, aumentou em 45% a sua produção. A diminuição na América do Sul decorre fundamentalmente do decréscimo da produção brasileira, que representa aproximadamente 80% da produção deste continente.

A nível nacional, em relação à safra 1984/85, a de 1985/86 apresentou um incremento de 10,6% na área plantada e 11,6% na produção estimada. Esses incrementos podem ser atribuídos especialmente aos estados do Piauí e Maranhão, cujas áreas plantadas cresceram 80,5% e 36,7%, respectivamente.

Ainda que, na safra 1985/86, a área cultivada com mandioca tenha sido incrementada, fazendo-se uma análise histórica, isto caracteriza mais uma recuperação, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte do país, do que propriamente um crescimento da cultura da mandioca.

TABELA 3

MANDIOCA - ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	SAFRA 1984/85	SAFRA 1985/86	SAFRA 1984/85	SAFRA 1985/86	SAFRA 1984/85	SAFRA 1985/86
Bahia	409.000	417.000	5.317.000	5.421.000	13.000	13.000
Pará	146.185	170.795	1.903.943	2.278.658	13.024	13.341
Paraná	85.800	92.000	1.722.864	1.748.000	20.080	19.000
Pernambuco	144.555	143.249	1.474.707	1.493.000	10.202	10.422
Rio Grande do Sul	127.601	134.565	1.515.830	1.592.008	11.879	11.831
Minas Gerais	91.074	92.869	1.118.925	1.132.452	12.286	12.194
Santa Catarina	88.213	88.000	1.180.775	1.232.000	13.385	14.000
Maranhão	165.320	226.052	1.020.687	1.802.116	6.174	7.972
Piauí	66.910	120.784	1.013.463	1.806.270	15.147	14.955
Amazonas	79.514	81.104	954.172	957.027	12.000	11.800
São Paulo	38.537	35.114	784.679	668.609	20.362	19.041
Ceará	95.535	125.368	764.591	1.116.661	8.003	8.907
Rio Grande do Norte	53.978	60.288	541.139	607.752	10.025	10.081
Paraíba	56.284	55.392	526.526	501.245	9.355	9.049
Espírito Santo	29.267	36.394	482.046	613.747	16.471	16.864
Rondônia	29.261	23.702	493.378	382.501	16.861	16.138
Sergipe	35.158	36.217	462.292	525.436	13.149	14.508
Mato Grosso do Sul	25.540	24.323	451.869	458.425	17.693	18.847
Mato Grosso	25.112	27.465	351.174	408.699	13.984	14.881
Goiás	23.880	24.400	339.680	348.200	14.224	14.270
Acre	16.265	16.620	283.867	289.982	17.453	17.448
Rio de Janeiro	12.061	11.936	186.350	183.814	15.451	15.400
Alagoas	16.094	16.094	148.369	148.369	9.219	9.219
Amapá	4.259	3.984	46.099	42.773	10.824	10.736
Roraima	1.557	2.583	21.558	35.764	13.846	13.846
Distrito Federal	390	390	5.070	5.070	13.000	13.000
TOTAL	1.867.350	2.066.688	23.111.053	25.799.578	12.376	12.484

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE/CEPAGRO (out/86)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Dados sujeitos a alteração.

Quanto a Santa Catarina, na safra 1985/86, segundo os dados finais do IBGE/GCEA-SC, da área total cultivada, 112.766 ha, foram colhidos 84.812 ha e se obteve uma produção de 1.234.686 toneladas.

TABELA 4

MANDIOCA - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1985/86

SAFRA	ÁREA COLHIDA ⁽¹⁾ (ha)	PRODUÇÃO ⁽¹⁾ (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	82.962	1.239.687	14.942
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.071
1983/84	83.102	1.090.968	13.128
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.234.686	14.558
1986/87 ⁽²⁾	90.000	1.120.000	14.000

FONTE: IBGE/GCEA.

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC (dez/86).

Apesar da menor área colhida, a produção da safra 1985/86 acabou superando a da safra 1984/85. Isto se deveu principalmente ao clima seco no decorrer da safra, que favoreceu bastante o desenvolvimento das raízes aumentando sensivelmente a produtividade das lavouras.

TABELA 5

MANDIOCA - ÁREA CULTIVADA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1986/87⁽¹⁾

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA (ha)			
	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
Área que permaneceu do ano Anterior	29.315	21.316	31.146	27.954
Área plantada no ano	79.522	90.000	81.620	74.470
Área total cultivada no ano	104.418	119.359	112.766	102.424
Área colhida no ano	83.102	88.213	84.812	80.000
Área que permanece para colheita com dois ciclos vegetativos	21.316	31.146	27.954	22.424

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Estimativa de nov/85 da Fundação IBGE/GCEA-SC

Em termos de área plantada, a diminuição verificada em 1985 - safra 1985/86 - em relação à que foi plantada em 1984 - safra 1984/85 - pode ser creditada aos preços da raiz durante a colheita de 1985 e ao fato de que no ano de 1984 se verificou um aumento excepcional no plantio.

Esse decréscimo na área plantada no ano de 1985 não foi generalizado. Observou-se manutenção da área nas regiões onde predomina o consumo no próprio estabelecimento e decréscimo em praticamente todas aquelas onde o produto é entregue às indústrias, ou seja, no Vale do Itajaí e na região sul do estado.

TABELA 6

MANDIOCA - DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTIVADA EM 31/12/86 (ha)	ÁREA COLHIDA EM 86 (ha)	ÁREA PLANTADA EM 86 (ha) ¹	ÁREA REFINADA EM 31/12/86 (ha)	PRODUÇÃO NA SAFRA 85/86 (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Colonial de Joinville	3.665	3.665	2.220	-	39.450	10.764
Litoral de Itajaí	912	455	264	457	5.952	13.081
Colonial de Blumenau	7.008	4.030	3.365	2.978	61.000	15.136
Col. de Itajaí Norte	6.200	3.200	3.200	3.000	56.000	17.500
Col. do Alto Itajaí	19.100	11.860	9.360	7.240	215.729	18.190
Florianópolis	4.160	3.990	3.154	170	47.760	11.970
Col. Serrana Catarinense	4.445	3.975	2.945	470	54.855	13.800
Litoral de Laguna	6.200	4.045	3.795	2.155	53.348	13.189
Carbonífera	12.254	9.644	9.621	2.610	138.690	14.381
Lit. Sul Catarinense	22.100	19.150	16.800	2.950	254.850	13.308
Col. Sul Catarinense	2.420	2.420	1.900	-	31.350	12.955
Campos de Lages	25	25	-	-	250	10.000
Campos de Curitibanos	190	96	66	94	1.092	11.375
Col. do Rio do Peixe	2.403	1.624	1.739	779	21.653	13.333
Col. do Oeste Catarinense	16.180	13.790	13.200	2.390	212.315	15.396
Planalto de Canoinhas	5.504	2.843	2.841	2.661	40.392	14.209
TOTAL	112.766	84.812	74.470	27.954	1.234.686	14.558

FONTE: IBGE/GCEA-SC

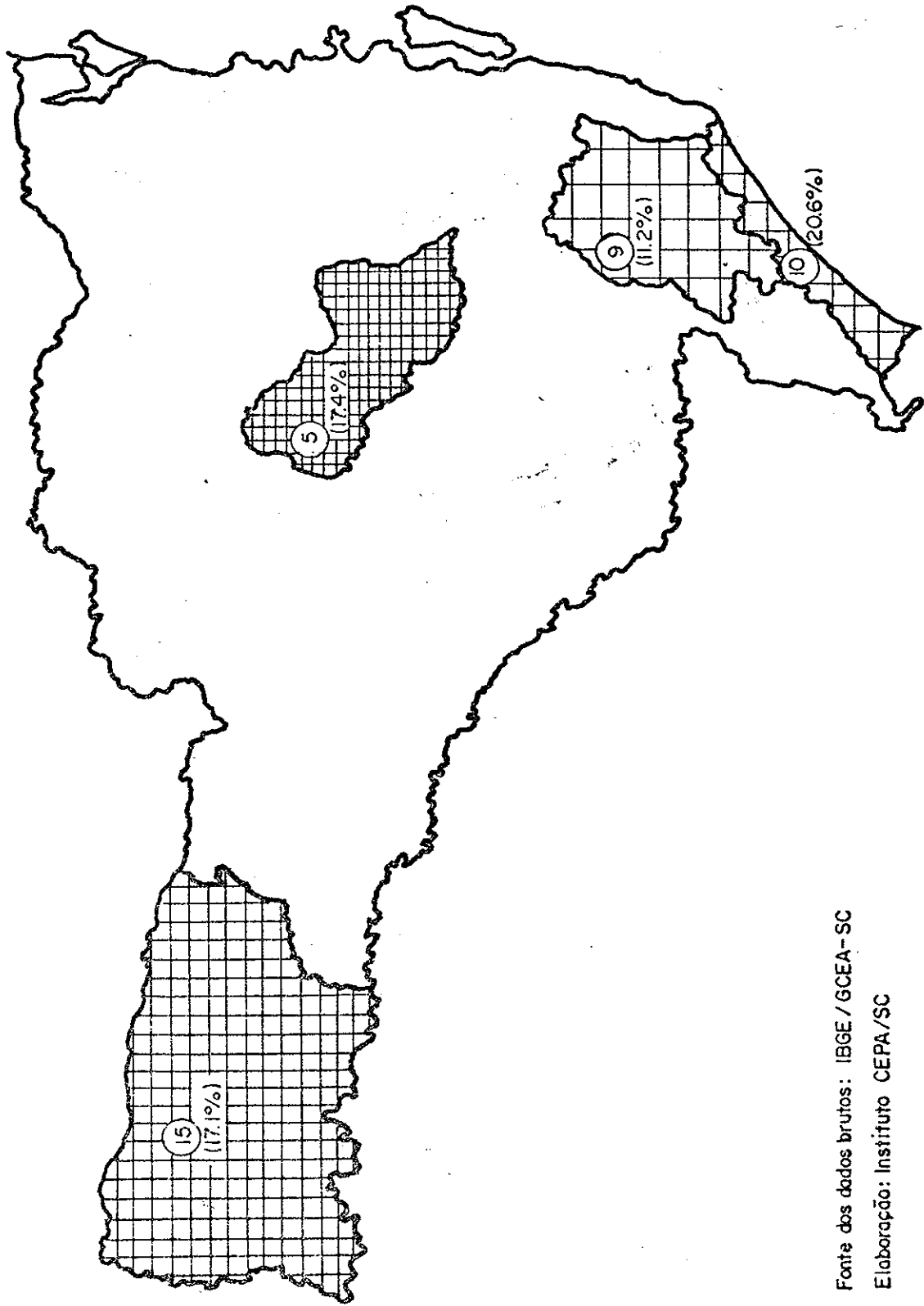
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Estimativa novembro/86

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No que diz respeito a mercado e comercialização, neste ano de 1986, o setor mandioqueiro nacional passou pelas maiores dificuldades dos últimos anos. Isso decorreu, basicamente, em função do crescimento da produção de raiz, e, conseqüentemente,

Mapa I - Participação das principais MRH na produção de mandioca em Santa Catarina - Safra 1985/86



Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

de derivados, nos dois últimos anos, especialmente pelos bons resultados alcançados no Norte e Nordeste do país.

Com esse crescimento, a oferta de farinha, principal derivado da mandioca, em termos de volume, cresceu substancialmente, comprimindo os preços no mercado atacadista. Em função do preço baixo, a exemplo de 1985, a política de preços mínimos se constituiu no principal instrumento de comercialização da safra 1985/86. No entanto, em algumas regiões, em função de problemas de recursos, armazenagem e até de operacionalização, essa política apresentou muitos problemas, forçando a venda da farinha para intermediários a preços bastante aviltados (bem abaixo do mínimo). Além de prejudicar os produtores de raiz, que também tiveram que vender seu produto por preços abaixo do mínimo, boa parte dessa farinha fluiu para importantes mercados consumidores como Rio de Janeiro e São Paulo e "deprimiu" ainda mais os preços no atacado, dificultando e até impedindo que a farinha de outras regiões pudesse ser comercializada nesses mercados, já que o preço praticado não dava a margem necessária.

Portanto, a dificuldade do setor mandioqueiro nacional e especialmente dos produtores, não foi somente em função da super-oferta de farinha, mas também, e até por decorrência disso, pelos problemas apresentados na efetivação da política de garantia de preços mínimos dos produtos derivados (farinha, fécula e raspa), que, pela estreita vinculação com a comercialização da raiz, se refletem diretamente nos produtores.

A nível de Santa Catarina, embora os preços não tenham atingido os níveis esperados pelos produtores e industriais, a comercialização da safra não foi tão problemática como a de algumas regiões do país, especialmente a Norte/Nordeste.

No que diz respeito à farinha, à exceção das vendas realizadas diretamente para o mercado varejista, os negócios estiveram bastante parados. Isso decorreu, fundamentalmente, do fato de o preço praticado em mercados atacadistas, tradicionais compradores de Santa Catarina, em função da grande oferta, ter ficado em níveis bastante baixos. Por consequência disso, as indústrias de farinha, que normalmente a compram dos produtores, estiveram bastante parados, e a CFP se constituiu na

principal compradora. Em dezembro, existiam 22.699 toneladas de farinha em AGF e 3.851 toneladas em EGF, com grande possibilidade de serem transformadas em AGF e também ficarem nas mãos do governo.

Quanto ao mercado da fécula, embora tenha apresentado alguns percalços, esteve melhor do que o da farinha. Em reunião realizada em janeiro, os feculeiros resolveram tabelar a fécula em Cz\$ 3,60/kg, para pagamento a vista; Cz\$ 4,05/kg para 30 dias; Cz\$ 4,45/kg para 45 dias e Cz\$ 5,00/kg para 60 dias. Apesar da existência da tabela, foram registrados negócios por valores bem abaixo desses. Nos primeiros meses de comercialização - abril/junho - em função da grande oferta, os preços variaram entre Cz\$ 3,00 e Cz\$ 3,50/kg; mas, a partir daí, foram crescendo gradativamente e chegaram a atingir em novembro/dezembro cerca de Cz\$ 4,00/kg, para pagamento a vista.

Apesar dos problemas nos mercados da farinha e da fécula, em função de, em Santa Catarina, praticamente não terem faltado recursos para a garantia dos preços mínimos, a maioria dos produtores de raiz conseguiram comercializar seu produto na pior das hipóteses pelo preço mínimo, de Cz\$ 348,56/tonelada posta na indústria.

TABELA 7

MANDIOCA - COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS DA FARINHA, FÉCULA E RAÍZ -
SAFRAS - 1982/83 A 1984/85

PRODUTO	TIPO	UNIDADE	1982/83	1983/84	REAJUSTE %	1984/85	REAJUSTE %	1985/86	REAJUSTE %
Farinha fina	I	CZ\$/50 kg	2,15	6,79	215,8	33,20	388,9	94,50	184,6
	II	Cz\$/50 kg	2,05	6,52	218,0	31,85	388,4	90,50	184,1
	III	CZ\$/50 kg	1,94	6,14	216,4	30,05	389,4	85,50	184,5
Fécula		CZ\$/kg	0,05	0,15	200	0,73	386,6	2,69	268,4
Raíz		CZ\$/kg	9,51	26,24	175,9	121,00	361,1	348,56	188,0

FONTE:CFP

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

As informações atuais sobre o consumo de mandioca e seus derivados são bastante precárias. Os últimos dados de que se dispõe são referentes ao Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizada pela Fundação IBGE em 1974/75.

TABELA 8

MANDIOCA - CONSUMO PER CAPITA E SEUS DERIVADOS POR LOCAL DE CONSUMO - 1974/75

LOCAL DE CONSUMO	PRODUTO (kg/habitante/ano)		
	In natura (aipim)	Farinha de mesa	Fécula
Rio de Janeiro	2,3	5,6	0,1
São Paulo	2,4	1,1	0,1
Minas Gerais e Espírito Santo	4,0	8,8	0,6
Sul	3,5	0,5	0,5
Nordeste	4,3	43,7	3,1
Distrito Federal	2,6	2,2	0,5
Outros	5,0	23,6	0,7
Brasil	3,6	17,3	1,2

FONTE: Fundação IBGE/ENDEF.

O mesmo estudo desenvolvido na Região Sul mostrou o seguinte quadro para a área não metropolitana onde está enquadrada a população de Santa Catarina:

TABELA 9

MANDIOCA - CONSUMO PER CAPITA E DERIVADOS NAS ÁREAS RURAL E URBANA DA REGIÃO SUL DO BRASIL - 1974/75

PRODUTO	(kg/habitantes/ano)		
	ÁREAS		GERAL
	Rural	Urbana	
In Natura (Aipim)	23,2	7,0	15,8
Farinha de mesa	4,4	3,2	3,5
Fécula	0,7	0,2	0,5

FONTE: Fundação IBGE-ENDEF.

Embora não se tenham dados mais recentes, é bastante provável que, em função da política de subsídio ao trigo e, conseqüentemente, do aumento do consumo deste produto em regiões como o Nordeste, onde tradicionalmente não era hábito - tenha havido uma queda no consumo da mandioca e de seus derivados.

Quanto à oferta, em termos de farinha, se estima que sejam produzidos no país entre 45 e 50 milhões de sacas, o que tem sido suficiente para atender ao consumo sem maiores problemas. A fécula, por sua vez, que já teve uma boa participação no mercado externo, em função de ter perdido competitividade, está sendo colocada, em grande parte, no mercado interno e atende à demanda sem maiores problemas.

No que tange a Santa Catarina, tanto em termos de farinha quanto de fécula, o estado apresenta produção bastante superior ao consumo. Em função disso, em se tratando de farinha, quando a oferta de outras regiões se apresenta boa, o governo se torna um grande comprador da produção interna. Em termos de fécula, o estado não só se destaca como o maior produtor, mas, também, como o maior exportador do produto.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Em relação à safra nacional 1986/87, ainda não se dispõe de dados sobre a intenção de plantio. No entanto, em função da tendência de recuperação na área plantada dos estados do Norte e Nordeste do país, é provável que a área plantada seja superior à da safra 1985/86.

Quanto a Santa Catarina, para a safra 1986/87, cujas operações de plantio foram finalizadas em novembro, além da área remanescente de 27.954 ha, que será colhida após dois ciclos vegetativos, os primeiros levantamentos indicaram uma área plantada de 74.470 ha. Embora esta área esteja bem abaixo dos 81.620 ha plantados em 1985 e dos 90.000 ha plantados em 1984, pode ser considerada normal, já que, nestas duas safras, ficou bem acima da área tradicionalmente cultivada no estado. O decréscimo, segundo os levantamentos, aconteceu principalmente pela redução da área plantada na região do Alto Vale do Itajaí.

É importante observar que os dados referentes a esta safra são fruto apenas de um levantamento preliminar, portanto ainda bastante imprecisos. No caso de eventuais alterações, indicadores subjetivos demonstram que provavelmente a área efetivamente plantada poderá ser maior que a atualmente estimada.

Em relação ao mercado, o setor mandioqueiro tem notado que só poderão ser superados os problemas que vem passando atualmente, se conseguir uma maior participação no mercado de massas alimentícias e panificáveis; para que isso efetivamente ocorra, sem mexer no tabelamento, reivindica: 1)- a isenção do ICM dos derivados (17%), que seriam compensados com a redução de aproximadamente 5% do subsídio ao trigo; 2) obrigatoriedade da mistura imediata de 3% a 5% de fécula e/ou farinha de raspa na farinha de trigo; e, 3) obrigatoriedade para as indústrias de ração animal de utilizarem um percentual de mandioca em cada tonelada de milho que o governo lhes vender. Essas medidas, sem dúvida, seriam de grande estímulo para o setor ocupar os espaços que as suas potencialidades permitem.

3.11. MILHO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O milho se apresenta como o segundo cereal mais importante a nível mundial, perdendo em volume de produção somente para o trigo. É cultivado na maioria dos países, com vistas não só ao atendimento do consumo animal, como também à alimentação humana.

No contexto mundial, o Brasil, embora responda por pouco mais de 4% do volume total colhido, se situa como o terceiro produtor, sendo suplantado apenas, porém largamente, pelos Estados Unidos e pela China.

Em Santa Catarina, não obstante o volume colhido ser tradicionalmente insuficiente para atender às necessidades internas, o milho continua sendo a cultura de maior importância, não só em termos de área plantada e produção, como também na formação do Valor Bruto da Produção do subsetor lavouras.

Sendo cultura predominantemente de pequena propriedade, é plantado por aproximadamente 179.000 produtores, grande parcela dos quais o destina à criação de suínos. Segundo o Censo de 1980, cerca de 93.000 agricultores o cultivam na modalidade solteira, 52.000 o plantam em consórcio com outras culturas e aproximadamente 35.000 em outras formas consorciadas.

Apesar de na safra 1985/86 a produção catarinense ter apresentado uma quebra acentuada - em decorrência das estiagens - o estado contribuiu com aproximadamente 9,8% da produção brasileira e permaneceu como o 5º produtor nacional, atrás, por ordem de importância, dos estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

A nível de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com aproximadamente 52% do volume total colhido em 1986, permaneceu como a principal produtora. Seguiram-se, por

ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com cerca de 26%, Planalto de Canoinhas, com 5,6%, Campos de Curitiba, com 4,3% e Colonial do Alto Itajaí, com 2,4% da produção estadual.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de milho na safra 1985/86 atingiu, segundo o USDA, a casa dos 480,5 milhões de toneladas. Esse volume, que é recorde mundial, se deveu principalmente à excelente safra norte-americana, que, em decorrência das boas condições climáticas, foi a maior da história daquele país. Apesar de no contexto mundial o Brasil despontar como um dos principais países produtores, o rendimento médio brasileiro (próximo a 1.700 kg/ha), deixa muito a desejar quando comparado ao dos Estados Unidos (média superior a 5.000 kg/ha) e da China (próximo a 3.500 kg/ha nos últimos anos). Mesmo a nível da América do Sul, onde o Brasil responde por mais da metade da produção do continente, a produtividade brasileira é inferior à obtida no Chile e na Argentina.

TABELA 1

MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS de 1984/85 A 1986/87

(em milhões de t)

SAFRA \ PAÍS	1984/85	1985/86 (*)	1986/87 (*)
EUA	194,5	225,2	208,9
China	67,7	63,8	70,0
Brasil	22,2	20,0	22,5
CEE	20,0	25,6	24,5
URSS	12,5	14,4	12,4
Argentina	12,0	12,1	12,0
Outros	123,3	119,4	123,6
TOTAL MUNDIAL	452,2	480,5	473,9

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão USDA. (dez/86).

A nível de Brasil, apesar de as estiagens terem atrapalhado o plantio, a área cultivada apresentou um crescimento de aproximadamente 5% em relação aos 11,8 milhões de hectares colhidos na safra 1984/85. Esse incremento no cultivo foi creditado, entre outros, aos seguintes fatores: melhora nas condições dos financiamentos de custeio - maior reajuste do VBC e aumento das parcelas financiáveis a todas as classes de produtores - e desestímulo sofrido pelas culturas da soja e do algodão, que, diante das poucas perspectivas de preços tanto de mercado quanto de garantia, cederam área para o milho, principalmente no Sudeste do país. Outro fator que também colaborou para este crescimento foi o grande aumento - cerca de 140% a mais do que em 1985 - verificado no plantio da segunda safra do Paraná, onde os agricultores buscaram, com um segundo plantio, recuperar parte das perdas sofridas com as estiagens.

A produção da Região Centro-Sul do país, que, em fevereiro, logo após as estiagens, fora estimada em apenas 14,5 milhões de toneladas, sofreu sucessivas reavaliações para maior, se situando, ao final da safra, em 18,2 milhões de toneladas. Apesar desta recuperação, que foi fruto, principalmente, da boa produção registrada no Centro-Oeste e no Sudeste - a Região Sul apresentou queda de 29% - a produção do Centro-Sul mostrou uma redução de 9,8%, quando comparada aos 20,16 milhões de toneladas colhidas na safra 1984/85. Em face disso e de o Norte/Nordeste ter apresentado um desempenho superior ao de 1985, a produção nacional chegou a alcançar o volume de 20,5 milhões de toneladas.

TABELA 2

MILHO - PRODUÇÃO NO BRASIL, POR REGIÕES - SAFRA DE 1981/82 A 1985/86

(em 1.000 t)

REGIÃO	S A F R A				
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 ^(*)
Norte	313,6	190,1	368,4	318,7	393,3
Nordeste	1.133,5	306,9	1.472,8	1.534,9	1.959,4
Centro-Oeste	2.472,2	2.282,4	2.306,6	2.435,8	3.333,9
Sudeste	6.740,1	6.082,6	5.713,7	6.208,9	6.667,5
Sul	11.206,0	9.881,0	11.312,6	11.521,4	8.188,9
TOTAL	21.865,4	18.743,0	21.174,1	22.019,7	20.543,0

FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Estimativa IBGE/CEAGRO (em out/86)

TABELA 3

MILHO - PRODUÇÃO NOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES
SAFRAS DE 1981/82 A 1985/86

(em 1.000 t)

PRODUTOR	S A F R A				
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 (*)
Paraná	5.430,0	5.018,9	5.400,0	5.803,7	4.300,0
Rio Grde do Sul	3.147,2	3.174,8	3.567,4	3.558,6	1.937,7
Sta Catarina	2.142,8	1.687,3	2.345,2	2.159,1	1.951,3
São Paulo	3.392,4	3.164,0	2.866,7	2.895,3	3.093,6
Minas Gerais	3.053,8	2.696,0	2.563,6	3.015,1	3.255,8
Goiás	1.922,1	1.722,9	1.721,3	1.690,8	2.464,4
TOTAL	19.088,3	17.463,9	18.464,2	19.122,6	17.002,8

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

As estiagens que assolaram todo o estado catarinense nos meses de novembro/dezembro de 1985 e parte de janeiro/86, causaram perdas sensíveis à safra de milho. As estimativas de produção, que inicialmente apontavam para um volume potencial da ordem de 2,37 milhões de toneladas e que caíram para cerca de 1,7 milhão logo após o término do fenômeno, foram sucessivamente reavaliadas para maior - graças à normalização das condições climáticas no restante do ciclo - alcançando 1.951 mil toneladas, segundo os dados finais do IBGE/GCEA-SC. Em face dos problemas climáticos e apesar de a área cultivada ter crescido para 955.600/ha (1,4% a mais que no ano anterior), a produção de 1986 foi 9,2% inferior à obtida na semifrustrada safra de 1984/85 (2.159 mil toneladas).

Embora o preço-base não fosse considerado satisfatório e os preços de mercado se tivessem mantido quase que estabilizados durante o forte da colheita de 1985, a área cultivada apresentou um leve crescimento, em face não só de os suinocultores se terem estimulado a plantar - em decorrência dos bons preços recebidos na comercialização dos suínos - como, também, porque alguns sojicultores, diante das poucas perspectivas de preços e do atraso do plantio da oleaginosa, optaram por substituir uma pequena parcela de área destinada à soja, por milho.

TABELA 4

MILHO - SÉRIE REAJUSTADA DA EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1986/87

SAFRAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIM. MÉDIO (kg/ha)
1976/77	825.977	2.076.506	2.514
1977/78	819.534	1.294.044	1.579
1978/79	837.482	1.327.409	1.585
1979/80	877.716	2.017.999	2.299
1980/81	905.836	2.264.590	2.500
1981/82	903.742	2.142.772	2.371
1982/83	901.629	1.686.948	1.871
1983/84	936.231	2.345.209	2.505
1984/85	942.149	2.159.049	2.292
1985/86	955.658	1.951.299	2.042
1986/87 (*)	1.008.000	2.520.000	2.500

FONTE: IBGE/GCEA-SC .

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão do IBGE/GCEA-SC (nov/86).

No que se refere à produção microrregional, embora as estiagens do final de 1985 início de 1986 tenham sido bastante generalizadas, algumas regiões foram mais afetadas do que outras. O desenvolvimento vegetativo das lavouras semeadas tardiamente e das lavouras que foram replantadas - que, no global, formaram um percentual bastante significativo - surpreendeu, o que colaborou para que as quebras fossem bastante amenizadas. Por outro lado, é de se salientar, também, que muitas lavouras plantadas dentro do período normal não sofreram grandes prejuízos, pois ocorreram chuvas esparsas em muitos locais das diversas regiões. Neste particular, notou-se que as microrregiões que mais sofreram com as estiagens e onde a recuperação de plantio foi menor, foram: a Colonial do Oeste Catarinense e parte da Colonial do Rio do Peixe - principalmente nos municípios situados no Vale do Rio Uruguai - além da Colonial Alto Vale do Itajaí, Campos de Curitibanos e Campos de Lages.

TABELA 5

MILHO - PRODUÇÃO CATARINENSE - POR MICRORREGIÃO - SAFRAS
1984/85 E 1985/86

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Col. Joinville	4.816	4.816	10.021	10.597
Litoral de Itajaí	666	677	1.303	1.318
Col. de Blumenau	14.000	14.040	32.373	31.815
Col. Itajaí do Norte	8.800	8.930	18.666	19.508
Col. Alto Itajaí	29.770	29.880	72.203	46.372
Florianópolis	2.062	2.078	4.438	4.468
Col. Serrana Catarin.	11.635	11.205	25.140	24.405
Lit. de Laguna	440	452	687	648
Carbonífera	16.160	16.450	39.152	34.906
Lit. Sul Catarinense	5.770	5.770	11.184	11.797
Col. Sul Catarinense	15.010	15.090	38.511	40.214
Campos de Lages	19.040	19.370	32.569	26.897
Campos de Curitibanos	59.340	62.960	97.191	84.253
Col. do Rio do Peixe	207.200	211.690	499.166	498.906
Col. Oeste Catarin.	488.260	495.300	1.185.943	1.005.728
Planalto de Canoinhas	59.180	56.950	90.502	109.467
TOTAL DO ESTADO	942.149	955.658	2.159.049	1.951.299

FONTE: IBGE/GCEA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

2. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No mercado internacional, as cotações do milho apresentaram sensível deterioração no transcorrer do ano. Os grandes estoques, não só a nível mundial, como, particularmente, nos Estados Unidos, e a previsão de uma boa safra em 1986/87, forçaram uma queda vertiginosa nas cotações internacionais do cereal. Esta situação de mercado favoreceu o Brasil, na medida em que as importações - apesar de em boa parte terem sido contratadas quando as cotações se encontravam em patamares mais altos - puderam ser efetuadas em níveis bastante inferiores aos de outros anos.

No mercado interno, os preços do milho que já ao final de 1985 se mostravam aquecidos, iniciaram o ano em alta. As cotações, que tinham se elevado substancialmente em decorrência da suspensão dos leilões da CFP, começaram a recuar tão logo o governo reiniciou a venda de seus estoques e liberou as importa-

ções para as empresas privadas, tendendo à estabilidade, à medida em que cresciam as ofertas da safra nova. Além disso, o prosseguimento da internalização do milho importado, o enfraquecimento do mercado de aves logo após a edição do Plano Cruzado, e o aceno do governo de que colocaria seus estoques no mercado toda vez que os preços no atacado paulista superassem Cz\$ 88,00/sc, também contribuíram para que as cotações no atacado do Centro-Sul apresentassem tendência de enfraquecimento na maior parte do primeiro semestre. Outros fatores que colaboraram para o esfriamento das cotações foram a pouca disponibilidade de recursos para os empréstimos à comercialização e a mudança das regras nos pagamentos dos AGFs, as quais, aliadas à retração dos compradores, geraram uma situação de superoferta no mercado. Neste período, os preços a nível de produtor se aproximaram ou se igualaram ao mínimo em quase todos os estados do Sudeste e do Sul. A exceção foi o Rio Grande do Sul, onde, em decorrência da pouca oferta da produção estadual, as cotações se mostraram superiores ao preço de garantia do governo. Em Goiás, ocorreu uma grande oferta de milho, o mesmo acontecendo no Mato Grosso, fato que, ao comprimir os preços, obrigou os agricultores a entregarem o produto ao governo.

O esboço de reação das cotações verificadas em São Paulo e em Minas Gerais, no início do segundo semestre - creditada ao maior interesse de compras dos grandes consumidores ao final da colheita e à retração dos vendedores - foi refreada pelo reinício das vendas dos estoques da CFP, principalmente na Bolsa de Mercadorias de São Paulo e pela contratação de novas importações. Daí em diante, todo o mercado do Centro-Sul voltou a apresentar um comportamento calmo, em face não só da continuidade das vendas do produto do governo através dos leilões, como, também, porque a CFP promoveu vendas diretas aos pequenos consumidores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Além disso, os grandes consumidores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também foram favorecidos por vendas diretas da CFP ao preço de Cz\$ 88,20/sc.

No final de outubro, entretanto, as cotações apresentaram um crescimento substancial, que foi creditado, em grande parte, à elevação dos custos do frete. Como grande fatia do mercado paulista vinha se abastecendo nos leilões da CFP, cujo pro-

duto estava depositado em Goiás, os preços dos fretes começaram a ter um peso decisivo na formação das cotações do milho. Outro fator, que também colaborou para a subida dos preços, foram as notícias de que a CFP iniciaria os leilões de milho no Paraná, fato que foi aproveitado pelos vendedores daquele estado para equipararem seus preços aos fixados para as vendas do produto do governo. No restante do ano, embora os preços tenham oscilado em alta, as oscilações foram de pequena expressão, o que não chegou a alterar significativamente as cotações.

No Nordeste, o mercado se mostrou aquecido no último quadrimestre do ano. Apesar de em setembro/outubro a safra daquela região se encontrar em processo de colheita, o consumo de milho mostrou uma expansão muito acentuada, fato que gerou uma situação de escassez e obrigou o governo a adquirir cerca de 400 mil toneladas de milho americano para atender ao consumo do final de 1986 e do primeiro semestre de 1987. O aumento acentuado de consumo naquela região foi creditado a dois fatores: o primeiro, a expansão da produção comercial de suínos e aves, principalmente no Ceará e Pernambuco; e o segundo, a quebra da produção de algodão, que se refletiu numa menor oferta de torta para o consumo animal.

Em Santa Catarina, as cotações no atacado, que se haviam aquecido substancialmente ao final de 1985, se estabilizaram nos primeiros dias de 1986. No entanto, os altos preços praticados no segundo leilão promovido pela CFP no estado (21/01/86) fizeram com que as cotações no mercado paralelo mostrassem uma sensível elevação, quadro que, apesar da retração dos compradores, mostrou poucas alterações no transcorrer da maior parte do primeiro trimestre. Apesar de, neste período, a oferta de milho da safra catarinense ainda não se mostrar expressiva, o bom nível de estoques em mãos dos grandes consumidores, a importação por parte de algumas empresas e mais o início da oferta de milho paranaense, foram fatores que permitiram que os compradores se mostrassem retraídos e ofertando preços bastante inferiores aos pedidos pelos vendedores.

Com o aumento da oferta a partir de fins de março/início de abril, as cotações recuaram, passando a apresentar tendência de estabilidade durante todo o transcorrer da colheita. O

declínio das cotações decorreu não só em face do aumento da pressão vendedora e por alguns óbices na contratação de EGFs, como também pelas dificuldades dos vendedores em repassarem os preços pedidos, uma vez que os consumidores se mostravam retraídos e sem disposição de formar grandes estoques, diante das perspectivas de que os preços se manteriam estáveis.

No restante do ano, apesar de os preços no atacado terem apresentado tendência de crescimento no último trimestre, essas variações não foram de grande significância, dado que os grandes consumidores foram escorados não só pelos estoques da CFP, como, também, pela possibilidade de promoverem importações diretas a preços próximos e até inferiores aos vigentes no mercado interno estadual.

Os preços recebidos pelos produtores do Oeste, que iniciaram o ano nas proximidades dos Cz\$.75,00/sc, evoluíram, já ao final de janeiro, para Cz\$ 90,00/sc, assim permanecendo até fins de março, graças à sustentação proporcionada pelas cooperativas, uma vez que o restante dos compradores ofertava níveis inferiores ao daquelas. Com a entrada do forte da colheita, e em decorrência também de as cooperativas e atacadistas terem encontrado dificuldades em repassar os preços que vinham pagando, as cotações ao produtor se retraíram para as proximidades do preço-mínimo durante os meses de abril e maio. No início de junho, este nível foi elevado para Cz\$ 85,00, patamar que praticamente não se alterou até o final do ano.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O aumento expressivo da produção mundial nos últimos anos tem gerado uma situação de abundância de milho no mercado internacional. Como o consumo não tem acompanhado o aumento da produção, os estoques ao final das últimas temporadas têm apresentado um crescimento expressivo, se situando, em 1985/86, na casa dos 122,7 milhões de toneladas, com tendência a crescer ainda mais ao final da próxima temporada comercial. Esta situação decorre, principalmente, de a produção dos Estados Unidos vir se situando em níveis muito superiores ao próprio consumo interno, sendo o superávit daquele país responsável por aproxi-

madamente 85% dos estoques mundiais de milho em 1985/86.

TABELA 6

MILHO - ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E MUNDIAL

ESPECIFICAÇÃO	(em milhões de t)			
	E.U.A.		MUNDIAL	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Estoque Inicial	41,9	102,7	71,5	122,7
Produção	225,2	208,9	480,5	473,9
Importação	0,3	0,1	62,5	59,3
Uso Doméstico	133,2	135,9	429,3	429,8
Exportação	31,5	28,6	61,5	59,6
Estoque Final	102,7	147,2	122,7	166,8

FONTE: USDA (11/12/86).

No que se refere ao abastecimento nacional, constatou-se relativa tranqüilidade no atendimento do mercado consumidor. Apesar da quebra da safra e do crescimento do consumo provocados pelo aumento dos criatórios de aves e suínos e mesmo do consumo humano, o déficit foi suprido não só pelo "carry over" do ano anterior, como, também, pelas expressivas importações, promovidas em sua maior quantidade pelo setor público.

A expectativa de que pudessem ocorrer problemas com o abastecimento nacional nos primeiros meses de 1986 não chegou a se concretizar, pois, embora a colheita tenha atrasado em alguns estados - como reflexo da estiagem - a internalização, ainda em janeiro, do milho importado que havia sido leiloado pela CFP a partir de outubro de 1985, aliada à "desova" de estoques em mãos de particulares, foi suficiente para atender ao consumo sem maiores entraves.

Já, no restante do ano, o atendimento da procura foi normal, não só porque a safra nacional não chegou a apresentar a quebra inicialmente esperada, como, principalmente, porque foram sendo efetuadas sucessivas importações, cujo volume ofereceu segurança de abastecimento até a entrada da nova safra.

TABELA 7

MILHO - BALANÇO DE OFERTA/DEMANDA - BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	(em 1.000 t)	
	1984/85	1985/86
Estoque inicial	2.121,0	2.441,9
Produção	21.173,9	19.736,5
Importação	200,0	3.641,6
Oferta Total	23.494,9	25.820,0
Consumo Interno	21.053,0	22.090,0
Exportação	-	-
Demanda Total	21.053,0	22.090,0
Estoque Final	2.441,9	3.730,0

FONTE: CFP - setembro/86.

Em Santa Catarina, a quebra da produção estadual repercutiu de maneira acentuada na oferta interna de milho. O déficit entre produção e consumo, que normalmente se situa nas proximidades de 300/350 mil toneladas, se alargou, nesse ano, para cerca de 750 mil toneladas, em decorrência, também, do aumento do consumo das atividades avícola e suinícola. Apesar dessa deficiência, o abastecimento estadual no transcorrer do 1º semestre se mostrou normal. Já o quadro do suprimento do final do ano também se mostrava tranqüilo. Diante de uma estimativa efetuada em outubro, que apontava necessidades globalizadas da ordem de 425.000 toneladas de milho para atender à demanda até a entrada da nova safra, a CFP já havia garantido a oferta - produto importado - de 385.000 toneladas.

Diante dessas possibilidades, e frente, ainda, às perspectivas de os compradores não só adquirirem os remanescentes da safra catarinense e paranaense, mas também da expectativa de as importações destinadas ao Paraná não serem consumidas, acreditava-se que o abastecimento catarinense seria suprido, nos primeiros meses de 1987, com relativa tranqüilidade.

TABELA 8

MILHO - ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES

DISCRIMINAÇÃO	ANOS		
	1 9 8 5	1 9 8 6	1 9 8 7
DEMANDA	2.354.419	2.501.700	2.689.000
Consumo humano	60.000	65.000	65.000
Consumo animal	2.229.919	2.366.900	2.550.500
..Suínos	1.283.300	1.346.000	1.440.000
·Frangos de corte	647.780	704.000	782.000
·Matrizes de pintos	77.263	90.000	96.000
·Matrizes de ovos	17.936	19.400	22.500
·Perus	49.140	53.000	55.000
·Outros animais	154.500	154.500	155.000
Consumo industrial	60.000	65.000	69.000
Sementes	4.500	4.800	4.500
PERDAS	213.000	195.000	200.000
NECESSIDADE TOTAL	2.567.419	2.696.700	2.889.000
PRODUÇÃO	2.134.000	1.951.300	2.500.000
DÉFICIT	(-) 433.419	(-)745.400	(-)389.000

FONTE: Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Para a safra 1986/87, cuja colheita no hemisfério norte terminou ainda em 1986, a estimativa da produção mundial - cerca de 474,0 milhões de toneladas - é um pouco menor do que a da safra anterior, em face, principalmente, de a produção norte-americana ter decrescido em cerca de 6%, quando comparada à obtida em 1985.

A nível de Brasil, as estimativas, ao final do ano, indicavam para o Centro-Sul um incremento de plantio entre 9% e 15% em comparação aos 9,07 milhões de hectares cultivados na safra anterior. O aumento do cultivo em todos os estados do Centro-Sul foi creditado, principalmente, aos seguintes fatores: preço mínimo mais vantajoso em relação ao da soja - em especial para os estados do Sul, São Paulo e parte de Minas, onde o preço de garantia foi reajustado para Cz\$ 84,60/sc - aumento do limite de adiantamento do VBC para os grandes e médios produtores e desestímulo ao plantio de soja e algodão, que cederam área para o milho. A produção, por sua vez, poderá apresentar um aumento bem mais expressivo e se situar em níveis superiores a 22,0 milhões de toneladas.

Caso estas estimativas se concretizem, e desde que o Norte/Nordeste apresente uma produção semelhante à prevista para 1986 - cerca de 2,35 milhões de toneladas - o volume total a ser colhido a nível de Brasil poderá superar com folga a casa dos 24,5 milhões de toneladas.

Para Santa Catarina, as estimativas de novembro do IBGE/GCEA/SC situaram a área total plantada em pouco mais de 1,0 milhão de hectares, o que equivale a um crescimento de aproximadamente 5% em relação à área cultivada na safra anterior. Esta maior intenção de plantio foi creditada a diversos fatores, entre os quais se destacaram: o preço-mínimo, que apesar de não ter sido considerado bom, foi, ainda assim, vantajoso em relação aos de outras culturas; a melhora do nível dos financiamentos do VBC, e o desestímulo ao cultivo da soja, que cedeu parte da área para o milho.

Apesar da ocorrência de geadas ao final de outubro e de queda localizada de granizos, em novembro, o desenvolvimento da cultura não chegou a ser comprometido. Por outro lado, o regime de chuvas nos últimos três meses do ano se mostrou favorável, fato que, a persistir nos primeiros meses de 1987, gera expectativa de obtenção de uma produção superior a 2,5 milhões de toneladas de milho.

A perspectiva de uma excelente safra, juntamente com a previsão de grandes excedentes mundiais de milho em 1987, leva a acreditar não só que o mercado se mostrará superofertado, como, também, que as cotações internacionais deverão se mostrar ainda mais comprimidas do que neste ano.

A nível de Brasil, se forem confirmadas as expectativas de produção, o país deverá novamente voltar à auto-suficiência. Apesar de a oferta crescer em todos os estados, alguns deverão apresentar déficits bastante acentuados, como é o caso de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São Paulo, no entanto, deverá ser suprido com os excedentes de Goiás e os últimos dois pelo superávit previsto para o Paraná. Diante destas expectativas e frente, também, às estimativas de que o país deverá passar o ano com um estoque final da ordem de 3,7 milhões de toneladas de milho, as preocupações são de que as cotações

internas se mostrem bastante "achatadas" no primeiro semestre de 1987.

Para Santa Catarina, embora se espere que a produção se situe próximo a 2,5 milhões de toneladas, as expectativas são de que o estado continuará na dependência de compras de outros mercados, já que se espera crescimento substancial nas atividades avícola e suinícola. Diante da possibilidade de que o setor avícola apresente um crescimento da ordem de 11% e o suinícola acima de 7%, calcula-se que as necessidades de milho, que, em 1986, foram estimadas em aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, cresçam para perto de 2,7 milhões em 1987. Esta situação deverá novamente fazer com que os preços internos estaduais se mantenham em níveis superiores aos do Paraná, principalmente no transcorrer do segundo semestre do ano vindouro.

TABELA 9

MILHO - PREÇOS MENSAIS, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO

(Valor nominal em CZ\$ 1,00/sc)

M E S	PRODUTOR CATARINENSE (*)	ATACADO CATARINENSE (**)	ATACADO PARANAENSE (***)	CHICAGO (US\$/t) la. ENTREGA
Janeiro	75,00/90,00	78,00/100,00	80,00/100,00	97,64
Fevereiro	90,00/90,00	100,00/105,00	85,00/90,00	94,29
Março	90,00/82,00	90,00/100,00	90,00/83,00	91,17
Abril	84,00/80,00	90,00/95,00	83,00/81,00	91,04
Maió	80,00/83,00	90,00/95,00	80,50/82,00	94,49
Junho	83,00/85,00	93,00/95,00	81,00/84,00	92,08
Julho	85,00/85,00	93,00/95,00	80,00/82,00	75,10
Agosto	85,00/88,00	93,00/95,00	82,00/85,00	63,26
Setembro	85,00/88,00	93,00/95,00	83,00/87,00	62,30
Outubro	85,00/88,00	93,00/95,00	83,00/88,00	67,18
Novembro	85,00/88,00	98,00/99,00	88,00/90,00	66,49
Dezembro	85,00/88,00	98,00/99,00	88,00/90,00	64,96

FONTE: Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

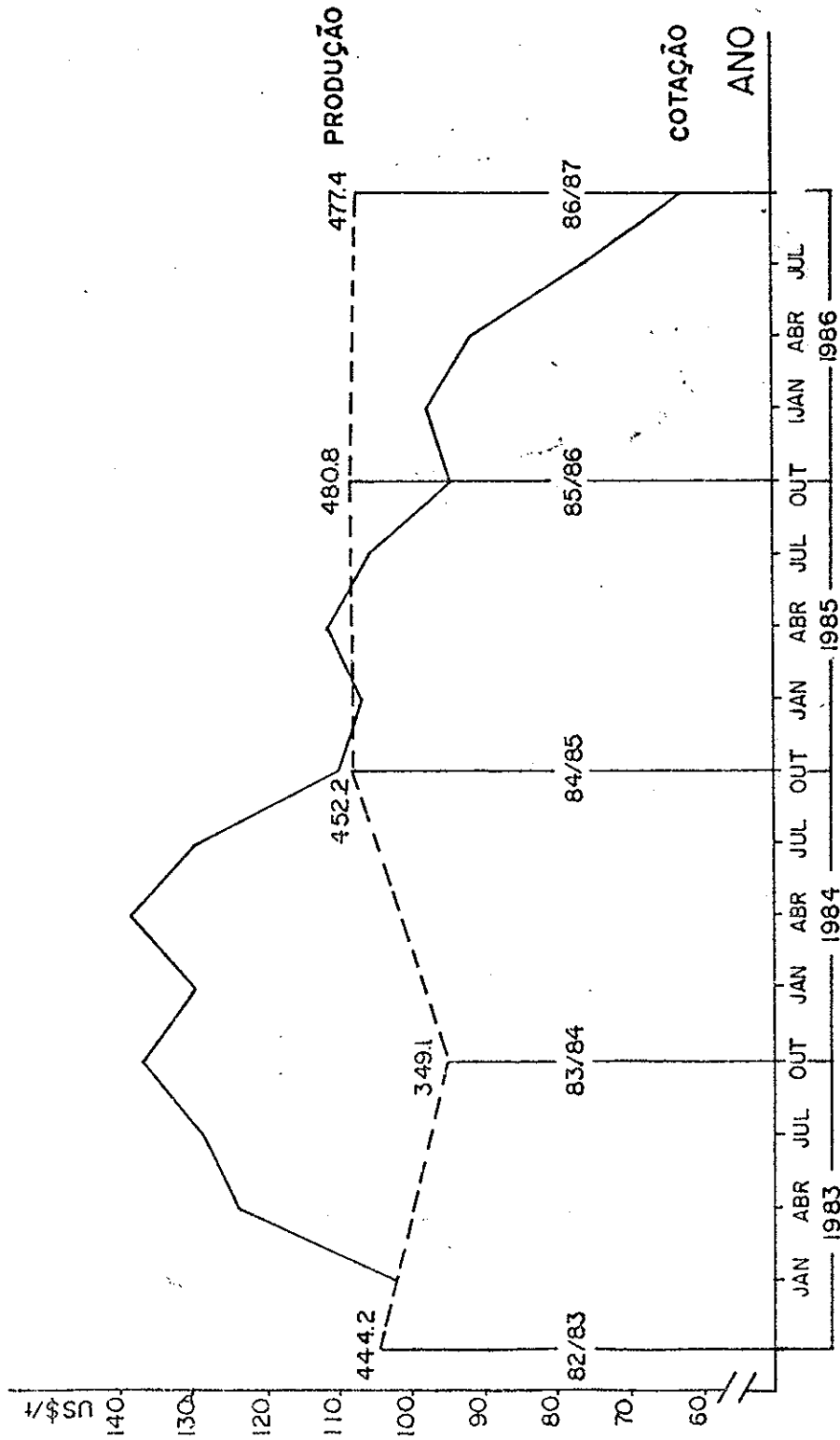
NOTAS: (*) Preços mais comuns na praça de Chapecó

(**) Preços pedidos pelos vendedores em Chapecó

(***) Atacado do Sudoeste e do Oeste do Paraná

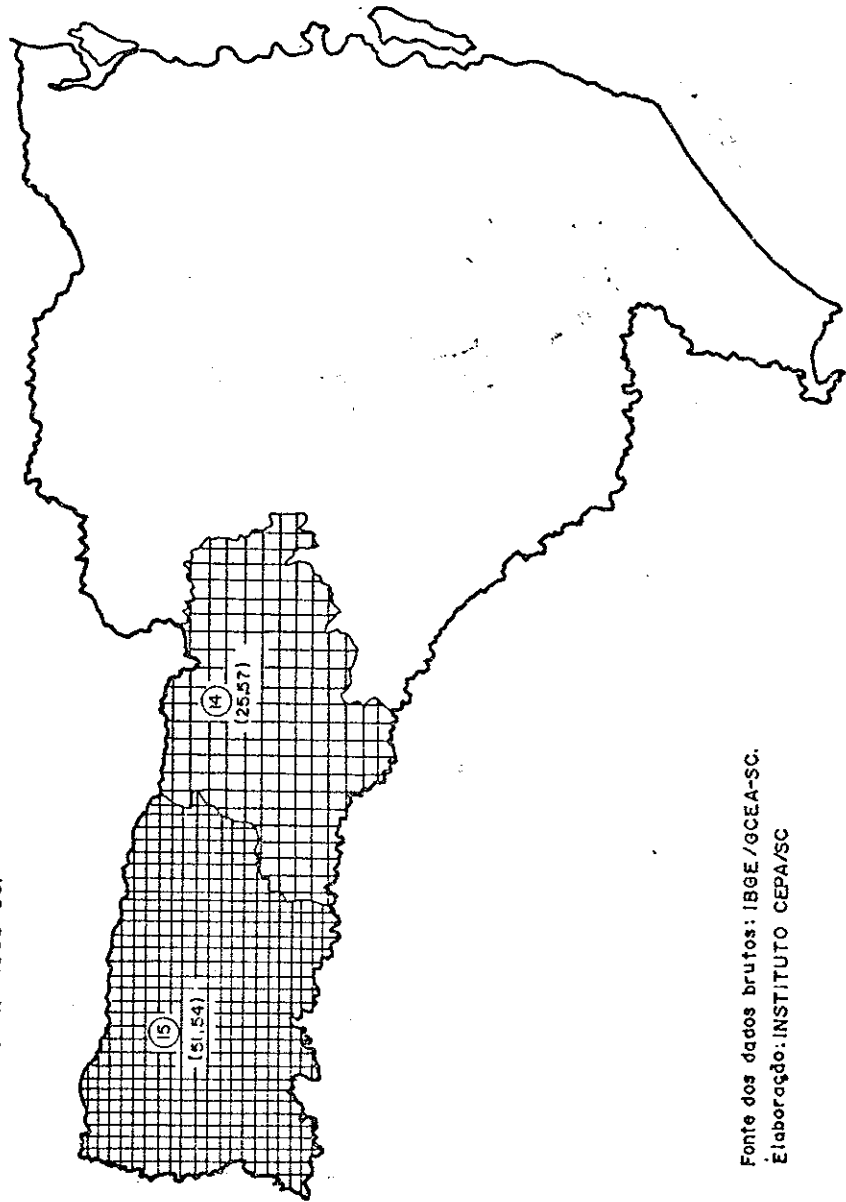
GRÁFICO I

MILHO - COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (US\$/t-1ª entrega) E
 PRODUÇÃO MUNDIAL (milhões de t) - 1982-86.



FONTE: BOLSA DE CHICAGO
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

Mapa 1--- PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA,
SAFRA 1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC.
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

3.12. SOJA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Dentre as oleaginosas, a soja se destaca como a cultura de maior importância, respondendo, nos últimos anos, por aproximadamente metade da produção mundial, que é da ordem de 190 milhões de toneladas.

No contexto dos países, o Brasil se destaca como o segundo produtor, suplantado apenas, porém largamente, pelos Estados Unidos. A participação brasileira na produção mundial de soja, que no início dos anos 70 era bastante modesta - pouco mais de 3,0 milhões de toneladas - cresceu substancialmente, atingindo, na safra recorde de 1984/85, mais de 18,0 milhões de toneladas.

Em Santa Catarina, a soja se apresenta como o terceiro cultivo de maior importância em termos de área plantada - o segundo é o feijão, quando considerada a somatória das duas safras - e como a quinta cultura em volume de produção, perdendo, por ordem de importância, para o milho, para a mandioca, para a cana-de-açúcar e para o arroz.

A cultura é explorada por cerca de 59.000 produtores catarinenses. Embora seja plantada por grande número de pequenos agricultores, a produção se concentra, em grande parte, nas propriedades maiores, onde, segundo o Censo de 1980, somente 8% dos agricultores responderam por quase 50% da produção estadual.

Não obstante o cultivo da soja em Santa Catarina venha perdendo importância nos últimos anos, o estado respondeu, na safra 1985/86, por aproximadamente 3,7% da produção brasileira e permaneceu como o 8º produtor nacional da oleaginosa.

A nível de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense continuou despontando como a maior produtora, e respondeu, na safra 1985/86, por aproximadamente 66% da produção

estadual. Seguiram-se-lhe, em importância, as microrregiões Colonial do Rio do Peixe, com 12,0%, Planalto de Canoinhas, com 11,5% e Campos de Curitiba, com 9,5%.

2. PRODUÇÃO

A safra mundial de soja em 1985/86 alcançou, segundo o USDA, 96,3 milhões de toneladas e foi uma das maiores já registradas. Este desempenho foi fruto basicamente da excelente safra norte-americana - a maior desde 1982/83 - e do crescimento da produção da China e da Argentina, uma vez que a safra brasileira foi grandemente prejudicada pelas estiagens.

TABELA 1

SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS DE 1984/85 A 1986/87

PAÍSES	(em milhões de t)		
	1984/85	1985/86	1986/87 (*)
E.U.A.	50,6	57,1	54,7
Brasil	18,3	13,3	16,5
China	9,7	10,5	11,0
Argentina	6,5	7,3	7,5
Paraguai	1,0	0,6	0,9
Canadá	0,9	1,1	1,0
Índia	0,9	1,1	1,3
Indonésia	0,8	0,9	1,0
México	0,6	0,8	0,6
U.R.S.S.	0,5	0,5	0,5
Europa Oriental	0,8	0,5	0,7
Outros	2,1	2,6	3,2
TOTAL	92,7	96,3	98,9

FONTE: USDA.

(*) Estimativa USDA (nov/86).

A nível de Brasil, a forte redução de produção (cerca de 27%) em relação a 1984/85, decorreu não só da queda de quase 7% na área colhida quando comparada à da safra anterior, como, principalmente, dos prejuízos acarretados pelas estiagens que assolaram em especial os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. As principais

causas tidas como responsáveis pela diminuição da área de plantio foram: o encarecimento dos custos de produção; os baixos preços obtidos na comercialização em 1985; o adiantamento do VBC de apenas 50% e 60%, de acordo com o porte do produtor; recursos próprios reduzidos; o preço mínimo considerado baixo e o abandono do cultivo de algumas áreas em face do excessivo atraso de plantio acarretado pela falta de umidade.

TABELA 2

SOJA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO - SAFRAS
DE 1980/81 A 1985/86

(em 1.000 t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	S A F R A					
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 ⁽¹⁾
Paraná	4.950,0	4.200,0	4.315,0	4.121,0	4.413,0	2.600,0
Rio Grande do Sul	6.088,3	4.220,6	5.268,9	5.415,0	5.711,0	3.629,0
Mato Grosso do Sul	1.346,0	1.537,3	1.801,0	2.003,0	2.558,6	1.965,0
São Paulo	1.032,0	993,3	966,0	871,0	960,3	918,0
Goiás	382,6	560,9	692,9	847,0	1.356,2	1.127,6
Santa Catarina	648,2	534,0	405,4	579,0	563,9	498,0
Minas Gerais	279,4	390,1	477,5	554,0	882,6	779,4
Mato Grosso	224,9	365,5	611,3	1.050,0	1.656,0	1.924,7
Distrito Federal	25,5	32,4	39,8	52,0	91,8	83,8
Outros	1,1	0,4	4,2	44,0	85,0	155,6
TOTAL	14.978,0	12.834,5	14.582,0	15.536,0	18.278,4	13.681,1

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Estimativa IBGE (out/86)

TABELA 3

SOJA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRA
DE 1972/73 A 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1972/73	3.615	5.012	1.386
1973/74	5.143	7.877	1.532
1974/75	5.825	9.893	1.698
1975/76	6.417	11.227	1.750
1976/77	7.070	12.513	1.770
1977/78	7.782	9.541	1.226
1978/79	8.256	10.240	1.240
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.835	1.564
1982/83	8.486	14.582	1.719
1983/84	9.456	15.483	1.645
1984/85	10.153	18.278	1.800
1985/86 ^(*)	9.170	13.681	1.492

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (*) Previsão de out/86 do IBGE/CEPAGRO

A safra catarinense de 1985/86 registrou um sensível retrocesso em relação à anterior, tanto na área cultivada, quanto na produção obtida. Aos fatores desfavoráveis - resultados financeiros insatisfatórios em 1985, persistência de baixos preços internacionais e política de crédito escasso para a atividade - que já haviam interferido negativamente na intenção de cultivo, somaram-se os problemas decorrentes das estiagens que, ao atrasarem demasiadamente o plantio, acarretaram desistência de implantação de parte das lavouras. Em face disso, a área cultivada, que fora inicialmente prevista em cerca de 410.000 ha, foi reavaliada para 395.500 ha, número que representou um decréscimo de aproximadamente 5,9% em relação aos 420.100 ha cultivados na safra 1984/85. Além de a área cultivada ter decrescido em relação ao ano anterior, as estiagens acarretaram, também, a perda de aproximadamente 13.000 ha, que não foram replantados e/ou não foram colhidos.

Como decorrência da redução de cultivo e dos problemas provocados pelas estiagens, a produção catarinense, que inicialmente (outubro/85) fora estimada em 574.000 toneladas, se situou em apenas 498.000 toneladas. Embora esse número represente um decréscimo da ordem de 11,7% em relação às 564.000 toneladas colhidas em 1985, foi, ainda assim, significativamente superior às 460.000 toneladas estimadas logo após as estiagens, graças à boa recuperação que a soja apresentou tão logo as chuvas se normalizaram.

TABELA 4

SOJA - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS
1976/77 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84	420.246	578.763	1.377
1984/85	420.130	563.882	1.342
1985/86	395.560	498.034	1.259
1986/87 (*)	352.500	493.500	1.400

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Estimativa IBGE/GCEA-SC (dezembro/86)

No que diz respeito ao desempenho da cultura nas diversas microrregiões onde a soja é cultivada, notou-se que, além de a área de cultivo ter decrescido, o rendimento médio obtido na maioria delas foi significativamente inferior ao da safra anterior. A redução da produção, no entanto, foi mais sentida nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe. Nestes, as estiagens se fizeram sentir com maior intensidade, principalmente no Oeste, onde cerca de 12.500 ha foram totalmente perdidos em decorrência do fenômeno.

TABELA 5

SOJA - PRODUÇÃO CATARINENSE - POR MICRORREGIÃO - SAFRAS
1984/85 E 1985/86

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Col. Alto Itajaí	135	150	243	270
Carbonífera	6	-	-	-
Lit. Sul Catarinense	1.180	1.160	1.812	1.455
Col. Sul Catarinense	300	150	504	270
Campos de Lages	2.380	1.615	3.780	2.129
Campos de Curitibanos	36.175	31.680	55.917	47.178
Col. Rio do Peixe	66.980	59.850	67.803	59.916
Col. Oeste Catarinense	275.650	265.100	373.482	329.146
Planalto de Canoinhas	37.500	35.855	60.341	57.400
ESTADO	420.306	395.560	563.882	497.764

FONTE: IBGE/GCEA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No mercado internacional, as cotações da soja-grão, que durante a segunda quinzena de dezembro/85 já vinham apresentando um leve sinal de melhora, iniciaram o ano dando mostras de firmeza, sustentadas pelas notícias de quebras na safra brasileira e pelo movimento de alta nas cotações do farelo. Esta tendência, no entanto, foi sendo quebrada gradativamente no transcorrer do segundo mês de 1986, na medida em que o mercado absorvia a quebra da safra brasileira e também na medida em que as perspectivas indicavam estoques mundiais de soja bastante altos e crescimento nas safras de colza e girassol. Os preços voltaram

a se fortalecer em março, em decorrência do aumento das cotações do farelo, motivado pela recuperação da demanda por aquele subproduto em face do enfraquecimento do dólar. A tendência de enfraquecimento que vigorou na maior parte de abril foi novamente revertida ao final daquele mês/início do mês seguinte, como decorrência das notícias de que o desastre de Tchernobyl provocaria uma grande demanda de grãos por parte da União Soviética, com prováveis reflexos nas cotações da soja. Esta expectativa, entretanto, foi sendo gradativamente absorvida, na medida em que os prejuízos não chegaram a ser tão acentuados quanto de início se esperava.

A partir de junho, as cotações apresentaram um movimento de queda quase que constante, chegando em setembro a acusar os mais baixos níveis registrados nos 10 últimos anos. As perspectivas de estoques mundiais elevados, as previsões de uma excelente safra mundial, a pouca recuperação da procura pelos derivados do complexo, e o novo preço de garantia para a safra americana (US\$ 4,77/bushel) foram os principais fatores a influir negativamente no mercado. As poucas oscilações para maior ocorridas neste período foram devidas a notícias de problemas com a safra norte-americana - falta de umidade em alguns períodos do desenvolvimento vegetativo das lavouras e chuvas durante a colheita - que, no entanto, não chegaram a causar maiores prejuízos à produção daquele país.

Nos últimos meses do ano, as cotações se mostraram um pouco mais firmes, dado não só à retração de vendas por parte dos produtores norte-americanos, como a uma certa reativação das compras de farelo por parte da Europa, e por uma maior competitividade apresentada pelo óleo de soja nos mercados do Oriente.

As cotações do óleo de soja mostraram tendência de declínio na maior parte do ano, em decorrência da competição que sofreu por parte de outros óleos vegetais, como os de palma e coco.

No mercado interno brasileiro, a indefinição quanto ao volume de produção inibiu, durante o mês de janeiro, a comercialização da soja-grão para entrega futura. As incertezas quanto ao desempenho da safra levou os vendedores a se retraírem e os

compradores a não arriscarem comprar, não só pela possibilidade de não receberem o produto, como, também, diante da possibilidade de que os preços internacionais se deteriorassem. A partir de meados de fevereiro, no entanto, as compras foram abertas com as cotações se situando nas proximidades dos Cz\$ 205,00/sc para entrega em maio, acima, portanto, da paridade internacional prevista para aquele mesmo mês. Para entrega imediata e pagamento a vista foram poucas as transações realizadas nos dois primeiros meses de 1986, não só porque praticamente ainda não existia produto da nova safra, como, também, porque os preços se mostravam insatisfatórios. As modificações econômicas promovidas pelo governo ao final de fevereiro praticamente paralisaram as negociações, com os preços tendo apresentado um forte recuo nos primeiros dias de março - neste período, os preços para entrega futura deixaram de ser cotados, face às perspectivas de estabilidade das cotações. Já na segunda semana de março, entretanto, as cotações no atacado voltaram a se reajustar para níveis próximos aos da paridade internacional. Daí em diante, até fins de agosto, os preços, apesar de oscilantes, não mostraram grandes alterações. Apesar de as empresas do Sudeste e do Sul continuarem operando com preços acima dos da paridade internacional, as negociações se mostraram lentas. Esta morosidade foi creditada a diversos fatores, entre os quais se destacaram o pouco interesse das indústrias em formar estoques diante de uma conjuntura de mercado com tendência à estabilidade e as dificuldades gradativas enfrentadas pelas moageiras em repassarem os custos dos derivados tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo. As maiores dificuldades em termos de preço, no entanto, se registraram no Centro-Oeste, onde os entraves à operacionalização do preço mínimo pressionaram as cotações a nível de produtor para níveis inferiores aos do preço de garantia.

A partir de fins de agosto, as cotações internas começaram a se mostrar mais firmes, sustentadas seja pelas compras das empresas que estavam com estoques reduzidos, seja pela pouca disponibilidade de produto a comercializar. Os preços, entretanto, foram influenciados, também em grande parte, pelos de venda da CFP, que iniciou licitações mensais de seus estoques a partir de setembro. De qualquer forma, é bom salientar que os baixos preços que vigoraram no mercado interno durante todo o transcorrer do ano foram fruto, principalmente, de as cotações interna-

cionais se terem mostrado insatisfatórias.

A comercialização do óleo para o mercado externo se mostrou bastante desvantajosa, pois, além dos baixos preços internacionais, o produto brasileiro foi cotado, em determinados períodos, com deságio bastante alto. Esta situação se refletiu também no mercado interno, onde as cotações se mantiveram com tendência declinante no transcorrer de grande parte do ano. A partir de outubro, entretanto, os preços voltaram a apresentar tendência de crescimento. O aumento do consumo interno e a diminuição do nível de esmagamento em face da quebra da safra, embora tenham sido parcialmente compensados pela diminuição das exportações, foram os fatores que, junto com o aumento dos preços internos do grão, influíram na elevação das cotações deste subproduto da soja no transcorrer do quarto trimestre de 1986.

No que diz respeito ao farelo, o mercado interno se mostrou superofertado e com preços que tenderam à estabilidade nos primeiros oito meses de 1986. A partir de setembro, entretanto, as cotações mostraram maior firmeza, não só em face do incremento da procura a nível interno, como também por uma certa melhora no volume de exportações.

Em Santa Catarina, as cotações da soja-grão, no atacado de Chapecó, mantiveram, de um modo geral, a mesma tendência apresentada nas principais praças de comercialização do Sul e do Sudeste do país. Os níveis de preços, entretanto, foram levemente inferiores aos daquelas praças, por se levar em conta, na formação das cotações internas, o diferencial de fretes entre as zonas produtoras e os principais portos de escoamento. Os preços recebidos pelos produtores catarinenses, que no início do ano se situavam na faixa de Cz\$ 100,00/sc, evoluíram substancialmente no transcorrer de fevereiro - alcançando até Cz\$ 130,00/sc ao final daquele mês - e voltaram a cair em março para os níveis do preço-mínimo. Daí em diante, os preços, apesar de superiores aos de garantia do governo, se mostraram relativamente estáveis até o final do período de comercialização da safra.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

A boa produção mundial de soja, aliada a uma modesta recuperação da demanda, vem gerando uma situação de oferta abundante no mercado mundial. Embora o consumo do grão tenha apresentado um crescimento da ordem de 3% entre as temporadas 1984/85 e 1985/86, o nível dos estoques mundiais tem crescido substancialmente e apresenta tendência de aumentar na próxima temporada. A pequena recuperação da demanda que vem ocorrendo nos últimos anos, está sendo creditada, fundamentalmente, a dois fatores: a busca da substituição do farelo de soja por outros sucedâneos nos países da Europa, e a concorrência que o óleo de soja vem sofrendo por parte de outros óleos vegetais. Estes dois fatos estão a inibir uma melhora do esmagamento da soja-grão a nível mundial.

TABELA 6

SOJA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS - TEMPORADAS
COMERCIAIS DE 1985/86 E 1986/87

(em 1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Estoque inicial	17,34	22,32	2,75	2,46	1,36	1,65
Produção	96,30	98,88	60,23	62,08	13,71	14,10
Importações	27,14	27,34	23,34	23,24	3,14	3,17
Esmagamento	76,34	78,94	-	-	-	-
Consumo interno	92,41	95,92	61,37	62,76	13,41	13,94
Exportação	26,06	27,37	22,49	22,70	3,15	3,32
ESTOQUE FINAL	22,31	25,25	2,46	2,32	1,65	1,66

FONTE: Estimativa USDA (nov/86)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

No que diz respeito ao abastecimento nacional, embora a quebra da safra tenha acarretado queda no esmagamento interno e diminuição do volume exportado, não chegou, entretanto, a comprometer o atendimento das necessidades internas de óleo e farelo que apresentaram crescimento significativo, em decorrência do aumento da massa salarial. Este crescimento da demanda, por sinal, foi um dos únicos fatores a influir positivamente na formulação dos preços internos do grão, uma vez que o mercado externo, à exceção do farelo, apresentou cotações bastante insatisfatórias.

TABELA 7

SOJA - COMPLEXO SOJA - OFERTA/DEMANDA NO BRASIL

(em 1.000 t)

	1987/88	1986/87	1985/86
SOJA EM GRÃO			
. Estoque inicial	392	771	451
. Produção	16.174	13.321	18.278
. Importação	100	480	228
- Oferta	16.666	14.572	18.957
. Moagem	13.500	11.850	13.774
. Exportação	1.700	1.230	3.487
. Sementes, outros	1.100	1.100	1.100
. Residual	-	-	-175
- Demanda	16.300	14.180	18.186
. Estoque Final	366	392	771
FARELO DE SOJA			
. Estoque inicial	197	421	363
. Produção	10.463	9.196	10.668
- Oferta	10.660	9.617	11.031
. Consumo interno	3.000	2.500	2.120
. Exportação	7.350	6.920	8.648
. Residual	-	-	-158
- Demanda	10.350	9.420	10.610
. Estoque final	310	197	421
ÓLEO DE SOJA			
. Estoque inicial	240	312	107
. Produção	2.531	2.228	2.584
. Importação	50	100	107
- Oferta	2.821	2.640	2.798
. Consumo interno	2.050	2.000	1.618
. Exportação	500	400	940
. Residual	-	-	-72
- Demanda	2.550	2.400	2.486
. Estoque final	271	240	312

FORNTE: Estimativa de Safras a Mercado (dez/86)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: Ano comercial de janeiro a fevereiro

A queda no volume das exportações, aliada aos baixos preços internacionais, foi responsável por uma diminuição acentuada das receitas cambiais do complexo, que deverão, numa estimativa preliminar, cair de 2,54 bilhões de dólares em 1985, para cerca de 1,7 bilhão em 1986.

A produção catarinense de soja continuou insuficiente para atender à demanda interna estadual, uma vez que a capacidade nominal de esmagamento instalada no estado é de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas. Essa diferença entre o volume produzido e a capacidade instalada faz com que as empresas sejam obrigadas a buscar o grão no mercado de outros estados. Já os produtos resultantes do esmagamento, além de atenderem a parte

do consumo interno estadual - estimado em aproximadamente 60 mil toneladas de óleo e em mais de 400 mil toneladas de farelo - são exportados preferencialmente para o mercado externo.

5. PERSPECTIVA PARA A NOVA SAFRA

A produção mundial da safra 1986/87, segundo as previsões do USDA de novembro, poderá se situar em 98,4 milhões de toneladas. Apesar de a safra norte-americana ter apresentado um decréscimo de 5% em relação à anterior, esta queda deverá ser neutralizada com folga, pelas perspectivas de aumento na maioria dos países produtores, com ênfase especial para o Brasil, cuja produção está sendo calculada por aquela instituição em aproximadamente 16,5 milhões de toneladas.

A nível de Brasil, os últimos levantamentos disponíveis ao final de dezembro indicavam que a área semeada deveria apresentar um decréscimo entre 4% e 8% em relação aos 9,49 milhões de hectares cultivados na safra 1985/86. As principais causas apontadas como responsáveis por esta tendência de declínio foram a queda dos preços internacionais - que se refletiram em preços ruins internamente - e a política oficial que, ao não reajustar o preço mínimo da soja e ao limitar o nível dos financiamentos de custeio, buscou premiar as culturas de alimentos básicos em detrimento da oleaginosa.

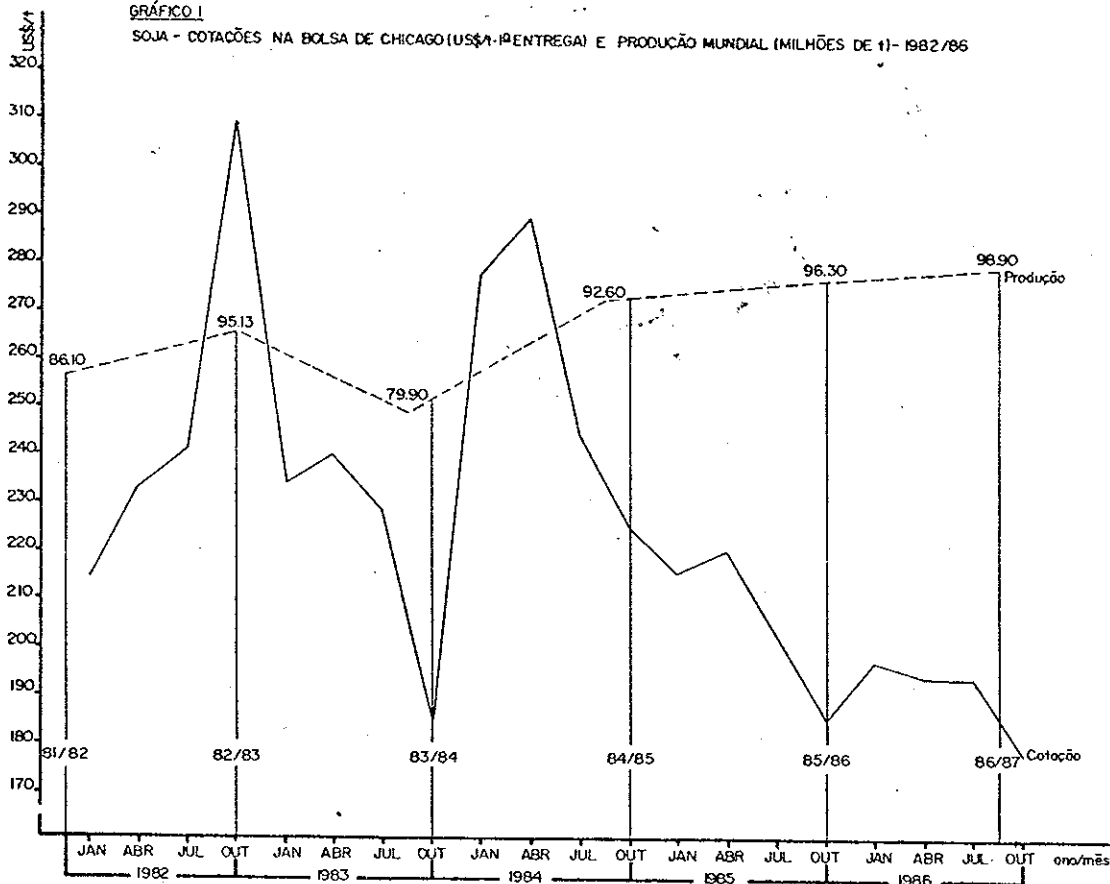
As perspectivas de produção, entretanto, eram bastante mais alentadoras e apontavam, caso o clima permaneça normal nos primeiros meses de 1987, para um volume entre 15,2 e 16,0 milhões de toneladas.

Algumas fontes, no entanto, se mostravam mais otimistas e indicavam um patamar próximo a 16,5 milhões de toneladas. Estes números, embora bastante inferiores aos obtidos em 1984/85, caso se concretizem, trarão a produção nacional para níveis normais.

Para Santa Catarina, as estimativas do IBGE/GCEA do final de novembro apontaram para uma redução de cultivo ainda maior do que a inicialmente esperada. A área de plantio, que em

GRÁFICO.1

SOJA - COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (US\$/1-1ª ENTREGA) E PRODUÇÃO MUNDIAL (MILHÕES DE T) - 1982/86



Fonte: BOLSA DE CHICAGO
 Elaboração: Instituto CEPA/SC

outubro fora estimada em 362.000 ha, deverá se situar em somente 352.000 ha e apresentar uma redução de quase 11% em relação aos 345.500 ha cultivados no ano passado. Os fatores tidos como responsáveis por este declínio foram praticamente os mesmos apontados a nível nacional. Por outro lado, notou-se também uma tendência bastante acentuada por parte de alguns produtores em direcionarem parte da área de soja para o milho.

Apesar da diminuição da área de plantio, as boas condições climáticas que vigoraram para a cultura durante dezembro faziam prever que, caso o clima continuasse favorável nos primeiros 4 meses de 1987, a produção poderia praticamente se igualar às 498.000 toneladas registradas em 1986.

As possibilidades de uma excelente safra e a previsão de um grande excedente de soja-grão a nível mundial, e as perspectivas de pouca recuperação da demanda para o complexo-soja, são fatores que fazem acreditar numa situação nada favorável para os preços internacionais em 1987. Diante deste quadro, as perspectivas para os preços internos no transcorrer da próxima safra também não se apresentam animadoras. Embora a comercialização no Sul e no Sudeste do país não deva se processar abaixo dos níveis do final de 1986, em face, principalmente, das perspectivas das minidesvalorizações cambiais, não se espera, entretanto, que elas venham a apresentar crescimentos substanciais. Esta assertiva decorre da expectativa de que os preços internos continuarão fortemente atrelados aos do mercado internacional, pois, mesmo o aumento esperado no consumo interno de óleo e farelo não será suficiente para que o mercado interno comece a operar com maior desvinculação do externo.

TABELA 8

SOJA - COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO
1986 (1a. entrega sem prêmio)

MÊS	PRODUTO	(US\$/t)		
		G R Ã O	F A R E L O	Ó L E O
Janeiro		196,90	168,90	445,90
Fevereiro		193,50	168,80	410,40
Março		196,40	175,90	386,60
Abril		194,10	169,10	388,80
Mai		196,00	165,10	392,70
Junho		194,00	163,70	371,80
Julho		193,50	167,30	359,90
Agosto		183,30	160,10	331,70
Setembro		177,60	168,40	302,10
Outubro		176,60	163,10	317,90
Novembro		183,60	165,30	333,70
Dezembro		181,00	160,50	335,50

FONTE: Das cotações diárias: COOPERCENTRAL

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: As cotações representam a média aritmética mensal

TABELA 9

SOJA - COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - MERCADO
NACIONAL - 1986

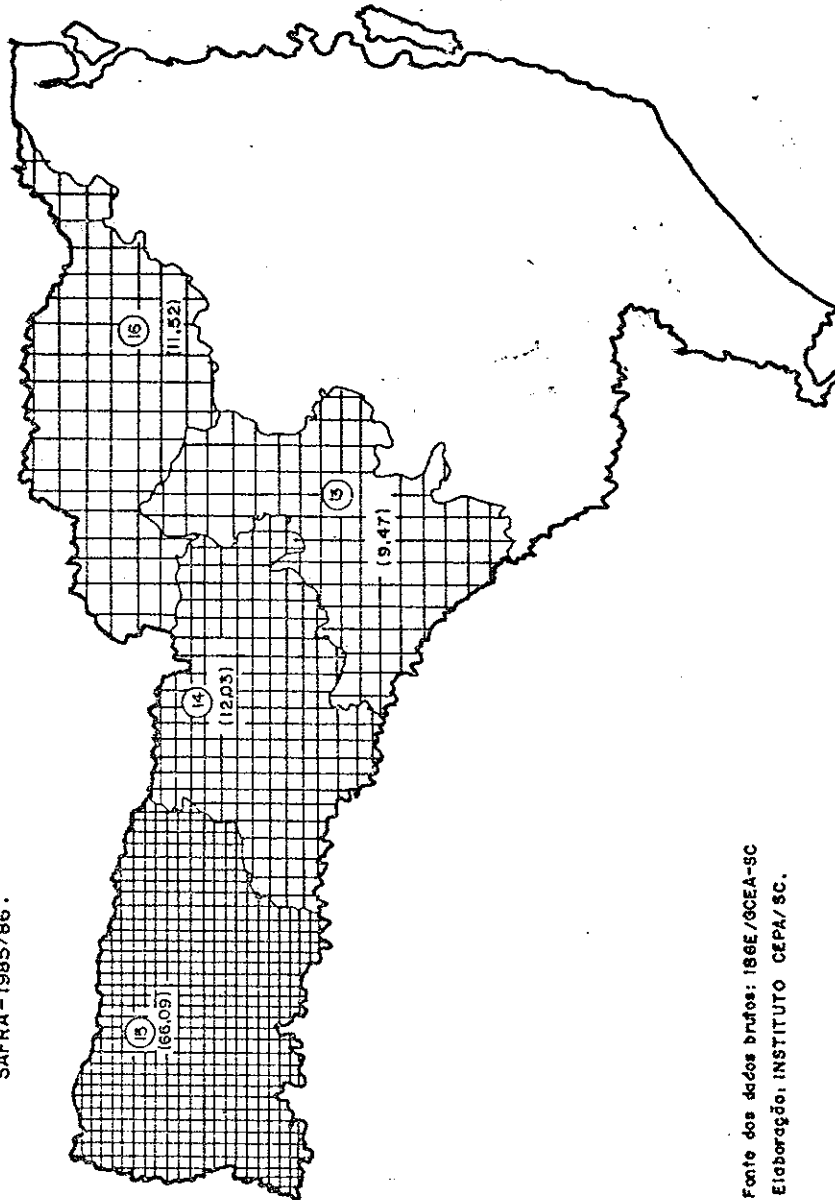
MÊS	ATAcado CATARINENSE (CZ\$/sc)	PRODUTOR CATARINENSE (CZ\$/sc)	BOLSA DE CEREALIS DE SP	
			ÓLEO REFIN. (CZ\$/lata)	FARELO (CZ\$/kg)
Janeiro	113,10	100,40	5,81	2,28
Fevereiro	124,30	116,30	6,10	2,50
Março	132,60	125,20	6,62	2,60
Abril	136,20	129,90	6,17	2,50
Mai	137,40	130,00	6,16	2,47
Junho	132,80	128,00	6,23	2,45
Julho	130,00	127,30	6,10	2,40
Agosto	131,00	127,60	5,97	2,40
Setembro	133,70	128,10	5,93	2,61
Outubro	138,20	130,00	6,25	2,70
Novembro	142,50	130,00	6,65	2,74
Dezembro	145,30	130,00	6,65	2,97

FONTE: COOPERCENTRAL

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: a) Produtor e Atacado catarinense a nível de Chapecó
b) Média aritmética das cotações

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA
SAFRA - 1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/SCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC.

3.13. TOMATE

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A cultura do tomateiro ocupa lugar de destaque entre os demais cultivos hortícolas mundiais, sobressaindo-se como a segunda hortaliça em volume produzido.

O Brasil tem-se distinguido, nos últimos tempos, como o 10º produtor mundial do fruto, obtendo colheitas que respondem por 2,8% a 3,2% da produção mundial de tomates.

Em Santa Catarina, a cultura se caracteriza por ser uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais, congregando, segundo o Censo Agropecuario de 1980, cerca de 7.000 pequenos agricultores, que cultivam, em média, 0,2 ha por ano agrícola.

Apesar de ser possível, o cultivo do tomateiro, em todas as microrregiões produtoras, e, em algumas, durante todos os meses do ano, essa atividade não tem apresentado no estado catarinense, nas últimas safras, ganhos de área muito marcantes.

Tal constatação decorre da ineficiente estrutura de comercialização existente, propiciando intensa ação dos intermediários, o que torna muito inseguro o sucesso econômico desse empreendimento agrícola.

O estado catarinense tem ocupado, no cenário nacional, entre a 10ª e a 12ª posição entre os maiores produtores brasileiros de tomate, com participações que oscilam, conforme as condições climáticas e de mercado, de 2% a 2,5% da produção nacional do fruto.

Embora cultivado sem interrupção em todo o estado, há algumas regiões, entretanto, onde a atividade se reveste de maior importância, quer por uma melhor organização dos produtores, quer pela existência de microclima propício, ou pela proximi

dade de maiores centros consumidores: É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitiba, Colônia Serrana Catarinense, Carbonífera e de Florianópolis, que, juntas, respondem por mais de 70% da área normalmente implantada e da produção alcançada com tomate em Santa Catarina.

2. PRODUÇÃO

Em termos mundiais, a cultura encontra-se disseminada por todas as partes do globo, e as oscilações verificadas anualmente, na área implantada e na produção obtida, decorrem mais de problemas de ordem climática que de mercado.

Em 1984, segundo dados da FAO, a produção mundial alcançou 58.592.000 toneladas do produto, correspondentes a uma área cultivada de 2.524.000 ha e a um rendimento médio de 23.214 kg/ha.

Os principais países produtores - que, em conjunto, respondem por mais de 70% da produção mundial - e os respectivos percentuais de participação no volume obtido em 1984, foram, por ordem decrescente: Estados Unidos da América (13,94%), União Soviética (12,80%), Itália (10,48%), China (8,16%), Turquia (6,83%), Egito (4,44%), Espanha (4,36%), Grécia (3,84%), Romênia (3,07%) e o Brasil (3,06%).

A evolução mundial da cultura do tomate, nos anos de 1981 a 1984, segundo dados da FAO, é mostrada na tabela a seguir:

TABELA 1

TOMATE -SITUAÇÃO MUNDIAL DA CULTURA - 1981 A 1984

ANO	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1981	2.384	51.579	21.636
1982	2.457	54.867	22.331
1983	2.491	55.998	22.480
1984	2.524	58.592	23.214

FONTE: Anuário FAO de Producción, vol 38, 1984

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No contexto nacional, a produção da safra 1985/86 está sendo avaliada pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação da Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, da Fundação IBGE, em 1.843.016 toneladas. A área de plantio está por volta de 51.630 ha e a produtividade média esperada é de 35.697 kg/ha.

Se comparados aos valores obtidos na safra anterior, os números ora previstos mostram-se inferiores em 4,20% e 4,60%, na área de plantio e na produção esperada, respectivamente. O menor desempenho da atividade em relação ao ano agrícola 1984/85 decorreu, principalmente, de problemas de ordem climática, especialmente da estiagem que assolou as Regiões Sul e Sudeste do país, em grande período dessa safra.

A cultura, colhida nos estados sulinos e em estágios finais de maturação e colheita nas demais regiões, apresenta os seguintes resultados nos diversos estados produtores:

TABELA 2

TOMATE - PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1985/86 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PRE VISTA/OBTIDA (t)	REND. ALCANÇAN DO/ESPERADO (kg/ha)
Amazonas	137	1.733	12.649
Roraima	18	216	12.000
Maranhão	249	7.324	29.413
Ceará	1.719	49.936	29.049
Rio Grande do Norte	498	13.450	27.008
Paraíba	1.716	56.807	33.104
Pernambuco	9.880	306.685	31.049
Sergipe	220	4.532	20.600
Bahia	4.704	164.640	35.000
Minas Gerais	4.079	156.471	38.360
Espírito Santo	1.132	53.681	47.421
Rio de Janeiro	2.470	121.030	49.000
São Paulo	17.976	723.097	40.225
Paraná	1.024	32.625	31.860
Santa Catarina	1.353	35.225	26.034
Rio Grande do Sul	2.420	42.068	17.383
Mato Grosso do Sul	145	4.024	27.751
Mato Grosso	53	1.322	24.943
Goiás	1.390	56.300	40.503
Distrito Federal	193	9.638	49.937
Outras	254	2.212	8.708
TOTAL BRASIL	51.630	1.843.016	35.696

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Dados sujeitos a confirmação

No âmbito estadual, a safra 1985/86 apresentou, como dados finais, uma área de cultivo de 1.353 ha e uma produção bruta de 35.225 toneladas de tomates. O rendimento médio foi de apenas 26.035 kg/ha.

Em relação às primeiras estimativas, que apontavam para uma colheita de 41.850 t, o dado final dessa safra mostra-se inferior em 15,83%, redução esta devida especificamente à estiagem que castigou o estado em fins de 1985 e início do corrente ano, e cujos prejuízos mais significativos foram constatados nas regiões dos Campos de Lages e Litoral do estado.

Quando analisada em relação à safra anterior - também afetada por problemas de estiagem - esta safra mostra-se involuída em 16,23%. Ressalta-se, contudo, que a falta de chuvas verificada no decorrer deste ano agrícola, além da maior abrangência em termos de regiões afetadas, prolongou-se por maior período de tempo, interferindo drasticamente, em consequência, na colheita das principais microrregiões produtoras.

A evolução apresentada pela cultura do tomateiro, em Santa Catarina, nos últimos anos, em termos de área implantada, produção colhida e rendimento médio obtido, é mostrada na tabela a seguir:

TABELA 3
TOMATE -- EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA -- SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84	1.570	48.225	30.716
1984/85	1.354	42.049	31.055
1985/86	1.353	35.225	26.034

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A distribuição microrregional da cultura, por motivos já abordados anteriormente, vem-se portando dentro dos parâmetros apresentados em anos precedentes. É oportuno ressaltar, todavia, que tendo em vista as limitações impostas pelo clima, algumas microrregiões se destacam na produção de tomate de verão, enquanto outras se revelam mais significativas no cultivo de inverno.

No primeiro caso se enquadram, como mais importantes, as microrregiões dos Campos de Lages, Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos e Carbonífera, ao passo que as microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Blumenau, Carbonífera, Colonial de Joinville e Litoral de Itajaí apresentam maior relevância no cultivo de inverno.

No último ano agrícola, a distribuição microrregional da cultura, em Santa Catarina, apresentou os seguintes resultados, em valores de área de plantio, produção colhida e rendimento médio obtido:

TABELA 4

TOMATE - ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MRH - SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86

MRH	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO ALCANÇADO (kg/ha)
Col. de Joinville	70	1.920	27.428
Litoral de Itajaí	35	770	22.000
Colonial de Blumenau	51	1.530	30.000
Colonial do Alto Itajaí	70	1.850	26.428
Florianópolis	405	10.305	25.444
Col. Serrana Catarinense	220	6.191	28.140
Carbonífera	169	4.484	26.532
Lit. Sul Catarinense	6	90	15.000
Col. Sul Catarinense	1	25	25.000
Campos de Lages	73	1.110	15.205
Campos de Curitibanos	74	3.550	47.972
Col. do Rio do Peixe	103	2.290	22.233
Planalto de Canoinhas	76	1.110	14.605
ESTADO	1.353	35.225	26.034

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Em vista de problemas de ordem climática, e de medidas do governo, o abastecimento nacional do produto, durante o ano de 1986, mostrou-se, em determinados períodos, bastante conturbado.

A menor oferta interna, face à seca prolongada que atingiu alguns estados, e a decretação das Medidas de Estabilidade Econômica, anunciadas pelo Governo Federal em fins de fevereiro - e que redundaram em expressivo aumento do consumo - provocaram sérias interferências no mercado, em praticamente todo o primeiro semestre do ano, haja vista que a oferta era inferior à demanda e os preços, em consequência, foram substancialmente majorados.

Os problemas de abastecimento foram mais significativos nos meses de março e abril, e o mercado nacional somente voltou à normalidade com o início da colheita da safra de inverno, cuja oferta, em vista da regularização do regime hídrico, voltou aos níveis da demanda interna.

O consumo nacional antes do Plano Cruzado era estimado em 5,5 kg/hab/ano.

Em termos locais, o mercado mostrou-se menos problemático que o constatado a nível de país, quer pela melhor distribuição do cultivo, quer pela menor necessidade de produto para o suprimento das necessidades internas.

Mesmo assim, a demanda estadual de 2.000 t/mês, ou 24.000t/ano, foi atendida com algumas restrições, sobretudo nos primeiros meses do ano, tendo em vista os problemas de estiagem já amplamente abordados.

Em linhas gerais, contudo, é possível afirmar-se que a produção catarinense foi suficiente para o atendimento do consumo interno. As importações efetuadas, iguais em todos os anos, decorreram da amplitude das épocas de plantio e, conseqüentemente, de colheita do produto que se verificou em Santa Catarina e também da ineficiente estrutura de comercialização existente no estado.

Dessa forma, foram efetuadas aquisições de tomates de diversos estados brasileiros, sobretudo do Paraná e São Paulo, e principalmente nos meses de março e abril, e a partir de setembro deste ano.

Segundo informações coletadas junto à Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina-CEASA/SC, aquele entreposto atacadista comercializou, durante o ano de 1986, um total de 4.418.577 kg do produto, representando, portanto, um incremento de apenas 0,5% quando comparado à movimentação do ano anterior.

Do volume em questão, 3.771,13 t, correspondendo, pois, a 85,35% da transação total, foram de produto local, ofertados principalmente por municípios componentes das microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense e Campos de Lages. A participação restante (647,45 t), foi constituída de tomate importado, repassado pela CEAGESP (181,68 t) e pelas CEASA's do Paraná (422,67 t), do Rio Grande do Sul (31,85 t) e de Minas Gerais (11,25 t).

TABELA 5

TOMATE - VOLUME COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM 1986 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO OBTIDOS - 1985 E 1986

M E S	VOLUME (t) 1986	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (CZ\$/kg)					
		PRODUTOR ⁽¹⁾		ATACADO ⁽²⁾		VAREJO ⁽²⁾	
		1985	1986	1985	1986	1985	1986
Janeiro	445,69	0,53	2,50	0,61	2,94	0,87	3,53
Fevereiro	308,88	0,33	5,25	0,40	6,18	0,54	9,14
Março	214,40	0,44	6,78	0,51	7,98	0,67	10,06
Abril	211,16	0,39	7,50	0,43	8,34	0,67	11,09
Mai	310,55	0,92	5,68	1,02	6,59	1,29	7,78
Junho	405,53	1,20	2,90	1,42	3,57	1,95	5,19
Julho	447,22	1,10	2,75	1,27	3,14	1,75	4,11
Agosto	450,55	1,10	2,50	1,28	2,91	1,77	4,38
Setembro	409,25	1,30	3,00	1,53	3,79	1,93	4,42
Outubro	363,47	1,00	3,20	1,17	3,90	1,87	4,96
Novembro	422,40	1,00	3,20	1,30	3,89	1,66	5,71
Dezembro	429,47	1,33	3,00	1,56	3,43	2,21	5,50
TOTAL	4.418,57	-	-	-	-	-	-

FONTE: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTAS: (1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados.

Em contrapartida, significativa parcela da produção catarinense colhida na última safra foi remetida a outras unidades da Federação, tendo em vista a boa oferta, em meses isolados, e a oportunidade de melhores cotações, contribuindo, dessa forma, para o atendimento das necessidades de consumo de outros estados.

Segundo informações do Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, a participação catarinense no total da movimentação de tomate, nas várias Centrais de Abastecimento do país e no entreposto da CEAGESP, alcançou, até setembro/86, um volume de 6.360,5 toneladas do produto.

Os principais estados compradores foram, por ordem decrescente de volume, os de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

No que tange aos preços médios recebidos pelos produtores na última safra, pode-se afirmar que foram excelentes, situando-se, via de regra, sempre em patamar muito superior aos custos de produção.

Já no início do ano, quando normalmente as cotações se apresentam em seus níveis mais baixos, caindo a valores inferiores aos despendidos com a cultura, os preços se mostravam atraentes, com margens de comercialização variando entre 150% e 200% sobre os custos de produção. Com o advento do Plano Cruzado, entretanto, as margens de lucratividade cresceram substancialmente, atingindo o seu ponto máximo no mês de abril, quando os preços recebidos pelos agricultores acusaram um diferencial de 235% sobre os gastos de implantação da cultura.

Com o aumento da oferta, a partir do início do segundo semestre, houve uma natural involução das cotações médias, que permaneceram, todavia, em níveis superiores aos custos.

Depreende-se, do exposto, ter sido a tomaticultura uma atividade economicamente viável nesse último ano agrícola, destacando-se como das mais rentáveis dentre os diversos cultivos hortícolas.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

As primeiras sondagens da Fundação IBGE/CEPAGRO, para a Região Centro-Sul do país, e referentes à safra 1986/87, em andamento nos principais estados produtores, estão apontando para uma produção bruta da ordem de 1.300.000 toneladas de tomates. A área a ser cultivada é avaliada em 33.088 ha e o rendimento médio esperado em 39.000 kg/ha.

Nas demais unidades da Federação acredita-se que os números desta safra se aproximem dos do ano precedente, quando foram produzidas em torno de 570.000 toneladas do produto, em 20.000 ha cultivados.

A cultura encontra-se em fase de implantação e tratamentos culturais na maioria dos estados produtores.

A nível de Santa Catarina, os últimos prognósticos do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, apontavam, para esta safra, uma área de plantio de 1.400 ha. O rendimento médio esperado é de 30.000 kg/ha e a produção bruta, de 42.000 toneladas de tomates.

As atividades de preparo do solo e plantio já se estendem a todas as microrregiões produtoras do estado, estimando-se, em fins de dezembro, em 900 ha a área já efetivamente plantada.

As condições climáticas têm sido favoráveis à execução das diversas práticas culturais, sendo bom o desenvolvimento dos campos já implantados.

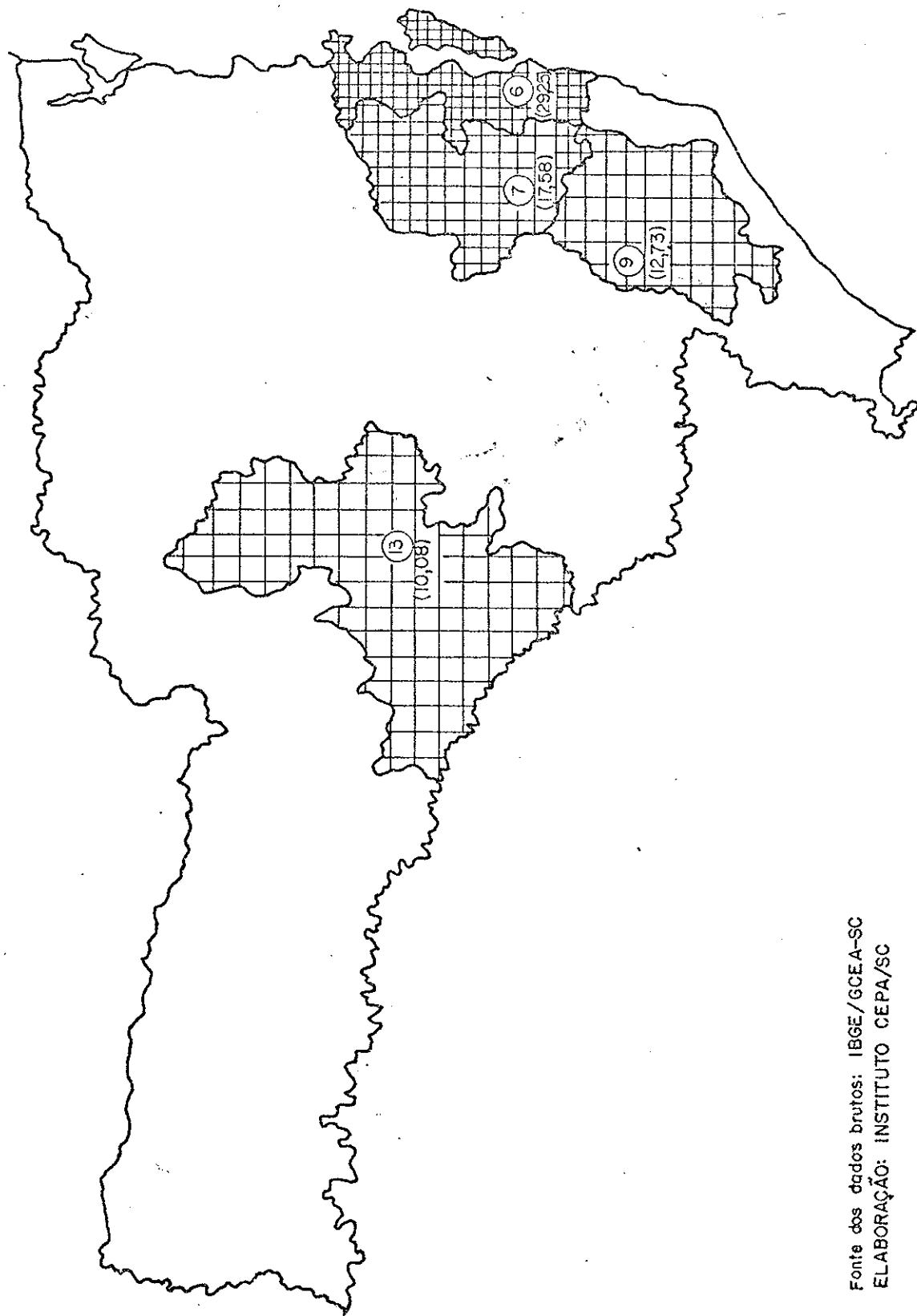
A colheita já teve início em alguns municípios e deverá ser incrementada, a partir do início de 1987, quando praticamente todas as regiões do estado estarão colhendo o produto. A área já colhida, em fins de dezembro/86, é avaliada em 150 ha. A produção já obtida, em 5.000 toneladas.

Os preços recebidos pelos produtores neste início de colheita da safra 1986/87 têm oscilado entre Cz\$ 50,00 e Cz\$ 80,00/cx de 22-25 kg, conforme a tipificação do tomate, supe-

rior, portanto, aos custos de implantação da cultura, avaliados, neste final de ano, em Cz\$ 50,00/cx.

A colheita desta safra, face à amplitude do plantio verificado em Santa Catarina, deverá prosseguir, ainda, até fins de setembro ou meados de outubro de 1987.

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86.



Fonte dos dados brutos: IBGE/GCEA-SC
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3.14. TRIGO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O trigo tem sido um produto de grande importância na alimentação brasileira. Embora em muitas regiões do país o seu consumo não fosse um hábito tradicional, a partir de um determinado momento, especialmente em função da política de subsídios, em detrimento do consumo de produtos como o milho, mandioca, arroz e feijão, passou a ser consumido em larga escala em praticamente todo o país.

Em função do elevado volume necessário para atender à demanda interna e da política de subsídio, o trigo tem-se destacado como um dos produtos mais importantes para a economia nacional. Nos últimos anos, o país tem despendido valores próximos a US\$ 1 bilhão para manter essa política.

Apesar de o país estar se constituindo num grande consumidor de trigo, no que diz respeito à produção, a sua representação no cenário mundial é muito pequena, participando na safra 1986/87 com cerca de 1% da estimativa da produção mundial, constituindo-se assim num grande importador.

As lavouras brasileiras estão concentradas nos estados do Centro-Sul do país. O plantio é realizado do mês de fevereiro até julho e as operações de colheita são iniciadas a partir de julho e finalizadas em dezembro. A nível nacional, há a predominância dos médios e grandes produtores e, normalmente, o cultivo do trigo é realizado após a colheita da soja em áreas mecanizadas.

Em Santa Catarina, o trigo não ocupa lugar de destaque. Não obstante seja o 5º produtor nacional de trigo, a área cultivada no estado ainda é bastante modesta em relação à dos principais estados produtores, representando, na safra 1986/87, cerca de 3,5% da área plantada no país.

Nos últimos anos, apesar de o estado contar com signifi-

ficativa parcela de áreas motomecanizadas, o cultivo do trigo vinha se mostrando insignificante e, mesmo assim, apresentando flutuações bastante acentuadas de um ano para outro. Essas flutuações na área plantada dependem de diversos fatores, entre os quais sobressaem as políticas de preços e de crédito (VBC) e, principalmente, o rendimento obtido na safra anterior. Esse último é o que se tem mostrado de maior peso, tanto que é normal esperar-se crescimento da área plantada quando na safra anterior o rendimento das lavouras se mostrou favorável, e decréscimos acentuados em anos subseqüentes às safras frustradas. Isso ficou bem caracterizado com o espantoso crescimento na área cultivada neste ano, que voltou a ficar próxima das maiores da história da triticultura catarinense.

Quando comparada com as primeiras lavouras do estado, na safra 1986/87, a área cultivada com trigo fica na 5ª posição, atrás de milho, soja, feijão e arroz. A área plantada se concentra praticamente só nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Curitibanos, Colonial do Rio do Peixe e Planalto de Canoinhas.

2. PRODUÇÃO

Em 1985, a produção mundial que em 1984 registrou o recorde de 521,7 milhões de toneladas, atingiu o total de 503,7 milhões de toneladas. Neste ano de 1986, segundo as últimas estimativas do USDA, a produção deverá atingir os 521,7 milhões de toneladas, igualando-se ao recorde de 1984. Os principais produtores continuam sendo a China, com 89 milhões de toneladas, a URSS, com 87 milhões e os Estados Unidos, com 56,5 milhões.

TABELA 1

TRIGO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1984

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO (1.000 t métricas)	PARTICIPAÇÃO (%)
China	87.682	16,8
URSS	76.000	14,5
U.S.A.	70.638	13,5
Índia	45.148	8,6
França	32.884	6,3
Canadá	21.199	4,0
Austrália	18.580	3,5
Turquia	17.235	3,3
Reino Unido	14.960	2,8
Argentina	13.000	2,4
SUB-TOTAL	397.326	76,1
TOTAL MUNDIAL	521.682	100

FONTE: Anuário FAO de produção - 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Desses países produtores, apenas alguns se destacam como grandes exportadores, concentrando grande parte do total das exportações mundiais.

TABELA 2

TRIGO - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES EM EQUIVALENTE (TRIGO + FARINHA) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1984

DISCRIMINAÇÃO	(1.000 t MÉTRICAS)	PARTICIPAÇÃO (%)
U.S.A.	43.616	37,5
Canadá	21.623	18,6
França	15.792	13,5
Austrália	10.631	9,1
Argentina	7.406	6,3
SUBTOTAL	99.068	85,3
TOTAL MUNDIAL	116.127	100

FONTE: Anuário FAO de Comércio - 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível nacional, segundo as estatísticas do IBGE/CEPAGRO, na safra 1985/86, numa área plantada de 2.670.448 hectares, a produção atingiu 4.322.845 toneladas, que se constituiu na maior produção da história da triticultura nacional. Es-

se resultado se deu especialmente pelas condições climáticas, que, com exceção do Rio Grande do Sul, que nos meses de agosto e setembro sofreu com altas precipitações, temperaturas elevadas e pouca luminosidade, nos demais estados se apresentaram extremamente favoráveis para a cultura.

Na safra 1986/87, quase finalizada, a área plantada está estimada em 3.886.611 hectares e a produção esperada, em 5.194.078 toneladas. Em relação à safra 1985/86, o incremento de área é bem mais significativo que o da produção. Essa diferença se deve especialmente às condições climáticas, que no decorrer desta safra não foram muito favoráveis às lavouras tritícolas, principalmente no estado do Paraná, cuja área representa cerca de 50% da plantada no país, onde a produtividade média, para este ano, está estimada em 1.440 kg/ha, contra 2.039 kg/ha obtidos em 1985.

Além do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, outros dois importantes estados produtores, também por problemas climáticos, tiveram suas produtividades reduzidas; já o Rio Grande do Sul, cujas lavouras tiveram menos problemas que em 1985, apresentou algum incremento, compensando, no entanto, apenas uma pequena parte do decréscimo ocorrido nos outros estados.

Ainda que, tanto em termos de produtividade quanto em termos de qualidade, os resultados da safra 1986/87 fiquem aquém dos atingidos na safra 1985/86, podem ser considerados satisfatórios, pois, ainda estão bastante acima dos resultados tradicionalmente obtidos no país.

TABELA 3

TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO -
SAFRA 1985/86 e 1986/87 (1)

E S T A D O	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Paraná	1.295.548	1.945.000	2.642.153	2.800.000	2.039	1.440
Rio Grde do Sul	970.804	1.186.402	1.001.958	1.519.316	1.032	1.281
Mato Grosso do Sul	201.037	396.327	317.664	398.345	1.580	1.005
São Paulo	154.902	208.798	295.995	298.673	1.911	1.430
Santa Catarina (2)	40.000	138.208	51.620	152.029	1.290	1.100
Minas Gerais	7.551	10.741	12.929	23.182	1.712	2.158
Coiás	368	719	557	1.626	1.514	2.261
Mato Grosso	150	250	162	542	1.580	2.168
Distrito Federal	88	166	227	365	1.514	2.199
TOTAL DO BRASIL	2.670.448	3.886.611	4.323.265	5.194.078	1.618	1.336

FONTES: IBGE/CEPAGRO de outubro/86 (à exceção dos dados de SC)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTAS: (1) Dados sujeitos a confirmação

(2) Dados do IBGE/GCEA-SC (novembro/86)

Quanto a Santa Catarina, depois de na safra 1985/86 o estado ter cultivado 40.000 hectares e atingido uma produção de 51.620 toneladas, na safra 1986/87, a área plantada saltou para 138.203 hectares e a produção está estimada em 152.029 toneladas, a maior da história da triticultura catarinense, cujo recorde pertencia à safra 1954/55, com 141.760 toneladas.

TABELA 4

TRIGO - EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1977/78 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	11.620	4.278	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	570
1984/85	25.158	11.815	469
1985/86	40.000	51.620	1.290
1986/87 (*)	138.208	152.029	1.100

FONTES: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC.

Os principais fatores para o expressivo incremento na área plantada foram: o bom resultado obtido na safra 1985/86, o bom preço de aquisição fixado pelo governo, o valor básico de custeio considerado satisfatório, a frustração da safra de verão e a classificação de todo o Oeste do estado, no zoneamento climático como região de aptidão tolerada ao plantio, facilitando o financiamento e a garantia das lavouras, permitindo assim o plantio para novos produtores.

Em relação à produção, mesmo com os problemas climáticos ocorridos no estado, o comprometimento das lavouras acabou não sendo muito acentuado. A produtividade média estadual, mesmo abaixo da atingida na safra passada, quando comparada com o tradicionalmente obtido no estado, pode ser considerada bastante satisfatória. Esse resultado se deve especialmente à maior utilização de sementes de boa qualidade e a tratamentos culturais mais adequados que em safras anteriores. Além disso, a safra 1985/86 contou com condições climáticas excepcionais, o que dificilmente poderia se repetir. Assim, o rendimento obtido naquela safra extrapolou todas as expectativas e, nas condições em que vinham sendo conduzidas as lavouras, pode ser considerado totalmente atípico.

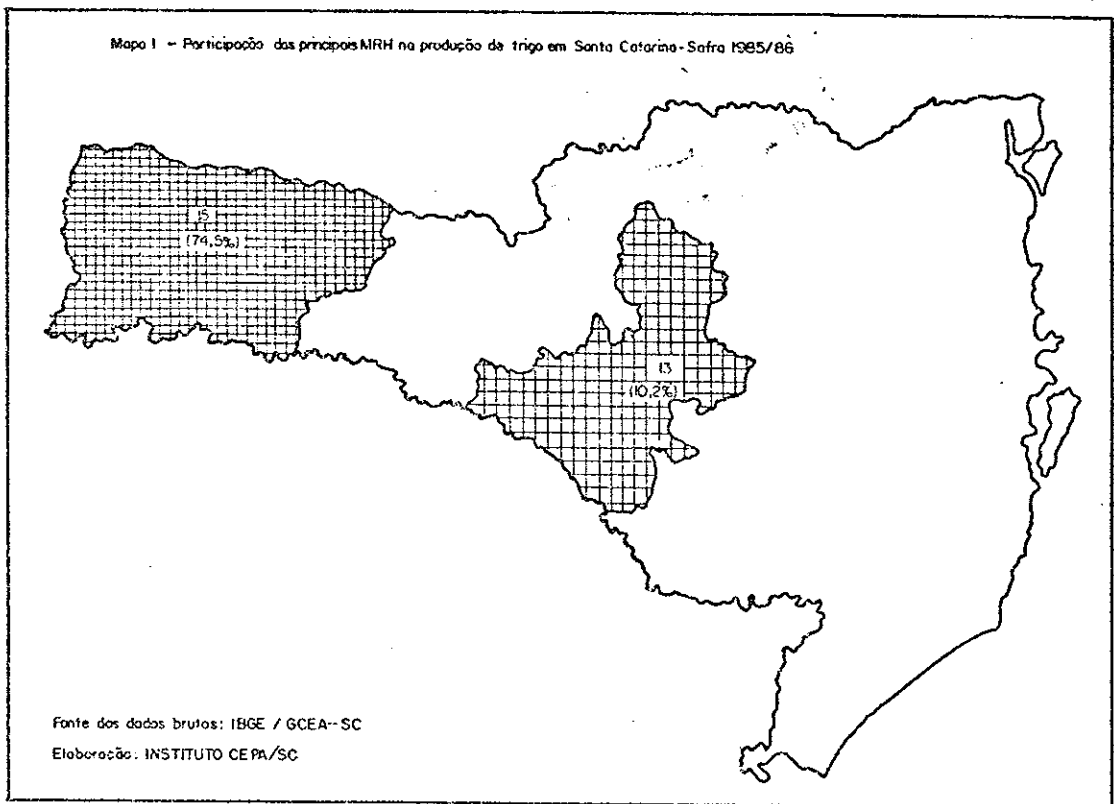
TABELA 5

TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO -
SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 E 1985/86

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Carbonífera	5	25	5	24	1.000	960
Col. do Sul Catar.	30	4	27	4	900	1.000
Campos de Lages	50	110	2	116	40	1.054
Campos de Curitib.	609	3.014	682	5.315	1.119	1.763
Col. do Rio do Peixe	1.523	2.904	1.349	3.623	885	1.247
Col. do Oeste Cat.	21.460	31.387	9.087	38.223	423	1.217
Planalto de Canoinhas	1.481	2.556	663	4.315	447	1.688
TOTAL DO ESTADO	25.158	40.000	11.815	51.620	469	1.290

FONTE: IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC



3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No mercado internacional, na Bolsa de Mercadorias de Chicago, neste ano de 1986, o preço do trigo, para os mesmos meses de entrega, esteve sempre em níveis inferiores aos verificados em 1985. Esse comportamento se deveu em grande parte aos elevados estoques mundiais, que representam parte bastante expressiva da estimativa da demanda mundial, e à política de subsídios de preços por parte de alguns países exportadores, o que tem comprimido os preços para baixo.

TABELA 6

TRIGO - MÉDIA MENSAL (*) DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO, PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1985 E 1986

MÊS DE ENTREGA	ANO	(Valor US\$ FOB/tonelada)	
		1985	1986
Março		128,43	123,91
Maio		129,33	113,36
Julho		116,78	92,07
Setembro		105,35	94,13
Dezembro		117,98	102,72
MÉDIA DO ANO		119,57	105,24

FONTE: Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

(*) Tomando-se como base a cotação das terças-feiras de cada semana.

Em relação à comercialização da safra nacional, como o governo detém o monopólio na compra do trigo, as vendas por parte dos produtores, normalmente decorrem sem maiores problemas. Na safra 1986/87, no entanto, o governo, alegando falta de recursos, resolveu, em pleno andamento da safra, parcelar a aquisição do produto dos médios e grandes produtores, provocando críticas generalizadas por parte destes.

Da produção desta safra, o CTRIN adquiriu (até o dia 17/12/86), 5,0 milhões de toneladas, cujo peso hectolítrico médio (ph) é de 76,77. A quantidade adquirida já deveria ser superior a esta, mas, mesmo com o parcelamento do pagamento a uma

parte dos produtores, houve falta de recursos, o que impediu a comercialização normal da safra. No ano passado, neste período, praticamente toda a safra já havia sido comprada pelo CTRIN. Neste período, como se vê, esse percentual representa cerca de 93% da produção esperada.

TABELA 7

TRIGO - ADQUIRIDO PELO CTRIN - SAFRAS 1985/86 e 1986/87⁽¹⁾

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1985/86		1986/87	
	QTDDE ADQUI- RIDA (t)	Ph	QTDDE ADQUI- RIDA (t)	Ph
Paraná	2.725.062	80,18	2.721.736	76,97
São Paulo	282.140	80,60	304.338	76,99
Mato Grosso do Sul	324.474	80,89	445.233	78,88
Minas Gerais	19.434	80,00	23.267	78,99
GO/DF/BA/MT	787	75,53	1.731	76,99
Rio Grande do Sul	984.346	76,41	1.439.485	75,73
Santa Catarina	42.916	76,30	69.155	75,73
TOTAL	4.379.159	79,37	5.004.946	76,77

FONTE: CTRIN

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Até o dia 17.12.86

Quanto ao preço recebido pelos produtores, embora tenha ficado aquém do da safra passada, foi considerado satisfatório. Na safra 1985/86, o preço base (trigo de ph 78) foi fixado em Cz\$ 1.100,00 tonelada, para vigorar a partir de 1º de abril, sendo corrigido no dia primeiro de cada mês, de acordo com a variação cambial, mais juros de 2% para janeiro e 3% para fevereiro. Neste ano, o preço vigorou por toda a safra em Cz\$ 3.340,00/tonelada, o que, em termos reais, mesmo desconsiderando o parcelamento do pagamento, significa um preço bem inferior ao praticado em 1985.

TABELA 6

TRIGO - PREÇO RECEBIDO PELOS AGRICULTORES, NO PERÍODO
ABRIL/DEZEMBRO - 1985/86

M E S	(Cz\$/t)				
	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES DE SET/86 ⁽¹⁾		
	1 9 8 5	1 9 8 6	1 9 8 5	1 9 8 6	86/85 (%)
Abril	1.100,00	3.340,00	3.631,30	3.473,06	-4,36
Mai	1.231,56	3.340,00	3.771,66	3.461,22	-8,23
Junho	1.355,70	3.340,00	3.850,65	3.443,27	-10,58
Julho	1.479,84	3.340,00	3.858,63	3.421,43	-11,33
Agosto	1.594,05	3.340,00	3.645,96	3.376,59	-7,39
Setembro	1.725,64	3.340,00	3.617,16	3.340,00	-7,67
Outubro	1.932,96	3.340,00	3.714,96	3.294,42	-11,32
Novembro	2.114,21	3.340,00	3.535,43	3.198,58 ⁽²⁾	-9,53
Dezembro	2.310,35	3.340,00	3.412,06	3.017,41 ⁽³⁾	-11,57

FONTE: SUNAB

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTAS: (1) Inflacionado pelo IGP/FGV

(2) Calculado com um acréscimo de 3% no índice de outubro

(3) Calculado com um acréscimo de 6% no índice de novembro

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo nacional de trigo em grão, para este ano de 1986, estava estimado em aproximadamente 6,4 milhões de toneladas. No entanto, depois do plano de estabilização econômica, a demanda de produtos à base de trigo experimentou um substancial crescimento; as últimas estimativas apontavam para um consumo de aproximadamente 7,5 milhões de toneladas, muito acima da média dos últimos anos.

Para atender a essa demanda, além da produção da safra 1985/86 (excetuando o volume reservado para semente), de algum volume remanescente de 1985 e das importações de aproximadamente 2,0 milhões de toneladas, foi também utilizada parte do trigo da safra 1986/87, que normalmente só seria consumida no próximo ano. Portanto, apesar do surpreendente crescimento da demanda, não chegou a haver problemas de abastecimento.

A nível de Santa Catarina, em função de o consumo de produtos à base de trigo ser bem superior à média nacional, é provável que o crescimento da demanda não tenha sido tão significativo quanto o verificado a nível de país. O consumo estadual

deve girar em torno das 320.000 toneladas, portanto ainda bastante acima da sua produção, o que caracteriza o estado como um tradicional importador de trigo em grão.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Não obstante ainda nem tenha sido finalizada a safra 1986/87, as perspectivas para a próxima não parecem ser das melhores. A intenção de plantio, normalmente, é determinada por três fatores: o valor básico de custeio, o resultado da safra anterior e o preço de aquisição estipulado pelo governo, de forma mais especial pelos dois últimos.

Em relação ao resultado final desta safra, ainda que em alguns estados produtores tenha ficado aquém do alcançado na anterior, em termos gerais, pode ser considerado como satisfatório e até estimulante, senão ao incremento, pelo menos à manutenção da área plantada nesta safra.

Quanto ao preço de aquisição, de acordo com fonte do governo, já está praticamente certo que será menor que o que vigorou nesta safra. Esta redução está baseada principalmente nos baixos preços pelos quais o produto está sendo cotado no mercado internacional, já que, a grosso modo, estão bem abaixo do preço praticado internamente. Isto, de certa forma, cria a expectativa de que a redução no preço possa ser relativamente acentuada.

Posto isso, as perspectivas são que, dificilmente a área plantada na safra que vem possa evoluir ou até igualar-se à plantada neste ano.

No que concerne ao abastecimento nacional do próximo ano, mesmo com a produção desta safra, próxima dos 5,2 milhões de toneladas, deverá ser necessário um volume de importações entre 3,5 e 4,0 milhões de toneladas. Esta assertiva decorre do fato que, daquela produção, considerando o volume já utilizado em 1986 e o que ficará reservado como semente, deverá ficar para 1987 um volume pouco superior a 3,0 milhões de toneladas, enquanto a demanda, mesmo com uma eventual redução no nível de subsídio, não deverá variar muito em relação a este ano.

3.15. UVA

1. INTRODUÇÃO

O conjunto dos produtores catarinenses de viticultura colocaram o estado na condição de um dos principais produtores nacionais. Santa Catarina foi precedida apenas pelos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo em importância quanto ao volume produzido (vide tabela 1). Segundo a "Síntese" do ano anterior, nos estados de São Paulo e Pernambuco o destino principal da produção é o consumo "in natura". No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a maior parte da produção mercantilizada destina-se à vinificação.

TABELA 1

VIDEIRA - DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA EM DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SAFRA 1983/84

VARIÁVEIS ESTADO	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO MÉDIO
	(ha)	(%)	(kg)	(%)	(kg/ha)
Rio Grande do Sul	39.826	70,4	392.798	62,00	9.863
São Paulo	8.588	15,2	154.200	24,40	17.955
Santa Catarina	4.201 ^(*)	7,4	53.119 ^(*)	8,4	12.881 ^(*)
Paraná	2.230	3,9	21.927	3,4	9.833
Pernambuco	800	1,4	9.760	1,5	12.200
Outros	943	1,7	2.197	0,3	2.330
BRASIL	56.588	100,00	634.001	100,00	11.204

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundação IBGE

(*) Corrigidos em função dos dados censitários de 1980. Vide tabela 2

A cultura da uva no estado encontra-se relativamente estagnada (tabela 2). No período compreendido entre as safras 1977/78 - 1985/86, a produção cresceu a uma taxa anual de apenas 0,8%. A serem fidedignas as informações dispostas na tabela citada, há um nítido estancamento da cultura, o que deve demonstrar o desestímulo a que estão sendo relegados nossos produtores. No âmbito deste trabalho, tentar-se-á, inclusive, identificar possíveis causas.

TABELA 2

VIDEIRA - EVOLUÇÃO DA CULTURA, SEGUNDO A ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SAFRAS 1977/78 - 1986/87^(*)

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	3.020	54.194	17.145
1978/79	3.695	47.517	112.860
1979/80	3.800	32.563	8.570
1980/81	3.926	55.251	14.070
1981/82	3.795	59.023	15.552
1982/83	3.976	40.126	10.092
1983/84	4.201	53.119	12.664
1984/85	4.362	60.416	13.850
1985/86	4.286	59.531	13.889
1986/87	4.555 ^(**)	58.446 ^(**)	12.831 ^(**)

FONTE: GCEA/Fundação IBGE/SC

(**) Estimadas segundo as equações de regressão: a) $\hat{a}=3235,9 + 131,9b$; b) $\hat{p}=44207,3 + 1423,9b$; c) $\hat{r}=12,26 + 0,1132b$.

(*) Estimadas com base nas observações censitárias de 1980 e reajustadas anualmente segundo as variações relativas das estatísticas subjetivas do GCEA/Fundação/IBGE/SC

2. ASPECTOS ESTRUTURAIS - UM CORTE NO TEMPO

A exemplo mundial, também no Brasil e em Santa Catarina, particularmente, a produção vitícola é efetivada em pequenas unidades em termos de área dos estabelecimentos, caracterizada sob regime familiar. Assim é que, em 1980, 90,5% dos produtores de uva possuíam áreas de estabelecimento inferiores a 50 ha, produzindo 78,9% do volume (tabela 3). De outra parte, dentre os 30.620 produtores de uva, os quais produziam 32.563 toneladas em área de 3.800 hectares, com rendimento de 8.570 kg/ha, apenas 1.881 declararam produção destinada à comercialização, com um total de 21.186 toneladas; vale dizer, 65,1% do volume físico total. A cifra de 1881 dá uma idéia da pequena magnitude da produção dos demais produtores. Em verdade, o Censo Agropecuário de 1980 (tabela 16) aponta a existência de apenas 241 produtores especializados na produção vitícola. Apenas a microrregião Colonial do Rio do Peixe contava com 146 destes produtores especializados^(*). Os demais estavam diluídos em doze mi-

(*) Há um certo exagero quando se caracteriza como "especializados", dado que o Censo Agropecuário, na tabela 16, conceitua estritamente como "atividade econômica principal".

corregiões homogêneas. De qualquer modo, os 1.881 produtores mercantis encontram-se concentrados basicamente na mesma microrregião homogênea (Colonial do Rio do Peixe). A tabela 4 permite cotejar tais informações. Parece ser razoável supor que aqueles produtores que costumam utilizar práticas com adubação, defensivos e outras, seriam os que destinariam a produção ao mercado. Assim, a referida tabela permite identificar um máximo de 2.368 produtores mercantis. Então, a cifra de 30.620 produtores apenas deve oferecer um patamar de potencial produtivo do estado. É digno de nota referir também que pensar em produção mercantil com áreas de plantio inferiores a 1 hectare não ofereceria um mínimo de escala ao produtor. Nesta condição encontravam-se 25.552 produtores (13.874 toneladas). Acima de 1 hectare de área colhida existiam apenas 957 produtores (18.869 toneladas). É compreensível, pois, entender que em tais condições os produtores devem ter imensas dificuldades para comercializar a produção da maioria dos produtos. Isto sem contar as dificuldades tecnológicas de possuírem áreas menores do que 1 hectare.

É interessante notar que em 1980 foi plantado 15% do estoque de pés em idade produtiva. Se esta situação se verificasse anualmente, seria um contra-senso, dada a aparente estagnação da cultura no estado.

Em resumo, a produção de uva no estado possuía um número reduzido de produtores e estava concentrada, em primeiro plano, na microrregião Colonial do Rio do Peixe (68,0%), e, em segundo, na Colonial do Oeste Catarinense (21,8%). A produção estava concentrada em pequenas unidades familiares e a produção mercantil era efetivada por apenas cerca de 2.000 produtores, com uma produção em torno de 21.186 toneladas, com rendimento médio de 8.570 kg/ha. Esta produção mercantil se destinava, parte à uva de mesa, e, parte à vinificação. As duas juntas, como referido anteriormente, perfaziam um total de 64,9%. 35,1% correspondia à parcela do produto que se destinava ao consumo no interior do estabelecimento (tabela 3).

TABELA 3

UVA - COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO SEGUNDO O DESTINO DA PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

DESTINO DA PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES	COLHEITA NO ANO DE 1.980				E F E T I V O		
		QTDDE (t)	VALOR (Cz\$ 1.000)	ÁREA (ha)	PES QUE PRODZ ZIRAM	PES EM IDADE PRODUZIVA	TOTAL	PES NOVOS PLANTADOS/80
DESTINO DA PRODUÇÃO	30.620	32.563	474.677	3.800	5.010.696	5.421.578	1.582.874	838.443
Consumo no Estab.	24.580	11.377	170.114	1.379	1.432.164	1.546.488	405.604	170.116
Entregue à Coop.	139	2.363	23.616	254	287.762	298.787	55.756	32.846
Entregue à Ind.	905	15.947	244.055	1.834	2.828.327	2.965.337	548.734	262.916
Entregue a Intern.	354	1.568	19.202	175	244.718	241.512	63.387	38.031
Venda direta ao Cons.	483	1.288	17.368	156	215.159	232.269	40.540	24.147
s/ declaração	4.159	20	322	2	2.566	137.185	468.853	310.387
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	30.620	32.561	474.673	3.797	4.990.696	5.421.578	1.582.874	838.443
Menos de 1	343	49	783	4	5.124	5.309	2.614	1.598
de 1 a menos de 2	337	89	1.346	5	9.003	11.882	2.829	2.298
de 2 a menos de 5	1.353	514	6.847	51	67.337	78.852	25.856	15.343
de 5 a menos de 10	3.709	1.877	24.152	199	241.380	251.182	79.672	45.897
de 10 a menos de 20	10.423	7.233	93.228	840	1.081.801	1.102.884	348.232	201.747
de 20 a menos de 50	11.558	15.938	190.235	1.919	2.445.926	2.642.015	660.861	372.308
de 50 a menos de 100	2.295	4.886	56.376	543	667.877	715.675	277.732	138.977
mais de 100	602	1.975	101.706	236	472.248	533.779	185.078	60.275
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censo Agropecuario, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 1983 - 1984. 26 v. (Recenseamento Geral do Brasil 1980, 9.: v.2, t.3)

TABELA 4

UVA - COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO, SEGUNDO A TECNOLOGIA APLICADA E GRUPOS DE ÁREA DA COLHEITA DO PRODUTO

TECNOLOGIA APLICADA E GRUPOS DE ÁREA DA COLHEITA DO PRODUTO	INFORMANTES	COLHEITA NO ANO DE 1980				EFETIVO DAS PLANTACÕES		
		QUANTIDADE (t)	VALOR	ÁREA (ha)	PES QUE PRODUZIRAM	PES EM IDADE PRODUTIVA	PES NOVOS	
							TOTAL	PLANTADOS/80
TECNOLOGIA APLICADA	30.620	474.677	3.799	4.990.696	5.421.578	1.582.874	838.443	
Irrigação Def. Adubaço	15	1.199	10	15.105	15.126	3.828	1.518	
Irrigação e Defensivos	4	17	0	145	1.165	4.025	4.000	
Irrigação e Adubaço	5	94	0	400	500	605	5	
Defensivos e Adubaço	1.650	247.371	1.798	2.656.248	2.862.692	863.810	477.507	
Irrigação	4	47	0	800	800	240	240	
Defensivos	2.368	68.449	748	1.006.963	1.092.867	255.418	142.175	
Adubaço	1.127	16.640	173	195.652	209.732	62.381	37.856	
Tec. não Declarada	25.447	140.860	1.070	1.115.383	1.238.696	392.567	175.142	
GRUPOS DE ÁREA DA COLHEITA DO PRODUTO (ha)	30.620	474.677	3.800	4.990.696	5.421.578	1.582.874	838.443	
Menos de 1	25.552	197.481	1.452	1.620.011	1.841.709	569.989	268.070	
1 a menos de 2	507	54.738	659	847.067	864.997	165.066	86.791	
2 a menos de 5	386	91.706	1.102	1.491.777	1.545.279	205.316	112.646	
5 a menos de 10	51	26.332	326	451.820	454.820	31.800	22.400	
10 a menos de 20	11	15.846	136	225.400	225.400	35.000	30.000	
20 a menos de 50	1	1.507	24	53.000	53.000	-	-	
50 a menos de 100	-	-	-	-	-	-	-	
mais de 100	1	87.067	101	301.621	301.621	109.835	8.200	
Sem declaração	4.111	-	-	-	134.752	465.868	310.336	

FORNE: Censo Agropecuario, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 1983 - 1984, 26 v. - (recenseamento Cereal do Brasil 1980,9.: v.2, t3).

Pois bem, ao que parece, não houve, ao longo do período 1979/80 - 1985/86, nenhuma modificação estrutural dos aspectos referidos acima. Isto pode ser facilmente verificado a partir da tabela 5 que segue.

TABELA 5

VINHOS - PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA - 1978 A 1986 (*)

(1.000 t)				
ANO	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460
1985	6.423	17.206	733	24.362
1986	5.066	13.462	960	19.488

FONTE: MA/DFA-SC (SEPERV)

(*) Os dados da tabela correspondem aos municípios da região de Videira e Urussanga.

3. ASPECTOS CONJUNTURAIS

Vale destacar, inicialmente, que a produção vitícola está baseada, fundamentalmente, em variedades comuns, as quais se destinam seja à vinificação, seja à comercialização "in natura" de uvas de mesa, segundo depoimentos de técnicos da ACARESC. Marginalmente, produzem-se algumas variedades viníferas.

Segundo informações de técnicos da ACARESC, a ocorrência de geadas em setembro e outubro de 1986 na microrregião Colonial do Rio do Peixe deverá implicar em perdas na produção física, a um nível de 30% a 35%. Assim, as estimativas da presente safra estariam em torno de 45.529 toneladas. Na safra 1985/86 (59.531 toneladas), foram transformadas em vinho 27.999,1 toneladas de uva, das quais apenas 6,3% eram uvas viníferas. A série histórica anterior basicamente reflete os mesmos resultados relativos. Isto demonstra, sem sombra de dúvidas, que a produção vinífera de Santa Catarina é de qualidade inferior, no geral. É interessante notar que a capacidade de estocagem, a qual dá uma idéia da capacidade de beneficiamento, em cerca de 37 cantinas

do estado, é da ordem de 48,5 mil litros (Min.da Agricultura, 1985). Esta produção, segundo a mesma fonte, é localizada principalmente no Vale do Rio do Peixe e utiliza matéria-prima regional. A região sul do estado beneficia basicamente uvas oriundas do Rio Grande do Sul. A produção estadual de suco de uva integral no ano de 1986 foi de 1.304.081 litros. A de suco de uva concentrado (a 75% Brix) foi de 174.082 kg, e a de vinho foi de 19.489.000 litros. Deste modo, o setor de transformação teria absorvido cerca de 21.254 mil litros, o que equivale a apenas 43,8% da capacidade do próprio setor vinícola e/ou fabricante de suco de uva. O que, por sua vez, correspondia a 47% do total da safra 1985/86, nada estruturalmente diferente do ocorrido com a safra 1979/80. É estranho que este setor venha historicamente trabalhando aquém de sua capacidade. Deve-se por esta razão que há pouco menos de dois anos a indústria de transformação do Vale do Rio do Peixe tentou induzir a ACARESC a estimular a produção através da expansão da área plantada. No entanto, a solução proposta atenderia aos objetivos de acréscimo de produção preconizados pelo setor industrial, sem os altos custos de investimento para novas implantações e sem os riscos de uma grande oferta que aviltasse os preços para os agricultores. Todavia, tais medidas não foram implementadas.

Como uma parte considerável da produção de uvas se destina à industrialização, é natural que, no momento, os viticultores se preocupem com a inexistência, até a presente data (14/dez/86), da fixação de preços mínimos pelas autoridades. Como a principal variedade produzida no estado é de uvas comuns, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina, através da Comissão Interestadual dos Produtores de Uva (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), voltou a elaborar uma estimativa do custo de produção de uva comum para a safra 1986/87. O trabalho elaborado pelos Técnicos Juvir Mattuela e Sandra Martins, ambos do IEPE/UFRGS, de excelente qualidade e idoneidade, estabelece o custo médio (custos variáveis mais custos fixos) de Cz\$ 2,02/kg (preços de setembro de 1986), diante do pressuposto de um rendimento médio anual de 16.412 kg/ha.

A questão das negociações para o estabelecimento de preço-mínimo da uva, seja para as variedades comuns ou vinífe-

ras, é de importância capital, eis que, em verdade, torna-se o preço efetivamente pago ao produtor pelo setor industrial, segundo os graus glucométricos de cada lote medido pelo próprio comprador. No suposto de dificuldades de compra pelo setor industrial, espera-se que a Companhia de Financiamento da Produção, a exemplo da safra anterior, intervenha no mercado adquirindo "excedentes" e garantindo o patamar.

3.16. PRODUÇÃO FLORESTAL

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Consiste basicamente na coleta, ou extração, em florestas plantadas ou naturais. O maior volume é de material lenhoso, destinado a serrarias e fábricas de papel, ou destinado à queima como combustível. Há ainda outros produtos para fins específicos, como alimentos (palmito), ornamentação (xaxim) e produtos industriais (sassafrás).

Os produtos florestais catarinenses têm, portanto, uma larga aplicação em todos os setores econômicos e sociais. A utilização industrial também é a mais ampla possível, constituindo-se não só como matéria-prima, mas também como um dos principais combustíveis em todos os níveis de escala, desde as microindústrias caseiras até os grandes complexos papeleiros.

2. PRODUÇÃO MUNDIAL

A produção mundial aumentou à significativa taxa de 17% na década 74/84, ultrapassando a cifra de 3 bilhões de metros cúbicos sólidos (cerca de 2 bilhões de toneladas).

Os maiores produtores mundiais são os Estados Unidos, a União Soviética, a Índia e a China.

O Brasil vem mantendo, desde 1974, a 5ª posição mundial; os componentes mais significativos da produção brasileira ainda são a lenha e o carvão vegetal, apesar da grande expansão da produção de toras industriais, expansão esta que deslocou a França para o 6º lugar.

No contexto mundial, deve-se ainda destacar a mudança da produção de toras para o 2º lugar, sendo agora predominante a produção florestal para fins energéticos; a expansão de lenha verificou-se não só nos países em desenvolvimento, mas também

nos Estados Unidos e na Europa.

A tabela 1 oferece os dados relativos a toda a produção madeireira em toras, tanto para fins de beneficiamento (serrarias, laminação), como para transformação em papel ou similares.

TABELA 1
PRODUÇÃO FLORESTAL POR CONTINENTE E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES

	em 1.000 m ³						VARIACÃO TOTAL EM %
	1974			1984			
	Lenha e Carvão	Madeira em Toras	Total	Lenha e Carvão	Madeira em Toras	Total	
MUNDO	1.257.709	1.352.410	2.610.119	1.594.901	1.455.641	3.050.542	17
África	277.288	42.254	319.542	370.466	52.590	423.056	32
.Nigéria	60.210	3.013	63.223	84.682	7.360	92.042	45
Norte e Centro-América	55.577	465.122	520.699	153.631	502.027	655.658	26
.Canadá	3.512	134.402	137.914	6.197	154.808	161.005	17
.Estados Unidos	18.151	320.015	338.166	101.922	336.136	438.058	30
América do Sul	169.039	42.676	211.715	214.777	81.811	296.587	40
.Brasil	130.806	24.762	155.568	164.507	57.670	222.177	43
Ásia	611.650	193.997	805.647	712.188	229.201	941.389	17
.China	137.359	50.596	187.955	154.636	77.014	231.650	23
.Índia	177.230	15.825	193.055	218.866	19.995	238.861	24
Europa	52.849	283.208	336.057	54.751	288.462	343.213	2
.França	10.694	30.190	40.884	10.424	28.257	38.681	-5
União Soviética	84.800	303.700	388.500	80.300	275.300	355.600	-8

FONTE: FAO - Anuário 1973/84.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. PRODUÇÃO ESTADUAL DE MADEIRA

A produção de 1986 foi calculada segundo os dados existentes no IBDF. Para calcular o volume extraído das florestas tomaram-se os produtos florestais industrializados mais comercializados e que exigem guia do IBDF. Para evitar dupla contagem de produtos, consideraram-se apenas os volumes de madeira serrada, madeira laminada e papel e similares. Aplicando-se os fatores de conversão, chega-se aos volumes da matéria-prima ou seja, toras de madeira, necessários para os citados produtos industriais.

Foi necessário estimar os dados do IBDF; porque diver-

sof postos regionais do citado órgão, como Rio do Sul, Três Barras, Mafra e Florianópolis, não enviam dados. A área de abrangência dos quatro postos compreende 57 municípios bastante significativos. A produção estimada para os mesmos deve levar o peso 1,5 sobre a média dos demais municípios que dispõem de dados.

O resultado está apresentado na tabela 2.

TABELA 2
PRODUÇÃO CATARINENSE DE MADEIRA E DERIVADOS - 1986

PRODUTO	VOLUME	FATOR DE CONVERSÃO	(m ³) EQUIVALÊNCIA EM MADEIRA ROLIÇA (TORAS)
Madeira Serrada	3.595.680	1,9	6.831.792
Madeira Laminada	111.852	2,4	268.445
Papel e Celulose	278.458	5,3	1.475.831
TOTAL			8.576.068

FONTE: IBDF.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3.1. Produção Estadual de Lenha

O consumo de lenha vem aumentando, nos últimos anos, em decorrência da substituição de derivados de petróleo por grande parte do parque industrial catarinense.

Em projeções da Secretaria de Indústria e Comércio, o consumo de lenha e carvão vegetal cresce em torno de 4% ao ano; com base no consumo levantado em 1981, que foi de 16,6 milhões de metros estéreos, o consumo em 1986 situou-se em 19,92 milhões de metros estéreos.

Toda a demanda é atendida integralmente pela produção interna. Há também substancial fluxo de exportação para o Paraná, São Paulo e Minas Gerais, notadamente de carvão vegetal para produção de aço de alta qualidade. Estimando-se a exportação em cerca de 5% do consumo estadual, teríamos, para 1986, uma exportação equivalente a 1 milhão de metros estéreos de lenha.

A produção total de lenha situou-se, portanto, na or-

dem de 21 milhões de estêreos, que, em peso, perfazem cerca de 10 milhões de toneladas.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A evolução no comércio internacional dos produtos florestais brasileiros pode ser observada analisando-se os dados mais recentes publicados pelo IBDF (Infoc Madeireiro) - referentes aos períodos de janeiro/maio de 1985 e 1986. Observa-se, inicialmente, uma redução de praticamente 50% em peso e em valor: a movimentação diminuiu de 2,069 para 1,007 milhões de toneladas, e o valor também diminuiu de 843 milhões para 421 milhões de dólares (tabela 3); a redução foi praticamente generalizada para todos os produtos. Houve apenas tendências distintas referentes ao preço dos diversos produtos, destacando-se o aumento em dólares por tonelada para erva-mate (+ 120%), madeira serrada (+ 19%) e madeira compensada (+ 14%).

As maiores reduções verificaram-se nos produtos dos grandes complexos industriais, cujos preços diminuíram em 19%, 18% e 12%, para o papel "kraft", cartão e papel para imprensa, respectivamente.

Em média, os preços de 1986 tiveram uma ligeira elevação (+ 6%) em relação a 1985.

TABELA 3
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS BRASILEIROS

PRODUTO	JANEIRO A MAIO DE 1985		JANEIRO A MAIO DE 1986		VARIÇÃO PERCENTUAL DE PREÇO EM US\$/t
	1.000 t	US\$ 1.000 FOB	1.000 t	US\$ 1.000 FOB	
Palmito	5	10.206	3	8.130	30
Erva-mate	22	14.007	6,6	7.752	120
Madeira serrada	140	47.120	84	30.315	19
Pasta química	918	275.957	438	141.523	0,4
Madeira aplainada	197	79.906	49	20.176	12
Madeira laminada	39	34.296	16	13.813	14
Madeira compensada	150	65.207	72	31.834	2
Chapa de fibra	162	36.824	91	21.164	-4
Papel cartão	5	62.097	3	32.255	-18
Papel kraft	133	36.310	81	19.508	-19
Papel imprensa	230	127.859	137	71.462	-12
TOTAL	2.069	843.993	1.007	421.601	6

FONTE: IBDF - Infoc Madeireiro.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O setor papelheiro está tendo suficiente matéria-prima; há, inclusive, dificuldade de venda por parte de proprietários de Pinus localizados mais distante das fábricas.

Há problemas de abastecimento de madeiras para serra-ria, e de lenha e carvão. No primeiro caso, o problema é a exaustão das reservas, cuja derrubada indiscriminada se acelera por pressões do INCRA, que considera as reservas florestais nativas como áreas improdutivas.

No caso da lenha, ocorre total isolamento entre produ-tores e consumidores, fazendo com que o agricultor não se inte-resse em ativar a produção de lenha. Por outro lado, o grande consumidor encontrou crescente dificuldade em adquirir lenha, apesar dos bons preços oferecidos. Falta, portanto, um adequado sistema de informação de mercado, e agentes de comercialização mais bem estruturados.

As grandes vantagens em substituir os derivados de pe-tróleo e a energia elétrica por lenha fazem com que a demanda industrial cresça extraordinariamente. Este aumento de demanda poderá ser atendido pelos 3 milhões de hectares da zona rural não utilizados com agricultura e pecuária, desde que sejam toma-das as medidas já mencionadas.

6. ANÁLISE ECONÔMICA DA ATIVIDADE

A grande diversidade de produtos e modalidades de co-mercialização torna difícil analisar conjuntamente todos os pro-dutos florestais. O presente item atém-se apenas aos dois produ-tos principais: madeira e lenha.

A madeira apresenta grande variação entre os preços pagos ao produtor e os preços recebidos pelos fornecedores das indústrias e do comércio.

Na região de Joinville/Jaraguã, o Pinus era cotado, em 1986, a Cz\$ 28,00/m³ em pé (não cortado) ao produtor, e a Cz\$

220,00/m³ no pátio das indústrias. A madeira nativa (canela preta) variou também bastante de preço por metro cúbico segundo o estágio de comercialização, desde Cz\$ 400,00 (vendida em pé), a Cz\$ 800,00 (cortada junto à estrada da propriedade), até a Cz\$ 3.000,00 (no pátio das serrarias).

Outra expressiva variação ocorreu com a lenha, que de Cz\$ 10,00 a Cz\$ 40,00 por metro estéreo ao produtor, recebia preços de até Cz\$ 130,00 no pátio das indústrias e estabelecimentos comerciais.

7. PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

A existência de grandes reflorestamentos em fase de maturação não indica problemas a curto prazo para as fábricas de celulose e papel.

As serrarias, devido à exaustão de toras nativas, deverão continuar recorrendo ao Pinus e à importação de outros estados, notadamente da Amazônia.

A grande demanda de lenha e carvão vegetal por todo o Sul e Sudeste brasileiros exige uma rápida e intensa atuação junto à produção e à comercialização, para estimular e disciplinar este setor, não só para melhorar a rentabilidade do produtor, mas também para suprir adequadamente a demanda estadual.

DESEMPENHO DA
EXPLORAÇÃO ANIMAL

4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

4.1. AVICULTURA

1. COM A MODERNIZAÇÃO, OS CRIATÓRIOS DE AVES PASSAM GRADATIVAMENTE A ASSUMIR CARACTERÍSTICAS EMPRESARIAIS

A avicultura brasileira vem notabilizando-se pela crescente expansão, principalmente por deixar de ser uma atividade de "fundo de quintal" para ocupar estabelecimentos dotados de moderna tecnologia. Dentro do setor agropecuário, é a atividade que maior desenvolvimento tem alcançado. Na Região Norte, por suas próprias características peculiares em vias de desenvolvimento, a avicultura comercial tem tido um crescimento muito lento e ainda predominam os criatórios de subsistência. A mesma situação se constata no Nordeste, embora os plantéis comerciais sejam relativamente desenvolvidos no Ceará e em Pernambuco. No Sudeste brasileiro, a produção de subsistência também é significativa, principalmente naqueles estados que, devido à grande extensão territorial, oferecem dificuldade para a penetração da modernização da avicultura. Porém, a avicultura paulista tem destaque no cenário nacional, por deter o maior plantel de aves reprodutoras, tanto de corte como de postura, apesar de nos últimos anos ter perdido a hegemonia em termos de produção de carne de aves para Santa Catarina. A avicultura do Centro-Oeste, quando comparada com a das demais regiões, pode ser considerada a menos desenvolvida, principalmente por sofrer a concorrência da bovinocultura extensiva e da grande lavoura, mas, nos últimos anos, vem sendo estimulada via pequenos projetos adaptados às circunstâncias da região, tanto de clima como de mercado. O destaque em termos regionais é dado para o Sul, cuja avicultura industrial, embasada nos chamados "sistemas integrados de produção", tem assegurado um crescimento mais sólido para a atividade, capaz de suportar períodos críticos. O modelo tecnológico adotado pelos criadores do Sul e o crescimento da produção nos últimos anos os tornam os maiores produtores de carne de aves do país.

O desenvolvimento da avicultura industrial impulsionou a expansão da agroindústria frigorífica e de rações. A maior

parte das empresas se localiza no Sul do país, constituída de grandes conglomerados que atuam também em outros setores, com diversificação de produtos, capacidade de abate adequado às exigências do mercado e com uma organização administrativa voltada para a modernização. No restante do país, a indústria de carne avícola ainda não possui a mesma importância e seu crescimento tem sido pouco expansivo. O segmento industrial de produção de equipamentos avícolas encontrou espaços para crescer, mas ainda, em grande parte, não se localiza nas proximidades das regiões de concentração dos criatórios. Por sua vez, o estabelecimento de avicultura com bases comerciais permitiu o surgimento de uma indústria farmacêutica e biológica próspera.

A avicultura comercial em Santa Catarina ganhou incremento a partir da implantação dos sistemas integrados de produção, que tornaram a atividade exportadora, tanto para o exterior como para outros estados brasileiros. Esses modelos de produção, aos quais a indústria fornece todos os insumos e fatores necessários, detêm cerca de 96% do total produzido. Estima-se que aproximadamente 4.450 avicultores participem desse processo, cuja capacidade média de alojamento por galpão é de 12.000 aves, com uma rotatividade de 6,0 lotes por ano, conversão alimentar de 2,19/1 kg, taxa de mortalidade de no máximo 4,0%, peso das carcaças de 1,402 kg e idade média de abate de 45,2 dias. O parque industrial catarinense é formado por seis grupos econômicos básicos e onze plantas industriais consideradas de grande porte, que são responsáveis pela quase totalidade do produto comercializado. Os dados técnicos e o modelo organizacional da avicultura catarinense permitiram a interação dos diferentes segmentos do processo produtivo com utilização mais racional dos insumos e fatores. A utilização dos mesmos métodos não vem ocorrendo de forma semelhante, nos estados onde a avicultura apresenta algumas características industriais. Em razão disso, a atividade no estado assumiu a liderança nacional em termos de produção de carnes de aves, embora os avanços estejam sendo freados pela produção de grãos insuficiente para atender às suas necessidades.

2. A PRODUÇÃO AVÍCOLA ENTRA EM RITMO DE EXPANSÃO

A avicultura mundial vem crescendo a taxas superiores às das demais carnes e deve se situar, em 1986, entre 24,9 e 25,6 milhões de toneladas. Os aumentos têm sido mais moderados, devido aos elevados preços das rações constatados até 1984 e à depressão das exportações da Europa e do Brasil. No entanto, a partir de 1985, a maior oferta mundial de grãos, o deslocamento dos consumidores para as carnes de aves, os estímulos ao aumento da produção na URSS e na China e o crescimento da economia mundial, estão facilitando a retomada do crescimento da avicultura mundial em tonelagem por ano muito próxima à obtida na década de 70.

TABELA 1

AVES - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE - 1980 A 1986

PAÍSES	(mil toneladas)							PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1986)	VARIÇÃO ANUAL (85/86) % $\frac{b-a}{a} \times 100$
	1980	1981	1982	1983	1984	1985 (a)	1986 ⁽¹⁾ (b)		
E.U.A.	6.628	6.985	7.046	7.230	7.435	7.749	8.101	31,72	4,54
U.R.S.S.	2.105	2.300	2.500	2.600	2.635	2.700	2.800	10,96	3,70
Itália	953	950	973	963	932	922	930	3,64	0,87
França	1.122	1.252	1.322	1.322	1.247	1.245	1.250	4,89	0,40
Japão	1.145	1.131	1.210	1.279	1.330	1.373	1.398	5,47	0,36
Grã-Bretanha	754	743	801	814	856	875	895	3,51	2,29
Espanha	771	886	890	820	792	805	810	3,17	0,62
Brasil	1.330	1.485	1.490	1.480	1.395	1.483	1.600	6,26	7,90
Canadá	530	543	538	529	558	587	587	2,30	-
México	476	522	564	506	646	681	623	2,44	-8,52
Romênia	377	381	382	392	485	450	485	1,90	7,78
Holanda	376	399	410	385	410	419	426	1,67	1,67
Alemanha	374	380	377	353	351	357	360	1,41	0,84
Hungria	325	350	405	385	415	425	430	1,68	1,17
Polônia	445	454	190	100	275	335	340	1,33	1,50
Argentina	231	234	218	214	245	240	245	0,96	2,08
África do Sul	342	361	374	412	480	495	515	2,02	4,04
Austrália	313	303	277	295	297	340	352	1,38	1,18
Iugoslávia	276	290	295	290	311	308	311	1,22	0,97
Venezuela	232	264	304	360	360	360	360	1,41	-
TOTAL	19.105	20.213	20.566	20.729	21.455	22.149	22.818	89,34	3,02
TOTAL DEMAIS PAÍSES	1.777	1.834	1.656	1.653	2.607	2.671	2.723	10,66	1,95
TOTAL MUNDIAL	20.882	22.047	22.222	22.382	24.062	24.820	25.541	100,00	2,90

FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Previsão

No cenário mundial, o Brasil desponta como o terceiro maior produtor, porém dependente da importação de material genético dos EUA e da Europa, que, apesar do avanço tecnológico por que passa a atividade no país, permanece vulnerável em relação aos aspectos sanitários e de mercado, por não possuir o controle de ponta a ponta do processo produtivo. A avicultura nacional tem acompanhado a curva da produção mundial. O fraco desempenho dos anos 83 e 84 começou a ser revertido a partir do segundo semestre de 1985, quando a economia brasileira deu mostras de estar se reativando. Com a melhoria do poder aquisitivo e a escassez de carne bovina, foram criadas as condições para que a atividade entrasse em um novo período de expansão.

TABELA 2

AVES - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE DE FRANGO

ANO MÊS	ABATES (1.000 cab.)				PRODUÇÃO DE CARNE (t)				VARIAÇÃO
	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5 (a)	1 9 8 6 (b)	b/a
Janairo	98.385	77.008	91.586	96.239	132.942	105.962	126.022	132.424	5,08
Fevereiro	94.966	74.123	89.563	93.490	125.879	101.992	123.202	128.643	4,42
Março	90.573	74.413	89.951	95.083	122.386	102.393	123.635	130.835	5,82
Abril	89.401	71.648	84.954	88.007	114.158	98.587	116.557	121.238	4,02
Mai	80.622	80.864	87.617	90.996	124.583	111.269	119.363	125.211	4,90
Junho	91.023	82.300	85.458	92.733	124.986	113.243	116.613	127.600	9,42
Julho	90.381	84.164	83.059	97.039	126.799	115.809	115.704	133.527	15,40
Agosto	91.031	83.797	81.294	95.601	125.904	115.305	113.237	131.548	16,17
Setembro	90.519	85.797	88.292	103.658	126.809	118.056	121.490	142.633	17,40
Outubro	88.110	90.984	95.930	98.314	126.038	125.194	132.727	139.959	5,45
Novembro	84.371	87.147	96.436	101.224	121.475	119.914	132.695	149.104	12,36
Dezembro	85.314	93.161	102.470	104.912	117.392	128.190	141.112	154.535	9,51
TOTAL	1.074.696	985.406	1.076.610	1.157.296	1.489.351	1.355.914	1.482.357	1.617.257	9,10

FONTE: APINCO/Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Dentro do panorama geral da avicultura nacional, Santa Catarina destaca-se como o principal produtor de carne de aves, embora importe aproximadamente 80% das matrizes de São Paulo e aproximadamente 5% das necessidades de pintos de corte de outros estados. A atividade, no estado, tem evoluído de forma constante. O seu ritmo foi menor nos anos de recessão econômica, que não a atingiu de forma mais contundente por ser a mais organizada e a que melhor se adaptou às exigências dos mercados interno e externo. Passado o período crítico, voltou a crescer apesar das dificuldades para gerenciar a escassez de insumos im-

portantes, como: vitaminas, minerais, medicamentos, embalagens, matrizes, etc... Esses componentes impediram um aumento mais significativo da oferta interna de frangos, principalmente pela pouca disponibilidade de aves reprodutoras. Internamente, a produção tem apresentado crescimentos mais substanciais nas microrregiões Colonial Vale do Rio do Peixe e Colonial Oeste Catarinense, dada a proximidade com as principais indústrias e por estar ligada à pequena propriedade produtora de cereais.

TABELA 3

AVES - ABATE TOTAL (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986

(mil cabeças)

ANO MÊS	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5 a)	1 9 8 6 (b)	VARIACÃO % $\frac{b-a}{a} \times 100$
	Janeiro	17.401,2	19.540,4	21.345,1	21.798,2	24.960,1	26.861,1
Fevereiro	15.940,0	18.678,3	19.527,4	21.647,8	21.545,1	22.893,7	6,26
Março	16.493,4	21.161,4	22.726,8	22.152,7	25.100,0	26.419,1	5,26
Abril	16.778,4	20.262,7	19.567,8	20.716,0	23.571,6	26.799,3	13,70
Mai	17.287,4	20.668,0	19.897,0	23.542,9	25.223,5	26.613,0	5,50
Junho	17.354,2	20.318,0	20.443,0	22.554,2	21.864,7	25.154,0	15,04
Julho	18.473,2	20.991,0	19.580,0	22.641,0	23.805,5	26.519,9	11,40
Agosto	18.107,2	20.357,0	22.168,0	23.720,2	24.683,7	26.732,9	8,30
Setembro	18.371,3	19.730,0	21.114,0	21.176,4	23.631,4	25.950,8	9,81
Outubro	18.530,0	21.410,0	21.182,0	24.495,0	26.959,5	27.607,0	2,40
Novembro	18.952,9	21.394,0	19.200,0	23.399,0	24.226,3	27.670,0	14,22
Dezembro	19.503,4	25.388,0	21.966,0	23.000,0	24.500,0	27.900,0	13,88
TOTAL	213.292,6	249.898,8	248.717,1	270.843,4	290.071,4	317.120,8	9,33

FONTES: Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3. MERCADO MUNDIAL COM POUCA MOBILIDADE COMPENSADO POR UM MERCADO INTERNO EM FRANCA EXPANSÃO

A maior movimentação no mercado mundial de carne de aves se restringe à CEE, ao Brasil e aos USA com 48,0%, 17,0% e 12,7%, respectivamente, do total transacionado no mundo. Esse mercado vinha promissor até 1983, mas as modificações ocorridas na economia mundial, os subsídios, os problemas cambiais e tarifários, e o estímulo à produção nos principais países importadores causaram aviltamentos nos preços internacionais do produto. Neste caso, destacou-se a França, onde os processos de produção e comercialização foram altamente subsidiados, constituindo-se no principal obstáculo à melhoria das vendas brasileiras. Em 1986, a retirada dos subsídios à produção avícola no Oriente Mé-

dio e a menor pressão de venda dos países determinaram uma moderada queda no volume transacionado e uma recuperação nos preços internacionais, sem, no entanto, atingir os níveis do início da década. A queda nas exportações brasileiras também sofreu a influência do crescimento do mercado interno brasileiro e das medidas governamentais que visavam garantir o abastecimento do país. Mesmo com a diminuição do volume exportado, a receita foi proporcionalmente superior à obtida em 1985.

TABELA 4

AVES - EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986

PAÍSES	(1.000 toneladas)					PARTICIPAÇÃO MUNDIAL (1986) %	VARIACÃO ANUAL/86 (b-a)x100 a
	1982	1983	1984	1985 (a)	1986 (1) (b)		
USA	261	225	207	203	195	12,76	-3,94
CEE (2)	463	437	428	431	420	27,49	-2,55
Brasil	302	289	281	271	230	15,05	-15,13
França	363	399	343	342	330	21,60	-3,51
Hungria	179	186	162	160	170	11,12	6,25
Outros	171	148	183	192	183	11,98	-4,69
TOTAL	1.739	1.684	1.604	1.599	1.528	100	-4,44

FORNTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTAS: (1) Estimativas

(2) Excluída a França

TABELA 5

AVES - VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE, BRASIL E SANTA CATARINA - 1980 A 1986

ANO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t)	VALOR FOB (US\$)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t)	VALOR FOB (US\$)	PARTICIPAÇÃO DE SC NO TOTAL DO BRASIL (%)
1980	170.400	209.315.136,00	68.156	83.726.055,00	40
1981	290.000	350.900.000,00	100.159	121.192.390,00	35
1982	301.792	285.475.700,00	146.481	138.778.200,00	49
1983	289.301	242.144.937,00	167.575	140.260.275,00	57
1984	281.171	264.081.427,00	156.800	147.235.200,00	58
1985	270.000	235.170.000,00	145.200	127.050.000,00	54
1986 (*)	220.000	214.940.000,00	118.000	115.286.000,00	53

FORNTE: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Preliminar

As mudanças mais expressivas deram-se no âmbito do mercado interno, onde as vendas adquiriram uma grande mobilidade após a implantação da reforma econômica. De uma perspectiva de

instabilidade, com possibilidade de operar com estoques relativamente altos, a atividade encontrou na melhoria do preço relativo frango/salário e na menor produção de carne bovina os dois principais sustentáculos para o reaquecimento das vendas internas. A partir do segundo semestre do ano passado, após amargar dois anos de declínio no consumo, a avicultura retomou os caminhos de um desempenho mais satisfatório. Isto facilitou um aumento na oferta global de frangos no país, em 1986, de aproximadamente 134,8 mil toneladas, descontadas as exportações de 220 mil toneladas. O crescimento de 9,09% na produção interna de frangos não foi suficiente para atender à demanda aparente (consumo interno mais exportações), avaliada em 145 mil toneladas mensais. Somente a avicultura catarinense contribuiu no aumento da oferta nacional com 60 mil toneladas, incluindo uma redução de 20 mil toneladas nas suas exportações. O abastecimento regional esteve prejudicado, apesar de a produção representar 28,0% da produção nacional. A grande procura, no país, pelo produto, forçou uma diminuição voluntária das exportações, seja pela não aceitação de novos pedidos, seja pela protelação de negociações. Por outro lado, a falta do produto a nível do comércio varejista induziu os consumidores a buscarem o frango diretamente nas granjas produtoras. Esse comportamento estimulou a comercialização de aves vivas e o retorno de avicultores que estavam fora do mercado. Mesmo com a produção crescente e a maior diversificação no fornecimento do produto, o abastecimento permaneceu tumultuado. A atividade não pôde corresponder com produção à expectativa de demanda, por não possuir estrutura para atender, a curto prazo, às necessidades de consumo, por esbarrar, no início do processo, com uma oferta de pintos de corte em recomposição.

TABELA 6

AVES - PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNES, BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1986

ANO SITUAÇÃO	BRASIL					SANTA CATARINA				
	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6*	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6*
Produção/t	1.604	1.584	1.440	1.483,0	1.617,3	367,0	375,0	409,0	415	450
Exportação/t	301,8	289,3	281,0	270,0	220,0	146,5	156,5	156,8	145,2	118,8
Com. Nacion./t	1.302,2	1.294,7	1.160,0	1.213,0	1.397,3	265,2	250,0	252,2	269,8	331,2
Consumo										
. Interno	1.302,2	1.294,7	1.160,0	1.213,0	1.397,3	111,0	102,0	106,0	112	123,2
.Per Capita/ kg/ano	10,4	9,9	8,7	9,0	10,08	28,7	25,7	26,2	27,3	28,84

FONTE: APINCO, Instituto CEPA/SC, FGV e IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (*) Estimativa

4. A ORGANIZAÇÃO DA AVICULTURA CATARINENSE COMO BASE DE UM DESEMPENHO ECONÔMICO ACEITÁVEL

Para analisar economicamente a avicultura catarinense, é necessário aprofundar os estudos do relacionamento produtor/indústria, como se dão as trocas entre o fornecimento dos insumos e o produto final obtido e como se ajustam os mecanismos formadores de preços. A abordagem com esta profundidade torna-se difícil pela falta de informações básicas acerca do tema. No entanto, com vistas a dar um tratamento nos dados disponíveis e, assim, procurar interpretar de forma mais econômica o comportamento crescente da avicultura estadual, buscou-se na relação preço do frango abatido e preço do milho a explicação do sucesso da atividade, quando a nível nacional ela se encontrava deestimulada e em processo de descapitalização.

Na interpretação dos números da relação, tem-se que levar em consideração que a avicultura catarinense não surge de forma isolada, mas presente dentro de conglomerados empresariais, com atuação em vários segmentos agroindustriais. Em função disso, temos que compreender que uma relação, dada como negativa, não necessariamente implica em prejuízos econômicos incompatíveis, pois a empresa pode estar obtendo lucratividade no capital investido, através do lucro dos segmentos que fornecem os insumos e fatores. Por outro lado, a relação aponta apenas uma idéia muito genérica do desempenho da atividade, mas como a indústria detém o controle do processo produtivo, o que acontece nela espelha com grande margem de acerto o que se passa em termos econômicos a nível de avicultor.

Na observação dos índices atingidos, fica patente que quando a oferta do cereal foi compatível com a demanda, a reação normal do mercado na entressafra do boi (2º semestre) assegurou um melhor desempenho para o setor. Ao contrário, quando houve menor oferta de milho, com conseqüente elevação dos preços e com o mercado sem condições de praticar cotações mais alta para o frango, principalmente devido ao consumo restrito, a avicultura se desenvolveu mais lentamente. Este último caso explica o baixo desempenho da avicultura nacional nos anos 83, 84 e parte de 1985. Em 1983, as adversidades climáticas e a quebra da safra de grãos e o declínio do consumo fizeram com que tanto os aviculto-

res como as empresas operassem com certa dificuldade. A situação mais favorável para o comércio exterior, como isenção de impostos, cartas de crédito e subsídios para a aquisição do milho, garantiram um certo equilíbrio, de modo particular para as empresas exportadoras. O quadro para a avicultura catarinense modificou-se, em 1984, pois uma oferta mais abundante de milho e uma política cambial estimulante para as exportações garantiram uma performance mais ajustada, ao ponto de permitir um crescimento na produção de 8,2%, enquanto ocorria um recuo, na nacional, da ordem de 9,0% e o consumo interno entrava em profunda depressão. Ao iniciar 1985 com o consumo em pique de baixa, os preços ficaram fortemente contidos e a relação se tornou desfavorável. No caso da produção estadual, as exportações naquele período deram um relativo suporte, dada a sua representatividade no volume total comercializado. No segundo semestre, a retomada do crescimento econômico, a oferta ajustada de milho e a reação das cotações do frango garantiram a retomada da rentabilidade do setor, apesar de os preços internacionais estarem em baixa.

As medidas econômicas adotadas no país implantaram-se em circunstâncias pouco compatíveis com o tipo de avicultura praticada. O tabelamento estabelecido quando os preços do frango em todos os níveis encontravam-se aviltados, em razão de os estoques estarem acima da demanda potencial do momento, e o congelamento dos preços dos principais insumos em pico de alta, eram fortes indicadores de que a atividade seria desestimulada. À medida que as distorções foram corrigidas, os novos custos sendo interpretados, a desindexação dos preços dos insumos e o ajustamento das margens de comercialização, criaram-se as condições básicas para que os investimentos voltassem a ser incrementados pelo setor como um todo.

De uma maneira geral, a avicultura estadual apresenta uma performance economicamente aceitável. Durante 1986, ocupou espaços abertos pela falta de carne bovina e reconquistou consumidores perdidos na recessão econômica. A demanda acelerada para uma oferta que não conseguiu acompanhar o crescimento do mercado gerou expectativa de alta nos preços do produto, tanto vivo como abatido. A relativa tranquilidade no abastecimento de milho a preços estabilizados garantiu uma operacionalidade do sistema produtivo em patamar próximo do ideal. A margem de segurança te-

ve um comportamento bastante estável, ao ponto de assegurar o retorno da expectativa de um novo período de expansão.

TABELA 7

AVES - RELAÇÃO (1) PREÇO NOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS E PREÇO DO MILHO - 1983 A 1986

MÊS	1 9 8 3		1 9 8 4		1 9 8 5		1 9 8 6	
	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO
Janeiro	9,3	8,8	7,9	6,8	7,4	8,4	11,6	9,9
Fevereiro	7,7	8,9	9,9	7,5	6,7	8,5	8,2	8,5
Março	8,2	10,6	10,6	9,0	6,1	8,7	8,3	8,7
Abril	8,7	11,2	8,9	9,2	5,3	9,1	8,3	8,8
Maior	7,5	7,9	8,5	9,4	5,8	9,7	8,5	8,9
Junho	7,2	7,9	9,6	10,3	6,8	10,4	8,7	8,7
Julho	6,4	7,6	9,5	10,7	10,2	10,9	8,9	8,8
Agosto	6,4	7,8	8,6	9,1	12,3	10,8	9,0	8,8
Setembro	4,1	3,8	10,2	8,8	11,5	11,2	9,1	8,8
Outubro	6,4	5,2	9,6	8,5	8,2	9,3	8,3	9,0
Novembro	6,1	5,7	8,4	8,2	9,9	8,6	9,1	8,8
Dezembro	6,3	6,1	8,0	9,1	10,4	8,3	9,4	

FONTE: Instituto CEPA/SC, ABEP E IEA/SP

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) A avicultura catarinense é desenvolvida dentro dos "Sistemas Integrados de Produção"; em razão desse modelo acredita-se que a relação preço do frango/preço do milho favorável situa-se acima de 1 kg de frango eviscerado congelado adquirir 8 kg de milho. Na tabela consideraram-se os preços de São Paulo e a cotação ponderada do dólar sobre os preços médios internacionais, fornecidos pela Associação dos Exportadores.

TABELA 8

AVES - PREÇOS EM TRÊS NÍVEIS DE MERCADO - SANTA CATARINA - 1986

(CZ\$/kg)

MÊS	PRODUTOR	ATACADO	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO %	VAREJO	MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO %
Janeiro	7,70	12,90	67	14,04	8,84
Fevereiro	7,68	12,80	66	13,74	7,34
Março	7,81	12,30	57	13,19	7,23
Abril	7,81	12,30	57	12,94	5,20
Maior	7,81	12,30	57	13,27	7,89
Junho	7,81	13,00	66	13,36	2,77
Julho	7,90	12,90	63	13,61	5,50
Agosto	8,50	12,90	52	13,70	6,20
Setembro	8,50	13,10	64	13,70	4,58
Outubro	8,50	13,10	54	13,70	4,58
Novembro	9,30	14,40	55	15,10	4,86
Dezembro	9,40	14,85	58	16,20	9,09

FONTE: Instituto CEPA/SC

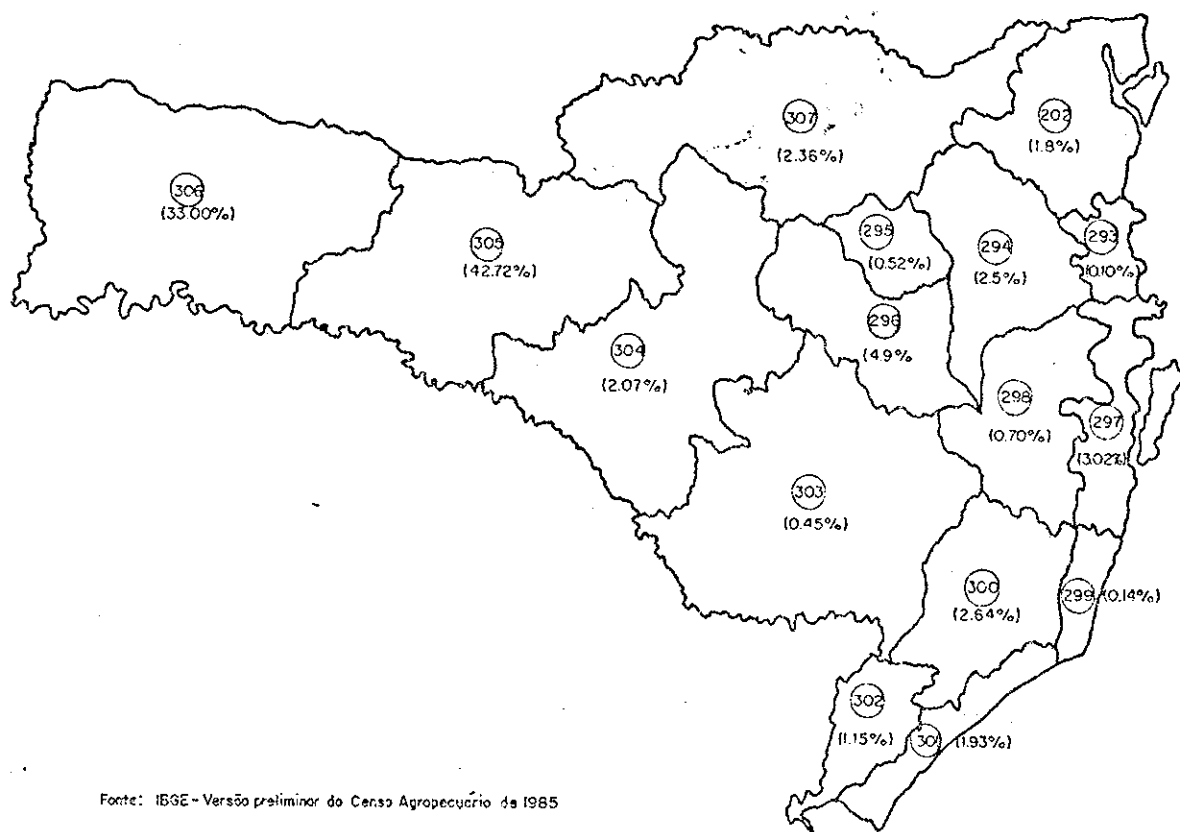
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

5. AS PERSPECTIVAS APONTAM PARA UM CRESCIMENTO DENTRO DAS TAXAS HISTÓRICAS

O reaquecimento interno do consumo, a expectativa de melhoria dos preços internacionais do frango, o abastecimento tranqüilo de cereais, a preços, no geral, estabilizados e o retorno dos investimentos à atividade se constituem nos fatores de estímulo à produção em 1987. As estimativas preliminares acerca do alojamento de matrizes no país situam-se no intervalo de 12,3 a 12,6 milhões de aves; a projeção para a produção de carne de aves fica entre 1,8 e 2,0 milhões de toneladas. Dois fatores, pelo menos, são apontados como desfavoráveis à consecução dessas previsões. O primeiro, relaciona-se com o desconhecimento dos níveis de investimentos efetivamente realizados, já que muitas instalações e plantas industriais precisam de remodelações. A segunda preocupação quanto à consecução de um volume dessa ordem é a incôgnita quanto ao comportamento futuro da oferta e do abastecimento da carne bovina, seja pelas suas relações com a preferência dos consumidores, seja por influir na prática de contingenciamentos nas exportação de frangos. No entanto, o mercado externo tende a assumir um papel menos importante, pois as perspectivas são de que não haja excedentes por excesso de consumo, já que a maioria dos empresários do ramo aposta na continuidade do aquecimento da economia.

Os mesmos componentes estão influenciando o comportamento da produção catarinense, de forma mais significativa, em função do modelo organizacional e tecnológico do setor. Decorrente do alojamento estadual de matrizes avaliado entre 2,6 e 2,8 milhões de unidades, a produção tende a se situar no intervalo de 480 a 500 mil toneladas. Um volume muito próximo a essas previsões deve ser facilmente atingido, devido ao conhecimento dos investimentos que foram anunciados pelas empresas e, principalmente, à maturação de um novo grande projeto de integração.

Mapa 1 - Participação dos principais MRH na composição do rebanho avícola em Santa Catarina - 1985



Fonte: IBGE - Versão preliminar do Censo Agropecuário de 1985

4.2. BOVINOS DE CORTE

1. A ATIVIDADE TEM APRESENTADO UM DESENVOLVIMENTO MUITO LENTO DENTRO DO SETOR PRODUTOR DE CARNES

A bovinocultura de corte tem-se caracterizado, nos anos recentes, por um acentuado crescimento em termos horizontais no Centro-Oeste brasileiro, em relação às demais regiões. A predominância de cerrados e campos oferece um meio propício para a manutenção da pecuária extensiva. Por outro lado, a proximidade com os principais centros consumidores do país tem estimulado o surgimento vertical da atividade, com plantéis de alta produtividade. Na Região Norte, o rebanho bovino tem apresentado crescimentos superiores ao Sul e ao Sudeste, mas a existência de uma densa floresta e a sua posição geográfica distante dos grandes mercados nacionais se constituem nos principais entraves. Nas outras regiões, a atividade tem-se desenvolvido mais lentamente, podendo-se admitir um crescimento mais vertical do que horizontal. Dentre eles, destacam-se a Região Sudeste pela qualidade de seu rebanho, à base de raças zebuínas e européias, e pela proximidade com os mercados consumidores. Nos criatórios sulinos deve-se salientar que a atividade tem sofrido a concorrência da expansão das lavouras destinadas à exportação e à produção de energéticos. Do ponto de vista qualitativo, destaca-se frente às demais regiões. Beneficiada pelas condições ambientais que favorecem a adaptação das raças européias, dispõe de um expressivo plantel à base de raças melhoradas. A atividade também é predominante no Nordeste, mas as adversidades climáticas tornam a produtividade dos plantéis muito baixa, com perda gradativa da competitividade com a produção das regiões mais desenvolvidas.

TABELA 1

BOVINOS - EXISTENTES NAS GRANDES REGIÕES
1970 - 1975 E 1980

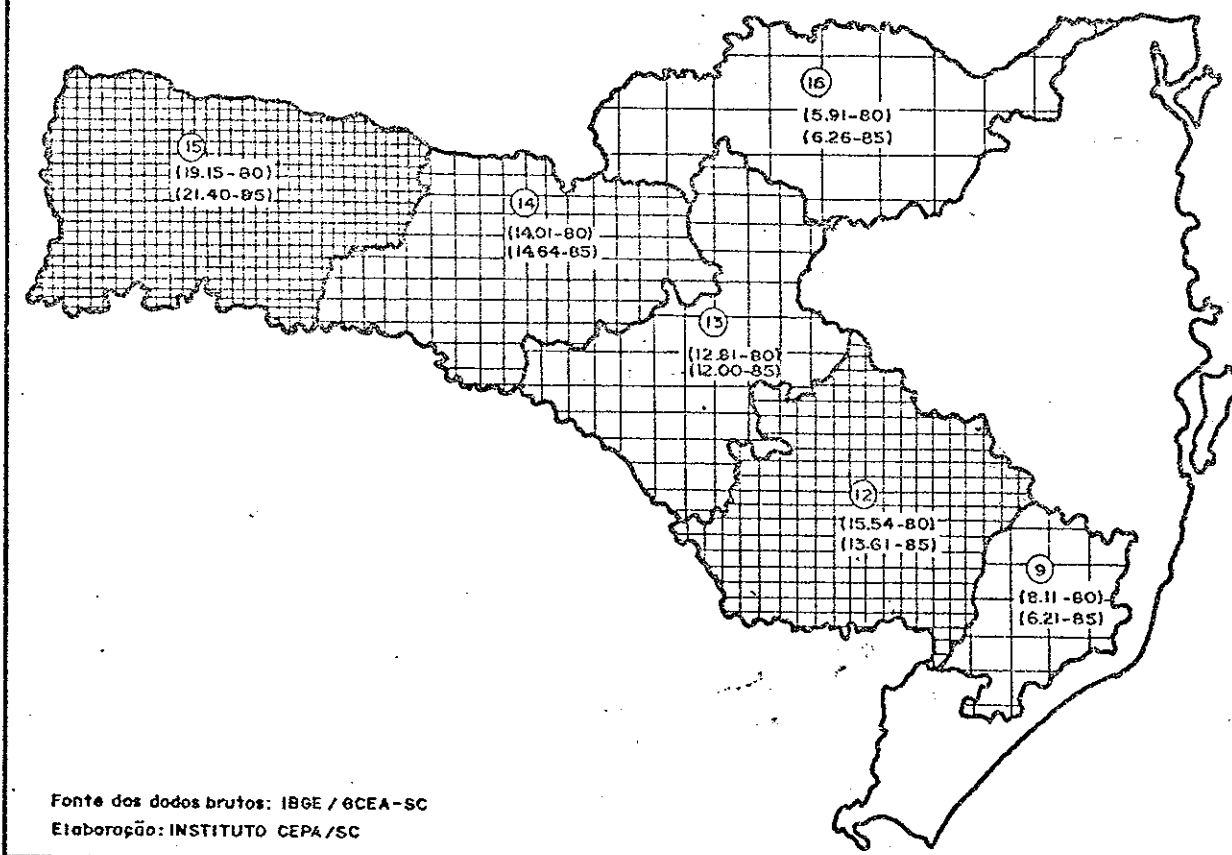
REGIÕES	(cabeças)		
	1970	1975	1980
Norte	1.706.177	2.129.609	3.948.406
Nordeste	13.805.921	18.041.417	21.408.836
Sudeste	26.845.044	35.236.666	34.742.174
Sul	18.953.024	21.516.021	24.457.479
Centro-Oeste	17.252.084	24.750.040	33.199.028
BRASIL	78.562.250	101.673.753	117.755.923

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 - Fundação
IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Os criatórios de bovinos, em Santa Catarina, são explorados em aproximadamente 196 mil estabelecimentos, dos quais 25,9% se dedicam à produção de gado de corte, 58,2% a alguma forma de exploração leiteira, sendo que ao redor de 15,0% dos produtores de leite vendem o seu produto ao mercado, enquanto a grande maioria produz leite para a subsistência. O plantel de dupla aptidão (leite e carne) tem aumentado a sua participação nos estabelecimentos agropecuários do estado, onde já atinge 9,1%. Os restantes 6,8% dedicam-se à produção de animais de trabalho e/ou a finalidade ignorada. Uma das características básicas desses estabelecimentos, na sua maioria pequenos, foi o crescimento horizontal dos plantéis, onde a média de animais por propriedade passou de 11 cabeças, em 1980, para aproximadamente 13 cabeças em 1985. A área destinada à pecuária, tanto de corte como de leite, aproxima-se dos 2,0 milhões de ha. As microrregiões típicas de pecuária (Campos de Lages, Campos de Curitiba e Planalto de Canoinhas), com uma área de 1,46 milhão de hectares, apresenta a menor população animal (0,6 UA/ha), enquanto que as microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Oeste Catarinense, como uma área ao redor de 0,54 milhão de hectares, possuem a maior população de bovinos (1,82 UA/ha). Vale destacar o crescimento da importância dos efetivos bovinos nas microrregiões de características agrícolas e minifundiárias, cujos plantéis têm evoluído em padrão racial e produtividade, a níveis superiores aos obtidos nas regiões consideradas típicas de criatórios de bovinos.

Mapa 1 - Participação dos principais MRH na composição do rebanho bovino em Santa Catarina - 1980 e 1985



O rebanho, de um modo geral, não possui um padrão racial definido. Os chamados mestiços enquadram-se em 80% do rebanho, sendo animais resultantes de sucessivos cruzamentos entre várias raças. Os demais 20% formam a parcela de animais com características mais definidas, puros de origem ou puros por cruzamento. Quanto à finalidade, 52,9%, 37,8% e 7,7% do efetivo total destinam-se à produção de carne, leite e duplo propósito, respectivamente. Como os animais, no geral, não são explorados de forma racional, os níveis de produtividade são baixos. No entanto, essa avaliação fica prejudicada pelo crescimento do rebanho de forma horizontal, principalmente pela importação de animais vivos de outros estados. Como parâmetro mais importante e resultante das observações do comportamento do rebanho desde o início dos anos 70, indica-se uma taxa de abate de aproximadamente 12,0% para o efetivo de corte (1.383.713 cabeças em 1980) e de 6,3%, quando considerado o efetivo total, avaliado em 2.615.629 cabeças em 1980.

TABELA 2

BOVINOS - REBANHO E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE EM SANTA CATARINA - 1970, 1975, 1980 E 1985

ITENS DE AVALIAÇÃO	ANOS			
	1 9 7 0	1 9 7 5	1 9 8 0	1 9 8 5 (*)
Rebanho (cabeças)	1.955.228	2.236.030	2.615.629	2.730.002
Taxa de Abate (%)	6,0	7,3	6,3	8,5
Nascidos/Rebanho (%)	17,8	20,0	20,3	22,0
Taxa de Fertilidade (%)	54,0	78,6	62,0	64,9
Taxa de Mortalidade (%)	4,9	3,8	4,8	4,5
Mortalidade até 1 ano (%)	-	-	46,9	48,0

FONTE: Fundação IBGE; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980,
Versão Preliminar de 1985

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Previsões sujeitas a revisões

Os níveis de produtividade do rebanho catarinense vêm apresentando uma tendência de melhora, principalmente pelos investimentos em insumos e fatores na produção do Meio e Extremo Oeste e na modernização de algumas propriedades nas microrregiões com tradição de pecuária. No entanto, o baixo desempenho dos plantéis está ligado à deficiência alimentar dos animais de cria e recria no inverno, à alta incidência parasitária, à presença de doenças infecto-contagiosas e de reprodução, causando elevada mortalidade de animais novos e atraso no desenvolvimento. Por outro lado, a prática de um manejo inadequado, a baixa qualidade dos touros, a ação limitada da inseminação artificial e as instalações inadequadas contribuem nos baixos índices. Isto deriva, basicamente, tanto no estado como a nível nacional, da facilidade que os criadores têm para o desenvolvimento apenas horizontal dos efetivos, sem a correspondente preocupação com a produtividade.

2. O CARÁTER EXTENSIVO DA PECUÁRIA DE CORTE INFLUI NA PRODUÇÃO

A produção mundial de carne bovina vem apresentando um comportamento estável há vários anos, de modo especial nos países onde grandes contingentes de animais são criados de forma intensiva. As alterações para baixo ou para cima têm sido em função das variações ocorridas nos países de bovinocultura

extensiva. O recuo da produção em 1986 teve como causa principal o ciclo de baixa da produção no Brasil e o desestímulo via preços mais baixos nos EUA e na CEE, pressionados pelos altos estoques de carne bovina oriunda dos programas de diminuição na produção de leite. A produção de corte tende a se recuperar, quando os níveis dos estoques mundiais decrescem a níveis estimuladores de preços, pois, principalmente na CEE, os custos não têm sido competitivos, devido às constantes valorizações do dólar frente às moedas européias.

A produção brasileira, após vários anos de uma relativa estabilidade, decresce em 1986, como uma consequência imediata às altas taxas de abate de fêmeas ocorridas até 1984 e ao retorno dos investimentos em reprodução, após a implantação do plano cruzado. Mesmo com a produção se situando no intervalo entre 1,9 e 2,0 milhões de toneladas, o Brasil despontou no cenário mundial como o terceiro maior produtor. Em Santa Catarina, a produção foi avaliada entre 55,0 e 59,0 mil toneladas, acusando um aumento bastante significativo em relação às 53 mil toneladas produzidas em 1985. Esse incremento na produção teve como principal pano de fundo a introdução de práticas modernas de manejo, nos anos recentes, e o especial esforço no sentido de se produzir mais na entressafra.

3. OS MERCADOS SE REPERFILAM E O ABASTECIMENTO INTERNO FICA PREJUDICADO

No mercado internacional, a maior movimentação das vendas se dá através dos EUA, Brasil, Canadá, Austrália, Argentina e França. Os principais mercados situam-se nos países produtores de petróleo e no Japão. Os aumentos que se verificaram no volume transacionado foram mais uma consequência da depressão interna do consumo nos países exportadores do que dos excedentes exportáveis. No entanto, a maior oferta nos países importadores, a elevação dos estoques na CEE e nos EUA e os subsídios aos exportadores resultaram em uma pressão baixista nas cotações internacionais. Em 1986, o comércio mundial sofreu um redirecionamento, pois o Brasil de exportador tornou-se importador líquido, em razão da menor produção aliada a um aumento do consumo.

TABELA 3

BOVINOS - PRINCIPAIS PAISES PRODUTORES DE CARNE E VITELA - 1980 A 1986 (mil toneladas)

PAIS	1980	1981	1982	1983	1984	1985 (a)	1986 (b) (1)	PARTICIPAÇÃO EM 86	VARIACÃO ANUAL 85/86 (b-a).100 b
E.U.A	9.999	10.353	10.425	10.705	10.929	10.883	10.747	25,75	(-1,25)
U.R.S.S.	6.673	6.700	6.672	6.800	7.200	7.400	7.500	17,97	1,35
Argentina	2.876	3.000	2.515	2.300	2.570	2.700	2.700	6,47	-
Brasil	2.150	2.250	2.350	2.500	2.360	2.400	1.900	4,55	(-20,8)
Austrália	1.539	1.411	1.680	1.386	1.248	1.334	1.390	3,33	4,20
França	1.831	1.840	1.741	1.760	1.936	1.830	1.700	4,07	(-7,10)
Alemanha Ocidental	1.564	1.535	1.470	1.460	1.609	1.635	1.620	3,90	(-2,10)
Grã - Bretanha	1.102	1.014	970	1.010	1.135	1.125	1.100	2,64	(-2,22)
Canadá	971	1.020	1.035	1.035	997	990	955	2,30	(-3,53)
Itália	1.148	1.130	1.085	1.130	1.182	1.205	1.170	2,80	(-2,90)
México	1.060	1.105	1.250	975	1.323	1.379	1.423	3,40	3,19
Polónia	800	596	720	605	788	788	787	1,88	-
África do Sul	619	542	592	582	607	609	593	1,42	(-2,63)
Nova Zelândia	505	490	500	500	461	514	506	1,21	1,56
Colômbia	654	721	677	653	650	648	664	1,60	2,47
Tchecoslováquia	436	413	428	410	450	435	430	1,03	(-1,15)
Espanha	422	415	425	410	385	416	420	1,00	1,00
Alemanha Oriental	386	401	391	425	390	395	405	0,97	2,53
Uruguai	336	407	385	418	295	253	276	0,66	9,10
Lituânia	335	323	330	342	350	335	320	0,76	(-4,48)
TOTAL	35.405	35.666	35.641	35.406	36.805	37.274	36.606	87,71	(-1,84)
TOTAL PRINCIPAIS PAISES	5.159	5.119	4.280	4.747	5.165	5.173	5.130	12,29	(-0,83)
TOTAL MUNDIAL	40.565	40.785	39.921	40.153	41.970	42.467	41.736	100,00	(-1,72)

FONTE: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Dados Preliminares

TABELA 4

BOVINOS - PRODUÇÃO DE CARNE NO BRASIL E SANTA CATARINA

A N O	(toneladas)		
	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO (%)
1982	2.397.000	46.046	1,92
1983	2.360.000	37.655	1,60
1984	2.100.000	37.990	1,81
1985	2.223.000	52.914	2,38
1986	1.990.000	58.860	2,96

FONTE: Fundação IBGE, Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

BOVINOS - EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986

ANO	(1.000 toneladas)						PARTICIPAÇÃO MUNDIAL (1986) %	VARIAÇÃO ANUAL (1986) % $\frac{b-a}{a} + 100$
	1982	1983	1984	1985 (a)	1986 (b)			
U.S.A	115	125	152	158	262	5,5	65,8	
Canadá	83	83	105	113	110	2,3	2,65	
Argentina	522	415	250	220	200	4,2	-10,0	
Brasil	357	400	480	510	200	4,2	-60,8	
C.E.E.	1.551	1.690	1.849	1.942	2.240	46,6	15,34	
U.R.S.S.	32	25	27	30	35	0,7	-14,0	
Austrália	942	767	616	660	710	14,7	7,6	
Nova Zelândia	366	372	288	356	355	7,4	- 0,28	
Leste Europeu	279	251	290	317	328	6,0	3,47	
OUTROS PAÍSES	420	497	376	357	361	7,5	1,12	
TOTAL	4.667	4.625	4.433	4.663	4.801	100,0	2,9	

FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Dados Preliminares

(2) Previsão

O comportamento do mercado interno de carne bovina sofreu alterações significativas desde o segundo semestre de 1985, quando a economia nacional deu mostras de recuperação. A falta cíclica e estacional do produto coincidindo com o plano cruzado determinou sérias dificuldades no abastecimento. O aumento do consumo, o retorno dos recursos financeiros para o campo, a preocupação com a reforma agrária e a elevação das cotações do gado de cria e recria inviabilizaram os acordos de preços. Com isso, os preços do boi gordo dispararam, os abates despencaram e o mercado encontrou os caminhos do ágio. Muitas medidas foram agilizadas pelas autoridades econômicas, desde a liberação das

importações, limitações das exportações, isenções tributárias, desapropriações até a devassa fiscal. Os descaminhos tanto da produção como do mercado tornaram todas as medidas implementadas ineficazes para solucionar a grave situação do abastecimento, principalmente nos grandes centros consumidores. O panorama geral do abastecimento em Santa Catarina não assumiu o mesmo quadro conflitante, como a nível nacional. Nas cidades de maior porte, observaram-se dificuldades no suprimento. No entanto, no interior, o produto não chegou a desaparecer totalmente da mesa do consumidor. Distorções houve, notadamente pelo desvio da oferta do boi para os abatedouros não organizados. Nesse sentido, as estimativas apontam para uma ligeira recuperação na oferta estadual, com os abates totais sofrendo um incremento da ordem de 4,39%.

TABELA 6

BOVINOS - ABATE TOTAL (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO) - SANTA CATARINA - 1981 A 1986

		(mil cabeças)						
MÊS	ANO	1981	1982	1983	1984	1985	1986*	VARIACÃO ANUAL % (b/a)
						(a)	(b)	
Janeiro		26,9	24,4	25,2	20,8	21,9	26,1	19,20
Fevereiro		23,8	23,0	24,8	20,7	20,1	23,9	18,90
Março		25,8	26,2	26,0	22,3	23,5	25,4	8,08
Abril		26,8	26,8	27,0	22,7	23,6	27,2	15,25
Mai		27,0	25,6	26,6	24,4	24,9	24,4	(-2,00)
Junho		20,6	20,3	20,3	17,9	21,7	23,0	6,00
Julho		17,9	19,9	16,3	17,3	20,0	21,3	6,50
Agosto		18,3	19,8	15,9	19,4	19,4	23,3	20,10
Setembro		18,2	21,2	16,5	17,4	22,0	22,1	0,45
Outubro		18,3	21,4	17,6	17,4	26,0	22,6	(-13,08)
Novembro		21,0	21,5	18,9	17,5	26,2	23,1	(-11,85)
Dezembro		23,5	23,5	21,3	16,8	24,0	22,9	(- 4,58)
TOTAL		268,1	273,6	256,4	234,6	273,3	285,3	4,39

FONTE: IIA/DFA - SC (SERPA) e Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Estimativa Instituto CEPA/SC

A recuperação gradual dos níveis salariais, a incorporação da massa trabalhadora desempregada e a abertura de novos empregos ao determinarem um maior volume de dinheiro circulante, estimularam o aumento da demanda para a qual a atividade pecuária não estava preparada após anos consecutivos de desestímulo. O crescimento do consumo interno, em 1986, foi estimado no intervalo entre 350 e 450 mil toneladas; somente em Santa Catarina foi avaliada uma necessidade aproximada de 13,0 a 15,0 mil tone-

ladas. A retomada nos níveis de consumo ainda permaneceu abaixo dos registrados em 1977 (21,0 kg "per capita"). A crise de abastecimento constatada em 1986, mais que o reflexo do congelamento, foi o desfecho de um problema que há muito tempo vinha se delineando. O plano de estabilização econômica apenas precipitou os acontecimentos. Nos anos de recessão econômica, a demanda de alimentos foi drasticamente reprimida, surgindo, com isso, a impressão de que a pecuária brasileira iria prover o país de carne bovina. Isto chegou a permitir grandes volumes exportados. Porém, o déficit crônico tornou-se transparente quando sobrou dinheiro no bolso do trabalhador.

TABELA 7

BOVINOS - PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1986

COMPORTAMENTO	(mil toneladas)									
	BRASIL					SANTA CATARINA				
ANOS	1982	1983	1984	1985	1986	1982	1983	1984	1985	1986*
Estoque Inicial	40	70	30	20	15	-	-	-	-	-
Produção	2.397	2.360	2.096	2.223	1.990	46,0	37,7	38,0	53,0	59,0
Importação	22	26	38	50	450	16,6	18,5	16,2	13,2	3,0
Suprimento Interno	2.459	2.456	2.164	2.293	2.455	62,6	56,2	54,2	66,2	62,0
Exportação	361	457	477	487	200	-	-	-	-	-
Consumo Interno	2.028	1.969	1.667	1.791	2.055	62,6	56,2	54,2	66,2	62,0
Estoque Final	70	30	20	15	200	-	-	-	-	-
Consumo "Per Capita/kg"	16,15	14,43	13,0	14,5	15,23	16,6	14,23	13,71	16,1	18,3

FONTE: IBGE, CACEX, CFP, Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Estimativa

4. A PECUÁRIA AINDA ENCONTRA RESISTÊNCIAS PARA SE TORNAR EMPRESARIAL

Os problemas econômicos da pecuária de corte podem ser discutidos como uma crise do processo extensivo de criação, ou seja, a expansão pela área, em contraposição ao crescimento pela modernização tecnológica. O panorama geral do descompasso entre oferta e demanda, em 1986, diz respeito ao baixo desempenho econômico da atividade, pelo menos na última década, dadas as características cíclicas e sazonais da produção. A política agrícola para o setor teve a tônica da contenção dos preços, mais nitidamente até 1979. Daí em diante, a atividade operou com

maior grau de liberdade no mercado, mas foi prejudicada pela recessão econômica que restringiu o consumo. A partir de meados de 1985, ocorreu nova intervenção no mercado, com o mesmo propósito. Houve, pelo menos nos últimos vinte anos, um objetivo político deliberado de transferir excedentes do setor rural para o urbano industrial. Este objetivo político obteve relativo sucesso, na medida em que a disponibilidade de terras férteis e de fácil acesso permitiu um moderado crescimento da produção. Esse panorama se altera significativamente quando se constata a diminuição assustadora e gradativa nos investimentos, tanto da iniciativa privada como do governo, em alimentação, melhoramento genético, no combate às endemias, no controle sanitário, etc..., pois, de um lado, os criadores recebiam preços desestimulantes, e de outro, as autoridades econômicas estavam preocupadas em não estimular a produção por falta de demanda. Diante desse quadro geral, a pecuária brasileira se expandiu há várias décadas, de forma mais marcante nas fronteiras agrícolas, guardando uma estreita relação com um regime de preços comprimidos para a agricultura, em geral, pois a contenção da renda requeria preços mais baixos dos alimentos. Com os baixos preços foram sendo desestimulados os investimentos em lavouras e em uma pecuária mais empresarial, enquanto as condições gerais de uma economia inflacionária e recessiva desviaram os recursos dos setores produtivos para imobilização, principalmente, em terras. À medida que os lucros ficaram inviabilizados, os proprietários rurais procuraram minimizar custos. O gado foi a fórmula encontrada para atingir esse objetivo. A pecuária extensiva, pouco exigente em cuidados de administração, em mão-de-obra e infra-estrutura, expandiu-se, não porque gerasse lucratividade direta, mas porque se constituía na fórmula menos onerosa de ocupar a terra. A valorização, do estoque de capital foi o oposto do que teria ocorrido se lavouras e pecuária tivessem disputado recursos segundo o retorno gerado na produção e não na especulação financeira e imobiliária, estimulada pelo modelo econômico.

Ao se analisar o comportamento econômico da pecuária nacional, além da influência exercida pela política agrícola e do caráter cíclico da produção, têm-se que considerar algumas características regionais. Apesar de a pecuária ser uma atividade que cresceu com a fronteira agrícola, ainda o contingente maior do rebanho está ligado à pequena unidade produtora, onde

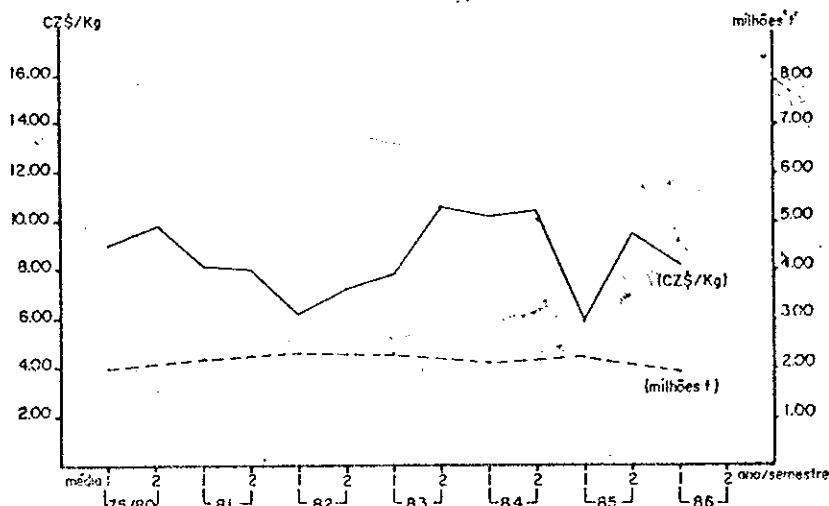
ela aparece como atividade marginal. Isto dá a dimensão do baixo desempenho, principalmente pela dificuldade do pequeno produtor em modernizar os processos criatórios, competir com o sistema extensivo, mesmo porque existem opções mais rentáveis e que utilizam mais racionalmente os fatores de produção. A prática da integração lavoura pecuária e a especialização de criadores tem assegurado um bom desempenho econômico para um reduzido número de criadores. No entanto, essa modernização tem sido incipiente diante de uma pecuária forçada pela própria política agrícola a manter práticas tecnologicamente ultrapassadas.

Nesse contexto, de uma pecuária basicamente de pequena propriedade, situa-se a bovinocultura catarinense, que, apesar dos esforços no sentido de se modernizar e operar com lucratividade, é dificultada pelo comportamento cíclico da pecuária nacional. Para se entender esse processo, em Santa Catarina, temos que considerar que apenas 38% dos estabelecimentos agrícolas, dos 196 mil que criam bovinos, têm na pecuária de corte a sua principal atividade, subsistindo em muitos períodos às custas das outras atividades rurais. Ainda temos que considerar que aproximadamente 90% dos estabelecimentos agrícolas possuem até 50 cabeças, o que torna difícil o dimensionamento dos criatórios em termos comerciais, por se destinarem, no geral, para a subsistência. Esse quadro torna o estado um importador líquido da carne bovina, para atender ao abastecimento urbano. Em razão disso, mesmo com a produção inferior à demanda, ela acompanha a curva da oferta e demanda nacional, e os preços nas microrregiões de pecuária extensiva apresentam o mesmo comportamento cíclico. Porém, de um lado a sua ligação estreita com a pequena unidade produtora, onde assume o caráter de subsistência e, de outro, a valorização financeira dos bens, asseguram que a atividade não desaparece devido à diminuição do dinheiro circulante, mas se adapta através de um reordenamento na composição dos plantéis. Essa característica e mais a política de contenção dos preços através da limitação da renda, pela interferência no mercado ou pelo estímulo à produção de carnes de consumo alternativo determinaram uma quase estabilidade na pecuária nacional há mais de uma década. O cenário se agrava quando os preços reais do boi gordo atingiram os picos mais baixos da década, nos anos de 81, 82 e no primeiro semestre de 85, quando se toma como base dos cálculos o índice geral de preços de setembro/86. O fenômeno

foi agravado pela recessão econômica e não teve prosseguimento nos anos de 83 e 84 porque a produção voltou a decrescer e no período houve incremento das exportações. A tendência para 1986 era de reverter a expectativa de baixa, uma vez que a produção seria menor, mas o controle sobre os preços impediu a recuperação real dos preços recebidos pelos criadores.

GRÁFICO 1

SANTA CATARINA - Preços reais de setembro/86 do boi gordo: média semestral no período 1975 a 1980 e de 1981 a 1986.
BRASIL - Produção de carne bovina, média semestral no período 1975 a 1985 e de 1981 a 1986.



Fonte: FGV, IBGE e INSTITUTO CEPA/SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

A visão de que a bovinocultura de corte vem se mantendo pelo crescimento de seus ativos financeiros e não pela melhoria dos seus níveis de produtividade é constatada quando se analisam as margens brutas (diferença entre o preço recebido e os custos de produção até a porteira da propriedade). Também fica ressaltado que o comportamento das margens de comercialização do produto é afetado pelo ciclo da produção e pelos períodos de safra e entressafra. Nos anos de 83 e 84, a atividade operou com margens maiores, em decorrência da menor oferta nacional e das adversidades climáticas que dificultaram o escoamento da produção e o abastecimento urbano. As margens conseguidas naqueles anos não se constituem em um fato normal, pois se acredita que a atividade tende a operar com uma margem entre 10% e 40%. Como desse percentual ainda é necessário cobrir os custos de produção indiretos - despesas de comercialização, transportes, etc... - a atividade somente subsiste pela valorização dos bens. Da série

estudada, o pior ano foi o de 1985, quando os custos subiram mais do que os preços e o consumo encontrava-se no seu pique mais baixo. No estudo da margem bruta de comercialização do criador fica claro que, entre os meses de novembro e abril, as margens são menores. Já, entre maio e outubro, as margens se recuperam, mas, em contrapartida, o produtor pouco tem a ofertar ao mercado. Essa diferença entre preços baixos com concentração da produção e preços altos com pouca oferta, em termos econômicos, explicaria a inviabilidade da pecuária tanto nos moldes empresariais como nos tradicionais. Porém, a combinação das características extensivas com a especulação financeira e a de subsistência, onde o gado entra como maior item na pequena unidade produtora, faz com que a pecuária se mantenha ou apresente crescimentos muito moderados.

TABELA 8

BOVINOS - PREÇOS RECEBIDOS PELOS CRIADORES E CUSTO DE PRODUÇÃO^(*) ESTIMADO PARA UMA PROPRIEDADE DE MÉDIA TECNOLOGIA EM SANTA CATARINA - 1981 A 1986

(CZ\$/KG)

	1981			1982			1983		
	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %
Janeiro	0,054	0,040	35,00	0,077	0,072	6,94	0,140	0,135	3,70
Fevereiro	0,052	0,044	18,20	0,077	0,075	2,67	0,150	0,143	4,90
Março	0,053	0,047	12,76	0,077	0,077	-	0,167	0,150	11,34
Abril	0,053	0,047	12,76	0,078	0,079	(-127)	0,217	0,159	36,47
Mai	0,052	0,050	4,00	0,082	0,082	-	0,287	0,167	71,85
Junho	0,053	0,052	1,92	0,087	0,087	-	0,317	0,182	74,17
Julho	0,063	0,055	14,54	0,114	0,091	25,27	0,400	0,200	100,00
Agosto	0,070	0,058	20,68	0,127	0,101	25,74	0,533	0,250	132,00
Setembro	0,073	0,061	19,67	0,135	0,105	28,57	0,533	0,283	88,34
Outubro	0,073	0,064	14,06	0,123	0,110	11,82	0,550	0,320	71,86
Novembro	0,075	0,067	11,94	0,127	0,122	4,10	0,560	0,353	58,64
Dezembro	0,078	0,070	11,42	0,130	0,130	-	0,630	0,380	65,79

continua...

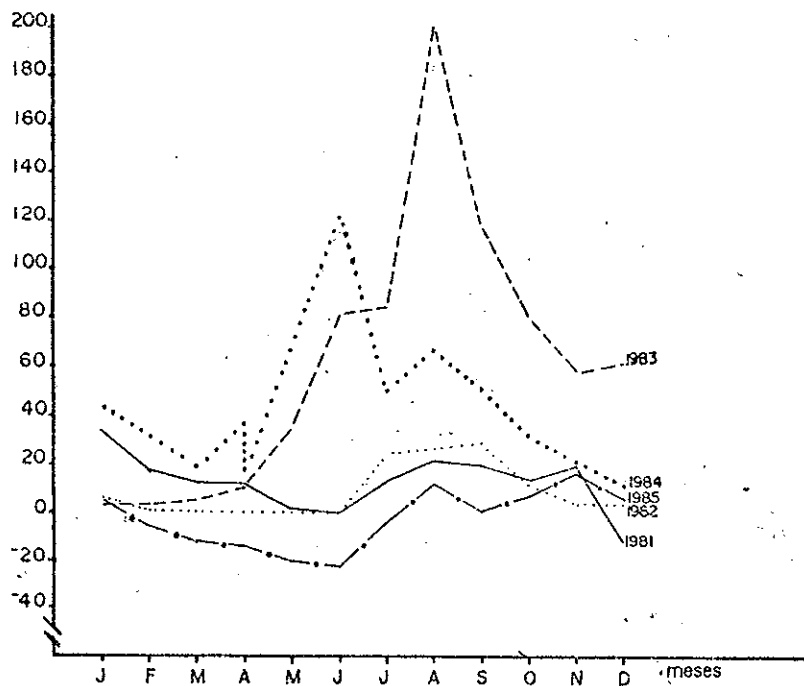
	1984			1985			1986		
	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %
Janeiro	0,680	0,472	44,06	1,670	1,590	5,03	7,67	6,25	22,72
Fevereiro	0,717	0,530	35,28	1,670	1,730	(-3,50)	7,67	7,26	5,65
Março	0,667	0,560	19,11	1,670	1,860	(-10,22)	7,30	7,37	(-0,95)
Abril	0,800	0,590	35,60	1,735	1,950	(-11,03)	7,30	7,48	(-2,41)
Mai	0,935	0,788	18,65	1,735	2,161	(-19,72)	8,30	7,83	6,00
Junho	1,670	0,860	94,19	1,800	2,33	(-22,76)	8,30	7,87	5,46
Julho	1,400	0,930	50,53	3,000	3,158	(- 5,0)	9,30	8,34	11,51
Agosto	1,670	1,000	67,00	4,000	3,600	11,11	10,50	8,44	24,40
Setembro	1,800	1,155	55,84	4,335	4,282	1,70	12,60	-	-
Outubro	1,735	1,300	33,46	5,00	4,670	7,06	-	-	-
Novembro	1,670	1,380	21,01	6,00	5,110	17,42	-	-	-
Dezembro	1,670	1,480	12,84	5,600	5,560	0,72	-	-	-

FOUITE: Instituto CEPA/SC

(*) Referência aos custos até a porteira da propriedade.

GRÁFICO 2

SANTA CATARINA - MARGENS BRUTAS COMPARANDO-SE O PREÇO RECEBIDO E O CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE EM UMA PROPRIEDADE COM MÉDIA TECNOLOGIA - 1981 A 1985



Fonte: INSTITUTO CEPA/SC

(+) Referem-se aos custos de produção até a ponteira do propriedade

De forma conclusiva, pode-se afirmar que a produção de carne bovina, no país, vem apresentando avanços e recuos, em consequência do caráter cíclico da pecuária e das políticas oficiais para o setor. Na pecuária de pequena propriedade, como é o caso catarinense, o esforço no sentido de modernizar, tanto as práticas de criação como os métodos de comercialização, sofre os efeitos da orientação política e do movimento cíclico da produção nacional. Fica explícito que, no período em que houve maior liberação de mercado, a atividade por si só foi estimulada. À medida que, na política, não foram adotadas correções que visassem amenizar os efeitos cíclicos, principalmente o abate de matrizes, a pecuária nacional decresceu, chegando em 1986 com os níveis de produção os mais baixos dos últimos quinze anos.

5. MAIOR DISPONIBILIDADE PODE GARANTIR UM ABASTECIMENTO MAIS TRANQUÍLO

O comportamento tanto da produção como do mercado, em 1987, poderá ter uma conformação diferente do constatado em 1986. Acredita-se na possibilidade de ocorrerem excedentes em 1987, como consequência imediata da suspensão das exportações e da expectativa de redução no ritmo do consumo interno. As ava-

liações colocam a produção nacional de carne bovina no intervalo entre 2,25 e 2,35 milhões de toneladas, que, acrescidas de aproximadamente 130 mil toneladas do produto importado em mãos do governo, totalizam uma oferta global prevista entre 2,38 e 2,48 milhões de toneladas. A colocação no mercado dos animais remanescentes de 1986 e a possibilidade de se verificar um aumento no abate de matrizes, em razão da crise econômica e do recrudescimento da especulação financeira, indicam uma tendência de aumento da oferta nacional de carne bovina. Por outro lado, o "carry over" existente e mais a intenção governamental de proceder à estocagem de boi em pé oferecem uma relativa segurança de uma disponibilidade interna do produto, superior à de 1986. Por sua vez, o consumo interno foi avaliado em um volume próximo a 2,1 milhões de toneladas, não ficando afastada a hipótese do surgimento de um excedente ao redor de 300 mil toneladas. Para Santa Catarina, as estimativas iniciais de produção local apontam para a possibilidade de ocorrer um moderado crescimento. A produção estadual deverá se situar entre 60 e 62 mil toneladas. Como as previsões avaliam uma demanda esperada entre 75 e 78 mil toneladas, haverá necessidade de se importar dos estados vizinhos. Haverá dificuldade para se cobrir a diferença necessária para abastecer, notadamente as populações urbanas. Com isso, os preços regionais do boi e da carne em todos os níveis do mercado deverão permanecer superiores em relação ao restante do país.

4.3. BOVINOS DE LEITE

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo o anuário da FAO, a produção mundial de leite, em 1984, atingiu 448,6 bilhões de quilos. Esta produção está distribuída por todo o mundo, mas com especial destaque para a América do Norte e a Europa, que, juntas, representam cerca de 60% do total mundial.

O Brasil, apesar de ter um rebanho que representa cerca de 10% do mundial, em 1984 se colocou apenas como décimo produtor, com uma produção que representa somente cerca de 2,3% do total da produção mundial.

Em termos nacionais, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1985, em 1984 se destacaram, como maiores produtores nacionais, os seguintes estados: Minas Gerais, com 30,8% da produção nacional, São Paulo, com 15,2%, Rio Grande do Sul, com 9,5%, Goiás, com 8,6% e Paraná, com 7,8%. Santa Catarina produziu naquele ano 4,5% do total do país e se colocou como 7º produtor nacional de leite.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, Santa Catarina possuía naquele ano um rebanho bovino de 2.615,6 mil cabeças. Pelos dados preliminares do Censo de 1985, este rebanho atingiu 2.730,0 mil cabeças, um crescimento de 4,3% nestes cinco anos.

Considerando os dados de 1980, a finalidade do rebanho era de 52,9% para corte, 37,8% para leite e os restantes 9,3% destinavam-se a produção de carne e leite, a animais de trabalho e a finalidade ignorada.

Em termos de grupos de área, a produção se concentra principalmente em propriedades com até 50 hectares, que responderam, em 1980, por mais de 80% da produção leiteira estadual.

Em relação aos grupos de cabeças de bovinos, a produ-

ção leiteira catarinense está concentrada principalmente em propriedades com rebanhos de até 20 cabeças. Em 1980, estas propriedades responderam por 73% da produção total do estado.

Não obstante a produção leiteira estadual, segundo o Censo de 1980, envolvesse cerca de 156 mil produtores, se estima que existam somente aproximadamente 25 mil produtores que efetivamente entregam seu produto nas indústrias de laticínios.

No que tange ao destino da produção, em 1980, do total da produção estadual 33,2% foi vendido na forma de leite "in natura" - tanto para indústria, como para intermediários ou para os próprios consumidores - 23,4% foi para a produção de subprodutos na propriedade - para venda ou consumo próprio - e o restante ficou na propriedade, tanto para consumo próprio como para alimentação de terneiros.

Embora a produção leiteira esteja distribuída por todo o estado, se destacam as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí, Colonial de Blumenau, Carbonífera e Campos de Curitibanos, que responderam, em 1984, por cerca de 70% da produção estadual.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário de Produção da FAO, em 1984 foram produzidos no mundo cerca de 449 bilhões de quilos de leite. Embora praticamente todos os países do mundo tenham alguma produção leiteira, parte significativa da produção mundial está concentrada em poucos destes.

As estatísticas referentes à produção mundial de 1985 e 1986 ainda não estão disponíveis, mas, a exemplo do que vinha ocorrendo nos últimos anos, não deve ter apresentado grandes variações, já que os países que se destacam como grandes produtores já vinham sofrendo problemas com seus elevados estoques de produtos de leite.

TABELA 1

LEITE - MAIORES PAÍSES PRODUTORES DO MUNDO - 1984

PAÍSES	PRODUÇÃO (1.000 t)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL MUNDIAL (%)
U.R.S.S.	97.200	21,7
U.S.A	61.436	13,7
FRANÇA	33.300	7,4
ALEMANHA OCIDENTAL	26.141	5,8
POLÓNIA	16.744	3,7
REINO UNIDO	16.200	3,6
ÍNDIA	14.200	3,2
HOLANDA	12.752	2,8
ITÁLIA	10.700	2,4
BRASIL	10.500	2,3
SUB TOTAL	299.173	66,6
TOTAL MUNDIAL	448.587	100,0

FONTE: Anuário FAO de Produccion - 1984

TABELA 2

LEITE - PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980 A 1984

ANO	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO	RENDIMENTO
	(1.900 cabeças)	(milhões de kg)	kg/animal
1.980	222.599	427.930	1.922
1.981	222.787	428.062	1.921
1.982	216.422	432.892	2.000
1.983	219.597	447.927	2.039
1.984	221.546	448.587	2.024

FONTE: Anuário FAO de Produção de 1982, 1983 e 1984

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Quanto à produção nacional, embora ainda não se disponha dos dados referentes aos anos de 1985 e 1986, as estimativas são de que praticamente se manteve estabilizada nos níveis alcançados nos últimos anos. No entanto, é oportuno observar que as estatísticas sobre a produção leiteira, especialmente aquelas de anos dos quais não são elaborados censos, são bastante subjetivas e, portanto, em função da sua precariedade, devem ser observadas com algumas ressalvas. Mesmo assim, o comportamento da produção leiteira nacional, segundo as estatísticas do IBGE, pode ser visto na tabela a seguir.

TABELA 3

LEITE - PRODUÇÃO NACIONAL - 1980 A 1984

A N O	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO	RENDIMENTO
	(nº de cabeças)	(1.000 litros)	litros/animal
1.980	12.411.206	11.596.276	934
1.981	16.491.672	11.323.967	686
1.982	16.386.690	11.461.215	699
1.983	16.276.361	11.463.018	704
1.984	16.742.910	11.932.908	712

FONTE: Censo Agropecuário de 1980 e Anuário Estatístico do Brasil de 1984 e 1985

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Embora as Regiões Sudeste e Sul do país detenham apenas cerca de 45% do rebanho bovino nacional, em termos de produção leiteira se destacam bastante das demais, respondendo, em 1984, por aproximadamente 74% desta produção.

TABELA 4

LEITE - PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1982/84

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DAS FEDERAÇÕES	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO		
	NÚMERO DE CABEÇAS			QUANTIDADE (1.000 l)		
	1982	1983	1984	1982	1983	1984
BRASIL	16.276.361	16.276.361	16.742.910	11.461.215	11.463.018	11.932.908
NORTE	568.220	632.012	705.951	216.248	237.113	271.254
.Roraima	31.365	68.743	98.678	13.666	29.391	54.122
.Acre	59.729	50.910	54.937	27.950	28.247	28.500
.Amapá	15.575	20.645	21.742	6.412	7.124	7.396
.Roraima	23.076	25.654	22.507	2.947	3.694	3.254
.Pará	432.784	469.306	504.455	164.061	166.030	173.730
.Amapá	3.363	3.756	3.632	1.212	1.627	1.752
NOVA GINTE	3.126.322	2.822.497	3.030.895	1.424.458	1.244.251	1.447.929
.Mato Grosso	283.393	263.537	286.630	89.667	77.723	88.267
.Piauí	143.750	128.922	139.025	30.112	23.442	28.567
.Ceará	366.312	304.551	345.921	184.283	148.845	182.800
.Rio Grande do Norte	135.466	103.316	116.528	71.331	49.068	62.115
.Paraíba	227.472	157.360	213.561	108.217	92.683	106.714
.Fornarubuco	322.138	272.021	297.809	204.727	166.135	211.802
.Alagoas	118.415	111.779	125.965	87.936	74.825	100.429
.Sergipe	163.924	108.144	98.876	66.564	43.734	44.617
.Bahia	1.348.452	1.332.827	1.402.380	581.601	567.797	622.417
SUDESTE	7.515.441	7.583.615	7.485.143	5.960.462	6.123.389	6.163.462
.Minas Gerais	4.454.489	4.538.833	4.518.350	3.441.225	3.592.478	3.682.484
.Espírito Santo	418.159	458.862	416.651	304.649	340.368	291.433
.Rio de Janeiro	368.150	378.075	373.025	372.545	371.939	372.824
.São Paulo	2.274.643	2.201.845	2.177.117	1.842.043	1.818.604	1.816.721
SUL	2.825.356	2.452.216	2.470.355	2.657.183	2.563.953	2.624.991
.Paraná	917.311	901.502	838.257	896.736	905.608	940.160
.Santa Catarina	519.059	477.427	486.658	510.959	519.748	540.383
.Rio Grande do Sul	1.398.026	1.073.287	1.085.440	1.249.448	1.138.397	1.144.449
CENTRO-OESTE	2.550.631	2.780.016	3.050.566	1.702.864	1.294.312	1.422.770
.Mato Grosso do Sul	375.334	359.415	394.592	239.904	254.261	256.952
.Mato Grosso	167.783	180.530	190.199	77.772	110.166	116.169
.Goiás	1.990.890	2.185.811	2.451.650	871.275	917.303	1.037.024
.Distrito Federal	10.364	14.250	14.125	13.909	12.582	12.626

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - 1985

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

No que tange à produção leiteira estadual, a exemplo do que tem ocorrido a nível nacional, embora tenha apresentado alguma tendência de crescimento, este tem sido bastante discreto, e vem se dando mais em função do crescimento do rebanho do que propriamente de uma atividade leiteira estimulada e/ou que esteja apresentando ganhos expressivos de produtividade. Pelo contrário, não fosse uma atividade marginal e não fosse sua importância para subsistência, na grande maioria das propriedades, certamente, em função do contínuo desestímulo de preços, a produção leiteira estadual estaria decrescendo.

TABELA 5

LEITE - PRODUÇÃO ESTADUAL - 1980 A 1985 (1)

A N O	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO	RENDIMENTO
	(Nº de cabeças)	(1.000 litros)	litros/vaca
1.980	433.586	534.157	1.232
1.981	516.112	517.720	1.003
1.982	510.059	510.959	1.001
1.983	477.627	519.748	1.088
1.984	486.658	540.383	1.110
1.985	506.795	570.362	1.125

(1) Estimativa do IBGE

FONTE: Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal (1981 a 1984)

Embora ainda não se disponha de estimativas referentes à produção do ano de 1986, é possível afirmar que não houve grandes variações, pois, mesmo com os desestímulos que vem sofrendo a atividade leiteira, os produtores continuam com seus rebanhos e vêm mantendo a produção leiteira.

TABELA 6

LEITE - NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO POR MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984

MICROREGIÃO MUNICÍPIO	1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	Vacas Ordē nhadas (cabeças)	Leite Pro- duzido (1.000 l)	Vacas Ordē nhadas (cabeças)	Leite Pro- duzido (1.000 l)	Vacas Ordē nhadas (cabeças)	Leite Pro- duzido (1.000 l)
	Leite/Vaca/ ano (litros)	Leite/Vaca/ ano (litros)	Leite/Vaca/ ano (litros)	Leite/Vaca/ ano (litros)	Leite/Vaca/ ano (litros)	Leite/Vaca/ ano (litros)
Colônia de Joinville	20.040	25.367	19.336	22.286	19.749	23.464
Litoral de Itajaí	6.657	6.677	4.541	5.902	4.045	4.910
Colônia de Blumenau	44.476	53.926	42.842	52.385	43.325	54.414
Colônia Itajaí do Norte	18.037	23.920	16.030	21.412	16.150	21.435
Colônia do Alto Itajaí	47.740	56.417	44.090	54.620	43.510	57.507
Florianópolis	13.593	14.058	11.630	11.662	11.866	14.911
Colônia Serrana Catar.	23.215	21.734	22.825	23.412	24.057	24.549
Litoral de Laguna	5.172	3.679	3.737	2.538	4.165	2.773
Carbonífera	34.434	29.741	32.711	31.260	34.540	32.608
Litoral Sul Catarinense	13.088	10.258	10.430	8.871	11.249	9.679
Colônia Sul Catarinense	8.075	7.011	8.690	7.878	9.165	8.391
Campos de Laços	37.270	25.093	36.170	27.386	38.565	24.871
Campos de Curitiba	49.154	35.622	35.431	32.264	32.558	29.997
Colônia Rio do Peixe	65.393	75.578	65.346	83.630	67.007	92.518
Colônia Oeste Catarinense	100.786	98.149	101.380	109.852	102.764	112.365
Planalto de Canoinhas	22.925	22.950	22.438	24.389	23.943	25.990
TOTAL DO ESTADO	510.055	510.180	477.627	519.747	486.658	540.382

FONTE: IBCE - Produção Pecuária Municipal, 1982, 1983 e 1984

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado internacional tem sido bastante favorável para os países importadores de produtos lácteos. Os principais países exportadores dispõem de elevados estoques, e isto tem comprimido os preços no mercado. Os preços internacionais de leite desnatado em pó, de aproximadamente US\$ 700/tonelada FOB, estão bastante abaixo dos preços do mercado interno da Comunidade Econômica Européia e dos Estados Unidos, dois importantes exportadores.

Quanto à situação nacional, no ano de 1986, ao contrário do previsto, se repetiram muitos dos problemas que normalmente sofre o setor leiteiro, até com muito maior intensidade.

Ao final de 1985, o governo havia manifestado interesse em incrementar a produção leiteira para atender ao mercado consumidor e aos programas sociais que vinham sendo implementados. Em função disso, a expectativa dos produtores era de que em 1986 seriam adotadas algumas medidas de estímulo ao setor, especialmente uma política de preços baseada nos custos de produção e com datas definidas de reajuste.

De certa forma, existia uma grande confiança de que, ao contrário de promessas anteriores, isso realmente pudesse vir a se concretizar. Principalmente porque só nos três últimos meses daquele ano foram concedidos 3 reajustes consecutivos, o que, mesmo ficando aquém da expectativa dos produtores, era um fato praticamente inédito nos últimos anos, e, portanto, um indício de que a produção poderia ser estimulada.

No entanto, isso acabou não se concretizando. O ano de 1986, a exemplo de outros, foi de profunda dificuldade para o setor leiteiro. O último reajuste no preço do leite foi em 17/12/85, e o preço recebido na plataforma das usinas passou para Cz\$ 1,78/litro, e, a nível de consumidor - em Santa Catarina - para Cz\$ 2,58/litro. A partir daí, depois de muitos problemas, o governo só alterou o preço recebido pelos produtores em julho, através de um subsídio - retroativo a junho - passando para Cz\$ 2,31/litro posto na plataforma das usinas. Portanto, de dezembro de 1985 a dezembro de 1986 houve, para os produtores,

apenas um reajuste de 30% no preço recebido. O custo de produção, por sua vez, que em dezembro de 1985 já era superior ao preço recebido, variou em aproximadamente 50%, aumentando ainda mais a defasagem dos produtores.

Em função destas situações, o mercado apresentou muitos problemas em 1986. Em muitas regiões do país, o volume de leite recebido pelas usinas ficou muito aquém do esperado, quando não abaixo do normal. Em Santa Catarina, isto só não ocorreu pela ampliação de postos de recebimento de leite e pelo crescimento do número de produtores, especialmente em regiões em que a atividade leiteira não é muito expressiva, sendo encarada como atividade marginal.

Por sua vez, as cooperativas e indústrias que recebem leite, especialmente aquelas que o destinam para o consumo na forma envasada, acabaram passando também por sérias dificuldades; além da grande sazonalidade da produção, o que deixa a capacidade industrial instalada ociosa, ficaram praticamente sem margem, quando não com prejuízos, na revenda de leite para o mercado varejista.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

No Brasil, as informações sobre o consumo de leite em suas várias formas são bastante escassas. Normalmente, para se ter uma idéia aproximada do que é consumido, utiliza-se como indicador a disponibilidade per capita do produto a partir da oferta total. É importante observar que, desta forma, as estimativas de consumo regionalizado ficam bastante prejudicadas, pois, como é sabido, existe um intenso comércio interestadual de leite em suas várias formas. Portanto, a melhor maneira de se chegar ao consumo aproximado de leite é através de pesquisas localizadas, que podem dar uma melhor idéia da realidade.

Em termos nacionais, a última pesquisa de que se dispõe é o Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pela Fundação IBGE em 1974/75.

TABELA 7

LEITE - CONSUMO ESTIMADO, PER CAPITA/ANO, SOB TODAS AS FORMAS, POR REGIÃO E CLASSE DE DESPESA

CLASSE DE DESPESA	(em quilograma)						
	R E G I ã O						
	I (RJ)	II (SP)	III (RS, PR, SC)	IV (MG)	V (NE)	VI (DF)	VII (N,CO)
Até 1	15,580	10,140	20,313	12,461	18,490	14,624	5,663
Entre 1 e 2	24,733	32,225	40,074	36,383	36,798	24,243	10,798
Entre 2 e 3,5	36,466	49,203	70,213	49,150	58,657	43,034	21,846
Entre 3,5 e 5	54,270	64,769	89,880	72,411	73,666	59,711	28,748
Entre 5 e 7	65,150	77,551	119,963	84,536	84,453	68,817	38,606
Entre 7 e 10	86,979	96,073	134,313	101,527	91,824	94,633	55,478
Entre 10 e 15	122,123	121,050	150,353	135,211	151,648	123,721	84,647
Entre 15 e 30	185,930	168,140	182,112	209,696	169,368	171,771	141,969
Mais de 30	208,685	239,676	208,465	267,128	209,548	237,796	139,869
TOTAL	70,62	80,51	90,76	61,91	51,12	87,38	17,62

FONTE: Instituto de Pesquisas Econômicas - USP

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Como se nota, em nenhuma das regiões brasileiras o consumo atingia o recomendado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que é de 146 litros/ano.

Para os últimos anos, utilizando as estatísticas de oferta global e população, a tendência é de este consumo ter apresentado alguma melhora, pois, a produção leiteira cresceu a taxas maiores que as da população, o que aumentou a disponibilidade de leite por habitante.

TABELA 8

LEITE - PRODUÇÃO LEITEIRA, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO
BRASIL 1980 A 1984

A N O	PRODUÇÃO (1.000 litros)	POPULAÇÃO (1.000 habitantes)	DISPONIBILIDADE TEÓRICA litro/hab./ano
1.980	11.596.276	119.003	97
1.981	11.323.967	124.016	91
1.982	11.461.215	126.806	90
1.983	11.463.018	129.660	88
1.984	11.932.908	132.580	90

FONTE: Censo Agropecuário de 1.980 e Anuário Estatístico do Brasil de 1984

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Ainda que tenha aumentado a disponibilidade de leite por habitante, a produção leiteira está longe de atingir os níveis necessários para atender à demanda nacional. Os problemas de abastecimento só não vinham ocorrendo, porque, em função do baixo poder aquisitivo da maioria da população, a demanda estava fortemente reprimida. Bastou uma pequena recuperação no poder aquisitivo e a implementação de programas sociais de distribuição gratuita de leite, para que em 1986 ocorresse uma falta quase generalizada de leite e, conseqüentemente, fosse necessário um expressivo incremento nas importações brasileiras.

Quanto a Santa Catarina, se se confrontar a produção que é destinada para o consumo humano com a população, se nota que a disponibilidade teórica por habitante é significativamente melhor que a nacional.

TABELA 9

LEITE - PRODUÇÃO TOTAL, PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO, POPULAÇÃO CATARINENSE E DISPONIBILIDADE POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA - 1980 A 1985

A N O	PRODUÇÃO TOTAL (1.000 litros)	PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO (1.000 litros)	POPULAÇÃO CATARINENSE (1.000 habitantes)	DISPONIBILIDADE TEÓRICA (litros/hab/ano)
1.980	534.157	446.356	3.628	123
1.981	517.720	413.208	3.670	113
1.982	510.959	407.672	3.796	107
1.983	519.748	423.029	3.870	109
1.984	540.383	441.835	3.942	112
1.985	570.362 ⁽¹⁾	467.736	4.013	117

FONTE: Censo Agropecuário de 1980; Anuário Estatístico do Brasil de 1985; Projeção da População residente, total, urbana e rural segundo os municípios e microrregiões polarizadas do Estado de Santa Catarina, 1980/90 - GAPLAN

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

OBS: A diferença entre a produção total e a produção destinada ao consumo humano é destinada para a alimentação de terneiros.

NOTA ⁽¹⁾: Estimativa do IBGE/CCEA/SC.

Com relação à produção destinada ao consumo humano, embora a disponibilidade de leite por habitante - mesmo não atingindo os 146 litros/ano recomendados pelo INAM - possa ser considerada relativamente aceitável, o volume que efetivamente passa pelas indústrias catarinenses está longe de atingir níveis satisfatórios.

TABELA 10

LEITE - PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO E RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA 1976 A 1986

A N O	PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO (1.000 litros)	LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS	
		(1.000 litros)	participação %
1.976	409.350	73.245	17,8
1.977	415.660	88.150	21,2
1.978	385.558	93.219	24,1
1.979	391.118	71.699	18,3
1.980	446.356	83.676	18,7
1.981	413.208	87.644	21,2
1.982	407.672	96.249	23,6
1.983	423.029	101.464	23,9
1.984	441.835	106.084	24,0
1.985	467.736 (*)	131.724	28,1
1.986 (*)	450.000	160.000	35,5

FONTE: Instituto CEPA/SC e MA/DFA/SC (SERPA)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*): Estimativa do Instituto CEPA/SC

Apesar de o volume recebido pelas usinas catarinenses estar crescendo, ainda está bastante aquém de atender ao consumo das cidades, o que leva a crer que existe um expressivo volume de leite comercializado sem passar pela inspeção federal. Em 1980, segundo o Censo Agropecuário, foram vendidos pelos produtores 177.719 mil litros de leite, dos quais apenas 83.676 mil passaram pela inspeção, cerca de 50%. Certamente que este percentual cresceu bastante, mas ainda existe um apreciável volume comercializado "clandestinamente".

Quanto aos problemas de abastecimento do mercado consumidor catarinense, em 1986, embora fossem mais sérios que o normal, isto não se deveu a uma diminuição no volume de leite recebido pelas usinas em relação a anos anteriores, pelo contrário, esse volume foi incrementado.

TABELA 11

LEITE-RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA 1.984/85

M E S	RECEBIDO "IN NATURA" (1.000 litros)		PASTEURIZADO 3,2% GORDURA (1.000 litros)		APROV. CONDICIONAL E CONDENADO (1.000 litros)		VENDIDO PARA OUTROS ESTADOS (1.000 litros)		PRODUÇÃO DE QUEIJO (1.000 kg)	
	1.984	1.985	1.984	1.985	1.984	1.985	1.984	1.985	1.984	1.985
Janeiro	9.946,7	11.447,2	7.715,8	8.255,8	351,1	576,1	369,1	548,7	138,7	151,2
Fevereiro	8.946,1	9.410,5	7.203,5	7.315,9	295,6	401,3	317,6	1.229,4	96,2	112,9
Março	8.772,6	10.230,7	7.191,0	7.477,6	210,0	336,9	317,6	1.292,0	67,4	115,7
Abril	7.215,5	8.787,2	6.341,9	6.922,6	118,0	204,0	264,0	1.181,8	54,8	69,8
Maió	6.957,7	8.760,2	6.462,6	7.410,6	146,7	102,1	274,3	1.159,4	49,4	55,1
Junho	7.078,8	8.513,0	6.669,2	6.926,8	147,4	145,3	316,2	1.076,5	52,0	47,8
Julho	8.096,3	9.904,6	7.024,8	7.745,0	169,1	208,8	329,2	1.335,4	67,7	85,4
Agosto	7.986,0	11.353,1	6.683,0	8.335,8	171,3	247,4	398,2	1.801,4	63,6	101,1
Setembro	8.776,4	11.593,2	6.895,1	8.661,5	221,3	262,3	396,5	2.003,7	63,0	112,6
Outubro	10.126,8	13.415,5	7.469,0	9.506,7	426,1	345,1	434,4	2.392,8	117,0	163,3
Novembro	10.720,2	13.912,5	7.440,1	9.584,6	419,8	431,4	995,4	2.647,3	180,5	180,9
Dezembro	11.461,0	14.396,6	7.633,7	9.761,0	439,9	567,5	1.074,0	2.921,8	221,3	192,1
TOTAL	106.084,1	131.724,3	84.729,7	97.903,9	3.116,3	3.828,2	5.486,5	19.590,2	1.171,6	1.387,9

FCV/ES: MV/SERPA - SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Os problemas de abastecimento decorrem fundamentalmente de quatro fatores: o primeiro, é o fato de Santa Catarina estar exportando para outros estados uma quantidade mais expressiva do que normalmente o faz; o segundo, é que algumas usinas que comumente entregavam o produto nos grandes centros - onde o problema é mais sério - passaram a comercializá-lo no interior; o terceiro, é a formação de estoques pelos consumidores; e o quarto, provavelmente o mais significativo, é que realmente houve um expressivo aumento no consumo de leite pasteurizado, tanto em função do baixo preço que permitiu que a população de baixa renda passasse a consumi-lo, quanto pela distribuição para os programas sociais implementados no estado.

6. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1987

A atividade leiteira brasileira, mesmo com um eventual estímulo de preço, dificilmente dará uma resposta rápida em termos de produção. Para que isso ocorra, os produtores precisarão fazer alguns investimentos na atividade - melhoramento de rebanho, pastagem, instalações, sanidade, etc - cujo resultado só será observado a médio prazo. No entanto, isso vai depender de o governo não só conceder um reajuste satisfatório para o início do ano, como, também, definir políticas de médio e longo prazo; especialmente um reajuste de preços baseado na evolução do comportamento dos custos de produção, garantindo sempre um mínimo de rentabilidade.

A nível de Santa Catarina, caso o governo conceda um reajuste considerado satisfatório pelos produtores, mesmo que a produção não seja incrementada rapidamente, o volume de leite recebido pelas usinas catarinenses poderá, já em 1987, apresentar um substancial crescimento. Esta assertiva decorre do fato de que, em relação à produção estadual, o volume recebido ainda é bastante pequeno; portanto, com um elevado potencial de crescimento.

Se, por outro lado, o preço recebido não apresentar melhora significativa, o abastecimento, na entressafra de 1987,

poderá apresentar problemas muito mais sérios que os verificados em 1986. Os produtores, desestimulados, certamente não se prepararão, como normalmente o fazem, para manter naquele período um certo nível de produção; e, mesmo que se preparem, a produção certamente não será comercializada nos canais normais do mercado - especialmente o do leite pasteurizado - tomando outros rumos, onde a remuneração aos produtores é muito mais satisfatória.

4.4. MEL DE ABELHA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo dados da FAO, o Brasil destaca-se no cenário mundial como o 19º produtor de mel de abelha, participando com 1,07%.

A nível nacional, Santa Catarina é o 1º produtor, apresentando a maior densidade apícola do país (colméia por km²) e a melhor produtividade por área ocupada.

A atividade apícola estadual está concentrada, praticamente, nas microrregiões homogêneas do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Alto Itajaí, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense e Campos de Lages.

A exploração apícola em Santa Catarina é realizada por aproximadamente 9.000 apicultores, distribuídos entre 1.800 amadores, 500 profissionais industriais e 6.700 profissionais, que têm na apicultura uma atividade secundária - abrangendo cerca de 43.000 propriedades agrícolas, estando inseridas aquelas que se utilizam dos trabalhos de polinização.

Cabe salientar que toda a política de orientação e assistência à apicultura no estado é realizada pela SAA, através do Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de mel de abelha vem apresentando um crescimento razoável, demonstrando, no período de 1980 a 1984, uma taxa de crescimento anual de 5%, com tendência de a produção do produto "in natura" continuar crescendo para os próximos anos a nível um pouco menor ao verificado no período.

Os países maiores produtores de mel, em 1984, foram, por ordem de importância: União Soviética, com 20,06%; China, com 16,11%; Estados Unidos, com 9,53% e México, com 6,73%, perfazendo, no seu conjunto, 52,43% da produção mundial (tabela 1).

TABELA 1

MEL - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1980-84

PAÍS	(tonelada)				
	1980	1981	1982	1983	1984 (*)
Mundo	821.965	885.302	965.557	990.862	997.157
Angola	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
Rep. Centro Africana	6.000	6.500	6.600	6.700	6.800
Egito	7.242	8.679	9.725	7.500	7.500
Etiópia	20.500	21.000	21.000	21.000	21.000
Quênia	10.000	10.500	10.500	11.000	12.000
Tanzânia	9.500	10.000	10.500	11.000	11.500
Canadá	29.235	34.769	30.527	38.771	44.135
Cuba	7.397	8.897	10.100	10.212	9.000
México	65.245	70.557	60.000	68.000	67.095
Estados Unidos	84.400	84.335	104.300	93.000	95.000
Argentina	37.600	30.000	33.000	30.000	33.000
Brasil	7.000	7.500	6.057	6.873	10.635
Chile	6.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Uruguai	1.500	3.000	3.500	3.400	3.500
China	80.764	115.600	136.605	143.605	160.605
Japão	6.211	6.041	7.358	6.869	7.500
Turquia	25.170	30.041	34.030	33.178	30.000
Áustria	3.000	2.300	10.000	7.500	7.920
Bulgária	9.873	9.112	9.796	9.074	8.600
França	10.063	12.500	25.000	19.000	20.126
Alemanha Oriental	3.907	5.357	7.225	8.947	9.000
Alemanha Ocidental	11.000	14.000	18.400	19.000	18.000
Grécia	13.345	11.935	11.396	12.500	13.000
Hungria	13.624	14.593	16.950	15.619	19.123
Itália	4.000	7.500	7.600	7.700	7.876
Polónia	8.906	12.189	19.362	25.997	15.343
Romênia	14.421	13.807	16.048	14.794	15.000
Reino Unido	1.214	1.500	1.500	1.500	1.500
Iugoslávia	5.695	5.704	5.339	6.627	6.000
Austrália	24.954	19.583	24.847	22.412	18.000
Nova Zelândia	7.489	6.931	7.000	7.000	7.200
URSS	183.000	187.000	186.000	210.000	200.000
Espanha	12.513	14.501	13.544	9.500	10.100

FONTE: FAO - Anuário FAO da Produção, volumes 36 (1982), e 38 (1984)

(*) Estimativa

Os maiores montantes de mel exportado são oriundos da China, representando, em 1984, uma participação no total mundial de 14,14%, seguida por México (14%), União Soviética (10,23%), Argentina (8,80%), Canadá (7,71%), Alemanha Oriental (5,87%) e Áustria (3,94%) (tabela 2).

Segundo dados da Federação Internacional das Associa-

ções de Apicultores-APIMONDIA, órgão que congrega todas as associações apícolas existentes nas várias regiões produtoras do mundo, a atividade apícola tem-se mostrado, nos últimos anos, bastante receptiva, aumentando consideravelmente o número de apicultores e, como consequência, o número de colméias. Isso porque a ação das abelhas é importante, não só como produtora de mel, própolis, geléia real, cera, como, também, para fins industriais, seja na preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos e cosméticos, seja para operar diretamente através do contato da abelha, exercendo o processo de polinização.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultores-CBA, entidade que congrega 6 Federações Estaduais e 151 Associações Regionais de Apicultores, as estimativas da produção brasileira de mel para 1985 - computando o produto fiscalizado e não fiscalizado, uma vez que a Fundação IBGE considera em sua pesquisa somente o mel fiscalizado - foram de 28.000 toneladas, para um total de 1.900.000 colméias em produção.

As estimativas para a safra de 1986, uma vez que as condições climáticas foram favoráveis, ainda conforme a mesma fonte, são de que a produção atinja 35.000 toneladas, tendo em vista que o número de colméias deverá aumentar para 2.100.000, mostrando uma evolução, em relação a 1985, de 10,53%.

TABELA 2

MEL - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL E NÚMERO DE COLMÉIAS - 1975-87

ANO	PRODUÇÃO DE MEL (t)	NÚMERO DE COLMÉIAS
1975	5.490	420.000
1976	5.900	540.000
1977	10.000	840.000
1978	15.000	970.000
1979	18.000	1.080.000
1980	19.000	1.100.000
1981	20.000	1.340.000
1982	22.000	1.400.000
1983	24.000	1.600.000
1984	26.000	1.750.000
1985	28.000	1.900.000
1986 (*)	35.000	2.100.000
1987 (*)	38.000	2.250.000

FONTE: Confederação Brasileira de Apicultores - CBA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Estimativa

O Brasil apresenta condições de clima e de vegetação propícias à exploração apícola, com uma produção potencial em torno de 150.000 toneladas/ano, desde que seja praticado o uso racional dos recursos naturais e técnicos existentes - possibilitando, assim, que haja floradas abundantes e também que se pratiquem as formas de manejo adequadamente, criando tecnologia e equipamentos que atendam às necessidades do apicultor e do subsetor.

Conforme a Fundação IBGE, em 1984 (últimas informações disponíveis), considerando somente os dados de mel inspecionado pelo serviço de inspeção federal, havia uma produção nacional de mel de 10.645 toneladas, destacando-se a Região Sul, com participação na produção brasileira, de 54,30%, seguida pela Região Nordeste, com 23,64%, ficando a Região Sudeste com a terceira posição, contribuindo com 20,94%.

A produção brasileira de cera de abelha, em 1984, foi de 763 toneladas, destacando-se a Região Nordeste com participação no total de 48,45%, ficando a Região Sul com a segunda posição, com 37,81% (tabela 3).

TABELA 3
MEL - PRODUÇÃO NACIONAL DE MEL E CERA DE ABELHA - 1980-84

(R\$)

REGIÃO	1980		1981		1982		1983		1984	
	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera
Norte	12.678	904	26.975	-	29.947	820	39.773	315	46.808	427
Nordeste	259.457	24.023	2.001.094	252.268	2.033.637	298.425	1.336.950	309.256	2.513.796	369.975
Sudeste	562.290	16.479	837.135	49.909	934.560	58.062	1.505.867	72.227	2.227.345	96.213
Sul	2.116.013	66.042	3.427.348	202.748	3.050.611	204.975	3.941.041	236.865	5.774.244	288.684
Centro-Oeste	7.758	334	7.945	234	8.449	161	48.945	6.862	72.703	8.203
TOTAL	2.958.196	107.782	6.300.497	505.159	6.057.204	562.443	6.672.576	525.525	10.634.896	763.502

FONTE: Fundação IBGE (Censo Agropecuário do Brasil-1980 e Anuário Estatístico do Brasil de 1984 e 1985).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense de mel de abelha, em 1986, segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, deverá alcançar 6.500 toneladas (tabela 4), pois as condições de clima foram favoráveis com ocorrência de período curto de chuvas, possibilitando a entrada e a saída da abelha de sua colméia para o exercício de seu trabalho. Estima-se uma evolução, em relação a 1985, de 44,44%, tendo como principais variáveis responsáveis:

- a profissionalização gradativa do apicultor, através de cursos e treinamentos;
- a introdução do Programa Troca-Troca, possibilitando a entrada de mais 700 apicultores novos;
- a instalação de novos apiários por novos apicultores;
- a ampliação do número de colméias pelos apicultores já existentes;
- os fatores climáticos favoráveis, possibilitando uma maior secreção do néctar pelas plantas.

Cabe salientar que a safra 1985 de mel foi sensivelmente prejudicada, tendo em vista a ocorrência de fortes chuvas nas regiões produtoras no período agosto/setembro - fim de inverno e entrada da primavera - dificultando parcialmente a floração, verificando-se um decréscimo na produção obtida, em relação à esperada, de aproximadamente 30%.

TABELA 4

MEL - PRODUÇÃO CATARINENSE - 1980-87

ANO	PRODUÇÃO (t)
1980	4.500
1981	4.500
1982	3.600
1983	4.200
1984	4.500
1985	4.500
1986 (*)	6.500
1987 (*)	7.800

FONTE: Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

(*) Estimativa.

TABELA 5

MEL - PRODUÇÃO CATARINENSE DE MEL INSPECIONADO - 1985/86

(KG)

M E S	1985			1986		
	Mel Natural	Cera	Compostos de açúcares	Mel Natural	Cera	Compostos de açúcares
Janeiro	32.425	39	4.881	28.376	10.527	7.911
Fevereiro	45.309	1.625	7.495	28.996	148	-
Março	30.874	16.250	3.577	72.477	580	-
Abril	44.124	17.000	4.002	69.330	-	7.743
Mai	27.897	-	7.829	63.950	-	5.436
Junho	72.627	10.000	5.384	41.695	-	2.765
Julho	44.585	-	4.381	25.850	-	-
Agosto	20.779	-	7.755	23.178	-	-
Setembro	29.005	-	5.284	24.730	-	1.785
Outubro	21.685	-	4.343	88.279	145	2.742
Novembro	20.831	-	320
Dezembro	12.586	-	1.242
TOTAL	402.727	44.914	56.493	466.861	11.400	28.382

FONTE: Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC - DFA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Segundo dados da FAO, o mercado mundial de mel de abelha tem-se mostrado bastante receptível para as quantidades exportadas, apresentando, no período de 1980-84 (último dado disponível), uma taxa anual de crescimento de 6,5%, enquanto o valor das transações cresceu ao ano, no mesmo período, 0,64%, com tendência de estabilização dos preços do produto (tabela 6).

Nas importações, o país que mais adquiriu mel de abelha (1980-84) foi a Alemanha Ocidental, que aparece em primeiro plano, tendo absorvido 25,62% do produto disponível no mercado. Seguem os Estados Unidos, com 19,23%; o Japão, com 13,02%, enquanto o Reino Unido aparece em quarta posição, com 6,50%.

A tendência do mercado de mel é que os países importadores devam manter um comportamento regular no contexto mundial, com os países da Europa conservando ou até diminuindo suas quotas de compra. Entretanto, mercados como o da Alemanha Ocidental, da Espanha e da Hungria, deixam evidente que deverão continuar ainda mais compradores, devido ao aumento do consumo interno e em função de se estar chegando ao ponto máximo de produção.

Para os demais mercados, distribuídos pelas diversas partes do planeta (Japão, Estados Unidos, Iraque, Arábia Saudita, etc), há fortes tendências para continuar aumentando consideravelmente suas quotas de compras.

Os dados da tabela 7 evidenciam isso, onde os volumes de compras de mel de abelha continuam ascendentes - em 1980 foram compradas 196.456 toneladas, passando em 1984 para 261.219 toneladas, com evolução anual de 7,38%.

No Brasil, a estrutura de comercialização do mel está sendo implantada gradativamente, de acordo com as necessidades do momento, tendo em vista que o produtor está se conscientizando da importância do seu trabalho na área apícola, criando associações, sindicatos e cooperativas, procurando, assim, reivindicar e discutir seus direitos e deveres.

No Brasil, a estrutura de comercialização do mel de abelha se encontra apoiada em dois segmentos, que são o mercado formal e o informal.

No mercado formal, ainda pouco estimulado, o comércio do produto passa a exigir do produtor e do vendedor o exercício da organização, na qual o mel somente poderá ser vendido dentro das normas e padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e de saúde pública.

No mercado informal, o produto é vendido na clandestinidade, com percentual bastante elevado, estando disponível junto a feiras, mercearias e produtor, não havendo, portanto, o controle de qualidade, higiene, pureza, etc, fugindo totalmente da fiscalização das autoridades.

TABELA 6
MEL - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE MEL NATURAL - 1980-84

PAÍS	1980		1981		1982		1983		1984	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
Mundo	209.403	249.134	245.912	263.425	252.062	259.646	262.780	265.112	269.402	255.616
Canadá	10.894	13.678	8.250	10.865	9.786	12.325	9.538	11.696	18.871	19.715
Honduras	1.065	792	977	688	1.191	951	694	576	800	600
México	39.402	31.840	46.611	33.515	40.024	24.061	59.400	44.555	54.030	35.780
USA	3.932	6.661	4.236	7.244	3.947	6.451	3.449	5.938	2.942	5.420
Argentina	19.638	19.345	28.105	26.711	29.873	26.838	29.237	25.315	29.000	22.500
Chile	1.498	939	889	800	1.088	1.000	2.737	2.200	1.427	1.000
Uruguai	1.617	1.611	2.775	2.293	2.544	2.282	1.636	1.470	1.722	1.500
China	49.296	50.150	60.205	55.200	66.526	53.768	53.202	44.004	45.059	36.140
Turquia	340	943	643	1.750	1.279	2.770	1.861	3.528	1.500	2.600
Áustria	42	168	96	301	91	269	249	506	397	690
Bulgária	3.846	5.600	3.894	5.100	4.573	6.000	4.515	5.900	5.854	7.100
Tchecoslováquia	850	1.523	980	1.594	970	1.549	1.700	2.520	5.223	6.300
Alemanha Oc.	8.296	16.361	12.986	20.321	12.960	19.733	9.409	15.360	10.378	15.009
Reino Unido	1.186	2.974	854	1.898	1.184	2.525	1.118	2.091	1.376	2.299
Yugoslávia	109	299	276	934	324	980	1.184	1.655	1.650	2.050
Austrália	11.427	12.891	8.196	10.746	12.814	11.709	14.662	12.262	10.791	10.059
Nova Zelândia	2.009	3.636	1.310	2.690	1.168	2.788	940	1.798	825	1.682
URSS	12.507	13.708	14.096	15.237	13.715	14.819	19.890	22.456	24.226	26.151

FONTE: FAO - Anuário FAO do Comércio, VI. 36(1982) e 38(1984).

TABELA 7
MEL - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1980-84

PAIS	1980		1981		1982		1983		1984	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1.000)
Mundo	196.456	243.163	232.435	255.304	247.958	266.631	248.046	257.784	261.219	249.849
Argélia	1.755	1.348	3.848	3.725	3.047	2.982	1.345	1.360	2.000	1.900
Líbia	25	13	521	1.138	549	1.602	500	1.300	500	1.250
Canadá	276	454	447	703	239	530	284	573	196	505
USA	22.263	21.095	35.070	32.171	41.715	37.241	49.824	43.407	58.608	48.038
Brasil	188	215	264	249	477	509	453	492	500	560
Hong Kong	998	1.253	848	1.032	1.142	1.268	1.154	1.186	1.325	1.471
Iraque	380	420	1.000	1.100	1.500	1.500	2.000	2.000	2.000	2.200
Japão	20.104	20.435	25.468	25.660	28.146	27.540	33.180	32.943	33.178	32.515
Líbano	200	220	1.100	1.200	800	800	1.400	1.450	500	500
Malásia	386	607	387	650	473	664	457	588	500	630
Arábia Saudita	1.620	4.690	1.842	5.679	1.973	6.932	2.050	6.683	2.600	8.300
Singapura	1.077	1.998	550	1.069	540	939	662	1.107	1.004	1.381
Áustria	6.644	8.316	5.706	5.896	5.360	5.241	5.473	5.250	6.259	5.133
Bélgica	5.760	7.946	6.120	7.792	6.390	7.149	4.785	5.563	4.172	4.281
Tchecoslováquia	1.500	1.560	1.900	1.622	1.300	1.044	1.800	1.462	2.000	1.600
Dinamarca	2.130	3.132	2.581	3.019	2.562	2.887	2.131	2.347	2.188	2.081
França	6.870	9.439	7.496	9.155	8.255	9.814	8.323	9.261	5.693	5.977
R. F. Alemanha	65.597	79.575	74.723	75.448	75.830	75.114	66.386	65.497	73.951	64.003
Hungria	1.004	713	1.047	678	1.025	614	2.016	1.134	2.035	1.059
Irlanda	949	1.712	866	1.487	729	1.149	718	1.058	865	1.139
Itália	8.648	13.137	10.572	14.037	10.890	14.145	9.427	11.134	9.028	9.848
Países Baixos	6.078	9.368	7.887	9.886	8.242	9.994	8.005	9.329	8.199	8.691
Portugal	752	929	979	1.195	924	995	699	711	802	770
Espanha	4.095	4.415	2.762	2.883	5.636	5.477	7.673	7.287	8.000	7.200
Suécia	3.523	5.006	2.593	3.492	2.502	3.284	1.509	1.808	1.645	1.763
Suíça	5.180	8.578	6.207	8.981	5.626	8.180	4.766	6.984	5.500	6.972
Reino Unido	17.222	19.948	17.120	18.562	20.764	20.224	21.579	19.709	19.324	16.231
Iugoslávia	4.874	5.768	4.652	5.920	5.084	6.930	3.657	5.078	4.000	5.200

FONTE: FAO - Anuário FAO do Comércio, vol. 36 e 38 - 1982 e 1984.

Os dados estatísticos indicam que o Brasil não tem apresentado tradição de venda de sua produção no mercado internacional, fazendo-se necessário que haja um trabalho mais profundo de conscientização junto ao produtor apícola, mostrando a idéia de aperfeiçoamento e de melhoramento de técnicas e métodos que vão desde o processo produtivo até os canais de comercialização, onde o produto possa atender aos quesitos básicos em termos de qualidade, pureza e sabor - podendo, assim, competir com o mel oriundo de outros mercados em igualdade de condições.

Um outro aspecto que dificulta a entrada do produto brasileiro no mercado internacional são os baixos preços verificados junto a esses mercados, bastante inferiores àqueles praticados nos principais centros consumidores do país.

Os dados da CACEX do Banco do Brasil mostram que nos últimos anos o volume de mel brasileiro exportado para o exterior tem sido pouco expressivo, tendo sido vendidas, em 1985, apenas 853 toneladas, com o consumidor americano absorvendo 99,72% desse total. Entretanto, a situação para 1986 apresenta sinais de melhora, tendo sido vendidas somente no primeiro semestre 1.362 toneladas de mel natural (tabela 8).

TABELA 8
MEL - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1985 e 1º SEMESTRE DE 1986

PAÍSES	JANEIRO A DEZEMBRO 1985		JANEIRO A JUNHO 1986	
	Quantidade (kg)	US\$ FOB	Quantidade (kg)	US\$ FOB
Catar	1.959	2.895	-	-
Chile	-	-	10	56
Peru	108	252	4	12
Bolívia	43	126	42	114
Serra Leoa	270	825	-	-
Angola	-	-	463	2.489
USA	850.570	490.226	1.361.400	811.330
Total	852.950	494.324	1.361.919	814.001

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.

O mercado brasileiro também é comprador do produto, principalmente do Uruguai e da Argentina, onde foram adquiridas em 1985, segundo a CACEX do Banco do Brasil, 447 toneladas e, no primeiro semestre de 1986, mais 614 toneladas - importações essas que fazem parte de acordos bilaterais .

TABELA 9

MEL - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1985 e 1º SEMESTRE DE 1986.

PAÍSES	JANEIRO A DEZEMBRO 1985		JANEIRO A JUNHO 1986	
	Quantidade (kg)	US\$ FOB	Quantidade (kg)	US\$ FOB
Uruguai	424.662	312.489	593.358	465.194
Argentina	22.182	35.290	20.546	25.219
USA	409	4.500	-	-
TOTAL	447.253	352.279	613.904	490.413

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.

Em Santa Catarina, embora seja o estado da federação maior produtor de mel, seu consumo tem-se mostrado pequeno; porém, mais recentemente, conforme o IASC, tem ocorrido um aumento gradativo na demanda do produto, como consequência, passando-se a exigir melhor organização do subsetor, seja no processo produtivo, seja no de comercialização e de abastecimento, possibilitando o surgimento de entrepostos de venda de mel, da casa do mel e, também, de empresas especializadas nos trabalhos de beneficiamento, higienização e embalagem, criando-se, desta forma, suporte para que pudessem chegar até o consumidor, além do mel, seus derivados, como a cera, a própolis, a geléia real e doces diversos.

Isso se deu por etapa, principalmente junto ao apicultor, mostrando-se a necessidade do uso de práticas adequadas de manejo e de equipamentos de suporte, bem como a prática de higiene (utilização de vasilhames e embalagens) e de transportes de mel; posteriormente, procurou-se mostrar ao público a importância do mel como fonte nutritiva de alimento. Para isso, utilizaram-se os meios de comunicação existentes (rádio, televisão, jornais, etc) num esforço conjunto entre a Federação de Apicultores, os Sindicatos, os Órgãos da Assistência Técnica e o Governo Estadual.

Atualmente, parte substancial da produção de mel

oriunda das cooperativas filiadas - em número de nove, congregando cerca de 3.000 associados, distribuídos junto às regiões do Alto Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Região Norte, Região Sul e Serrana - passa pelos trabalhos de controle de qualidade, de processamento e de comercialização da Cooperativa Central Apícola - COOPERVALE, através de sua Usina de Beneficiamento localizada no município de Palhoça.

Esta usina possui uma capacidade para beneficiar 50 toneladas de mel por mês.

Além da cooperativa, existem no estado outras empresas que efetuam, também, dentro das normas técnicas, a comercialização do produto.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Santa Catarina é auto-suficiente na produção de mel, embora o consumo ainda continue reduzido, fazendo com que parte substancial seja vendida para os principais centros consumidores do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Entretanto, tendo em vista o reduzido consumo de mel, é preciso que se promovam campanhas de incentivos, esclarecendo ao público a importância do mel como fonte de alimentação.

Segundo dados da Confederação Brasileira de Apicultores -CBA, a Região Norte/Nordeste consome apenas 80 gramas/hab/ano, enquanto nas demais regiões brasileiras o consumo é um pouco maior, atingindo 250 gramas/hab/ano.

O fator que mais provavelmente contribui para esta situação é o pouco conhecimento do público da importância do mel como fonte nutritiva de alimento, e de que possui uma gama de calorias capaz de substituir outros legumes e frutas. Este fator, aliado ao alto preço, força o seu uso mais para fins medicinais.

Outros fatores, aqui relacionados, que possivelmente

poderiam melhorar o processo de comercialização do mel são: - a melhoria da qualidade do mel, com práticas de higienização; o uso de embalagens adequadas, tornando mais práticos o transporte do produto, e sua conservação; a criação de mecanismos de identificação do produto (origem floral, impurezas, umidade, acidez, odor, etc), possibilitando opções de escolha pelo consumidor; a organização do apicultor em associações e cooperativas, onde sejam discutidos seus direitos e deveres.

Quanto ao destino da produção do mel catarinense, segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, cerca de 40% é consumido internamente, enquanto os restantes 60% são vendidos principalmente nos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Brasília.

Ao se considerar somente o comércio de mel inspecionado, segundo dados da Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, em 1985, do total do mel consumido internamente, apenas 12,80% foi inspecionado, sendo que os restantes 87,20% foram vendidos e consumidos através do mercado informal (sem fiscalização).

A situação fica ainda mais evidente com o produto vendido para o mercado interestadual, onde apenas 8,68% é feito via mercado formal (sob fiscalização), sendo que o percentual restante sai irregularmente, deixando de contribuir, portanto, para os cofres do estado, com várias taxas e impostos inseridos na transação legal do produto.

Quanto ao comportamento dos preços do mel na safra 1986, a nível de produtor, deverá se manter entre Cz\$ 16,00 e Cz\$ 20,00 por quilo, dependendo da sua origem botânica, sendo que, a nível de consumidor, os preços no mercado interno oscilaram entre Cz\$ 28,00 e Cz\$ 38,00 por quilo.

As vendas para o mercado interestadual, acrescidas de ICM, custos de embalagens, transportes, etc, deverão variar entre Cz\$ 55,00 e Cz\$ 75,00, dependendo da qualidade e da origem do produto.

TABELA 10

MEL - CONSUMO CATARINENSE DE MEL DE ABELHA, CERA E COMPOSTOS, SOB INSPEÇÃO,
1985 E 1º SEMESTRE DE 1986

MÊS	1985			1986		
	Mel Natural	Cera	Compostos de Açúcares	Mel Natural	Cera	Compostos de Açúcares
Janeiro	7.277	142	223	19.722	10.200	254
Fevereiro	3.203	6.463	206	4.914	41	91
Março	8.094	-	346	1.634	967	64
Abril	24.201	16.284	99	5.394	-	107
Mai	21.721	10.000	265	1.899	5.612	111
Junho	45.246	11.109	103	4.170	-	172
Julho	40.959	-	286	10.192	-	235
Agosto	30.448	-	161	7.782	-	190
Setembro	26.740	-	429	8.507	-	118
Outubro	10.331	-	379	3.034	-	58
Novembro	7.216	-	150
Dezembro	4.880	23	296
TOTAL	230.316	44.021	2.943	67.248	16.820	1.400

FONTE: Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC-DFA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

MEL - COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MEL INSPECIONADO - SANTA CATARINA - 1985

ESTADO	DISCRIMINAÇÃO	(Kg)												TOTAL
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
SÃO PAULO	MEL	252	5.221	20.671	15.217	6.215	6.327	813	12.141	6.593	621	524	1.727	76.322
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	2.994	5.304	1.808	2.418	3.694	2.880	2.014	3.104	3.975	2.780	1.291	1.215	33.477
RIO DE JANEIRO	MEL	20.975	789	10.969	745	6.916	5.778	14.383	21.199	684	10.429	13.773	621	107.261
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	980	150	426	493	175	378	493	569	855	358	61	-	4.938
RIO GRANDE DO SUL	MEL	315	253	502	939	1.367	1.416	1.429	449	6.484	963	247	669	15.033
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	754	651	367	301	610	91	649	220	641	628	467	308	5.687
PARANÁ	MEL	318	282	445	188	426	212	604	381	266	825	971	399	5.317
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	1.097	380	658	239	376	253	1.026	543	375	522	459	430	6.358
OUTROS	MEL	628	1.094	9.079	1.203	1.058	1.318	748	469	307	10.784	921	2.709	30.318
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	15	254	240	467	59	340	73	72	283	468	71	-	2.342
TOTAL		28.328	14.378	45.165	22.210	20.896	18.993	22.232	39.147	20.463	28.378	18.785	8.078	287.053

FONTE: Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC - DFA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

MEL - COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MEL INSPECIONADO,
SANTA CATARINA - JANEIRO A OUTUBRO/86

ESTADO COMPRADOR	DISCRIMINAÇÃO	(kg)										TOTAL
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	
SÃO PAULO	MEL	127	8.338	1.687	238	12.712	12.761	1.335	25.304	26.825	30.136	119.463
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	4.034	1.469	1.045	1.169	514	389	1.464	832	204	349	11.469
RIO DE JANEIRO	MEL	1.912	12.962	24.407	565	49.291	25.581	25.512	26.306	2.970	37.447	206.953
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	174	257	170	233	93	-	241	18	429	32	1.647
RIO GRANDE DO SUL	MEL	438	88	45	492	409	1.238	1.873	189	308	976	6.056
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	545	66	-	79	233	135	805	251	207	25	2.346
PARANÁ	MEL	232	78	2.565	1.312	228	131	443	470	1.280	865	7.604
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	266	175	-	96	179	547	726	336	1.346	136	3.807
OUTROS	MEL	800	151	335	5.250	1.164	3.800	4.212	2.946	4.742	7.436	30.836
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	92	15	-	-	52	324	699	419	230	790	2.621
TOTAL		8.620	23.599	30.254	9.434	64.875	44.906	37.310	57.071	38.541	78.192	392.802

FONTE: Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC - DFA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

As perspectivas da produção do mel catarinense para a safra 1987, conforme o IASC, são de que deverá ultrapassar em 20% as quantidades estimadas da safra de 1986 (6.500 t), podendo, portanto, atingir 7.800 toneladas, se as condições de clima e de sanidade forem favoráveis.

Outros fatores que deverão contribuir para um aumento na produtividade: novos critérios de manejo que estão sendo adotados, através da substituição gradual das rainhas existentes por outras selecionadas, possuidoras de melhor material genético; ampliação do uso de lâminas de cera alveoladas, possibilitando às abelhas um melhor aproveitamento das floradas, em função do maior tempo disponível e do ganho de energia; entrada de novos apicultores na atividade, devido à existência dos programas existentes (Troca-troca), procurando dar mais estímulo e impulso ao subsetor; intensificação dos trabalhos de polinização junto às cultivares e frutíferas, resultando num maior rendimento e em melhor qualidade de sementes e produtos.

A nível mundial, há uma tendência de que a produção se estabilize em torno de 990.000 toneladas, uma vez que os recursos disponíveis na natureza, na maioria dos países de maior expressão em quantidades produzidas, estão comprometidos seriamente, dificultando o trabalho normal da abelha, havendo, inclusive, uma preocupação, por parte dos órgãos oficiais que atuam no subsetor, de que daqui a alguns anos a sobrevivência da abelha seja seriamente comprometida, devido ao uso indiscriminado de defensivos na agricultura, ao devastamento sem controle da vegetação, acrescido dos problemas da radioatividade acumulada na atmosfera (vasamento radioativo na Europa).

Portanto, pelo exposto, há uma forte inclinação, em um futuro bem próximo, de países hoje produtores de mel se tornarem importadores - abrindo mercado para aqueles países que apresentem condições propícias para a exploração da apicultura. O Brasil, segundo a Confederação Brasileira de Apicultura-CBA, possui um potencial apícola da ordem de 150.000 t/ano. Entretanto, isso será possível se houver, desde já, uma maior conscientização do povo brasileiro, e, mais especificamente, daqueles que mantêm contato mais direto com a natureza em preservar e conservar todas as fontes de recursos possíveis de exploração, pois o clima brasileiro em todas as suas regiões apresenta condições favoráveis para se fazer uma apicultura forte e dinâmica.

As perspectivas para 1987, segundo a CFA são de que a produção brasileira, se não houver nenhuma anormalidade, deverá atingir 38.000 toneladas para 2.250.000 colméias existentes nas várias regiões do país.

4.5. PESCADO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Brasil, em relação à captura mundial de produtos pesqueiros, segundo a FAO, apresentou em 1983 uma participação de 1,11%, enquanto que em 1982 sua participação era de 1,08%.

Em 1983 houve uma queda de 24% na produção da América Latina, muito embora o Brasil tenha sido um dos únicos países do continente a apresentar aumento na captura de pescado, apesar de sua participação ainda relativamente baixa; em 1982, era de 7,34% e, em 1983, foi de 9,4%.

De acordo com o IBGE, a produção de pescado de águas marinhas catarinense é bastante representativa, tanto a nível nacional quanto regional, sobretudo aquela proveniente da pesca industrial. Em 1983, Santa Catarina participou com 29,3% do total produzido no país (pesca industrial); computando-se a pesca artesanal, esse percentual decresce para 20,7%. Em 1984 (último dado disponível), esses percentuais evoluíram para 30,6% e 23,0%, respectivamente. Em contrapartida, a produção catarinense de águas do interior é insignificante a nível nacional, muito embora tenha crescido no ano de 1984 em relação a 1983.

Os itens "peixes" e "crustáceos" são os mais importantes para Santa Catarina. Em 1983, o estado participou com 16,2% do desembarque nacional de peixe e com 13,5% de crustáceos. Em 1984, para os mesmos itens, a participação foi de 18,1% e 19,0%, respectivamente. O item "moluscos e outros" teve um decréscimo, no mesmo período, de 10,8% em 1983 e 4,4% em 1984. No total dos três itens, em 1983, Santa Catarina contribuiu com 15,9% no total nacional, aumentando para 18,0% em 1984.

Na pesca artesanal, segundo a Federação de Pescadores de Santa Catarina, o contingente de recursos humanos envolvidos na captura de produtos pesqueiros é de 29.838 pescadores profissionais, todos pertencentes ao quadro de associados das 19 colô-

nias de pescadores implantadas ao longo do litoral catarinense (dado de janeiro de 1986).

De acordo com a SUDEPE (fev/86), na pesca industrial estão envolvidas cerca de 4.903 pessoas, sendo que 1.559 pertencem ao setor de captura do pescado, 2.643 são operários, 182 são auxiliares, 254 estão envolvidos na parte administrativa, havendo ainda 265 pessoas atuando como mão-de-obra flutuante.

As microrregiões que concentram o desembarque catarinense de pescado controlado são: Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Florianópolis, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense.

2. PRODUÇÃO

Após vários anos de constantes aumentos na captura mundial de produtos pesqueiros, segundo a FAO, em 1983, ela permaneceu praticamente no mesmo nível de 1982, em função de que o aumento de 2% no volume capturado pelos países desenvolvidos (em consequência de maiores descargas para transformação) foi anulado por uma queda nas capturas dos países em desenvolvimento na mesma intensidade, devido a uma massiva diminuição na produção de pequenas espécies marítimas no Peru e Equador (em decorrência da corrente El Niño, que aumentou a temperatura da água no Pacífico).

Os principais países produtores de pescado, em 1983, foram: Japão (11.300 t), URSS (9.757 t), China (5.213 t), Estados Unidos (4.252 t) e Chile (3.978 t). O Brasil, que é o quarto produtor da América Latina, apresentou uma produção de 850 toneladas.

Entre os principais países produtores, cujas capturas diminuíram em 1983, encontram-se Canadá, Dinamarca, Reino Unido e Espanha (tabela 1).

Na Polônia e no Japão houve um considerável aumento nas descargas destinadas à alimentação.

TABELA 1
CAPTURA MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, 1979-81, 1982 e 1983⁽¹⁾
(mil toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	1979-81 Média	1982	1983
TOTAL MUNDIAL	72.549	76.413	76.488
Países em desenvolvimento	35.485	37.261	36.514
América Latina	10.108	11.297	9.046
Chile	2.945	3.673	3.978
Peru	3.063	3.484	1.487
México	1.228	1.502	1.100
Brasil	835	829	850
Equador	654	654	291
Argentina	438	460	416
Outros	945	695	924
África	3.583	3.456	3.742
Nigéria	504	516	515
Marrocos	335	362	440
Senegal	233	213	213
Outros	2.511	2.365	2.574
Ásia	21.556	22.286	23.482
Oriente Próximo	1.384	1.605	1.689
Turquia	416	506	567
Extremo Oriente	16.646	17.265	18.115
Bangladesh	661	725	729
Índia	2.409	2.335	2.520
Rep. Pop. China	4.222	4.927	5.213
Rep. da Coreia	2.207	2.281	2.400
Tailândia	1.909	2.120	2.250
Indonésia	1.829	2.020	2.112
Filipinas	1.573	1.788	1.837
Malásia	746	692	744
Outros	5.584	4.893	5.110
Países desenvolvidos	38.064	39.152	39.974
América do Norte	5.031	5.391	5.589
Canadá	1.393	1.403	1.337
Estados Unidos	3.638	3.988	4.252
Europa Ocidental	11.237	10.841	10.986
CEE	4.955	5.230	5.104
Dinamarca	1.873	1.927	1.862
França	772	744	780
Reino Unido	877	906	836
Outros	1.434	1.653	1.626
Islândia	1.534	789	839
Noruega	2.540	2.501	2.822
Espanha	1.242	1.351	1.144
Outros	963	971	1.076
Oceania	236	280	314
Europa Oriental e URSS	10.612	11.216	11.163
URSS	9.357	9.957	9.757
Polónia	624	608	735
Japão	10.349	10.776	11.300
África do Sul	626	624	600
Outros Países desenvolvidos	238	222	244

FONTE: Situacion Y Perspectivas de los Productos Básicos - 1984-85
FAO

(1) Excluídos os cetáceos e as algas

Em 1983, após uma queda de 5% na produção mundial de pescado, esta subiu ligeiramente nos primeiros 9 meses de 1984. A produção aumentou no Peru, Chile, Equador, na Islândia e Dinamarca, e diminuiu moderadamente na Noruega (ver tabela 1).

Os principais exportadores, em 1983, foram: Canadá (8,09% do total), Estados Unidos (6,31%), Dinamarca (5,87%), Japão (4,98%), Países Baixos (3,23%), Noruega (6,19%), Islândia (3,33%), República da Coreia (4,65%) e Tailândia (3,45%). O Brasil teve uma participação de apenas 0,87% sobre o total exportado no mundo (ver tabela 2).

TABELA 2

COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, 1979-81, 1982 e 1983

DISCRIMINAÇÃO	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1979-81 Média	1982	1983	1979-81 Média	1982	1983
TOTAL MUNDIAL	15.887	16.519	16.683	15.004	15.138	15.809
Países em desenvolvimento	2.272	2.389	2.252	5.985	6.363	6.379
América Latina	441	403	338	1.976	2.063	2.110
América Central	50	44	40	633	547	557
México	33	31	30	488	288	394
Caribe	157	117	108	141	164	175
América do Sul	234	241	190	1.202	1.352	1.378
Brasil	88	77	43	144	150	137
Chile	-	-	-	306	385	419
Peru	2	1	2	290	288	215
África	650	541	512	437	579	679
Nigéria	393	301	283	4	6	6
Oriente Próximo	255	291	274	81	104	107
Extremo Oriente	854	1.095	1.082	2.904	3.092	3.307
República da Coreia	53	56	55	769	758	735
Índia	-	-	-	298	354	349
Tailândia	22	28	37	372	464	545
EPC da Ásia	2	1	1	350	375	395
Outros Países em desenvolvimento	70	59	45	237	150	150
Países desenvolvidos	13.615	14.130	14.431	9.019	8.775	9.060
América do Norte	3.054	3.456	3.957	2.225	2.334	2.276
Canadá	289	281	336	1.156	1.299	1.279
Estados Unidos	2.765	3.175	3.621	1.069	1.035	997
Europa Ocidental	6.263	6.016	5.844	5.069	4.641	4.863
CEE	4.849	4.564	4.553	2.649	2.589	2.680
Dinamarca	302	298	310	933	900	928
França	1.057	1.036	1.050	295	292	316
Rep. Federal da Alemanha	909	823	831	292	314	306
Itália	758	755	735	112	101	105
Países Baixos	363	310	273	513	503	511
Reino Unido	976	886	909	334	288	312
Islândia	1	2	2	671	508	527
Noruega	62	48	48	955	888	978
Espanha	478	526	396	405	292	281
Europa Oriental e URSS	376	331	369	377	359	490
URSS	73	71	133	280	218	324
Oceania	202	276	219	402	544	537
Outros Países desenvolvidos	3.720	4.051	4.042	946	897	894
Japão	3.623	3.974	3.947	829	800	788

TABELA 3

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE FARINHA DE PEIXE⁽¹⁾, 1979-81, 1982 e 1983

DISCRIMINAÇÃO	(em mil toneladas)					
	PRODUÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1979-81 Média	1982	1983	1979-81 Média	1982	1983
TOTAL MUNDIAL	5.054	5.353	5.080	2.283	2.735	2.244
Países em desenvolvimento	1.798	2.092	1.669	1.207	1.725	1.121
América Latina	1.451	1.741	1.200	1.032	1.479	950
África	36	35	54	25	18	41
Extremo Oriente	292	302	396	150	228	130
Oriente Próximo	19	14	19	-	-	-
Países desenvolvidos	3.256	3.271	3.411	1.076	1.010	1.123
América do Norte	509	540	557	75	42	95
Europa Ocidental	1.077	923	972	906	819	927
Europa Oriental	84	66	102	-	-	-
URSS	540	600	605	18	9	11
Outros Países desenvolvidos	1.046	1.142	1.175	77	140	90

FONTE: Situación Y Perspectivas de los Productos Básicos - 1984-85 - FAO.

NOTA: (1) inclui solúveis de pescado em equivalente farinha.

De acordo com o IBGE, através de seu Anuário Estatístico do Brasil de 1985, em 1984 foi capturado, no Brasil, um total de 958.908 toneladas de pescado, sendo que a pesca oriunda do mar participou com 77,94% e os restantes 22,06% ficaram para a pesca oriunda da água doce (ver tabelas 4, 5 e 6).

A pesca artesanal contribuiu com 48,78% e a industrial, com 51,22% do total capturado.

Dentre as regiões brasileiras maiores produtoras, a Sudeste aparece em primeiro lugar em quantidade desembarcada, com um volume de 341.218 toneladas; em seguida aparece a Sul, com 255.802 toneladas; a Nordeste, com 198.249 toneladas; a Norte, com 155.140 toneladas e, por fim, a Centro-Oeste, com 8.501 toneladas.

Os estados mais pesqueiros, em 1984, foram: Rio de Janeiro, 181.662 toneladas (18,94%); Santa Catarina, 172.541 toneladas (17,99%) e São Paulo, 143.112 toneladas (14,92%).

TABELA 4
DESEMBARQUE DE PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1981-84

REGIÃO	(tonelada)															
	1981			1982			1983			1984						
	Peixes	Crustá- ceos	Moluscos e outros	Total (1)	Peixes	Crustá- ceos	Moluscos e outros	Total (1)	Peixes	Crustá- ceos	Moluscos e outros	Total (1)				
Norte	134.287	18.787	1.018	154.092	132.338	17.965	1.009	151.312	135.290	18.583	1.127	155.000	138.869	15.325	946	155.140
Nordeste	151.374	36.456	8.247	196.077	156.495	39.902	9.619	206.016	148.568	36.954	8.611	194.133	146.255	41.876	9.792	197.923
Sudeste	259.528	12.427	1.368	273.323	248.372	14.510	953	263.835	280.393	14.933	578	295.904	323.041	17.272	905	341.218
Sul	163.123	15.481	2.096	180.700	182.913	18.709	2.098	203.720	207.458	14.421	2.773	224.652	230.139	23.363	2.299	255.801
Santa Catarina	95.986	9.590	1.066	106.642	110.688	10.393	929	122.010	126.801	11.459	1.410	139.670	153.315	18.617	608	172.540
Centro-Oeste	9.167	-	-	9.167	8.518	-	-	8.518	10.606	-	4	10.610	8.501	-	1	8.502
TOTAL (1)	717.479	83.151	12.729	813.359	728.636	91.086	13.679	833.401	782.315	84.891	13.093	880.299	846.805	97.836	13.943	958.584

FONTE: Anuário estatístico do Brasil, PIBGE - 1984, p. 503.
Anuário estatístico do Brasil, PIBGE - 1985, p. 284.

TABELA 5

PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1980-84

REGIÃO	(tonelada)									
	1980		1981		1982		1983		1984	
	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal
Norte	4.332	34.578	5.498	37.785	5.262	34.870	4.948	35.125	5.566	39.588
Nordeste	21.837	99.027	23.846	107.832	22.875	115.043	19.068	116.502	25.863	106.212
Sudeste	202.237	52.707	222.429	60.917	189.307	59.909	209.853	69.234	249.565	70.051
Sul	163.929	57.331	129.707	47.800	147.460	52.795	164.356	56.262	191.300	59.245
Santa Catarina	131.925	24.372	87.950	19.978	99.618	22.506	116.738	22.693	144.557	27.259
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	392.325	243.643	381.480	254.334	364.904	262.617	398.225	277.127	472.294	275.096

FONTE: Anuário estatístico do Brasil, FIBGE - 1984, p. 499 e 500.

Anuário estatístico do Brasil, FIBGE - 1985, p. 380 e 381.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 6

PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1980-84

REGIÃO	(tonelada)									
	1980		1981		1982		1983		1984	
	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal	Industrial	Artesanal
Norte	21.786	82.189	20.251	90.559	18.775	92.406	23.675	91.253	15.076	94.913
Nordeste	-	64.974	375	64.597	64	68.072	160	58.443	165	66.007
Sudeste	752	5.823	1.665	6.236	2.055	12.565	2.355	14.466	2.151	19.449
Sul	513	3.927	15	4.463	22	3.946	89	4.310	450	4.804
Santa Catarina	-	146	-	126	7	314	78	524	291	433
Centro-Oeste	3.020	3.733	1.757	7.430	2.583	5.938	4.623	5.987	1.019	7.483
TOTAL	26.071	160.646	24.063	173.285	23.499	182.927	30.902	174.459	18.861	192.656

FONTE: Anuário estatístico do Brasil, FIBGE - 1984, p. 501 e 502.

Anuário estatístico do Brasil, FIBGE - 1985, p. 382 e 383.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

No ano de 1984, o valor do pescado desembarcado "in natura", corrigido a preços de outubro de 1986, foi de 7.368,59 bilhões de cruzados, sendo que o grupo dos peixes participou com 62,20%; o de crustáceos, com 35,64%; enquanto o grupo dos moluscos, quelônios e outros, contribuíram com 1,16%.

Na pesca de mar, sua contribuição no valor bruto da produção foi de 76,53%, com o pescado proveniente da frota industrial participando com 43,93% e o da frota artesanal com 32,60%.

A participação da pesca de água doce no valor da produção foi, em 1984, de 23,77%, sendo que a pesca oriunda da frota artesanal participou com 22,18% (tabelas 7, 8 e 9).

TABELA 07

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 - 84

REGIÃO	1980		1981		1982		1983		1984	
	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.
NORTE										
.Valor Corrente (1)	631	898	1.253	1.825	3.155	3.137	9.845	8.929	33.162	25.074
.Valor Out/86 (2)	173,10	246,34	163,72	238,46	210,85	209,65	258,49	234,44	271,70	205,43
NORDESTE										
.Valor Corrente (1)	2.918	6.138	5.319	11.604	10.800	23.429	19.318	59.629	101.720	168.489
.Valor Out/86 (2)	800,46	1.683,77	694,99	1.516,19	721,77	1.565,77	507,22	1.565,65	833,40	1.380,45
SUDESTE										
.Valor Corrente (1)	4.019	1.173	7.254	2.460	14.098	6.261	36.259	15.837	151.265	47.623
.Valor Out/86 (2)	1.102,49	321,78	947,81	321,43	942,17	418,42	952,04	415,83	1.239,33	390,18
SUL										
.Valor Corrente (1)	2.554	1.988	3.685	3.025	10.631	7.848	25.132	15.976	108.951	51.981
.Valor Out/86 (2)	700,61	545,35	481,48	395,25	710,47	524,48	659,88	419,48	892,65	425,89
Santa Catarina										
.Valor Corrente (1)	1.927	934	2.541	1.411	7.217	3.254	17.325	8.398	84.433	26.293
.Valor Out/86 (2)	528,61	256,21	332,01	184,36	482,31	217,46	454,90	220,50	691,77	215,42
CENTRO OESTE										
.Valor Corrente (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Valor Out/86 (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL CORRENTE (1)	10.122	10.197	17.511	18.914	38.684	40.675	90.554	100.371	395.098	293.167
TOTAL OUT/86 (2)	2.776,66	2.797,24	2.288,00	2.471,33	2.585,27	2.718,32	2.377,63	2.635,40	3.237,08	2.401,95

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, FIBGE - 1984, p. 499 e 500

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, FIBGE - 1985, p. 380 e 381

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados

(1) Valores expressos em CR\$ 1.000.000

(2) Valores expressos em CZ\$ 1.000.000

TABELA 3

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1981 - 84

REGIÃO	1981			1982			1983			1984		
	PEIXES	CRUSTÁCEOS E OUTROS	TOTAL (1)	PEIXES	CRUSTÁCEOS E OUTROS	TOTAL (2)	PEIXES	CRUSTÁCEOS E OUTROS	TOTAL (3)	PEIXES	CRUSTÁCEOS E OUTROS	TOTAL (4)
NEZES												
Valor Corrente (1)	6.713	1.757	8.485	14.128	4.122	18.259	39.276	12.206	51.529	126.302	40.108	166.743
Valor Out/86 (2)	877,09	229,49	1.103,66	944,85	275,47	1.222,26	1.031,25	320,49	1.352,97	1.035,54	328,61	1.366,15
SUDESTE												
Valor Corrente (1)	11.261	9.220	20.707	22.275	18.783	41.910	56.532	37.981	95.365	160.300	167.937	334.329
Valor Out/86 (2)	1.471,37	1.204,69	2.705,99	1.488,65	1.255,27	2.744,13	1.484,34	994,62	2.503,96	1.313,36	1.375,93	2.739,20
SUDESTE												
Valor Corrente (1)	7.946	1.314	9.870	17.679	4.835	25.690	43.633	15.129	59.001	163.936	99.330	224.586
Valor Out/86 (2)	1.036,23	237,02	1.289,62	1.181,49	323,12	1.516,38	1.144,87	397,23	1.549,16	1.343,15	486,10	1.840,06
SUL												
Valor Corrente (1)	5.054	1.816	6.967	11.833	6.863	18.894	30.417	11.022	42.101	108.456	93.134	164.368
Valor Out/86 (2)	660,36	237,28	910,31	700,80	458,99	1.220	1.262,69	289,40	1.738	1.105,43	435,33	1.346,89
SANTA CATARINA												
Valor Corrente (1)	2.854	1.013	3.959	6.636	3.743	10.462	17.021	8.566	35.788	67.135	41.520	111.106
Valor Out/86 (2)	372,91	122,36	491	443,49	290,15	699,18	446,91	224,91	677,10	550,04	156,56	910,30
CENTRO-OESTE												
Valor Corrente (1)	930	-	930	774	-	774	3.144	-	3.146	9.336	-	9.337
Valor Out/86 (2)	19,25	-	19,25	51,73	-	51,73	82,55	-	82,60	76,49	-	76,50
TOTAL CORRENTE (1)	31.004	14.607	449	66.699	34.608	102.157	172.972	76.238	251.142	568.420	320.509	899.363
TOTAL OUT/86 (2)	4.116,24	1.908,56	58,54	4.157,52	2.112,96	6.827,19	4.541,65	2.001,75	6.594,13	4.657,13	2.625,27	7.368,52

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL FIBCE - 1984, p. 504
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, FIBCE - 1985, p. 385

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

NOTA: As diferenças percentuais apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados

(1) Valores expressos em Cr\$ 1.000.000

(2) Valores expressos em Cr\$ 1.000.000

(3) Inclusive pescado não especificado

TABELA 09

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 - 84

REGIÃO	1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3		1 9 8 4	
	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.	INDUST.	ARTESAN.
NORTE										
.Valor Corrente (1)	555	2.671	652	4.755	1.270	10.727	4.217	28.538	8.777	99.731
.Valor Out/86 (2)	152,25	732,71	85,19	621,29	84,87	716,89	110,72	749,31	71,91	817,11
NORDESTE										
.Valor Corrente (1)	-	2.413	23	3.824	7	7.293	23	16.420	116	64.504
.Valor Out/86 (2)	-	661,93	3,00	499,65	0,47	487,39	0,60	431,13	0,95	528,49
SUDESTE										
.Valor Corrente (1)	27	308	114	533	259	2.071	655	6.250	2.148	23.550
.Valor Out/86 (2)	7,41	84,49	14,90	69,64	17,31	138,41	17,20	164,10	17,60	192,95
SUL										
.Valor Corrente (1)	10	162	-	303	1	462	4	1.059	162	3.274
.Valor Out/86 (2)	2,74	44,44	-	39,59	0,07	30,88	0,10	27,80	1,33	26,82
Santa Catarina										
.Valor Corrente (1)	-	6	-	7	0	32	3	132	100	280
.Valor Out/86 (2)	-	1,65	-	0,91	0	2,14	0,08	3,47	0,82	2,29
CENTRO-OESTE										
.Valor Corrente (1)	107	151	77	453	174	599	817	2.329	879	8.458
.Valor Out/86(2)	29,35	41,42	10,06	59,19	11,63	40,03	21,45	61,15	7,20	69,30
TOTAL CORRENTE (1)	699	5.705	866	9.868	1.711	21.152	5.716	54.596	12.082	199.517
TOTAL OUT/86 (2)	191,75	1.564,99	113,15	1.289,36	114,35	1.413,60	150,07	1.433,49	98,99	1.634,67

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, FIBGE - 1984, p. 501 e 502

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, FIBGE - 1985, p. 382 e 383

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma das parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados

(1) Valores expressos em Cr\$ 1.000.000

(2) Valores expressos em Cr\$ 1.000.000

Segundo a CACEX, do Banco do Brasil, em 1985 o Brasil exportou, na forma de peixes, crustáceos, moluscos e subprodutos diversos, um total de 52.668 toneladas, contra 46.790 toneladas comercializadas em 1984. No 1º semestre de 1986, o total exportado foi de 21.731 toneladas.

Em se tratando de valor comercializado, em 1985, as exportações atingiram o montante de 170 milhões de dólares, contra 180 milhões obtidos em 1984. No 1º semestre de 1986, este valor foi de 85 milhões (tabelas 10 e 11).

TABELA 10

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE DESTINO - 1985

PRODUTOS PESQUEIROS	PAÍSES DESTINO	QUANTIDADE (KG)						
		ESTADOS UNIDOS	ESPAÑA	ARGENTINA	PORTO RICO	JAPÃO	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Corvina		106.478	13.235	-	-	-	72.000	191.713
Pescada		66.378	5.011	-	-	-	39.861	111.250
Atum		500.000	110.000	1.562.880	18.600.887	498.710	2.336.685	23.609.162
Fargo - Rosa		1.096.778	-	-	58.927	-	55.499	1.211.204
Pirarutaba		3.289.274	-	-	-	-	603.500	3.892.774
Camarão		11.805.556	141.665	185.073	18.000	3.076.912	733.209	15.960.415
Lagosta		2.088.229	600	960	-	-	1.270	2.091.059
Outros Produtos Pesqueiros		1.320.039	10.898	2.523.410	263.719	360.256	1.122.173	5.600.495
TOTAL		20.272.732	281.409	4.272.323	18.941.533	3.935.878	4.964.197	52.668.072

Continua...

PRODUTOS PESQUEIROS	PAÍSES DESTINO	VALOR - (US\$ - FOB)						
		ESTADOS UNIDOS	ESPAÑA	ARGENTINA	PORTO RICO	JAPÃO	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Corvina		234.846	15.178	-	-	-	27.360	277.384
Pescada		75.277	4.134	-	-	-	51.899	131.310
Atum		268.460	59.236	1.005.230	9.932.233	782.124	1.117.796	13.165.079
Fargo - Rosa		4.355.609	-	-	109.479	-	77.322	4.542.410
Pirarutaba		4.545.682	-	-	-	-	289.680	4.835.362
Camarão		71.152.969	511.292	482.420	85.470	23.477.097	3.129.390	98.838.638
Lagosta		38.935.307	2.569	8.832	-	-	17.580	38.964.288
Outros Produtos Pesqueiros		3.585.401	10.018	1.161.104	166.858	783.303	3.046.022	8.752.706
TOTAL		123.153.551	602.427	2.657.586	10.294.040	25.042.524	7.757.049	169.507.177

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 11

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE DESTINO -
1º SEMESTRE DE 1986

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE - (K G)						
	ESTADOS UNIDOS	ESPAÑA	ARGENTINA	PORTO RICO	JAPÃO	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Atum	-	-	2.997.000	3.196.690	980	2.163.596	8.358.266
Pargo - Rosa	540.152	-	-	-	-	-	540.152
Piramutaba	1.985.405	-	-	-	11.439	-	1.996.844
Sardinha	2.000	-	893.520	-	-	50	895.570
Camarão	5.721.978	12.472	50.000	-	1.117.514	942.632	7.844.596
Lagosta	770.277	-	-	-	270	-	770.547
Outros Produtos Pesqueiros	1.023.549	-	6.500	-	-	295.027	1.325.076
TOTAL	10.043.361	12.472	3.947.020	3.196.690	1.130.203	3.401.305	21.731.051

Continua...

PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR - (US\$ - FOB)						
	ESTADOS UNIDOS	ESPAÑA	ARGENTINA	PORTO RICO	JAPÃO	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Atum	-	-	2.057.929	4.568.965	1.203.180	1.439.726	9.269.800
Pargo - Rosa	2.493.226	-	-	-	-	-	2.493.226
Piramutaba	2.539.994	-	-	-	13.662	-	2.553.656
Sardinha	900	-	464.344	-	-	-	465.244
Camarão	38.828.563	11.539	131.291	-	10.449.482	4.779.882	54.200.757
Lagosta	13.714.829	-	-	-	365	-	13.715.194
Outros Produtos Pesqueiros	913.067	850	3.315	-	33.201	1.163.974	2.114.407
TOTAL	58.490.579	12.389	2.656.879	4.568.965	11.699.890	7.383.582	84.812.284

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

PRODUTOS PESQUEIROS - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE ORIGEM - 1985

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE - (Kg)						
	URUGUAI	ARGENTINA	NORUEGA	DINAMARCA	PORTUGAL	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Castanha	62.590	-	-	-	-	-	62.590
Corvina	1.023.813	-	-	-	-	-	1.023.813
Merluza	12.817.376	6.642.859	-	-	-	-	9.460.235
Namorado	-	164.000	-	-	-	-	164.000
Pescada	1.158.316	751.000	-	-	-	-	1.909.316
Pescadinha	391.601	-	-	-	-	-	391.601
Arenque	-	3.270	31.638	12.750	-	-	34.908
Anchova	20.000	155.596	12.500	-	-	-	188.096
Bacalhau	-	-	15.108.210	6.850	400.000	1.001.846	16.516.906
Polvo, Galamar, Lula	94.642	200.000	-	-	45.500	52.104	392.246
Outros Produtos Pesqueiros	2.519.361	280.000	37.845	5.881	66.000	152.659	3.061.746
TOTAL	18.087.699	8.196.725	15.190.193	25.481	511.500	1.206.609	43.218.207

Continua...

PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR - (US\$ FOB)						
	URUGUAI	ARGENTINA	NORUEGA	DINAMARCA	PORTUGAL	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Castanha	13.136	-	-	-	-	-	13.136
Corvina	277.306	-	-	-	-	-	277.306
Merluza	4.674.067	2.179.228	-	-	-	-	6.853.295
Namorado	-	108.440	-	-	-	-	108.440
Pescada	356.876	232.800	-	-	-	-	589.676
Pescadinha	102.463	-	-	-	-	-	102.463
Arenque	-	4.500	65.556	16.150	-	-	86.206
Anchova	28.000	225.050	17.500	-	-	-	270.550
Bacalhau	-	-	32.486.804	2.058	730.700	1.641.476	34.861.038
Polvo, Galamar, Lula	63.218	98.600	-	-	61.750	57.118	280.686
Outros Produtos Pesqueiros	684.877	256.600	77.783	40.539	45.510	334.211	1.439.520
TOTAL	6.199.943	3.105.218	32.647.643	58.747	837.960	2.032.805	44.882.316

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 13

PRODUTOS PESQUEIROS - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE ORIGEM
1º SEMESTRE DE 1986

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE - (K g)						
	URUGUAI	ARGENTINA	NORUEGA	DINAMARCA	PORTUGAL	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Castanha	121.776	-	-	-	-	-	121.776
Corvina	763.522	-	-	-	-	-	763.522
Merluza	7.815.730	3.735.000	-	-	-	-	11.550.730
Namorado	-	128.000	-	-	-	-	128.000
Pescada	1.692.820	80.000	-	-	-	-	1.772.820
Pescadinha	144.000	-	-	-	-	-	144.000
Arenque	-	-	4.000	5.550	-	-	9.550
Anchova	-	57.140	-	-	-	-	57.140
Bacalhau	16.000	-	6.653.325	-	-	486.663	7.155.988
Polvo, Galamar, Lula	840	-	-	-	37.500	1.010	39.350
Outros Produtos Pesqueiros	1.037.713	340.000	50.000	6.265	27.000	134.867	1.595.845
TOTAL	11.592.401	4.340.140	6.707.325	11.815	64.500	622.540	23.338.721

Continua...

PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR - (US \$ - FOB)						
	URUGUAI	ARGENTINA	NORUEGA	DINAMARCA	PORTUGAL	OUTROS PAÍSES	TOTAL
Castanha	32.555	-	-	-	-	-	32.555
Corvina	289.575	-	-	-	-	-	289.575
Merluza	4.165.025	1.421.990	-	-	-	-	5.587.015
Namorado	-	84.280	-	-	-	-	84.280
Pescada	552.934	15.200	-	-	-	-	568.134
Pescadinha	43.950	-	-	-	-	-	43.950
Arenque	-	-	4.851	6.665	-	-	11.516
Anchova	-	92.350	-	-	-	-	92.350
Bacalhau	49.600	-	16.772.382	-	-	1.117.926	17.939.908
Polvo, Galamar, Lula	588	-	-	-	56.000	2.525	59.113
Outros Produtos Pesqueiros	374.491	266.050	81.650	42.834	19.150	101.220	885.395
TOTAL	5.508.718	1.879.870	16.858.883	49.499	75.150	1.221.671	25.593.791

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Os Estados Unidos aparecem como o maior importador de produtos pesqueiros, tanto em quantidade como em valor.

A exportação catarinense de pescado para o mercado internacional, segundo dados da DFA/SC (SERPA), totalizou 15.041,02 toneladas até agosto de 1986; 18.099,1 toneladas em 1985, contra 7.355,35 toneladas em 1984. Este incremento de 146,06% de 1984 para 1985 deveu-se, principalmente, ao aumento das exportações para os Estados Unidos, de 306,57% (tabela 14).

TABELA 14

PESCADO - EXPORTAÇÃO CATARINENSE PARA O MERCADO INTERNACIONAL - 1981-86

ANO	(tonelada)								
	ESTADOS UNIDOS	ARGENTINA	JAPÃO	PORTUGAL	PORTO RICO	ITÁLIA	COSTA DO MARFIM	OUTROS	TOTAL
1981	6.184,12	2.959,93	24,58	-	-	267,51	9.436,14
1982	5.351,20	1.951,45	100,41	475,10	-	36,10	7.914,26
1983	4.343,73	2.833,11	1.727,25	371,50	-	73,18	9.348,77
1984	2.463,63	261,45	641,45	330,00	-	3.658,82	7.355,35
1985	10.016,38	3.423,33	701,51	547,75	2.536,56	10,67	303,23	559,67	18.099,10
1986 (*)	716,58	3.861,65	82,52	1.827,59	7.818,56	115,90	-	618,22	15.041,02

FONTE: DFA/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Até agosto

Segundo dados da Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina, através de seu Anuário Estatístico, em 1985 foram desembarcadas 120.938 toneladas de pescado (tabela 15), destacando-se as espécies de sardinha verdadeira, com uma participação de 52,12% no total desembarcado. A das demais, por ordem decrescente, foi a seguinte: bonito-gaiado, 8,95%; cavalinha, 6,08%; pescadinha, 4,37%; corvina, 4,16%; cação, 2,21%; castanha, 1,90%; tainha, 1,89%; camarão-rosa, 1,84%; camarão-7-barbas, 1,83%; enchova, 1,16%, e abrôtea, 1,12%, perfazendo um total de 87,63%.

Em 1986 (até julho), foram desembarcadas 76.643 toneladas, sendo 73.073 toneladas do grupo de peixes. As espécies que mais se destacaram foram: a sardinha verdadeira, participando com 51,93% do total desembarcado; o bonito-gaiado, com 15,76%; a tainha, com 2,93%, a corvina, com 2,50%; a pescadinha, com 2,35%; o camarão-7-barbas, com 1,88%; o cação, com 1,66% e

a cavalinha, com 1,43% (tabela 16).

TABELA 15

PESCADO - DESEMBARQUE CONTROLADO EM SANTA CATARINA - 1981-86

GRUPO	(tonelada)					
	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾
Peixes	62.575	74.334	71.841	87.976	114.684	73.073
Crustáceos	7.278	7.667	7.004	8.669	5.690	2.696
Moluscos e outros	445	823	1.269	475	564	874
TOTAL	70.298	82.824	80.114	97.120	120.938	76.643

FONTE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - Anuário Estatístico - 1985 e Estatísticas Preliminares da SUDEPE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) até julho

TABELA 16

EVOLUÇÃO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - JAN-JUL/1986

ESPÉCIES	(em Kg)							
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	TOTAL
Camarão-Rosa	86.372	86.966	145.838	33.721	63.534	85.202	163.799	665.432
Sardinha Verdadeira	-	9.762.144	2.569.222	4.528.941	4.601.033	9.486.158	8.890.227	39.837.725
Bonito-Galado	2.688.184	3.269.395	1.441.842	1.677.476	2.096.805	687.508	226.797	12.088.007
Cavalinha	-	227.710	112.252	6.360	403.631	251.696	95.288	1.096.937
Corvina	190.077	143.616	242.855	187.267	190.391	326.531	638.944	1.919.681
Tainha	12.833	20.945	27.974	65.165	1.278.073	815.561	23.517	2.244.068
Camarão-Legítimo	19.931	34.857	36.064	17.420	69.800	52.495	26.805	257.372
Pescadinha	264.255	210.228	218.999	95.996	87.935	459.690	464.811	1.801.914
Camarão-7-Barbas	194.132	156.896	114.567	241.708	297.536	220.874	218.542	1.444.255
Cação	152.786	112.869	324.252	327.719	109.622	145.429	100.404	1.273.081
Camarão-Vermelho	-	-	-	2.613	226	20	-	2.859
Castanha	27.694	89.200	137.226	40.297	10.313	55.185	68.811	428.726
Abrotea	27.684	20.147	18.158	18.487	8.012	169.810	133.682	395.980
Anchova	9.613	11.333	4.116	2.683	5.660	81.468	24.988	139.861
Papaterra	23.422	25.610	23.123	19.436	16.430	24.326	32.841	165.188
Bagre	28.960	46.000	35.347	25.797	16.935	21.583	28.379	203.001
Linguado	29.188	29.124	34.860	15.779	16.373	19.774	30.403	175.501
Carapau	-	578	-	-	-	17.340	15.520	33.438
Chicharro	-	196.913	2.320	-	16.514	92.119	58.253	366.119
Outros	1.080.644	3.038.410	1.707.312	918.143	1.325.527	2.237.253	1.860.567	12.167.856
TOTAL	4.835.775	17.482.941	7.196.327	8.225.008	10.614.350	15.250.022	13.102.578	76.707.001

FONTE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Comparando-se o mesmo período (até julho) para os anos de 1985 e 1986, observa-se que houve um acréscimo de 5,20% no volume de pescado capturado, pois, em 1985, este foi de 72.918 toneladas e, em 1986, foram desembarcadas 76.707 toneladas. Este acréscimo é consequência, principalmente, do aumento no desembarque da pescadinha, de 699,33% (tabela 17).

TABELA 17

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - JAN-JUL/1986 (1986/1985)

ESPÉCIE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	TOTAL
Camarão-rosa	-56,26	-61,30	-7,28	-81,84	-73,21	-41,80	37,66	-47,51
Sardinha-Verdadeira	-	24,42	-62,41	-8,79	4,81	5,48	93,15	5,73
Bonito-Gaiado	69,32	962,16	-12,61	23,41	50,82	2,24	-68,22	57,37
Cavalinha	-	-50,44	-52,92	-99,78	-88,24	781,35	0,64	-84,85
Corvina	50,63	-32,52	101,73	3,68	37,15	31,66	41,90	29,96
Tainha	-52,23	-73,44	-65,26	-30,58	-14,37	199,94	-75,39	4,88
Camarão-Legítimo	-30,22	16,45	-1,66	-51,78	116,43	157,62	75,24	29,19
Pescadinha	138,39	453,90	534,95	825,71	747,97	5.984,58	4.389,19	699,33
Camarão-7-Barbas	32,38	243,82	13,04	-12,76	-10,23	67,30	132,47	28,02
Caçã	-12,51	-16,54	197,16	19,74	-36,10	46,81	13,55	21,03
Camarão-Vermelho	-	-	-	-	-	-96,44	-	-91,18
Castanha	817,93	733,18	796,02	-7,45	2,25	-37,06	-21,04	66,49
Abrótea	68,85	26,36	7,45	-31,00	-68,89	-47,99	-69,52	-54,32
Anchova	-23,23	1,51	-91,21	-62,00	-74,85	-35,62	-90,63	-71,65
Papaterra	29,74	-55,29	-36,31	-65,57	-65,79	-45,05	-71,61	-56,08
Bagre	-63,80	-3,14	-38,74	-35,71	-44,65	-47,61	-26,12	-39,50
Linguado	363,60	98,81	244,84	30,15	-23,11	34,96	37,31	73,31
Carapau	-	1,35	-	-	-	-	-	83,50
Chicharro	-	885,55	-84,53	-	-96,55	43,16	-84,34	-71,72
Outros	63,53	300,46	97,00	-42,00	7,15	18,69	-10,36	18,08
TOTAL	45,23	69,50	-30,98	-33,79	-21,38	15,44	34,90	5,20

FONTE: Tabela 16

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Fazendo-se uma análise mais detalhada do comportamento das principais espécies pesqueiras do estado, constatou-se, em 1986, quanto à sardinha verdadeira, um pequeno acréscimo de 5,73%.

Na captura da sardinha pode ocorrer, simultaneamente, a captura de espécies como cavalinha, carapau, chicharro e outras, em quantidades variáveis, dependendo da abundância ocasional dessas espécies na área de atuação da frota; portanto, a pesca dessas espécies não é dirigida. A isto se deve a queda na captura da cavalinha (-84,85%) e do chicharro (-71,72%), e o acréscimo na captura do carapau (83,50%).

Quanto ao camarão-rosa, o decréscimo na quantidade capturada em 1986 (-47,51%) era esperado, pois, em 1985 houve um aumento acentuado na produção, em relação a anos anteriores.

O acréscimo na captura de pescadinha (699,33%), corvina (29,96%), castanha (66,49%) e linguado (73,31%) se deve ao aumento no esforço de pesca, com um acréscimo na frota.

A pesca do bonito-gaiado é sazonal; portanto, o incremento na sua captura (57,37%) foi em função de uma maior disponibilidade desta espécie nessa região na época de safra, que é o verão.

Em Santa Catarina, como em outros estados, a época do "defeso" estipulada pela SUDEPE nem sempre é cumprida, na medida em que não existe uma fiscalização rígida junto ao pescador, seja na área artesanal, seja na área industrial.

Por sugestão dos empresários do setor pesqueiro catarinense, a SUDEPE decidiu estabelecer um novo período anual de proibição da pesca da sardinha, que será de 15 de dezembro/86 a 15 de fevereiro/87 (60 dias), em Santa Catarina. Este é o maior período de defeso de sardinha já realizado no Brasil.

A contribuição do volume da pesca artesanal, em 1986 (até julho), foi de 8,75% no total de produtos pesqueiros desembarcados controlados, e de 17,39% no valor. As espécies mais representativas em volume, foram: o grupo dos camarões (rosa, legítimo e 7 barbas) contribuindo com 23,57% do total capturado, seguindo-se o cação, com 13,42%, a corvina, com 10,41% e a tainha, com 9,1% (tabela 18).

O setor industrial participou com 91,25% do volume total capturado e com 82,61% no valor total, sendo que as espécies sardinha verdadeira, bonito-gaiado, pescadinha e tainha foram as mais importantes em termos de volume.

TABELA 18

PESCADO - VOLUME E VALOR DO DESEMBARQUE CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA - 1986. (1)

MUNICÍPIOS	VOLUME (t)			VALOR (CZ\$)		
	INDUSTRIAL	ARTESANAL	TOTAL	INDUSTRIAL	ARTESANAL	TOTAL
Araquari	-	179	179	-	1.580.607	1.580.607
Balneário Camboriú	-	332	332	-	2.310.985	2.310.985
Barra Velha	-	181	181	-	2.479.961	2.479.961
Florianópolis	3.200	1.772	4.972	13.687.300	15.229.659	28.916.959
Garopaba	-	412	412	-	2.533.873	2.533.873
Garuva	-	217	217	-	2.551.891	2.551.891
Governador Celso Ramos	714	849	1.563	2.158.660	13.322.188	15.480.848
Imbituba	-	159	159	-	1.639.985	1.639.985
Itajaí	56.329	15	56.344	256.295.211	118.466	256.413.677
Itapema	-	297	297	-	1.374.557	1.374.557
Jaguaruna	-	397	397	-	3.704.293	3.704.293
Laguna	1.169	927	2.096	5.916.684	9.436.699	15.353.383
Navegantes	8.058	100	8.158	34.392.846	840.705	35.233.551
Palhoça	-	205	205	-	2.293.679	2.293.679
Paulo Lopes	-	20	20	-	324.537	324.537
Porto Belo	-	342	342	-	1.859.938	1.859.938
São Francisco do Sul	514	262	776	3.161.216	4.262.514	7.423.780
São João do Sul	-	17	17	-	73.900	73.900
São José	-	7	7	-	293.130	293.130
Tijucas	-	23	23	-	219.050	219.050
TOTAL DO ESTADO	69.984	6.713	76.697	315.611.917	66.450.617	382.062.534

FONTE: SUDEPE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) Dados até o mês de Julho.

TABELA 19

PESCADO - PRODUÇÃO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1981 - 86

ANO	(tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1981	85.078,72	31.296,15	5.414,19	3.756,30	12.332,84	137.878,20
1982	90.102,37	38.319,47	3.767,88	4.897,23	14.275,90	151.362,85
1983	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	161.698,03
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,80	1.071,08	166.779,82
1986 (*)	35.670,39	42.200,37	4.969,76	4.258,39	256,99	87.355,90

FONTE: Delegacia Federal da Agricultura/SC - Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Até julho

TABELA 20

VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1985 E 1986

P E S C A	ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Industrial	1985	2.889.384	5.289.327	8.543.135	9.976.046	14.497.380	12.157.675
	1986	22.417.178	60.584.397	23.803,00 ⁽¹⁾	26.576,00	49.143,00	61.605,00
Artesanal	1985	3.292.233	3.158.248	3.136.275	2.803.515	4.068.984	2.880.091
	1986	8.659.929	8.530.220	11.109,00 ⁽¹⁾	8.023,00	9.948,00	10.735,00

continua...

(a preços correntes em Cr\$ 1.000)

P E S C A	ANO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Industrial	1985	10.023.888	7.949.539	10.235.376	32.323.795	39.968.655	44.537.880	198.392.050
	1986	71.484,00	-	-	-	-	-	315.612,00
Artesanal	1985	3.516.834	4.848.151	4.548.346	7.975.264	8.247.308	8.799.721	57.274.970
	1986	9.444,00	7.676,00	-	-	-	-	74.125,00

FONTE: SUDEPE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: (1) a partir deste mês os valores estão expressos em CZ\$ 1.000 (inclusive o total)

TABELA 21

VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1985 E 1986

P E S C A	ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Industrial	1985	12.873,24	21.392,07	30.658,74	33.388,37	45.012,75	35.009,69
	1986	28.501,53	62.938,82	24.943,16	28.011,46	51.631,19	64.388,47
Artesanal	1985	14.668,07	12.773,17	11.255,14	9.382,95	12.633,74	8.293,62
	1986	11.010,36	8.861,72	11.641,12	8.456,35	10.451,68	11.220,03

Continua...

(a preços corrigidos Out/86 - em CZ\$ 1.000)

P E S C A	ANO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Industrial	1985	26.498,57	18.433,99	21.751,47	62.982,72	67.761,13	66.701,79	442.464,53
	1986	74.239,92	-	-	-	-	-	334.654,55
Artesanal	1985	9.296,90	11.242,26	8.862,42	15.539,75	13.982,13	13.178,83	141.108,98
	1986	9.808,09	7.867,45	-	-	-	-	79.316,80

FONTE: Tabela 20 e Fundação Getúlio Vargas (Revista Conjuntura Econômica - IGP/Col 2).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 22

DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA
QUANTIDADE (Em toneladas) - 1985

MUNICÍPIOS	TOTAL	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	% NO TOTAL
Araquari	417	202	214	-	0,34
Araranguá	82	82	-	-	0,07
Balneário Camboriú	484	383	101	0	0,40
Barra Velha	297	200	96	-	0,25
Biguaçu	115	71	44	-	0,10
Florianópolis	8.132	7.752	122	258	6,72
Garopaba	589	561	28	-	0,49
Garuva	300	150	116	35	0,25
Governador Celso Ramos	2.899	1.860	998	41	2,40
Içara	12	12	-	-	0,01
Imbituba	382	325	41	16	0,32
Itajaí	77.903	76.201	1.610	92	64,42
Itapema	627	626	1	-	0,52
Jaguaruna	2.436	2.329	107	-	2,01
Laguna	4.964	3.779	1.150	36	4,10
Navegantes	16.446	15.938	485	23	13,60
Palhoça	859	814	44	-	0,71
Paulo Lopes	46	24	22	-	0,04
Porto Belo	985	921	62	2	0,81
São Francisco do Sul	1.768	1.300	405	62	1,46
São José	19	-	19	-	0,02
Sombrio	489	489	-	-	0,40
São João do Sul	634	622	12	-	0,52
Tijucas	56	43	13	0	0,05
TOTAL DO ESTADO	120.938	114.684	5.690	564	100

FONTE: SUDEPE, Anuário Estatístico, 1985 p. 24 - 27

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: Em virtude do arredondamento de dados pode haver diferenças entre soma de parcelas e totais.

TABELA 23

DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA
VALOR (CR\$ 1.000) - 1985

MUNICÍPIOS	TOTAL	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	% NO TOTAL
Araquari	1.540.913	446.185	1.094.728	-	0,60
Araranguá	146.550	146.550	-	-	0,06
Balneário Camboriú	1.117.948	807.584	310.334	30	0,44
Barra Velha	1.288.414	580.302	708.112	-	0,50
Biguaçu	813.725	175.907	637.818	-	0,32
Florianópolis	19.388.297	17.040.766	1.589.249	758.283	7,58
Garopaba	1.755.883	1.245.907	509.976	-	0,69
Garuva	1.362.619	583.892	763.237	15.489	0,53
Governador Celso Ramos	7.078.035	1.863.451	4.713.193	501.390	2,77
Içara	24.333	24.333	-	-	0,01
Imbituba	1.123.298	987.776	118.752	16.770	0,44
Itajaí	158.725.265	124.367.569	33.218.498	1.139.197	62,08
Itapema	1.007.606	999.149	8.457	-	0,39
Jaguaruna	4.876.965	4.540.177	336.788	-	1,91
Laguna	16.723.708	7.995.009	8.658.526	70.173	6,54
Navegantes	25.591.030	18.903.469	6.486.605	200.956	10,01
Palhoça	2.231.380	1.692.862	538.518	-	0,87
Paulo Lopes	325.942	48.343	277.600	-	0,13
Porto Belo	1.657.962	1.446.119	201.352	10.491	0,65
São Francisco do Sul	5.812.038	2.578.411	3.181.542	52.084	2,27
São José	262.505	-	262.505	-	0,10
Sombrio	1.096.430	1.096.430	-	-	0,43
São João do Sul	1.571.016	1.547.016	24.000	-	0,61
Tijucas	145.190	96.083	49.107	-	0,06
TOTAL DO ESTADO	255.667.049	189.213.290	63.688.896	2.764.863	100

FONTE: SUDEPE, Anuário Estatístico, 1985, p. 28 - 31

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA: Em virtude do arredondamento de dados, pode haver diferenças entre soma de parcelas e totais.

Segundo a SUDEPE, em 1986, havia no estado 109 empresas de pesca, distribuídas entre 33 indústrias e 76 armadores, atuando nas áreas de congelamento, conservação, semi-conserva, resfriamento, produção de gelo e de farinha de peixe.

Estas empresas possuem um contingente de 90 traineiras, 61 barcos camaroeiros, 60 de arrasto, 10 de combinados e 7 atuneiros, formando, em seu conjunto, 228 embarcações com capacidade de operação acima de 20 toneladas.

De acordo com a ACARPESC, o setor de pesca artesanal catarinense tem disponível um contingente de 6.901 embarcações com capacidade bruta para operar entre 0,8 e 20 toneladas, distribuídas entre 958 canoas com motor (até 1 tonelada), 3.019 canoas sem motor (até 1 tonelada), 682 baleeiras (até 5 toneladas), 487 botes (até 6 toneladas), 1.450 bateiras (até 0,8 toneladas), e 305 caiaques.

Até agosto de 1986, existiam no estado nove (9) condomínios de produção e venda de pescados, com um total de 248 participantes. Este trabalho, criado pela SAA/SC, através do Serviço de Extensão Pesqueira, é realizado junto ao pescador artesanal.

Outros trabalhos realizados pela ACARPESC foram: o Programa de Juventude Pesqueira, o Pró-Criança Pesqueira e os Grupos de Produção Artesanal, que têm objetivos econômicos e sociais.

Em 1986 (até setembro), a ACARPESC prestou assistência em 108 municípios (81 na piscicultura e 27 na pesca artesanal). Em função do significativo crescimento da piscicultura em Santa Catarina, o número de escritórios locais quase triplicou, passando de 23 em 1983, para 60 em 1986.

Existem atualmente 5.693 piscicultores, e a produção comercializada até setembro foi de 245 toneladas; desse volume, 95% é de carpa, e os restantes 5% dividem-se entre tilápias e espécies nativas da região.

Dados fornecidos pela Delegacia Federal da Agricultura-

ra, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), indicam uma produção (das indústrias de pesca inspecionada), em 1986 (até julho), na forma de produtos pesqueiros elaborados e pré-elaborados, resfriados, de 35.670,39 toneladas; 43.200,37 toneladas de congelados, 4.969,76 toneladas de salgados, 4.258,39 toneladas de enlatados, ficando para o item "outros" 256,99 toneladas (tabela 19).

Os municípios mais pesqueiros, por ordem de importância, em 1986 (até julho), foram: Itajaí (56.344 toneladas), Navegantes (8.158 toneladas), Florianópolis (4.972 toneladas), Laguna (2.096 toneladas) e Governador Celso Ramos (1.563 toneladas).

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

De acordo com a FAO, o valor do comércio mundial de produtos pesqueiros aumentou 4,4%, em 1983, em relação a 1982, embora o volume tenha sido praticamente o mesmo de 1982. Este incremento é decorrência do aumento de preço da farinha de pescado e de alguns outros produtos pesqueiros, sendo o Japão o maior importador desses produtos.

No ano de 1983, houve uma diminuição de cerca de 15% na quantidade importada de produtos pesqueiros (principalmente de farinha de pescado) pelos países desenvolvidos (Estados Unidos e CEE). A estes países corresponde 23% das importações mundiais de produtos pesqueiros em quantidade, e 13% em valor.

O comércio de camarões contribuiu significativamente para o aumento de 6% no valor total das exportações de produtos pesqueiros dos países em desenvolvimento.

Segundo dados disponíveis na Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), as exportações catarinenses para o mercado interestadual, até agosto de 1986, foram de 81.101,69 toneladas, sendo que 45,09% foi sob a forma de congelados (tabela 24).

TABELA 24

MERCADO ESTADUAL DE PESCADO - 1981-86

ANO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
1981	7.339,59	4.696,01	126,16	376,53	1.868,70	14.406,99
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.188,97	17.201,15
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986 (*)	8.264,02	15.675,97	340,97	217,82	390,91	24.889,69

FONTE: DFA/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Até agosto

De acordo com dados da mesma fonte, os principais estados importadores do pescado catarinense, no mesmo período acima, foram: Rio de Janeiro (34,57%), São Paulo (29,06%), Pernambuco (9,13%) e Paraná (8,81%) (tabela 25).

TABELA 25

PESCADO CATARINENSE - PRINCIPAIS ESTADOS IMPORTADORES, - 1986 (1)

ESTADOS	QUANTIDADE IMPORTADA (t)	(%)
Rio de Janeiro	28.041,27	34,57
São Paulo	21.136,51	26,06
Pernambuco	7.408,97	9,13
Paraná	7.152,95	8,81
Bahia	5.361,89	6,61
Rio Grande do Sul	4.787,65	5,90
Alagoas	1.878,59	2,31
Ceará	1.208,52	1,49
Sergipe	772,87	0,95
Paraíba	633,90	0,78
Outros Estados	2.718,56	3,39
TOTAL DO ESTADO	81.101,67	100,00

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: (1) Até agosto

Com relação aos preços praticados, a SUNAB os tabelou, como forma de conter os constantes aumentos do produto após o desaparecimento da carne bovina do mercado. Os valores tabelados serão revistos periodicamente, pois, assim como os hortigranjei-

ros, o pescado também é sazonal.

Na área do cooperativismo catarinense, destaca-se o papel da cooperativa de Pesca Porto Belo - COOPERBELO, com sede no município de Porto Belo, criada com o objetivo de comercializar a produção do pescado obtido através de seus associados, bem como fornecer os insumos básicos à pesca e os produtos necessários ao consumo familiar dos cooperados.

A COOPERBELO conta atualmente com cerca de 300 associados e atua em diversos municípios catarinenses.

Em 1986, a cooperativa vendeu um total de 1.044 toneladas (tabela 27).

Para a recepção e entrega do produto, ela conta com duas caminhonetes F-4000 de carroceria isotérmica, com capacidade para transportar até 5 toneladas; uma carreta truque com carroceria isotérmica, com capacidade para 25 toneladas; três caminhões Mercedes-Benz, com capacidade para 36 toneladas; três caminhões Volkswagen, modelo 690, com capacidade para 15 toneladas; uma kombi e uma parati.

Cabe salientar que, em função dos bons preços dos produtos pesqueiros alcançados no mercado e, tendo em vista a falta de carnes (principalmente a bovina), aumentou sensivelmente o consumo do pescado. Assim sendo, o pescador associado da Cooperbelo, num percentual bem elevado, está deixando de entregar sua produção junto à Cooperativa, dificultando seriamente os trabalhos da mesma.

Torna-se necessário, portanto, que haja um trabalho de conscientização junto aos associados, para que eles encarem sua cooperativa como empresa, lembrando que em grupo eles têm maior poder de barganha para lutar por melhores condições de trabalho e preços mais justos, entre outras reivindicações.

TABELA 26

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1981-86

(tonelada)						
ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1981	29.871,05	21.842,61	5.673,35	3.752,16	5.793,99	66.933,16
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52
1986 ^(*)	34.321,80	36.570,75	5.823,41	4.385,73	-	81.101,69

FONTE: Delegacia Federal da Agricultura/SC - SERPA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Até agosto

TABELA 27

PESCADO - VOLUME MENSAL COMERCIALIZADO ATRAVÉS DA
COOPERBELO - 1986

MES	VOLUME (kg)	% COMERCIALIZAÇÃO NO MES
Janeiro	38.744	3,71
Fevereiro	52.681	5,05
Março	73.519	7,04
Abril	156.399	14,98
Mai	117.873	11,29
Junho	140.994	13,51
Julho	81.081	7,77
Agosto	104.996	10,06
Setembro	165.592	15,86
Outubro	68.220	6,54
Novembro	22.290	2,14
Dezembro	21.431	2,05
TOTAL	1.043.820	100,00

FONTE: COOPERBELO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O aumento do consumo de pescado, motivado pela escassez da carne bovina e de outras carnes, bem como a escassez da sardinha, aliados às condições desfavoráveis para a captura do atum, fizeram com que algumas empresas do estado aumentassem suas importações de algumas espécies, como sardinha, pescada, namorado e congro-rosa.

Segundo informações da DFA, através do SERPA, o consumo interno de pescado aumentou 21,92% no total, quando se compara o ano de 1986 (até agosto) com igual período de 1985 (tabela 25), sendo que o pescado resfriado foi o que teve maior incremento, 44,52%.

4.6. SUINOCULTURA

1. A ATIVIDADE SE MODERNIZA À MARGEM DE UMA SUINOCULTURA DE SUBSISTÊNCIA

A nível regional, a suinocultura, no país, assume maior significado econômico no Sul, Nordeste e Sudeste, que concentraram, respectivamente, 45,50%, 22,44% e 17,86% do efetivo nacional em 1980. A suinocultura brasileira tem revelado um crescimento relativamente lento, se comparado com o rápido desenvolvimento da avicultura e com a expansão do rebanho bovino, o que demonstra o seu caráter ainda secundário no cenário da pecuária nacional. A liderança da suinocultura brasileira está nos estados sulinos, em razão da forte tradição dos colonizadores e nos esforços no sentido de manter um parque industrial em constante desenvolvimento. Paralelamente, há na região uma constante preocupação com a melhoria genética e a implantação de modernos sistemas de produção. Com a expansão da soja, a atividade andou perdendo o seu impulso, especialmente no Rio Grande do Sul e, com menor intensidade, no Paraná, pois em Santa Catarina as características topográficas impediram que o plantio da soja se desenvolvesse ao ponto de desestimular a suinocultura.

O rebanho nordestino, por ser de subsistência, destaca-se pelo seu aspecto quantitativo, embora a implantação de projetos com características industriais vise a uma mudança desse panorama. Na Região Sudeste, apesar das constantes remodelações tecnológicas que vem sofrendo, a atividade ainda se caracteriza mais pelo seu valor quantitativo, quando comparada com a suinocultura predominantemente empresarial do Sul. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o rebanho tem proporções bem inferiores às das demais, embora nítidas as possibilidades de expansão em Goiás e em Rondônia, devido ao desenvolvimento da cultura do milho, à instalação de indústrias com experiência no ramo e, principalmente, pelo deslocamento de produtores do Sul para aqueles estados, com tradição na produção e consumo de carne suína. A partir da divisão especial do rebanho suíno nacional, podemos constatar como característica preponderante uma suinocultura in-

dustrial no Sul, e uma outra de subsistência nas demais regiões, estando ambas associadas à pequena propriedade, à produção de milho e à utilização intensiva da mão-de-obra, em muitos casos altamente especializada.

TABELA 1

SUÍNOS - REBANHO NAS DIFERENTES REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL - 1960 A 1980

REGIÕES	(cabeças)			
	SUÍNOS EXISTENTES			
	1 9 6 0	1 9 7 0	1 9 7 5	1 9 8 0
Norte	537.347	909.237	1.245.282	1.843.002
Nordeste	5.281.688	7.094.856	9.466.986	7.307.099
Sudeste	6.494.409	5.797.048	6.461.784	5.815.732
Sul	11.578.962	15.211.991	15.006.998	14.950.414
Centro-Oeste	1.687.445	2.510.508	2.970.618	2.653.339
BRASIL	25.579.851	31.523.640	35.151.668	32.569.586

FONTE: Fundação IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

Ao se estabelecer uma comparação entre os dados censitários de 1975 e 1980, verifica-se uma redução do efetivo nacional. Este fato prende-se ao surgimento de problemas sanitários de grandes proporções nas regiões de grande concentração de suínos, à dependência do ciclo da bovinocultura de corte e à recessão econômica. Com um rebanho, em 1986, avaliado em aproximadamente 29,0 milhões de cabeças, 17,4 milhões são reconhecidos como a parcela do rebanho com características comerciais. A suinocultura nacional, ao se ligar à pequena propriedade e a um complexo agroindustrial e tecnológico moderno, especialmente no Sul do país, se torna uma atividade econômica e socialmente importante por estar presente em 2,6 milhões de estabelecimentos agrícolas e por possuir um parque industrial composto por 1,5 mil empresas.

Os criatórios de suínos, em Santa Catarina, são explorados em 166.653 estabelecimentos agropecuários, dos quais 60.186 têm na suinocultura sua principal atividade econômica. Estima-se que, em 1986, um contingente aproximado de 54 mil produtores dedicou-se exclusivamente à suinocultura. Do total dos estabelecimentos, 90,0% possuem até 50 ha e criatórios com até

50 cabeças de suínos. Isto a caracteriza como atividade tipicamente de pequena propriedade, que, no geral, também é unidade produtora de milho. Com relação à finalidade do rebanho, o censo agropecuário de 1980 apontou que 26,0% dos estabelecimentos criavam suínos tipo carne, 19,0%, tipo banha e a expressiva maioria de 55% se dedicava a produzir um suíno classificado como sem raça definida, o que expressa a importância dos cruzamentos entre as raças. Nos anos recentes, acredita-se em uma diminuição significativa no criatório do porco banha. No rebanho geral, os níveis de produtividade são baixos; nascidos porca/ano, apenas 10,08 animais, terminados porca/ano, 8,8 animais; taxa de mortalidade sobre os nascidos vivos, 12,62%; em relação a todo o efetivo, essa taxa cresce para 15,21%. Apesar desses indicadores, o desfrute, em 1980, atingiu 104%, o mais alto do país. Porém, a característica principal da suinocultura catarinense, que a distingue dos demais estados produtores, é a organização da produção em sistemas integrados e a modernização constante das plantas industriais. Estes dois componentes vêm contribuindo desde o início dos anos 70 para que a atividade venha ganhando níveis satisfatórios de produtividade. Mais recentemente, com a associação de pequenos suinocultores em "Condomínios", um novo passo foi dado no sentido de incorporar mais criadores na modernização tecnológica e no mercado. Os produtores "integrados", que somam aproximadamente 50% dos que se dedicam primordialmente à suinocultura, possuem índices de produtividade muito semelhantes aos obtidos nos países desenvolvidos.

TABELA 2

SUÍNOS - ÍNDICE DOS DADOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986

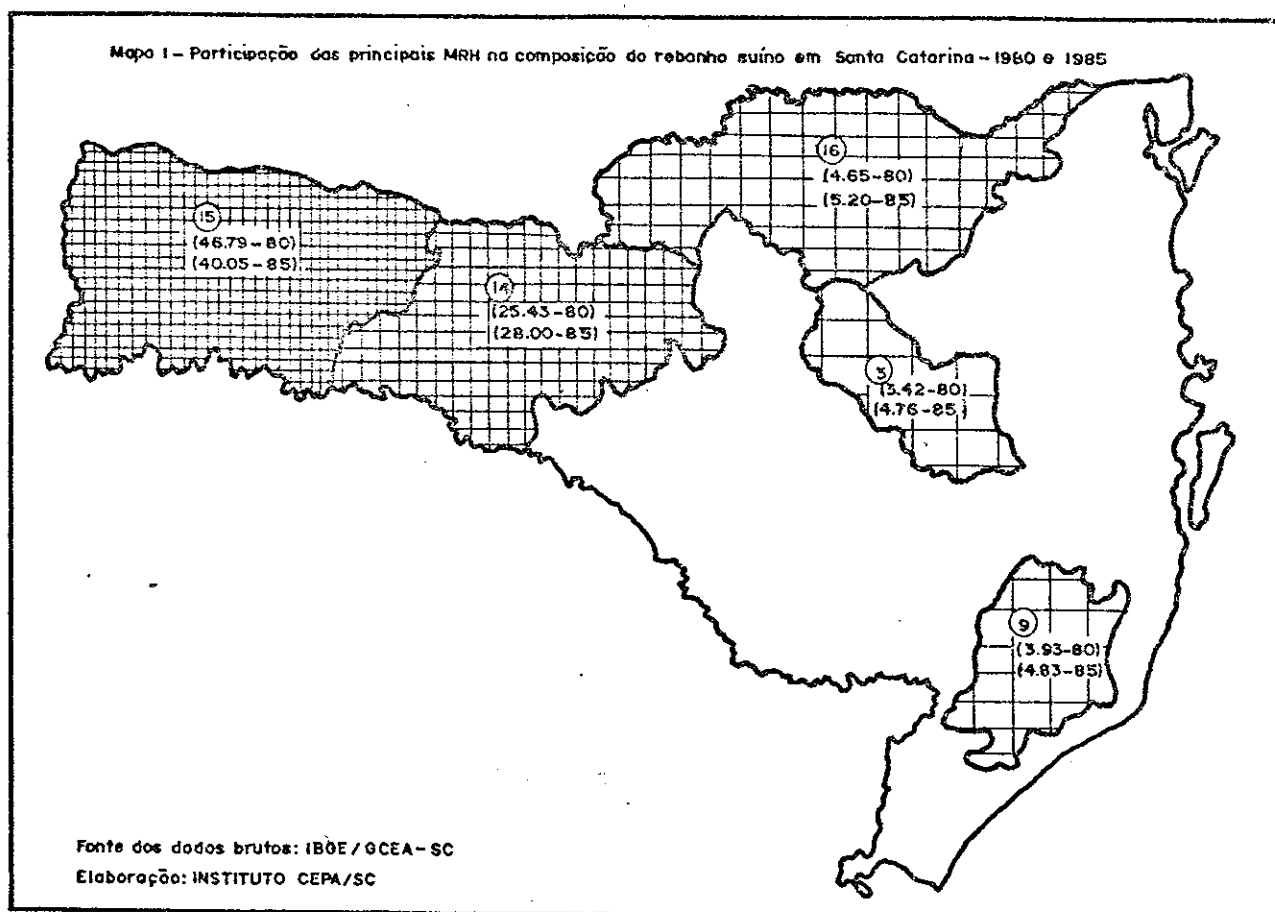
SITUAÇÃO	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6 (*)
Número de Integrados	9.958	16.140	20.073	22.106	23.936
Número de matrizes/integrados	12,6	10,2	9,6	9,2	9,4
Número de terminados/integrados	179	143	121	126	128
Peso médio vivo/kg	94,3	93,8	94,2	94,6	95,00
Peso das carcaças/kg	69,2	67,3	69,8	70,2	70,00
Taxas de desfrute	160%	154%	145%	148%	150%
Taxa de mortalidade/efetivo	11,8%	12,2%	13,8%	11,2%	10,6%
Conversão alimentar/kg	3,26:1	3,13:1	3,18:1	3,19:1	3,20:1

FONTE: Agroindústrias

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

A nível microrregional, 68% do efetivo estadual localiza-se na Colonial Vale do Rio do Peixe e Colonial Oeste Catarinense, onde se situam as principais plantas industriais e se concentra a assistência pública e privada alocada na atividade. Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985 revelam uma diminuição do rebanho estadual em relação ao comportamento constatado em 1980. As microrregiões Colonial Sul Catarinense, Alto Vale do Itajaí, Planalto de Canoinhas e Vale do Rio do Peixe, no período intercensitário (1980/85), tiveram a sua participação relativa aumentada em relação ao efetivo total. Este novo comportamento não expressa um crescimento nominal dos plantéis, mas reflete o amadurecimento dos projetos implantados no período, com adequação das plantas industriais.



2. A SUINOCULTURA SE EXPANDE E MELHORA SEUS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE

A produção mundial de carne suína em equivalentes carcaças vem se expandindo mais moderadamente nos anos 80 do que nos anos 70, como reflexo do encarecimento dos custos das rações, que cresceram até 1985 a níveis superiores aos preços dos suínos. Em decorrência disso, se acredita em uma diminuição do rebanho mundial em 1986, com a contrapartida de um aumento na produção de carne suína pelo aumento dos descartes. A modificação do comportamento dos preços de cereais básicos na alimentação dos suínos em 1986, quando tanto o milho como a soja atingiram os níveis de preços mais baixos da década, deverá estimular um crescimento mais substancial em 1987.

TABELA 3

SUÍNOS - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE - 1980 A 1986

PAÍSES	(em mil t)							PARTICIPAÇÃO EM 1986 %	VARIAÇÃO 1986 (b/a) %
	1980	1981	1982	1983	1984	1985 (a)	1986 ^(*) (b)		
E.U.A	7.537	7.200	6.454	6.843	6.719	6.709	6.558	12,14	(-2,25)
U.R.S.S.	5.092	5.200	5.100	5.600	5.800	5.600	5.750	10,64	2,68
Alemanha Ocidental	2.726	2.700	2.655	2.700	2.744	2.785	2.870	5,31	3,05
Polônia	1.768	1.430	1.455	1.235	1.313	1.444	1.499	2,77	3,81
França	1.691	1.742	1.607	1.610	1.625	1.640	1.635	3,03	(-0,30)
Alemanha Oriental	1.253	1.355	1.251	1.220	1.242	1.262	1.267	2,34	0,40
Japão	1.476	1.396	1.430	1.450	1.430	1.485	1.470	2,72	(-1,03)
Grã-Bretanha	947	960	1.001	1.037	950	995	1.020	1,89	2,51
Holanda	1.062	1.134	1.157	1.195	1.258	1.340	1.375	2,54	2,61
Hungria	920	932	974	1.033	1.162	1.084	1.084	2,00	-
Romênia	977	925	820	875	860	840	840	1,55	-
Brasil (*)	1.000	1.183	1.105	1.040	960	960	1.080	2,00	12,50
Dinamarca	971	980	970	990	1.040	1.120	1.147	2,12	2,41
Itália	981	990	995	1.005	1.098	1.105	1.110	2,05	0,45
Tchecoslováquia	854	858	782	777	850	840	830	1,54	(-1,20)
Espanha	986	1.050	1.075	1.273	1.181	1.180	1.180	2,18	-
Iugoslávia	740	784	790	755	855	780	760	1,41	(-2,56)
Canadá	877	865	850	850	863	875	900	1,67	2,86
Rep. da China	8.700	11.884	12.718	13.161	14.450	15.510	15.840	29,32	2,13
México	905	1.088	1.200	1.075	942	864	915	1,71	5,90
TOTAL	41.463	44.656	44.389	45.724	47.342	48.418	49.130	90,93	1,47
TOTAL DEMAIS PAÍSES	4.515	4.577	4.201	5.095	4.844	4.941	4.900	9,07	(-0,84)
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	45.978	49.233	48.590	50.869	52.186	53.359	54.030	100,00	1,26

FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Primeiras estimativas

A produção nacional de carne suína vinha sendo gradativamente desestimulada desde 1981, devido, basicamente, à recessão econômica. Volta a demonstrar indícios de recuperação a partir do segundo semestre de 1986, beneficiada por um mercado crescente e por uma relação de custos mais favoráveis para os suinocultores. A menor oferta de carne bovina e a recomposição salarial também contribuíram para a recuperação dos preços, estimulando, assim, o retorno à atividade e a ampliação dos criatórios da parte de muitos criadores que estavam fora ou aumentaram a sua participação no mercado. Esses indicadores levam a formular uma expectativa de que a produção nacional de carne suína em equivalentes carcaças se situou em um volume entre 1,08 e 1,1 milhão de toneladas, acusando um crescimento no intervalo de 12,5% a 16,0% em 1986. Isto se constitui em um fato "record", pois, neste nível de expansão, a produção suínica do país volta a apresentar índices de crescimento muito semelhantes aos conseguidos nos primeiros anos da década de 70.

TABELA 4

SUÍNOS - REBANHO^(*), ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARCAÇA NO BRASIL, 1980 A 1986

DISCRIMINAÇÃO	1 9 8 0	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
Rebanho (milhões de Cab.)	32,6	32,1	31,6	30,3	29,0	28,6	29,0
Abates (milhões de cab.)	17,7	18,2	17,0	15,3	13,9	14,0	15,7
Taxa de Abate (%)	54,3	56,7	54,0	50,2	48,0	49,0	54,0
Produção de carne (1000t)	1.150	1.183	1.105	1.040	960	966	1.080

FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Analisado a partir dos dados censitários, levantados nos meses de fevereiro de cada ano, onde não foi levado em consideração o comportamento conjuntural da produção. Estão cotejados com o acompanhamento da produção e do mercado nos respectivos anos estudados.

O movimento da produção suinícola catarinense não tem acompanhado a mesma tendência quando se compara com a nacional. O decréscimo ocorrido em 1982 não teve a mesma profundidade, basicamente devido ao tipo de organização dos sistemas produtivos e industriais, que deram sustentação à atividade nos anos críticos da recessão, se reciclaram em termos de tecnologia e abriram novas fatias de mercado. Houve reduções nos índices de investimentos e abandono da atividade, por parte de muitos suinocultores.

res, causando uma diminuição nos plantéis. Em contrapartida, o aumento dos descartes se deu nos animais menos produtivos e os criadores que deixaram de produzir facilitaram um ganho de produtividade no rebanho geral.

O crescimento das vendas de reprodutores selecionados, da reposição às custas do próprio plantel e das trocas de animais entre os criadores se constituíram nos principais sinais de recuperação mais acelerada da produção estadual, desde o segundo semestre de 1985. Por outro lado, as indústrias locais vinham fomentando a produção, principalmente pelo crescimento do mercado de industrializados. Com o plano de estabilidade econômica, a suinocultura foi fortemente estimulada e ocorreu maciço retorno de recursos financeiros que estavam fora da atividade. Diante desse cenário, houve uma expansão da produção, em 1986, de aproximadamente 6,0%. Essa estimativa, no entanto, fica compreensível quando apenas os abates inspecionados superam a casa dos 4,0% de crescimento em 1986.

TABELA 5

SUÍNOS - ABATE, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA - 1980 A 1986

ANO	REBANHO (1.000 cab.)	PRODUÇÃO (*) (1.000 cab.)	TAXA DE ABATES (*) (%)	DESPRUTE (%)
1980	3.896	3.882	98	104
1981	3.800	3.926	103	101
1982	3.400	3.786	112	100
1983	3.200	4.177	130	124
1984	3.100	3.902	126	124
1985	3.172	4.142	130	133
1986	3.380	4.390	130	136

FONTE: MA/DFA-SC (SERPA), CIDASC E Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Abates SIF e não SIF, auto-consumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual.

TABELA 6

SUÍNOS - ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA
FEDERAÇÃO - SANTA CATARINA - 1980 A 1986

ANO	(cabeças)				
	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA		
	ABATE SIF	COMÉRCIO INTERES TADUAL DE SUÍNOS	AUTO-CONSUMO	ABATE NÃO SIF	TOTAL
1980	2.912.027	500.000	304.426	105.280	3.861.733
1981	3.045.446	400.000	308.255	172.160	3.925.861
1982	2.951.793	350.000	309.732	174.275	3.785.800
1983	3.494.641	250.000	299.171	133.104	4.176.916
1984	3.304.082	100.000	348.376	150.000	3.902.458
1985	3.519.341	90.000	400.000	132.816	4.142.157
1986	3.671.795	123.000	451.141	164.710	4.410.646

FONTE: MA/DFA-SC (SERPA)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

NOTA - Não se considerou as exportações de animais vivos, por estarem incluídas nas importações nos abates inspecionados.

TABELA 7

SUÍNOS - ABATE TOTAL (SIF, NÃO SIF E AUTO CONSUMO) - SANTA CATARINA 1981 A 1986

MÊS \ ANO	(mil cabeças)						
	1 9 8 1	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5 (a)	1 9 8 6 (b)	VARIAÇÃO b/a
Janeiro	273,5	256,7	282,7	267,7	319,4	356,3	11,55
Fevereiro	259,4	246,8	260,4	307,0	270,6	316,3	16,89
Março	257,5	291,9	330,5	273,4	311,4	290,3	(-6,78)
Abril	284,5	262,9	299,6	277,4	305,2	353,0	15,66
Mai	289,8	275,7	325,1	330,0	315,7	355,4	12,58
Junho	314,5	282,0	340,5	316,0	305,2	355,1	16,35
Julho	310,4	332,6	327,3	337,0	355,3	377,3	6,19
Agosto	338,4	305,1	371,4	353,4	371,4	375,6	1,13
Setembro	387,5	312,2	341,7	312,0	351,3	376,1	7,05
Outubro	296,9	299,3	354,8	345,9	370,2	342,5	(-7,50)
Novembro	289,9	297,8	332,1	305,0	345,2	360,0	4,30
Dezembro	286,7	316,8	312,5	334,0	343,3	372,0	8,36
TOTAL	3.589,0	3.479,8	3.878,6	3.758,8	3.964,2	4.229,9	6,70

FONTE: MA/DFA - SC (SERPA)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

3. A MAIOR MOBILIDADE DAS VENDAS CONSOLIDA UMA NOVA PARCELA DE MERCADO

No mercado internacional, os avanços dos negócios estão acontecendo como reflexo das condições econômicas dos países ricos; o volume maior das transações se deu dentro dos limites da CEE. A grande alteração na tendência da comercialização de carne suína, em 1986, ocorreu pela entrada do Brasil no mercado mundial comprando, aproximadamente, 70 mil toneladas, constituindo-se em um fato inédito, pois o país era considerado sempre como um potencial exportador. Mesmo que persista essa expectativa de crescimento nas transações internacionais de carne suína e derivados, permanecem alguns entraves, como os elevados estoques de carne bovina e a preferência por carnes magras nos principais países importadores. Por outro lado, a qualidade da carne suína produzida na CEE tem a preferência do mercado, dificultando a entrada de eventuais exportadores nesse bloco fechado. A expansão da produção mundial, embora moderada, tem forçado aumentos nos estoques e nos subsídios nos principais países produtores, o que causou, em 1986, contenção de preços. Isto facilitou as importações brasileiras, a preços de carcaça muito próximo às cotações internas do suíno vivo.

TABELA 8

SUÍNOS - EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986

(em mil t)

PAÍSES	ANO	1982	1983	1984	1985	1986	PARTICIPAÇÃO (1986) %	VARIAÇÃO ANUAL (1986) $\frac{a-b}{a} \times 100$ %
				(a)	(b)			
U.S.A.		97	99	74	54	54	1,51	-
Canadá		163	158	175	185	200	5,60	8,11
C.E.E.		1.874	2.077	2.110	2.213	2.243	62,83	1,36
Alemanha Oriental		210	210	210	210	210	5,88	-
Hungria		118	125	220	190	190	5,32	-
Polônia		36	26	21	14	14	0,40	-
Romênia		50	85	75	90	90	2,52	-
China		330	248	273	263	292	8,18	11,03
OUTROS PAÍSES		100	258	281	334	277	7,76	(-17,06)
TOTAL		2.978	3.286	3.439	3.553	3.570	100,00	0,48

FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

O mercado brasileiro em 1986 foi marcado por uma alteração significativa nos níveis de consumo. Era esperado um crescimento da produção que ficaria adequada à expectativa que se tinha da demanda interna. A produção mostrava indicadores de que iria subir, no rastro da recuperação dos preços ocorrida a partir de segundo semestre de 1985, mas, principalmente, pela abertura de novas fatias no mercado consumidor, através da industrialização da carne suína. Se, de um lado, os derivados nobres encontravam consumo nas classes de renda mais alta, de outro, a modernização das práticas de comercialização desses mesmos produtos encontrava espaços de consumo nas classes de renda mais baixa. A intensa urbanização do país e o êxodo rural levando para as cidades grandes contingentes da população com hábito de consumir produtos de origem suína indicavam que, ao primeiro sinal de recuperação econômica, haveria um espaço a ser preenchido. Por outro lado, a urbanização levou ao surgimento da necessidade de fazer pelo menos uma refeição fora do domicílio, ampliando o mercado para os semi ou os industrializados. Como, desde seu começo, a indústria suinícola nacional vem se adequando a essa realidade, mesmo porque o suíno é um animal que se presta mais à industrialização, estavam criadas as condições básicas para que a atividade aproveitasse melhor a situação favorável do mercado. A recuperação dos níveis de emprego, com o aumento da renda média dos assalariados, constituiu-se na espinha dorsal para que os estoques remanescentes do final de 1985 fossem escoados mais rapidamente, chegando-se ao final do ano de 1986 com o mercado não integralmente abastecido, apesar de terem sido importadas 70,0 mil toneladas em carcaças e cortes. No entanto, a grande mobilidade nas vendas deve ser vista, também, como decorrência da falta generalizada de carne bovina, que ainda tem a preferência do consumidor brasileiro. No comportamento do mercado, em 1986, as conclusões apontam para a direção de que a expansão do consumo se deu em cima dos industrializados e menos em cima da carne suína "in natura".

TABELA 9

SUÍNOS - PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE (*) EM EQUIVALENTES CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA 1982 A 1986

COMPORTAMENTO	(em ton.)										
	ANO	BRASIL					SANTA CATARINA				
		1982	1983	1984	1985	1986	1982	1983	1984	1985	1986
1. Produção (*)	1.105.000	1.040.000	960.000	960.000	1.080.000	282.134	286.554	276.000	283.000	307.135	
2. Comercialização Nacional	1.105.000	1.040.000	960.000	960.000	1.060.000	205.393	209.774	200.000	205.176	221.137	
3. Importação	-	-	-	-	40.000	-	-	-	-	-	
4. Consumo											
. Interno	1.105.000	1.040.000	960.000	960.000	1.120.000	76.741	76.780	75.000	77.824	85.998	
. Per Capita/kg	6,7	6,0	6,95	7,08	8,05	19,9	19,5	18,7	19,0	20,1	

FONTE: Instituto CEPA/SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Não estão considerados os componentes necessários para a fabricação dos embutidos, salgados e defumados. Se fossem incluídos, iriam mascarar o desempenho da produção.

4. A SUINOCULTURA CATARINENSE PELA SUA ORGANIZAÇÃO TEM APRESENTADO DESEMPENHOS ECONÔMICOS MAIS SATISFATÓRIOS

O desempenho econômico da suinocultura brasileira, no geral, sofre a influência dos mesmos fatores que afetam a pecuária de corte, principalmente pela sua ligação estreita com as políticas para a produção de grãos. Mais especificamente, o bom desempenho econômico da atividade depende da sazonalidade da produção, do caráter marginal do rebanho, do ciclo da produção da carne bovina e do consumo alternativo da carne de aves. Nesse sentido, assume caráter preponderante a persistência, em muitas regiões do país, da estacionalidade de oferta, que se concentra de maio a outubro, não só como consequência da entrada no mercado, no primeiro semestre, dos produtores denominados "safristas", que produzem quando existe maior oferta dos insumos básicos. Isto gera uma certa instabilidade de preços, proporcionada pela maior atomização da produção e, portanto, uma maior perda nas conquistas dos tradicionais produtores, tanto na sua representatividade como na qualidade do seu produto entregue às indústrias.

Na composição dos custos de produção de suínos, a alimentação apresenta-se como o principal componente, gerando uma dependência da atividade às políticas e ao desempenho das safras

de verão. Dois produtos agrícolas são fundamentais: o milho e a soja, pois está havendo pouco avanço na utilização de outras fontes alternativas de arraçoamento. A orientação política para a soja evidencia o destaque às exportações, gerando uma composição de preços baseada em cotações internacionais. A industrialização de soja, com produção de óleo, cria uma área de competição com a banha. Por outro lado, o alto grau de esmagamento, em mãos de poucas indústrias, dificulta a aquisição do insumo pelos suinocultores isoladamente. O milho tem sofrido os efeitos de uma política agrícola onde foram contemplados aqueles produtos da pauta de exportação. As frustrações de safras, os estoques do cereal relativamente baixos e a ampliação dos criatórios de aves vêm tornando o mercado desse produto bastante ágil. Essa demanda crescente, sem a proporcional expansão da produção de milho, tem permitido o surgimento de especulações, dada a intensa intermediação que sofre desde que sai da unidade produtora. Esses dois componentes (milho e soja) são representativos nos custos de produção, afetando seriamente a atividade suinícola, especialmente no caso do milho, cuja produção se encontra muito ajustada à demanda, e qualquer frustração influi decisivamente no desempenho econômico da suinocultura.

Observa-se uma certa recuperação dos níveis de lucratividade nos criatórios de suínos a partir de 1984. Pode-se medir esse comportamento, diferente do que vinha ocorrendo até 1983, através da medição prática da relação preço do suíno preço do milho a nível de produtor, que deve permanecer sempre superior a seis (um quilograma de suíno compra no mínimo seus quilogramas de milho). Essa conta é comum entre os criadores, como forma de avaliar rapidamente, na hora da venda, como se encontra a rentabilidade do empreendimento. Na realidade, ela não especifica os níveis de produtividade, mas dá idéia muito aproximada dos custos de produção. A avaliação desse índice nos revela que nos estados sulinos ele foi desfavorável para os criadores até 1983. As causas foram centradas nos preços fortemente contidos a nível de criador, em razão da recessão econômica e da reação dos preços do milho que evoluíram mais do que as cotações dos suínos. Após esse período, o reperfilamento do mercado de carne suína e derivados e a relativa facilidade no suprimento de grãos determinaram uma relação favorável, nos anos de 84 e 85. Essa relação, no entanto, torna-se desfavorável, na medida em que o criador é obrigado a ir ao mercado para adquirir o milho.

TABELA 10

SUÍNOS - RELAÇÃO⁽¹⁾ DE PREÇOS MENSAIS DO MILHO/PREÇO DO SUÍNO PRATICADO NA REGIÃO SUL - 1983 A 1986

ANO MÊS	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5			1 9 8 6		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR
Janeiro	7,0	6,8	6,8	4,8	7,5	5,0	7,7	7,4	8,1	7,06	8,50	6,64
Fevereiro	7,0	6,8	7,0	6,9	8,5	8,2	7,1	7,0	7,9	7,07	7,49	6,95
Março	6,9	7,0	6,8	7,7	7,8	8,3	7,0	6,2	6,5	6,52	7,43	7,31
Abril	6,9	6,9	6,5	7,9	7,7	8,4	6,0	5,8	5,5	6,65	7,43	7,21
Mai	5,8	5,1	5,9	8,3	7,4	9,1	5,7	6,4	5,5	6,79	7,43	7,56
Junho	4,9	4,5	4,6	8,0	7,4	9,1	6,5	6,7	6,7	7,38	7,25	8,35
Julho	4,7	4,6	4,3	7,9	7,8	8,3	7,8	7,9	7,8	7,52	7,54	8,58
Agosto	4,5	5,0	4,3	8,4	6,8	8,4	9,0	9,2	9,9	8,69	8,50	9,23
Setembro	5,5	3,6	3,3	8,2	7,2	8,4	8,9	9,0	9,5	9,45	9,95	10,60
Outubro	4,8	5,0	4,2	7,5	7,4	8,3	8,7	7,4	9,2	9,69	9,46	10,53
Novembro	4,6	4,7	4,5	7,0	7,0	7,8	8,0	9,6	8,5	9,52	10,46	
Dezembro	4,5	4,7	4,7	7,3	7,8	7,6	8,5	8,5	8,9			

FONTE: CEPA/RS, DEPAL/PR e Instituto CEPA/SC

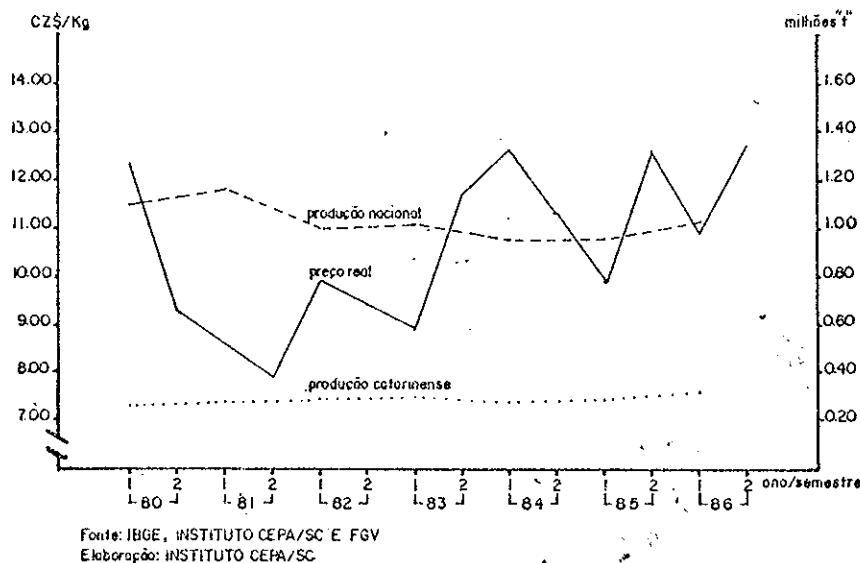
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Baseado na relação prática de um quilograma de suíno vivo para comprar 6,0 kg de milho

Para se ter uma visão geral do comportamento econômico da atividade, essa relação milho/suíno pode ser útil, porém na medida em que forem introduzidas outras variáveis, como produção de outras carnes, estacionalidade da oferta e o deslocamento dos criadores para outras atividades. Assim, constatar-se-á uma instabilidade econômica da atividade com dois anos de baixa para aproximadamente três anos de recuperação, que acompanham em maior ou menor grau as variáveis acima mencionadas. Os picos de baixa da produção brasileira de carne bovina deveriam ser acompanhados por picos de crescimento da produção nacional de carne suína. Isto não aconteceu, em consequência da queda no consumo, devido ao achatamento salarial. A produção volta a se recuperar quando a produção de carne bovina cai e os salários são recompostos. Também se observa uma nítida tendência de os preços recebidos pelos criadores serem mais altos no segundo semestre, principalmente na entressafra do boi.

GRÁFICO 1

SANTA CATARINA - Preços reais de set/86 recebidos pelos suinocultores catarinenses e produção estadual de carne suína em equivalentes carcaças-1980 a 1986
BRASIL - Produção nacional de carne suína em equivalentes carcaças - 1980 a 1986



O mesmo comportamento não é constatado em Santa Catarina, devido ao fato de aproximadamente 50% dos criadores, cuja atividade econômica principal está na suinocultura, apresentarem níveis de produtividade os mais altos dos países. Essa organização de produção em "Sistemas Integrados" tem garantido uma estabilidade na produção, com leve tendência ao crescimento. A produtividade bem acima da média tem garantido períodos mais longos de lucratividade. Porém, ainda um grande contingente de pequenos produtores, no geral, apresentou níveis de desempenho muito baixos, notadamente em 1983 e no primeiro semestre de 1985. A baixa lucratividade nos anos de 83 e a recuperação muito lenta em 84 tiveram como causa principal as adversidades climáticas, com quedas na produção de cereais e rebaixamento dos estoques junto à unidade produtora. O desestímulo na produção, nos anos de baixa lucratividade, teve como fato positivo um descarte de animais no sentido de contribuir com a seleção, visando ao aumento da produtividade.

TABELA 11

SUÍNOS - PREÇOS RECEBIDOS PELOS CRIADORES E CUSTO DA PRODUÇÃO (*) ESTIMADO PARA UMA PROPRIEDADE COM BAIXA TECNOLOGIA EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986

(CZ\$/kg)

ANO \ MÊS	1 9 8 2			1 9 8 3			1 9 8 4		
	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %
Janeiro	0,102	0,093	9,68	0,226	0,216	4,63	1,00	0,953	4,93
Fevereiro	0,124	0,104	19,23	0,228	0,228	-	1,12	1,003	11,67
Março	0,123	0,120	2,50	0,237	0,250	(-5,20)	1,04	1,008	3,17
Abril	0,125	0,123	1,63	0,244	0,300	(-18,66)	1,15	1,013	13,52
Mai	0,134	0,126	6,35	0,247	0,320	(-22,82)	1,21	1,056	14,58
Junho	0,142	0,130	9,23	0,268	0,360	(-25,55)	1,22	1,105	10,41
Julho	0,160	0,133	20,30	0,320	0,540	(-40,74)	1,30	1,238	5,00
Agosto	0,153	0,137	11,68	0,418	0,594	(-29,63)	1,47	1,370	7,30
Setembro	0,156	0,140	11,43	0,607	0,670	(-9,40)	1,79	1,680	2,98
Outubro	0,165	0,181	(-8,84)	0,760	0,820	(-7,73)	2,10	1,890	12,30
Novembro	0,181	0,190	(-4,74)	0,710	0,890	(-20,20)	2,10	2,140	(-1,87)
Dezembro	0,188	0,200	(-6,00)	0,710	0,916	(-22,48)	2,10	2,360	(-11,00)

continua...

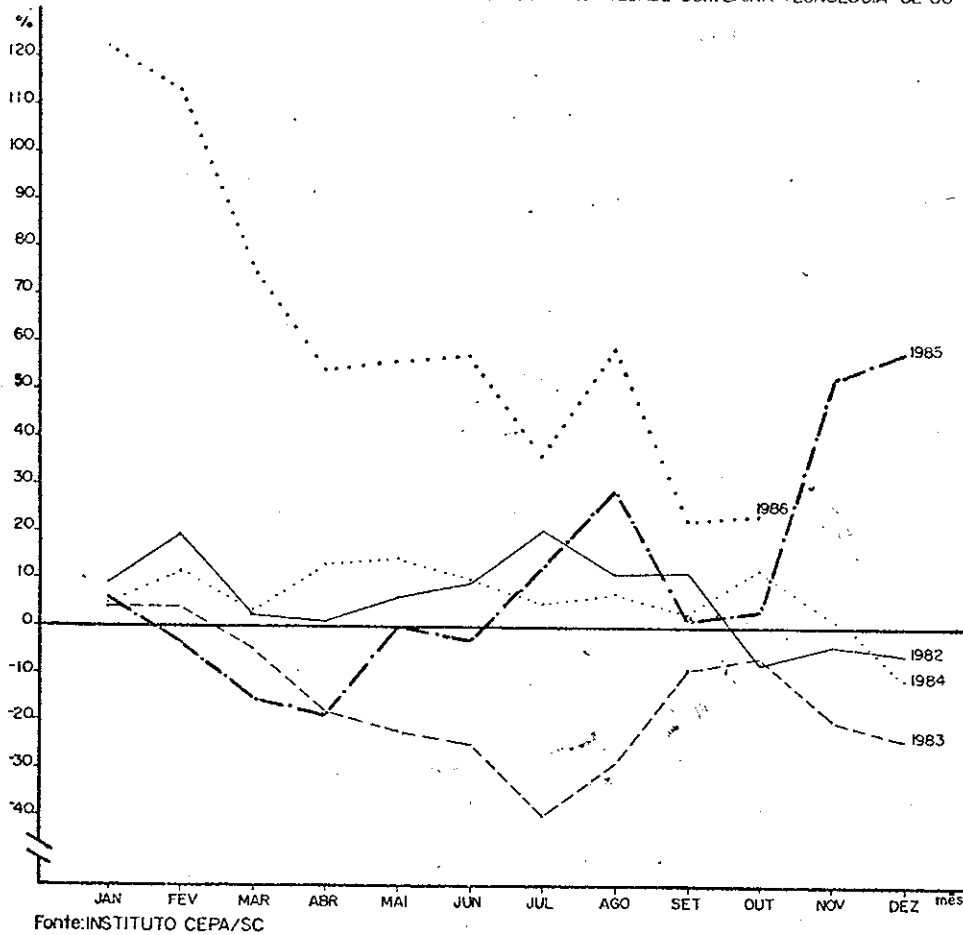
(conclusão)

ANO \ MÊS	1 9 8 5			1 9 8 6		
	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %	PREÇO CORRENTE	CUSTO DE PRODUÇÃO	MARGEM BRUTA %
Janeiro	2,84	2,66	6,77	11,44	5,15	122,13
Fevereiro	2,84	2,94	(-3,40)	9,88	4,63	113,40
Março	2,69	3,18	(-25,40)	9,88	5,61	76,11
Abril	2,69	3,33	(-19,00)	9,88	6,38	54,85
Mai	2,99	3,40	(-12,00)	10,30	6,57	56,68
Junho	3,35	3,47	(-3,46)	10,40	6,60	57,58
Julho	4,20	3,74	12,30	11,98	8,75	36,91
Agosto	5,40	4,18	29,19	14,13	8,86	59,48
Setembro	5,52	5,45	1,28	13,44	10,88	23,53
Outubro	6,15	5,95	3,36	13,70	11,10	23,42
Novembro	8,71	5,73	52,00			
Dezembro	9,28	5,50	68,73			

FONTE: Instituto CEPA/SC

(*) Referem-se aos custos até a porteira da propriedade

GRÁFICO 2
 SANTA CATARINA - MARGENS BRUTAS COMPARANDO-SE O PREÇO RECEBIDO E O
 CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM UMA PROPRIEDADE COM BAIXA TECNOLOGIA - 82-86



No caso catarinense, um outro ponto básico para explicar que a produção não foi desestimulada, como a nível nacional, relacionou-se à disponibilidade de mercado para absorver a produção por um parque industrial que não deixou de se modernizar e, principalmente, pela consolidação de uma cooperativa, que fomentou a produção via preços recebidos pela qualidade. Por outro lado, se os custos totais não foram remuneradores, a fatia variável teve cobertura, agregando valor para a produção de insumos da própria unidade produtora. Esses riscos e incertezas têm levado produtores, empresas e cooperativas a se unirem em sistemas integrados de produção. As relações entre os dois segmentos são firmados por contratos formais ou não, em que as empresas e cooperativas se comprometem a fornecer os insumos e a tecnologia vinculada aos seus interesses comerciais, e os produtores a entregarem a produção. O grau de incerteza do produtor fica reduzido, mas se coloca sob a dependência do integrador. Sua lucratividade aumenta em função da melhoria da produtividade, enquanto a operacionalidade e o ponto de equilíbrio da empresa ou cooperativa ficam garantidos pelo surgimento da matéria-prima. Mais recente, o surgimento dos chamados "condomínios" de criadores,

visando reunir pequenos produtores para produzirem em uma escala economicamente maior, tem contribuído na superação dos principais entraves da atividade. A análise do comportamento da produção e de seu desempenho econômico direciona-se no sentido de que a suinocultura catarinense, nos últimos anos, teve sucesso econômico, na medida em que a produção foi se organizando em torno dos interesses industriais e da produção em condomínios, por induzir a utilização de tecnologias mais produtivas; por isso, muitos criadores suportam financeiramente os períodos de crise.

5. A EXPECTATIVA APONTA PARA UMA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO À SEMELHANÇA DOS ANOS 70, QUANDO CRESCIA A TAXAS SUPERIORES A 10% A.A.

A tendência da produção é de continuar se expandindo, fazendo-se prever um avanço bastante significativo em 1987. O reaquecimento da economia, a boa disponibilidade de cereais e principalmente a reação, em termos reais, dos preços recebidos pelos suinocultores, se constituem em fatores de estímulo ao retorno dos investimentos para o setor. Por outro lado, a intensa reposição dos plantéis e a grande procura por reprodutores espelham com segurança a retomada do crescimento da atividade. Acredita-se na permanência das atuais condições favoráveis de mercado, em primeiro lugar devido à possibilidade de um abastecimento de carne bovina pouco ajustado e, em segundo lugar, em razão da industrialização de carne suína, cujos produtos não geram competitividade com as demais carnes. Em uma situação de relativa recomposição de renda, é factível prever-se que o mercado, em 1987, poderá absorver o patamar esperado da produção, entre 1,3 e 1,4 milhão de toneladas. Por sua vez, a suinocultura catarinense deve colocar no mercado interno, no mesmo período, um volume aproximado de 330 a 350 mil toneladas em equivalentes carcaças, que podem facilmente ser reavaliadas para mais, à medida que se conhecer com mais exatidão o efetivo de matrizes.

ANÁLISE ECONÔMICA DAS
PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES
AGROPECUÁRIAS EM SANTA
CATARINA

5. ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA

Pelo segundo ano consecutivo é apresentada a análise econômica da agropecuária catarinense; nesta ocasião, apresenta-se o Valor Bruto da Produção-VBP por Microrregiões (MRH) da Fundação IBGE, visando a um melhor aproveitamento das informações por parte dos planejadores.

As atividades de pesca foram agregadas às demais explorações agropecuárias, tendo em conta que ela é importante para algumas microrregiões do litoral.

5.1. MATERIAL E MÉTODOS

O Valor Bruto da Produção Agropecuária-VBP, é estimado, de uma forma preliminar, para os principais produtos do setor primário catarinense, não representando, portanto, o VBP do setor primário estadual.

Os dados utilizados das lavouras foram os da safra 1985/86 para todas as culturas, excetuando-se a do trigo, que foi representada pela safra 1986/87 e denominada safra 1986; os dados foram fornecidos pela Fundação IBGE.

As produções pecuárias foram as verificadas no ano civil de 1986 e estimadas pelo Instituto CEPA/SC.

As quantidades produzidas foram distribuídas por MRH e por mês de comercialização; os preços unitários para os diferentes produtos foram obtidos junto à EMATER/ACARESC, que, por sua vez, os capta mensalmente junto ao produtor e os fornece à Fundação Getúlio Vargas-FGV.

O produto das quantidades pelos preços mensais resulta no VBP microrregional, cuja somatória representa o VBP ponderado estadual para os produtos em análise.

Os valores para o pescado foram informados pela SUDEPE, os de maçã pelo PROFIT e os de mel pelo Instituto de Apicultura.

No segmento "Comparativo entre preços pagos e recebidos pelos produtores" procura-se retratar a situação do produtor quanto ao nível de capitalização nos anos de 1985 (safra 84/85) e 1986 (safra 85/86), além da relação econômica entre as duas safras.

Esta relação de trocas, mais precisamente, envolve os preços recebidos pelo produtor e os custos de produção desdobrados em fixos e variáveis.

O intervalo de tempo existente entre a aplicação do insumo e a comercialização do produto foi compensado pela correção monetária das despesas para que se faça uma correta comparação. Como os custos fixos têm mínima liquidez no curto prazo, optou-se por corrigir somente os custos variáveis. Desta forma, o custo total corrigido compreende o custo variável corrigido mais o custo fixo sem correção.

Da comparação entre o preço recebido na época de comercialização com o custo total corrigido resulta a relação de trocas mostrada pelo respectivo índice que, se superior à unidade, indica prováveis ganhos do produtor naquele produto e naquele ano, e perdas no caso de ser negativo.

Determinou-se uma relação percentual entre os índices de relação de trocas dos dois anos em análise. Caso este percentual seja negativo, ele não indica necessariamente prejuízos na produção, mas, sim, um comportamento econômico-financeiro pior no último ano de exploração.

5.2. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO-VBP

A tabela 1 revelará a estimativa preliminar do valor bruto da produção dos principais produtos do setor primário, abrangendo em torno de 95% do VBP do setor, ficando de fora a estimativa da produção extrativa vegetal, parte da produção hor-

TABELA 1

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - 1986

(Cz\$/mil-corrente)

PRODUTO	MPH	COL. DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COL. DE BUIÉVÃO	COL. DO ITAJAÍ NORTE	COL. DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLO. SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA
ALHO	-	-	-	2.220	-	8.979	674	12.146	881	4.665
ARROZ	140.487	46.527	184.372	184.372	4.644	79.001	24.045	6.294	31.666	67.489
BANANA	137.722	6.560	18.360	18.360	294	-	17.763	10.849	13.947	39.030
BATATA	584	370	4.504	4.504	8.890	33.925	13.641	46.847	107	81.945
CANA-DE-AÇÚCAR	10.876	29.194	7.211	7.211	-	-	29.038	15.120	514	3.401
CEBOLA	-	166	9.007	9.007	3.268	271.506	5.993	144.542	369	4.923
FEIJÃO	2.403	2.586	12.195	12.195	16.479	78.781	4.432	16.853	5.042	58.745
FUMO	19.602	9.174	168.687	168.687	148.422	331.892	14.944	145.477	14.501	362.449
MAÇÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MANDIOCA	11.480	1.830	19.361	19.361	16.930	72.341	13.132	15.508	10.668	36.920
MILHO	17.100	2.072	51.111	51.111	29.454	70.163	8.427	41.047	929	59.967
SOJA	-	-	-	-	-	565	-	-	-	-
TOMATE	10.194	3.799	6.687	6.687	-	8.737	56.045	34.039	-	23.060
TRIGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76
UVA	-	-	605	605	112	3.679	-	2.077	-	6.131
AVES	88.267	5.798	131.387	131.387	31.456	235.791	153.290	37.983	8.102	155.498
BOVINO-CORTE	42.874	17.003	100.652	100.652	34.251	115.470	37.483	70.337	20.951	138.532
LEITE	56.145	10.392	120.148	120.148	44.679	117.193	34.100	67.458	6.447	80.770
SUÍNOS	79.654	5.929	123.056	123.056	43.833	176.210	17.590	61.736	6.902	188.323
MEL	-	-	-	-	-	8.030	2.423	18.621	-	12.679
PESCADO	26.693	498.957	-	-	-	-	90.346	-	47.911	-
TOTAL	644.081	640.357	959.563	959.563	382.712	1.612.263	523.366	746.934	168.937	1.324.603

(continua)

(conclusão)

PRODUTO	MHR	LITORAL SUL CATARINENSE	COL. SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL. DO RIO DO PEIXE	COL. DO OESTE CATARINENSE	PLANALDO DE CAIOINHAS	ESTADO
ALHO	-	1.351	539	10.774	357.630	42.186	10.096	12.410	464.551
ARROZ	-	101.482	223.884	1.273	6.069	17.071	39.561	20.543	994.408
BANANA	-	13.881	53.892	-	-	-	-	2.872	315.170
BATATA	-	632	4.055	61.074	14.535	43.011	61.878	45.390	421.368
CANA-DE-AÇÚCAR	-	973	720	-	25	2.188	10.028	-	109.288
CEBOLA	-	5.386	1.030	5.369	15.464	13.564	9.699	7.694	497.980
FEIJÃO	-	25.805	21.057	15.679	87.354	59.339	404.013	65.750	876.513
FUMO	-	252.191	248.364	21.698	12.444	51.639	140.067	168.748	2.110.299
MAÇÃ	-	-	-	177.183	128.942	288.939	-	1	595.065
MANDIOCA	-	77.484	8.351	73	325	6.920	63.131	12.214	366.668
MILHO	-	18.919	60.361	41.434	130.341	724.609	1.374.833	154.676	2.785.443
SOJA	-	3.068	564	4.360	103.271	126.183	693.343	121.630	1.052.984
TOMATE	-	437	128	6.827	16.203	12.489	-	5.340	183.985
TRIGO	-	-	13	370	16.865	11.394	121.931	13.683	164.332
UVA	-	-	747	915	3.361	112.525	26.311	1.694	158.157
AVES	-	95.222	66.277	25.392	86.571	2.134.182	1.752.488	120.022	5.127.726
BOVINO-CORTE	-	48.653	34.152	288.319	239.984	273.922	395.252	123.316	1.981.151
LEITE	-	21.640	22.010	65.852	68.180	224.629	286.602	63.330	1.289.575
SUÍNOS	-	40.473	62.701	64.951	141.472	1.050.547	1.582.280	197.007	3.842.664
MEL	-	5.279	5.596	10.198	13.612	5.824	13.068	12.111	107.441
PESCADO	-	20.533	-	-	-	-	-	-	684.440
TOTAL	-	733.409	814.441	801.741	1.442.648	5.201.161	6.984.581	1.148.431	24.129.228

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Fundação IBGE/GCEA-SC, EMATER-SC/ACARESC, SUDEPE, Instituto de Apicultura de Santa Catarina e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

tícola e outras explorações de menor importância.

A concentração do valor bruto do setor suíno-avícola continua importante, abrangendo, em 1986, 37,2% do VBP, ficando o total da atividade animal, incluindo a extrativa animal (pesca- do), em 54,0% do VBP. Os demais agrupamentos de produtos tiveram a seguinte participação: o grupo Raízes, Tubérculos e Legumes envolvendo alho, batata, cebola, mandioca e tomate, representa 8,0% do VBP; as Frutas - banana, maçã e uva - contribuíram com 4,4%; os Grãos, compreendendo arroz, feijão, milho, soja e trigo, aparecem com 24,4%; em "outros", foram englobados a cana-de-açúcar e o fumo, que participaram com 9,2% do Valor Bruto da Produção.

Por outro lado, atendo-se à atividade suíno-avícola e suas culturas subsidiárias, representadas pelo milho e parte da soja, ver-se-á que este complexo abrange 51% do VBP em análise.

As explorações que mais evoluíram em 1986, em termos de VBP, quando comparadas ao ano anterior, foram, por ordem de evolução, as seguintes: alho, trigo, tomate, cebola, bovinos de corte, batata, maçã, fumo e aves.

Inversamente, os maiores decréscimos de VBP foram verificados com as seguintes explorações; arroz, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, suínos, soja, leite, milho e pescado.

As atividades exploratórias banana e mel permaneceram com seus valores relativamente estáveis.

Quanto à participação das microrregiões homogêneas no VBP em análise, despontam na liderança as MRH Colonial Oeste Catarinense, com 28,9% e Colonial do Rio do Peixe, com 21,5% do VBP estadual, como consequência do complexo suínos, aves, milho, soja, responsável por mais de 77% do VBP regional.

Segue, na 3ª posição, a MRH Colonial do Alto Itajaí, com uma participação bem menos expressiva, ou seja, 6,7% do VBP, como resultado das atividades em fumo, cebola, aves, suínos, leite e bovinos de corte, representando 77,4% do VBP da região.

A MRH Campos de Curitiba aparece em quarto lugar, com 6,0% do VBP, com uma produção mais diversificada e representando 76,4% do VBP regional os seguintes produtos: alho, bovinos de corte, suínos, milho, maçã e soja.

Na quinta posição, encontra-se a MRH Carbonífera, com 5,5% do VBP analisado, com produção também bastante diversificada e representada por fumo, suínos, aves, bovinos de corte, batata e leite que, em conjunto, perfazem 76,1% do VBP microrregional.

A MRH Planalto de Canoinhas fica com a 6ª colocação, com 4,8% do VBP, representado por suínos, fumo, milho, bovinos de corte, soja e aves, englobando 77,1% do VBP da região.

Finalmente, a MRH Colonial de Blumenau participa com 4,0% do VBP e posiciona-se em 7º lugar pela produção de arroz, fumo, aves, suínos e bovinos de leite e de corte, que, reunidos, somam 86,3% do VBP da MRH.

As demais nove MRH juntas perfazem apenas 22,6% do VBP, não havendo MRH com mais de 3,5% do VBP em questão.

Comparando-se o VBP total com o do mesmo conjunto de produtos analisado no ano passado, verifica-se uma evolução de 172,9%, portanto superior ao índice de inflação no período, estimado em 142,3% pela FGV (Índice Geral de Preços - coluna 2).

5.3. COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Como ocorreu no ano anterior, os produtos cujos custos de produção não foram passíveis de análise pelos técnicos do Instituto CEPA/SC, infelizmente não puderam ser incluídos no presente segmento, ficando a esperança de que, na próxima "Síntese Anual", se possa incluir mais algumas explorações com custos de produção conhecidos.

A análise é efetuada tendo a tabela 2 como base, cujo método de montagem já foi explicitado no item 5.1.

TABELA 2

COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE SAFRAS 1984/85 e 1985/86. VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPARATIVO ENTRE ESTAS DUAS SAFRAS.

PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	CUSTOS VARIÁVEIS C.V %	VALORES EM CR\$/kg				RELAÇÃO DE TROCAS Col. 5 Col. 7
			Correntes		Corrigidos		
			Custo de Produção	Preço recebido-col.5	Custos Variáveis	Custos de produção-col.7	
ALHO	Safra 84/85	87,5	1.067	3.402	2.768	2.901	1,17
	Safra 85/86	86,7	6.452	35.000	17.770	13.630	1,88
	Variação %	- 0,9	504,7	928,8	542,0	542,2	60,2%
ARROZ	Safra 84/85	84,4	286	745	495	540	1,38
	Safra 85/86	81,6	1.104	2.600	1.733	1.935	1,34
	Variação %	- 3,3	286,0	249,0	250,1	258,3	- 2,6%
BATATA	Safra 84/85	90,8	297	392	406	433	0,91
	Safra 85/86	86,3	1.027	3.000	1.547	1.687	1,78
	Variação %	- 5,0	245,8	665,3	281,0	289,6	96,4%
CEBOLA	Safra 84/85	67,1	144	472	263	310	1,52
	Safra 85/86	64,9	700	3.750	925	1.171	3,20
	Variação %	- 3,3	386,1	694,5	251,7	277,7	110,3%
FEIJÃO	Safra 84/85	72,1	679	1.575	671	861	1,83
	Safra 85/86	74,1	2.097	4.833	2.974	3.518	1,37
	Variação %	2,8	208,8	206,9	343,2	308,6	-24,9%
MAÇÃ	Safra 84/85	90,0	119	1.170	270	270	4,33
	Safra 85/86	89,8	813	7.059	1.461	1.544	4,57
	Variação %	- 0,2	583,2	503,3	441,1	471,9	5,5%
MANDIOCA	Safra 84/85	73,4	47	145	91	104	1,39
	Safra 85/86	79,3	174	325	256	292	1,11
	Variação %	8,0	270,2	124,1	181,3	180,8	-20,2%
MILHO	Safra 84/85	75,6	164	505	327	367	1,38
	Safra 85/86	70,8	758	1.417	936	1.158	1,22
	Variação %	- 6,3	362,2	180,6	186,2	215,5	-11,1%
SOJA	Safra 84/85	84,4	411	794	766	830	0,96
	Safra 85/86	81,7	1.472	2.167	1.822	2.091	1,04
	Variação %	- 3,2	258,2	172,9	137,9	151,9	8,3%
TOMATE	Safra 84/85	85,1	210	594	269	300	1,98
	Safra 85/86	88,0	853	2.500	942	1.045	2,39
	Variação %	3,4	306,2	320,9	250,2	248,3	20,8%
TRIGO	Safra 1985	68,7	882	2.345	2.031	2.307	1,02
	Safra 1986	66,5	1.894	3.340	2.420	3.376	0,99
	Variação %	- 3,2	114,7	42,4	19,2	46,3	- 2,7%
LEITE	Ano 1985	67,8	1.077	1.012	797	1.144	0,88
	Ano 1986	61,6	2.390	1.990	1.739	2.657	0,75
	Variação %	- 9,1	121,9	96,6	118,2	132,2	-15,3%
BOVINOS	Ano 1985	52,1	3.375	3.185	3.380	4.997	0,64
	Ano 1986	47,1	7.480	10.666	3.969	7.933	1,34
	Variação %	- 9,6	121,6	234,9	17,4	58,8	11,3%
SUINOS	Ano 1985	94,4	4.134	4.833	5.769	5.999	0,81
	Ano 1986	92,6	9.290	14.400	9.867	10.553	1,36%
	Variação %	- 1,9	124,7	198,0	71,0	75,9	69,4%

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Assim, passa-se a discorrer sobre o comportamento econômico de cada exploração, procurando-se explicar as prováveis razões que influenciaram significativamente neste comportamento.

5.3.1. Alho

Nas últimas três safras, a cultura do alho tem-se mostrado lucrativa no estado de Santa Catarina, principalmente pela elevação dos preços, devido à melhoria da qualidade do alho nobre catarinense.

A lucratividade da safra 1985/86 foi 60% superior à anterior, como consequência da elevação, mais que proporcional, dos preços recebidos em relação aos custos de produção. Esta menor elevação dos custos foi proporcionada tanto pelo menor aumento relativo dos insumos como pelo aumento do rendimento físico da cultura.

A melhoria dos preços do alho no mercado brasileiro foi o resultado da diminuição da produção mineira e da liberação das importações do alho somente a partir de abril, e até agosto, provocando uma oferta menor que a procura.

Cooperando para a maior lucratividade do produtor catarinense, além da melhoria da qualidade do produto, esteve a colocação antecipada, no mercado brasileiro, de parte da produção catarinense, aproveitando os bons preços vigentes; esta medida veio impedir que o Governo prorrogasse a liberação das importações, sob alegação de falta do produto, mantendo-se o mercado, desta forma, aquecido.

5.3.2. Arroz

Com uma elevação dos custos de produção acima da verificada para o preço recebido pelo agricultor, a cultura do arroz em Santa Catarina apresentou uma lucratividade 2,6% inferior à verificada na safra anterior, ou seja, enquanto a relação de trocas foi de 1,38 na safra 1984/85, na atual, este índice baixou para 1,34.

Alguns fatores influenciaram no impedimento da elevação do preço do arroz a nível de produtor.

No início da colheita, ou seja, dezembro e janeiro de 1986, os preços chegaram até Cz\$ 140,00 a saca, declinando a partir de fevereiro para o preço mínimo (Cz\$ 130,00), em virtude da liberação dos estoques remanescentes da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) em convênio com o IRGA.

O Plano Nacional de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) tabelou o arroz a nível de varejo, recaindo o ônus sobre o produtor, haja vista que o setor atacadista não aceitou reduzir suas margens de lucro, descendo o preço a nível de produtor para uma faixa entre 95 e 110 cruzados a saca, ou seja, inferior ao preço mínimo.

Apesar do tabelamento em meados de 1986, os preços apresentaram reação de alta, já que muitos engenhos não formaram estoques e passaram a procurar o produto; nesta ocasião, a maior parte da produção não estava nas mãos do produtor.

Mesmo com esta situação não muito favorável ao orizicultor, a cultura ainda se apresentou econômica, proporcionando uma lucratividade bruta em torno de 34% sobre os custos de produção.

5.3.3. Batata

Para compensar a descapitalização do bataticultor na safra 1984/85, a safra em análise apresentou uma notável recuperação, superando em mais de 96% a lucratividade da anterior.

Enquanto a relação de trocas na safra 1984/85 situava-se em 0,91, indicando perdas do produtor, na atual esta relação saltou para 1,78, significando uma rentabilidade, em relação aos custos de produção, bastante pródiga, como resultado da elevação dos preços a nível de produtor.

A estiagem que afetou a safra de batata das águas do Centro-Sul em mais de 24% da produção regional e 30,7% da produ-

ção catarinense, aliada ao aumento do poder aquisitivo da população, como consequência do Plano Cruzado, expandindo a demanda em 35%, provocou um desequilíbrio de mercado bastante significativo e movendo os preços para o alto.

O tabelamento da SUNAB a nível de atacado e varejo a partir de março, juntamente com a situação descrita, elevou sensivelmente as cotações a nível de produtor, tendo em conta que os varejistas partiram para uma comercialização direta com os produtores, já que o segmento atacadista ficou sem condições de operação pelo achatamento da sua margem de lucro.

5.3.4. Cebola

A estiagem verificada nas regiões Centro e Sul do Brasil nos meses de novembro e dezembro provocou uma diminuição de 0,27% na produção de cebolas em relação à safra 1984/85. Em Santa Catarina, a produção foi praticamente igual à da safra anterior, embora a área cultivada tenha sido aumentada em 15,7%.

O déficit da produção nacional já estava sendo sentido quando a safra catarinense ingressou no mercado brasileiro em novembro, aproveitando os bons preços que permaneceram até o final de fevereiro, quando apareceu a cebola gaúcha.

Até esta época, metade da produção catarinense tinha sido comercializada. O restante, com o tabelamento do Plano Cruzado a partir de março, foi comercializado a valores um pouco inferiores aos de janeiro, mas, ainda, a valores satisfatórios a nível de produtor.

Assim, a lucratividade da safra 1985/86 foi 110% superior à verificada na anterior que, por sua vez, tinha indicado ganhos para o cebolicultor. Na safra em análise, a relação de trocas foi de 3,2, mostrando que para cada unidade de capital empatado se obteve um retorno bruto de 3,2 unidades monetárias.

5.3.5. Feijão

A safra brasileira de feijão apresentou-se 12,6% infe-

rior à anterior e, em Santa Catarina, este percentual elevou-se para 42%, como consequência de estiagem no Centro-Sul em fins de 1985, prejudicando a 1ª safra, ou das águas.

Mesmo com a safra prejudicada, o mercado apresentou preços refreados do feijão a partir de janeiro, como resultado da liberação dos estoques de feijão tanto do produtor como do governo. A baixa qualidade do produto e o seu tabelamento em função do Plano Cruzado também impediram a elevação do preço.

A partir de fins de maio, quando a produção nas mãos do agricultor catarinense era pequena, as cotações começaram a reagir, permitindo um melhor escoamento da produção do Paraná e Santa Catarina, até então efetuado com morosidade em face das dificuldades de repasse dos preços.

No 2º semestre, o mercado foi abastecido pela safra de inverno do Nordeste e pelas importações.

Contrariando as leis de mercado, observou-se uma diminuição da produção e também dos preços como consequência da manipulação do mercado por parte do Governo através do Plano Cruzado, tendo em conta ser o feijão um produto essencial na mesa do trabalhador brasileiro.

Assim, a rentabilidade do feijão, em relação ao ano anterior, foi inferior em 25%, mas apresentando uma relação de trocas superior à unidade, indicando ganhos do produtor.

5.3.6. Maçã

Mesmo com uma oferta de maçã 13,6% maior que na safra anterior, o preço do produto manteve-se em níveis considerados muito bons.

Estas altas cotações são resultantes principalmente da elevação do produto importado e taxado em 32% no período de 1º de janeiro a 1º de abril, puxando para cima o preço do produto nacional. Também influenciou sobremaneira a boa qualidade da maçã catarinense, além da elevação do poder aquisitivo da popula-

ção em função do Plano Cruzado que, por sua vez, não tabelou a maçã.

Os preços sempre se apresentaram superiores aos níveis inflacionários, declinando após setembro, quando foi liberada a importação do produto argentino e a maçã nacional estava quase que totalmente comercializada.

Desta forma, a lucratividade da maçã foi 5,5% superior à verificada na safra anterior, apresentando, em ambos os anos, índices de relação de troca superiores a 4, o que representa elevados lucros para o maleicultor.

5.3.7. Mandioca

O comportamento da produção e do mercado nacional refletiu significativamente na comercialização da mandioca em Santa Catarina.

A boa produção do Norte e Nordeste brasileiros ultrapassou os montantes necessários ao consumo regional, passando os derivados de mandioca a serem ofertados nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, aviltando os preços.

Assim, com um aumento da produção de 4,6% sobre a safra catarinense anterior, mais a situação desfavorável do mercado nacional, a política de preços mínimos desenvolvida pelo Governo Federal tornou-se o principal instrumento de comercialização da mandioca e derivados em Santa Catarina.

Com uma estrutura de indústrias, armazenamento e comercialização em Santa Catarina razoavelmente bem organizada, a política de preços mínimos funcionou a contento - o que não aconteceu em alguns estados da Federação - garantindo os preços mínimos estabelecidos para o produtor.

Desta forma, a lucratividade da cultura da mandioca decaiu em mais de 20% em relação à safra anterior, chegando mais próximo dos limites da produção econômica, com um índice de relações de troca de 1,11, baixo, mas ainda positivo.

5.3.8. Milho

Apesar da safra 1985/86 de milho ter diminuído em 11,0% e 9,6% a nível de Brasil e Santa Catarina, respectivamente, o comportamento dos preços nos diferentes níveis de mercado foi artificialmente alterado pela intervenção do governo, através da liberação dos seus estoques ou do produto importado.

Também influenciou, para que o mercado permanecesse pouco aquecido, a pouca disponibilidade de recursos para financiamento à comercialização, além das mudanças nos pagamentos de AGF, com parcelamento em quatro vezes.

Em Santa Catarina, além destes fatores, observou-se que a partir do mês de março, quando a colheita foi iniciada, os preços tornaram-se calmos devido ao bom estoque dos grandes consumidores, às importações diretas pelos compradores e ao início da oferta do milho paranaense; como consequência, os compradores ofereceram preços declinantes e abaixo dos pretendidos pelos produtores.

Assim, o agricultor catarinense perdeu na produção e no preço, mostrando, com isto, uma remuneração ao seu capital menor em 11% quando comparada com a safra anterior.

No entanto, os índices de relação de trocas apresentaram-se positivos em ambas as safras, visualizando ainda alguma lucratividade na cultura do milho.

5.3.9. Soja

As baixas cotações da soja no mercado internacional impediram que o preço do produto alcançasse níveis maiores que os verificados no mercado brasileiro, tendo em conta que a safra 1985/86 foi 25% inferior à anterior.

Por outro lado, além da menor oferta, houve um aumento da demanda, pela melhor redistribuição de renda promovida pelo Plano Cruzado, tanto de óleo como de carnes de aves e de suínos que, por sua vez, são absorvedores de farelo de soja; esta si-

tuação puxou os preços para cima.

Em Santa Catarina, a capacidade nominal de esmagamento de soja maior que a produção estadual colaborou também para que os preços permanecessem acima dos níveis do preço mínimo.

Assim, o sojicultor catarinense saiu do "vermelho" com que se deparou na safra anterior, melhorando sua lucratividade relativa em torno de 8%. Contudo, a economicidade alcançada nesta safra encontra-se em limites pouco aceitáveis, tendo em vista que o índice de relações de trocas situou-se em apenas 1,04.

5.3.10. Tomate

No início da colheita da safra 1985/86, o mercado apresentou-se bastante aquecido pela oferta menor que a demanda, devido à estiagem verificada em fins de 1985. Assim, os preços foram majorados, vindo a se normalizar somente com a colheita da safra de inverno, a esta hora com o regime hídrico normalizado por todo o transcorrer do ciclo evolutivo da cultura.

No primeiro semestre de 1986, as margens de comercialização variaram entre 150% e 200% sobre os gastos de implantação da lavoura. Com o aumento da oferta de tomate, estes percentuais declinaram, estabilizando em níveis ainda econômicos.

Como consequência do apresentado, a cultura mostrou uma lucratividade de aproximadamente 21% sobre a safra anterior, com um índice de relação de trocas indicando retornos de 139%, em média, sobre os custos de produção.

5.3.11. Trigo

A safra do ano de 1986 apresentou um rendimento físico em torno de 12% inferior à excepcional safra de 1985.

Mesmo assim, o rendimento de 86 foi 35% superior à média do das últimas 11 safras catarinenses, que está situado em 837 quilos de trigo por hectare.

A lucratividade nas duas máis recentes safras apresentou-se em torno do limite econômico, com índices de relação de trocas próximos da unidade.

A safra 1986 foi 2,7% menos lucrativa que a anterior, em função do menor rendimento físico da cultura e pela maior estabilização relativa dos custos de produção devido ao Plano Cruzado, que não permitiu que esta diferença fosse maior.

Provavelmente, a cultura não se apresentou econômica em muitas regiões do estado, onde o rendimento ficou abaixo dos 1.100 kg/ha.

Reafirma-se que os custos de produção usados foram efetuados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para a Região Sul do Brasil, portanto muito generalizados, podendo não ser representativos dos custos de produção da lavoura de trigo em Santa Catarina.

5.3.12. Leite

Se em 1985 a situação econômico-financeira do produtor de leite não estava boa, em 1986 a maior manipulação dos preços do leite por parte do governo provocou uma conjuntura ainda pior.

Os incentivos para a produção esperados para 1986 não se concretizaram, tornando de extrema dificuldade a produção econômica do leite.

O preço tabelado em meados de dezembro de 85 perdurou até junho de 86, quando então os produtores receberam subsídios que minoraram os prejuízos verificados na produção leiteira.

Os preços recebidos pelo produtor sempre se desenvolveram em níveis inferiores aos dos custos de produção, transparecendo uma relação de trocas em torno de 15% menor que a do ano anterior que, por sua vez, já se tinha mostrado negativa. Em 1986, para cada unidade de capital empregado na produção leiteira, o produtor recuperou apenas 75%, ficando a remuneração da

mão-de-obra da família do criador esperando por uma melhor oportunidade.

5.3.13. Bovinos de Corte

Os mais baixos níveis de produção dos últimos 15 anos, coincidindo com o período estacional do produto, retraíram sobremaneira a oferta de carne bovina.

Por outro lado, o aumento do consumo proporcionado pelo Plano Cruzado, como consequência tanto da melhoria da renda da população como do tabelamento da carne, foi sustentado até meados do ano.

Daí em diante, o não suprimento do mercado com a carne importada, aliado ao retorno dos recursos financeiros para o campo, além da elevação dos preços do gado de cria e recria, inviabilizaram o acordo de preços e os mesmos partiram em disparada.

Assim, a bovinocultura de corte, que normalmente se mantém mais pelo crescimento dos seus ativos financeiros que pela melhoria de seus níveis de produtividade, deixou de ser anti-econômica em 1986, crescendo sua lucratividade 111% em relação ao ano anterior.

O índice de relação de trocas, que foi inferior à unidade nas 2 últimas safras, passou a ser positivo em 1986, indicando uma margem de 34% sobre os custos de produção.

5.3.14. Suínos

Em 1986, principalmente no segundo semestre, verificou-se a recuperação da suinocultura pela melhoria dos preços devido à recomposição salarial promovida pelo Plano Cruzado e pela menor oferta da carne bovina.

Esta melhoria de renda provocou uma maior expansão em cima dos produtos industrializados, tendo em conta que o aumento

da urbanização normalmente leva o trabalhador a fazer uma refeição fora de casa.

Além disso, a modernização das práticas de comercialização de industrializados proporcionou espaços de consumo para classes de renda mais baixas.

A partir de 1984, a economicidade da suinocultura tem melhorado atingindo, em 1986, valores do índice de relações de trocas superiores à unidade, o que evidencia ganhos do produtor e também um comportamento algo em torno de 70% melhor que em 1985.

Em Santa Catarina, os prejuízos nos anos anteriores foram menos sentidos pela existência das chamadas "integrações" que, além de reduzir incertezas, cobrem pelo menos os custos variáveis.

5.3.15. Conclusões

O comportamento econômico dos principais produtos da agropecuária catarinense foi bastante melhor em 1986 do que em 1985.

Este comportamento, cujo valor bruto da produção superou o índice inflacionário do período, reflete principalmente uma melhoria do preço dos produtos, tendo em conta que o volume total da produção em 1986 diminuiu 4,2% em relação à safra anterior.

Esta melhoria de preços foi verificada nas seguintes explorações: alho, batata, cebola, bovinos e suínos, principalmente; em menor proporção, os preços também cresceram para a maçã, soja e tomate.

As demais explorações apresentaram um comportamento relativamente inferior no seu valor bruto da produção, principalmente em feijão, mandioca, leite e milho, e em menor intensidade em trigo e arroz. O preço unitário foi bastante inferior para a mandioca, o leite e o arroz, pois tiveram o VBP diminuí-

do, mesmo com a produção aumentada.

O índice de relações de trocas, que indica prováveis ganhos ou perdas do produtor, em 1986 somente foi negativo para o leite e para o trigo, e, neste caso, situou-se muito próximo à unidade, ou seja, equilibrando receitas com custos. O índice de relações de trocas no ano anterior tinha se apresentado inferior à unidade, representando perdas para o produtor em cinco das quatorze explorações agropecuárias analisadas.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

6. INFORMAÇÕES BÁSICAS

TABELA 1

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1981/82

MRH	PRODUTO	(hectare)												
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO
	Col. de Joinville	-	17.650	8.554	447	3.406	-	599	331	3.258	4.092	-	93	-
	Lit. de Itajaí	-	4.555	518	30	4.203	-	466	199	485	510	-	92	-
	Col. de Blumenau	21	17.860	1.805	630	1.685	265	3.370	5.349	3.790	14.610	6	44	-
	Col. de Itajaí Norte	5	901	76	95	-	44	4.126	5.208	2.950	7.540	206	-	-
	Col. do Alto Itajaí	98	10.528	-	2.195	-	5.750	29.966	16.447	16.805	28.180	314	51	-
	Florianópolis	14	2.750	840	956	3.713	95	1.317	377	4.131	1.975	-	186	-
	Col. Serrana Catarin.	98	1.094	570	2.480	2.920	3.875	4.115	4.398	3.720	11.105	-	266	-
	Lit. de Laguna	12	2.800	506	7	90	21	560	216	1.885	640	-	-	-
	Carbonífera	48	7.585	1.836	2.847	851	170	11.570	10.460	8.332	17.900	40	202	-
	Lit. Sul Catarin.	18	10.710	1.210	145	316	188	5.150	6.655	14.430	6.010	360	25	-
	Col. Sul Catarin.	16	20.810	5.510	98	290	25	4.170	9.335	1.550	14.400	-	3	-
	Campos de Lages	57	165	-	1.210	-	155	8.470	944	-	19.910	3.560	152	-
	Campos de Curitibaos	2.651	3.760	-	1.220	12	96	32.600	636	315	57.740	42.180	100	350
	Col. do Rio do Peixe	315	10.160	-	1.704	800	351	19.735	1.201	1.514	196.950	69.210	62	264
	Col. do Oeste Catarin.	123	25.930	-	2.275	1.380	100	200.116	3.507	11.060	463.780	292.100	6	7.504
	Planalto de Canoíhas	141	10.910	110	2.275	-	245	46.670	6.121	4.808	57.950	37.030	144	835

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1982/83

MRH	PRODUTO	(hectare)												
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO
	Col. de Joinville	-	17.990	8.681	180	2.423	-	545	442	3.228	4.252	-	72	-
	Lit. de Itajaí	-	4.635	525	-	4.255	-	499	355	432	560	-	92	-
	Col. de Blumenau	27	17.805	1.817	362	1.635	195	4.295	6.642	4.147	14.190	6	47	-
	Col. do Itajaí Norte	-	855	16	220	-	62	4.380	5.800	2.800	7.540	-	-	-
	Col. do Alto Itajaí	85	9.694	-	1.560	6.340	6.340	36.270	17.073	14.325	27.350	245	23	-
	Florianópolis	14	2.670	825	786	3.088	98	1.260	511	3.650	1.927	-	379	-
	Col. Serrana Catarin.	99	1.299	481	2.315	2.600	4.210	4.045	5.817	2.650	11.200	-	248	-
	Lit. de Laguna	8	2.882	506	13	122	11	900	645	2.696	680	-	6	-
	Carbonífera	43	7.720	1.827	2.591	888	245	14.067	13.669	8.591	17.460	20	209	50
	Lit. Sul Catarin.	18	10.690	1.015	68	326	195	5.970	9.232	14.048	5.920	698	40	120
	Col. Sul Catarin.	10	21.360	4.165	81	290	27	4.850	11.585	3.640	14.230	65	3	4
	Campos de Lages	36	182	-	1.760	-	118	7.018	1.234	-	19.410	3.000	142	-
	Campos de Curitibaos	1.792	3.326	-	1.170	12	90	36.600	934	330	55.370	35.980	109	3.066
	Col. do Rio do Peixe	296	9.784	-	1.671	820	383	26.013	1.968	1.416	196.560	61.350	88	1.192
	Col. do Oeste Catarin.	62	22.090	-	2.270	2.320	95	228.720	5.846	11.760	467.380	266.470	7	19.935
	Planalto de Canoíhas	121	12.000	135	2.065	-	271	48.147	7.620	4.831	57.600	36.470	120	1.445

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MRH	PRODUTOS	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CAVA-DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELIÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	18.305	9.463	95	2.317	-	635	334	3.485	4.577	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.693	646	20	4.422	-	487	124	715	659	-	95	-
Col. de Blumenau	17	17.197	2.017	280	1.539	140	3.798	6.762	5.968	14.705	-	38	-
Col. do Itajaí Norte	-	885	18	240	-	60	3.710	6.829	4.650	8.325	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	76	9.708	-	1.495	5	6.270	27.780	18.919	22.620	28.265	165	62	-
Florianópolis	10	2.695	887	703	4.672	105	1.508	420	4.325	2.005	-	379	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.345	577	2.125	3.093	4.130	4.290	4.623	4.067	11.640	-	246	-
Lit. de Laguna	8	4.007	532	5	122	11	910	356	4.912	730	-	6	-
Carbonífera	30	8.347	2.071	2.512	918	226	13.250	12.866	10.922	17.835	6	210	40
Lit. Sul Catarinense	17	10.860	1.295	35	341	185	5.050	6.665	15.920	6.160	825	35	320
Col. Sul Catarinense	9	22.050	6.111	115	290	27	5.764	10.967	1.940	15.250	120	5	84
Campos de Lages	177	422	-	2.070	-	255	7.810	1.472	25	20.670	2.450	91	5
Campos de Quiritibanos	1.584	3.195	-	995	33	125	40.170	1.051	625	59.230	36.330	114	2.212
Col. do Rio do Peixe	310	7.660	-	1.901	1.020	407	27.200	2.110	2.456	206.480	66.020	115	525
Col. do Oeste Catarin.	92	18.780	-	2.650	2.310	90	211.595	7.850	15.331	480.650	279.950	2	13.771
Planalto de Canoinhas	120	10.072	155	2.265	-	255	41.289	9.977	6.457	59.050	36.610	106	362

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

MRH	PRODUTOS	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CAVA-DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELIÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	18.395	10.676	75	2.470	-	705	574	3.655	4.816	-	45	-
Lit. de Itajaí	-	4.922	643	10	4.675	2	487	303	876	666	-	35	-
Col. de Blumenau	21	16.518	1.993	189	1.795	245	4.280	6.377	7.128	14.000	-	19	-
Col. de Itajaí do Norte	-	891	18	223	-	80	3.450	6.984	5.700	8.800	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	81	9.776	-	1.735	-	7.300	28.960	15.525	23.360	29.770	135	35	-
Florianópolis	10	3.305	991	887	4.713	145	1.425	539	4.360	2.062	-	379	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.417	577	2.055	3.195	4.780	4.800	5.382	4.735	11.635	-	256	-
Lit. de Laguna	8	3.894	532	5	142	11	960	682	5.338	440	-	-	-
Carbonífera	36	10.230	2.088	2.449	915	188	14.460	14.858	13.086	16.160	-	183	5
Lit. Sul Catarinense	18	11.980	1.315	20	341	123	5.180	9.643	22.400	5.770	1.180	27	-
Col. Sul Catarinense	5	23.350	6.111	85	320	25	5.834	10.659	2.520	15.010	300	6	84
Campos de Lages	172	365	-	2.110	-	240	8.390	900	25	19.040	2.380	91	40
Campos de Quiritibanos	1.230	2.785	-	835	33	115	43.050	1.125	625	59.340	36.175	91	604
Col. do Rio do Peixe	251	7.940	-	2.051	1.089	461	29.245	2.234	2.362	207.200	66.980	105	1.333
Col. do Oeste Catar.	84	19.925	-	2.410	3.795	301	221.710	6.618	16.730	488.260	275.650	-	11.974
Planalto de Canoinhas	123	8.960	185	2.170	-	303	42.958	7.597	6.459	59.180	37.500	82	825

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVORA, POR HRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86

MUN	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANHA-DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUNDO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	16.611	11.108	15	2.330	-	717	695	3.665	4.816	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.694	643	10	4.655	5	510	376	912	677	-	35	-
Col. de Blumenau	21	16.557	2.006	256	1.825	330	5.131	7.027	7.008	14.040	-	51	-
Col. de Itajaí Norte	-	906	18	255	-	102	5.550	6.397	6.200	8.930	-	-	-
Col. do Alto-Itajaí	84	9.810	-	2.015	-	9.140	34.040	16.576	19.100	29.880	150	70	-
Florianópolis	10	3.173	1.038	466	4.733	189	1.290	642	4.160	2.078	-	405	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.492	579	2.135	2.792	4.890	5.270	5.955	4.445	11.205	-	220	-
Lit. de Laguna	8	4.715	542	5	152	16	1.185	774	6.200	452	-	-	-
Carbonífera	42	10.555	2.215	2.825	1.057	159	16.420	16.126	12.254	16.450	-	169	25
Lit. Sul Catarin.	13	14.030	1.310	18	341	130	5.665	10.324	22.100	5.770	1.160	6	-
Col. do Sul Catarin.	5	25.508	6.113	132	320	25	5.884	10.894	2.420	15.090	150	1	4
Campos de Lages	68	745	-	2.380	-	243	8.990	1.021	25	19.370	1.615	73	110
Campos de Curitibaos	1.700	3.605	-	695	30	381	47.850	817	190	62.960	31.680	74	3.014
Col. do Rio do Peixe	275	7.716	-	1.970	1.136	479	35.280	2.445	2.403	211.690	59.850	103	2.904
Col. do Oeste Catarin.	63	19.638	-	2.401	4.205	320	233.785	7.489	16.180	495.300	265.100	-	31.387
Plano de Canoinhas	133	8.998	205	2.005	-	269	49.082	8.109	5.504	56.950	35.855	76	2.556

FONTE: IBGE/GCEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980

MUN	PRODUTO	(hectare)									
		ARROZ	BANANA	BATATA	CANHA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUNDO	MANDIOCA	MILHO	SOJA
Col. de Joinville	10.358	4.166	231	2.926	4	457	518	3.005	5.564	-	111
Lit. de Itajaí	3.403	392	13	2.818	4	403	320	868	717	1	18
Col. de Blumenau	12.364	1.932	222	4.558	234	2.984	7.099	6.331	13.809	241	68
Col. de Itajaí Norte	770	35	48	271	48	1.473	6.320	2.284	8.002	165	-
Col. do Alto Itajaí	7.765	13	1.229	1.000	5.964	7.732	18.981	11.898	27.967	709	57
Florianópolis	1.783	785	347	2.025	150	1.291	592	2.650	1.855	-	241
Col. Serrana Catarin.	1.311	570	1.509	2.022	3.417	3.440	5.114	3.558	10.623	25	130
Lit. de Laguna	1.755	352	5	376	9	817	431	3.628	684	-	-
Carbonífera	6.670	1.654	1.230	3.691	201	7.431	12.448	8.618	17.013	66	170
Lit. Sul Catarinense	9.424	562	27	513	168	2.431	7.451	11.189	5.754	325	46
Col. do Sul Catarin.	18.500	2.876	15	359	18	2.123	11.521	1.581	14.077	7	3
Campos de Lages	247	-	2.439	1	182	8.266	1.143	50	18.942	4.305	140
Campos de Curitibaos	3.366	-	706	7	80	24.661	1.185	142	56.439	42.464	85
Col. do Rio do Peixe	7.144	38	444	951	275	11.282	1.606	2.000	193.619	76.501	91
Col. do Oeste Catarin.	17.078	403	1.019	3.907	291	76.204	4.607	11.135	447.119	272.184	35
Planalto de Canoinhas	9.907	179	1.741	46	96	28.620	7.767	2.067	55.525	30.995	65
Total	111.852	13.957	11.233	25.478	11.148	179.621	87.110	71.013	887.716	427.996	1.260

FONTE: IBGE (Censo Agropecuário de SC - 1980).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MRH	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA IRKLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIO CA	MILHO	SOJA	TCMATE
Col. de Joinville	3	17.707	7.314	508	3.880	-	591	471	3.417	5.564	-	111	-
Lit. de Itajaí	-	4.125	423	18	4.203	-	374	247	333	717	-	18	-
Col. de Blumenau	16	17.964	1.357	758	1.795	209	2.599	5.943	3.885	13.809	160	68	-
Col. do Itajaí Norte	5	1.138	13	162	-	39	1.665	5.658	1.860	8.002	222	-	-
Col. do Alto Itajaí	118	11.423	-	2.885	-	6.150	8.446	17.187	11.874	27.967	1.335	57	36
Florianópolis	10	2.293	822	513	2.948	93	1.242	552	1.815	1.855	-	241	-
Col. Serrana Catarin.	40	1.090	554	2.421	2.610	3.922	2.669	4.997	1.854	10.623	3	130	-
Lit. de Laguna	4	2.500	506	11	95	20	845	436	2.040	684	-	-	-
Carbonífera	38	7.439	1.686	2.221	1.823	208	9.949	10.178	8.442	17.013	58	170	-
Lit. Sul Catarinense	14	11.977	1.149	156	405	196	4.326	6.145	11.420	5.754	333	46	50
Col. do Sul Catarin.	4	20.205	6.510	71	530	5	4.287	9.677	1.389	14.077	-	3	-
Campos de Lages	121	410	-	1.447	-	510	5.840	980	-	18.942	4.200	140	130
Campos de Curitibahos	798	4.461	-	1.050	15	118	30.410	1.285	271	56.439	50.000	85	3.540
Col. do Rio do Peixe	25	11.427	-	2.453	1.178	386	13.242	1.580	1.415	193.619	79.080	91	1.705
Col. do Oeste Catarin.	-	26.772	-	3.315	3.150	45	115.559	3.127	6.775	447.119	351.180	35	22.421
Plan. de Caroinhas	93	12.590	180	1.834	-	347	36.315	8.179	4.205	55.525	33.830	65	2.767

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1979 e 1980).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA IRKLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIO CA	MILHO	SOJA	TCMATE
Col. de Joinville	-	17.094	6.930	199	3.454	-	634	339	3.188	5.360	-	88	-
Lit. de Itajaí	-	4.250	423	-	4.203	-	417	163	493	741	-	10	-
Col. de Blumenau	16	16.463	1.552	567	1.225	350	3.364	4.702	4.300	14.273	50	37	-
Col. do Itajaí do Norte	5	1.025	16	116	-	135	1.940	3.931	1.945	6.060	195	-	-
Col. do Alto Itajaí	93	10.852	-	2.130	-	8.857	14.915	15.036	13.450	29.393	748	52	-
Florianópolis	16	2.641	811	716	3.943	127	1.255	410	3.846	1.930	2	219	-
Col. Serrana Catarin.	66	979	562	2.307	3.123	5.142	3.370	3.719	2.690	11.232	4	184	-
Lit. de Laguna	8	2.400	506	5	105	16	502	352	2.545	680	-	8	-
Carbonífera	48	8.317	1.836	2.647	828	270	10.186	8.723	9.430	17.790	48	212	-
Lic. Sul Catarinense	17	10.585	1.180	106	320	317	4.800	4.849	15.550	6.050	405	25	40
Col. do Sul Catarin.	8	18.700	5.510	42	15	7	4.320	7.547	1.985	14.700	-	3	-
Campos de Lages	57	410	-	1.340	-	585	6.610	651	120	19.870	3.560	133	30
Campos de Curitibahos	2.551	4.002	-	1.220	15	140	27.925	662	344	58.900	45.550	170	1.610
Col. do Rio do Peixe	292	10.825	-	1.852	778	373	16.234	907	1.116	197.530	72.420	115	226
Col. do Oeste Catarin.	123	25.265	-	2.835	150	173	144.032	3.057	9.430	461.740	324.200	35	8.984
Planalto de Caroinhas	139	12.068	115	2.245	-	375	42.240	6.241	5.641	57.680	36.760	75	1.480

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1980 e 1981).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MUNI	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	17.650	8.554	447	3.406	-	599	331	3.258	4.092	-	93	-
Lit. de Itajaí	-	4.555	518	30	4.203	-	466	199	485	510	-	92	-
Col. de Blumenau	21	17.860	1.805	625	1.685	265	3.370	5.349	3.790	14.160	6	43	-
Col. de Itajaí Norte	-	901	76	95	-	44	4.126	5.208	2.950	7.540	200	-	-
Col. do Alto Itajaí	67	10.248	-	2.120	-	5.750	29.966	16.447	16.805	28.180	314	51	-
Florianópolis	12	2.760	840	950	3.713	96	1.317	377	4.131	1.975	-	186	-
Col. Serrana Catarinense	98	1.144	570	2.480	2.920	3.878	4.115	4.398	3.720	11.105	-	266	-
Lit. de Laguna	12	2.800	506	7	90	21	560	216	1.885	640	-	-	-
Carbonífera	36	7.585	1.836	2.835	851	170	11.570	10.460	8.332	17.900	40	180	-
Lit. Sul Catarin.	18	10.710	1.210	145	316	188	5.150	6.655	14.430	6.310	360	25	-
Col. do Sul Catarin.	16	20.330	5.510	98	290	25	4.170	9.335	1.550	14.400	-	3	-
Campos de Lages	31	165	-	1.210	-	155	8.470	939	-	19.910	3.560	152	-
Campos de Curitiba	1.686	2.960	-	1.220	12	96	32.600	639	315	57.740	42.180	100	350
Col. do Rio do Peixe	315	9.615	-	1.704	800	351	19.735	1.215	1.514	196.950	69.910	62	259
Col. do Oeste Catarin.	49	22.895	-	2.275	1.380	100	200.116	3.507	11.060	463.780	292.100	6	7.504
Planalto de Canoinhas	140	10.910	110	2.725	-	245	46.670	6.121	4.808	57.950	37.030	144	835

FONTE : IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1981 e 1982).

ELABORAÇÃO : Instituto CEPA/SC.

TABELA 10

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

MUNI	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	17.618	8.681	180	2.423	-	535	442	3.228	2.532	-	69	-
Lit. de Itajaí	-	4.635	525	-	4.255	-	369	355	432	560	-	87	-
Col. de Blumenau	17	17.805	1.817	222	1.635	195	2.557	6.642	4.147	13.585	-	42	-
Col. de Itajaí Norte	-	855	16	220	-	62	3.930	5.800	2.800	7.540	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	85	9.694	-	1.404	-	6.340	28.790	17.073	14.325	26.540	140	23	-
Florianópolis	14	2.274	825	524	3.088	98	1.222	511	3.650	1.927	-	375	-
Col. Serrana Catarin.	99	1.299	481	2.258	2.600	4.210	3.837	5.817	2.650	10.700	-	248	-
Lit. de Laguna	8	2.810	506	13	122	11	880	645	2.696	680	-	6	-
Carbonífera	43	7.705	1.827	2.526	888	245	14.067	13.659	8.591	17.445	20	209	50
Lit. Sul Catarinense	18	10.690	1.015	68	326	195	5.790	9.232	14.048	4.020	640	40	120
Col. do Sul Catarin.	10	21.380	4.165	81	290	27	4.460	11.585	3.640	8.490	65	3	4
Campos de Lages	36	182	-	1.603	-	116	6.846	1.230	-	12.710	2.080	103	-
Campos de Curitiba	1.792	3.316	-	1.170	12	90	35.700	934	330	44.770	35.790	109	2.966
Col. do Rio do Peixe	294	9.779	-	1.666	820	383	25.676	1.968	1.416	196.360	60.700	88	1.158
Col. do Oeste Catarin.	62	22.065	-	1.990	2.320	95	171.490	5.846	11.760	462.980	231.900	7	17.470
Planalto de Canoinhas	120	10.651	135	2.085	-	271	44.769	7.620	4.831	55.725	28.120	100	1.445

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1982 e 1983).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MRH	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA-DE-AÇÚCAR	CEBOLA	FELIÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	18.275	9.463	95	2.317	-	625	334	3.485	4.577	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.693	646	20	4.422	-	483	124	395	659	-	95	-
Col. de Blumenau	17	17.247	2.017	214	1.514	140	3.798	6.762	3.885	14.705	-	38	-
Col. de Itajaí do Norte	-	885	18	240	-	60	3.710	6.829	3.050	8.325	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	76	9.708	-	1.495	5	6.225	27.195	18.919	14.410	28.215	165	62	-
Florianópolis	10	2.695	887	501	4.422	105	1.428	420	4.205	1.955	-	379	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.345	577	2.125	2.885	4.130	4.274	4.623	3.879	11.640	-	246	-
Lit. de Laguna	8	3.717	532	5	122	9	882	356	4.033	730	-	6	-
Carbonífera	30	8.347	2.071	2.510	918	201	12.918	12.866	9.275	17.835	6	210	40
Lit. Sul Catarinense	17	10.860	1.295	35	341	138	5.045	6.665	15.520	6.160	825	35	319
Col. do Sul Catarin.	9	22.050	6.111	115	290	27	5.764	10.967	1.770	15.250	90	5	84
Campos de Lages	170	422	-	2.070	-	245	7.810	1.472	25	20.670	2.450	91	5
Campos de Curitibahos	1.584	3.135	-	995	20	125	40.120	1.051	310	59.230	36.330	114	2.212
Col. do Rio do Peixe	310	7.620	-	1.901	890	407	26.955	2.110	1.431	206.480	66.020	115	525
Col. do Oeste Catarin.	92	18.270	-	2.650	2.310	90	211.595	7.850	13.870	480.650	279.950	2	13.636
Planalto de Carolinas	120	10.012	130	2.265	-	255	41.289	9.977	3.558	59.050	36.610	106	362

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1983 e 1984).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRAS 1984/85

MRH	PRODUTOS	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELIÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	18.395	10.626	75	2.470	-	705	574	3.655	4.816	-	45	-
Lit. de Itajaí	-	4.922	643	10	4.675	2	487	303	439	666	-	35	-
Col. de Blumenau	21	16.518	1.993	189	1.705	245	4.080	6.377	4.500	13.950	-	19	-
Col. de Itajaí Norte	-	891	18	228	-	80	3.450	6.984	1.800	8.800	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	81	9.776	-	1.685	-	7.290	26.880	15.525	12.400	29.750	135	35	-
Florianópolis	10	3.305	991	467	4.603	145	1.405	539	4.140	2.062	-	379	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.417	577	2.045	3.145	4.780	4.580	5.382	3.975	11.635	-	256	-
Lit. de Laguna	8	3.804	532	5	142	11	960	682	4.088	440	-	-	-
Carbonífera	36	9.772	2.088	2.439	915	188	14.450	14.858	10.752	16.160	-	183	5
Lit. Sul Catarinense	18	11.880	1.315	20	341	123	5.180	9.643	19.900	5.770	1.180	27	-
Col. do Sul Catarin.	5	23.350	6.111	65	320	25	5.834	10.659	2.150	15.010	300	6	84
Campos de Lages	168	365	-	2.110	-	240	8.390	900	25	19.040	2.380	91	40
Campos de Curitibahos	1.230	2.785	-	793	13	115	42.550	1.125	315	58.340	36.175	91	604
Col. do Rio do Peixe	251	7.940	-	2.051	1.089	461	28.715	2.234	1.375	207.100	66.810	105	1.333
Col. Oeste Catarin.	84	19.925	-	2.410	3.415	301	215.580	6.618	15.140	484.060	275.650	-	11.974
Planalto de Carolinas	122	8.960	150	2.170	-	393	42.968	7.597	3.559	54.495	37.500	82	825

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86

MRH	PRODUTO	(hectare)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CAÑA-DE AÇÚCAR	CABOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOURTE
Col. de Joinville	-	16.588	11.108	15	2.330	-	717	695	3.665	4.696	-	70	-
Lit. de Itajaí	-	4.694	643	10	4.655	5	510	376	455	677	-	35	-
Col. de Blumenau	21	16.504	2.006	256	1.820	320	5.061	7.027	4.030	14.040	-	51	-
Col. de Itajaí do Norte	-	906	18	255	-	102	5.400	6.397	3.200	8.930	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	84	8.711	-	2.015	-	9.140	29.967	16.576	11.860	24.900	150	70	-
Florianópolis	10	3.173	1.038	458	4.733	187	1.280	642	3.990	2.078	-	405	-
Col. Serrana Catarin.	114	1.472	579	2.135	2.792	4.890	5.270	5.955	3.975	11.205	-	220	-
Lit. de Laguna	8	4.256	542	5	152	16	1.115	774	4.045	452	-	-	-
Carbonífera	42	10.249	2.215	2.825	1.057	159	15.912	16.126	9.644	15.890	-	169	25
Lit. Sul Catarinense	13	13.735	1.310	18	341	130	5.610	10.324	19.150	5.770	1.120	6	-
Col. do Sul Catarinense	5	25.458	6.113	132	320	25	5.839	10.894	2.420	15.090	150	1	4
Campos de Lages	68	745	-	2.380	-	243	8.690	1.021	25	19.370	1.615	73	110
Campos de Curitiba	1.700	3.005	-	695	30	381	43.520	817	96	60.660	31.180	74	3.014
Col. do Rio do Peixe	275	7.471	-	1.960	1.136	479	31.924	2.445	1.624	209.190	59.850	99	2.904
Col. do Oeste Catarin.	63	15.418	-	2.271	3.745	320	167.365	7.489	13.790	474.060	252.570	-	31.387
Planalto de Canoinhas	133	8.080	150	2.005	-	269	39.622	8.109	2.843	56.950	35.855	76	2.556

FONTE: IBGE/GCEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 14

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O CENSO DE 1980

MRH	PRODUTO	(tonelada)												
		ALHO (*)	ARROZ (CASCA)	BANANA	BATATA	CAÑA DE AÇÚCAR	CABOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOURTE	TRIGO (*)
Col. de Joinville	-	33.982	55.191	1.976	110.941	9	272	655	34.446	9.052	-	585	-	
Lit. de Itajaí	-	12.393	5.313	99	180.409	4	219	347	14.074	1.012	-	145	-	
Col. de Blumenau	-	45.663	19.040	1.227	129.698	1.455	2.552	9.637	83.919	28.106	299	605	-	
Col. de Itajaí Norte	-	1.295	213	293	6.733	325	1.327	8.289	34.196	15.801	189	9	-	
Col. do Alto Itajaí	153	23.186	77	5.832	26.191	47.739	8.730	26.137	213.288	68.009	1.049	782	1	
Florianópolis	5	4.534	5.729	2.826	132.966	915	896	802	30.035	3.491	-	3.995	-	
Col. Serrana Catarin.	3	1.414	3.562	8.016	98.041	21.067	2.864	7.526	43.309	20.976	34	2.683	-	
Lit. de Laguna	6	6.372	2.661	31	8.485	45	599	686	43.564	748	-	30	-	
Carbonífera	19	13.248	15.521	9.675	76.326	986	6.377	21.322	123.413	38.034	91	2.823	1	
Lit. Sul Catarinense	1	22.519	3.553	422	12.550	1.201	1.618	12.692	127.652	7.955	608	216	15	
Col. do Sul Catarin.	1	42.727	21.276	120	7.935	56	1.351	17.440	19.163	34.150	22	29	6	
Campos de Lages	40	280	-	18.331	20	1.057	4.637	1.474	509	36.923	6.554	5.529	111	
Campos de Curitiba	2.147	3.137	-	7.309	118	333	12.158	1.448	1.309	92.758	61.792	1.784	1.752	
Col. do Rio do Peixe	487	6.815	272	2.232	18.938	953	6.980	2.079	26.605	465.679	65.273	2.635	243	
Col. Oeste Catarin.	131	18.824	2.899	6.981	88.400	750	56.367	4.670	180.948	1.097.207	342.417	539	4.568	
Plan. de Canoinhas	19	11.055	1.683	15.038	607	327	20.576	11.756	26.403	98.048	51.101	384	1.275	
Total (SC)		3.017	247.450	136.990	80.415	898.365	77.229	127.530	126.966	1.002.841	2.017.999	529.427	22.773	7.975

FONTE: IBGE (Centro Agropecuário de SC - 1980).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

* Alho e Trigo - os dados de produção referem-se a safra 1980/81.

TABELA 15

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MRH	PRODUTO	(toneladas)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATAIA	CAPIA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	5	68.053	103.479	3.759	242.100	-	351	859	61.260	9.052	-	2.994	-
Lit. de Itajaí	-	13.780	6.758	144	235.080	-	158	404	6.895	1.012	-	432	-
Col. de Blumenau	92	72.684	14.535	5.835	90.325	1.572	2.174	10.012	74.835	28.106	193	1.680	-
Col. de Itajaí Norte	30	2.733	60	934	-	320	1.395	8.558	39.020	15.801	349	-	-
Col. do Alto Itajaí	442	38.925	-	17.904	-	56.889	8.502	27.177	237.480	68.009	2.259	1.066	23
Florianópolis	59	6.642	13.158	5.397	209.635	831	844	808	25.000	3.491	-	8.350	-
Col. Serrana Catarinense	118	2.175	8.364	20.528	155.080	32.285	2.120	8.057	35.130	20.976	4	3.450	-
Lit. de Laguna	18	7.435	8.058	72	2.275	148	487	741	25.140	748	-	-	-
Carbonífera	198	21.559	18.972	18.942	55.486	1.467	7.310	19.439	113.375	38.084	79	4.725	-
Lit. Sul Catarinense	52	35.170	11.178	1.640	11.810	1.481	3.089	11.938	134.000	7.955	637	935	45
Col. do Sul Catarinense	12	57.721	61.124	404	15.470	20	2.609	17.305	20.280	34.150	-	24	-
Campos de Lages	323	492	-	13.713	-	3.910	4.199	1.508	-	36.923	6.300	5.600	117
Campos de Curitiba	3.083	7.287	-	8.889	600	786	18.891	2.008	5.315	92.758	72.052	2.475	3.774
Col. do Rio do Peixe	97	21.868	-	16.188	35.650	2.117	7.426	2.354	22.430	465.679	92.805	2.421	855
Col. do Oeste Catarinense	-	49.277	-	16.560	66.850	210	36.985	3.625	111.945	1097.207	482.382	140	11.535
Planalto de Cascalheira	195	23.067	2.448	11.967	-	1.569	23.432	12.608	83.090	98.048	61.704	885	2.515

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1979 e 1980).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 16

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH	PRODUTOS	(tonelada)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATAIA INGLESA	CAPIA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	60.376	116.841	1.772	190.470	-	369	623	48.225	11.820	-	2.715	-
Lit. de Itajaí	-	14.868	6.740	-	251.530	-	239	323	9.249	1.254	-	300	-
Col. de Blumenau	56	63.424	18.853	5.148	63.425	3.550	3.215	7.789	83.900	30.823	67	666	-
Col. do Itajaí Norte	20	2.605	85	692	-	1.295	1.573	6.320	41.640	14.701	327	-	-
Col. do Alto Itajaí	330	36.083	-	14.548	-	82.949	16.911	23.693	311.100	74.733	1.196	1.187	-
Florianópolis	43	7.437	12.928	7.682	252.687	1.261	1.007	751	53.602	3.978	2	6.472	-
Col. Serrana Catarinense	161	1.974	8.432	23.025	182.298	46.183	2.795	5.857	48.240	25.792	6	5.201	-
Litoral de Laguna	28	6.565	8.058	32	2.815	115	316	620	32.625	558	-	96	-
Carbonífera	192	21.971	29.009	24.754	27.680	2.090	9.118	16.325	121.240	41.044	61	6.085	-
Lit. Sul Catarinense	56	29.783	10.684	876	9.450	2.366	4.773	8.570	202.600	13.084	818	355	20
Col. do Sul Catarinense	31	47.723	51.544	323	450	7	3.432	12.350	25.770	37.633	-	45	-
Campos de Lages	166	700	-	13.880	-	4.640	6.862	799	3.600	33.734	5.358	5.220	27
Campos de Curitiba	4.437	7.103	-	8.980	375	1.064	24.813	968	3.560	95.238	61.417	8.205	2.889
Col. do Rio do Peixe	637	23.759	-	14.332	17.140	2.464	14.101	1.407	17.910	499.588	82.907	3.474	179
Col. do Oeste Catarinense	361	55.265	-	17.909	4.500	1.200	113.122	3.731	180.460	1.260.905	411.487	175	5.123
Planalto de Cascalheira	202	24.432	2.346	18.010	-	2.625	43.475	10.238	91.160	119.705	64.550	1.110	790

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1981).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 17

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

MUNICÍPIO	PRODUTO	(tonelada)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TCARTE
Col. de Joinville	-	66.807	112.837	2.318	144.150	-	461	640	41.806	10.934	-	2.651	-
Lit. de Itajaí	-	17.273	8.270	360	279.080	-	258	391	6.310	715	-	2.760	-
Col. de Blumenau	72	72.669	21.480	5.516	80.325	2.710	2.730	9.892	57.035	36.354	7	597	-
Col. de Itajaí Norte	-	1.458	1.207	720	-	337	3.241	8.968	53.600	15.107	336	-	-
Col. do Alto Itajaí	226	32.424	-	16.716	-	59.110	29.431	30.808	315.135	72.150	508	1.270	-
Florianópolis	39	8.287	13.371	7.247	220.645	877	1.090	724	51.177	4.658	-	5.736	-
Col. Serrana Catarinense	283	1.784	8.610	21.616	182.370	39.747	3.664	7.994	46.280	26.255	-	7.255	-
Lit. de Laguna	45	11.060	8.058	47	2.100	164	406	448	22.620	615	-	168	-
Carbonífera	144	22.561	20.392	26.826	23.040	1.393	9.269	20.450	114.114	45.724	44	5.372	-
Lit. Sul Catarinense	48	33.385	10.838	1.352	9.300	1.640	4.538	13.442	178.540	14.716	825	675	-
Col. do Sul Catarinense	48	55.860	51.544	735	6.950	235	3.600	17.085	18.720	28.785	-	45	-
Campos de Lages	116	156	-	11.990	-	1.255	5.979	1.583	-	30.442	5.358	5.230	-
Campos de Curitibaos	5.235	3.087	-	10.646	240	722	25.900	879	3.475	85.220	55.447	4.430	525
Col. do Rio do Peixe	1.030	9.227	-	13.606	16.350	2.486	18.762	2.242	18.053	423.072	56.344	1.720	260
Col. do Oeste Catarinense	188	21.476	-	17.165	59.000	1.500	165.386	5.418	150.270	1.229.829	353.457	120	7.039
Planalto de Canelinhas	431	16.564	2.244	24.052	-	1.569	46.250	11.162	63.562	118.186	62.326	1.808	796

FONTE: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1982).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 18

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

MUNICÍPIO	PRODUTO	(tonelada)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FEIJÃO	FUNO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TCARTE
Col. de Joinville	-	59.298	120.802	1.234	103.685	-	310	871	33.656	9.866	-	2.267	-
Litoral de Itajaí	-	18.020	8.381	-	266.925	-	224	646	4.858	663	-	2.300	-
Col. de Blumenau	89	71.868	23.137	1.305	66.850	1.740	1.402	10.489	44.713	30.120	-	697	-
Col. de Itajaí - Norte	-	2.086	272	1.509	-	450	1.322	7.942	43.400	7.821	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	209	42.448	-	7.963	-	66.460	13.274	23.773	231.522	38.247	151	540	-
Florianópolis	45	6.967	11.994	3.225	148.699	919	837	927	32.550	4.680	-	5.016	-
Col. Serrana Catarin.	331	2.517	7.191	15.934	136.893	45.568	2.882	8.780	28.620	20.754	-	6.155	-
Litoral de Laguna	26	6.980	8.058	93	4.080	94	356	997	29.562	661	-	89	-
Carbonífera	168	18.396	16.303	24.366	21.060	1.911	6.097	21.486	107.070	31.276	6	5.260	60
Lit. Sul Catarinense	53	27.302	9.146	548	7.600	1.650	2.368	14.150	159.167	7.301	1.273	950	48
Col. do Sul Catarin.	30	57.427	38.267	968	6.010	235	2.269	17.097	39.880	21.476	143	45	3
Campos de Lages	121	239	-	17.034	-	770	3.729	1.516	-	13.245	3.570	3.060	-
Campos de Curitibaos	6.114	5.291	-	6.618	240	670	21.873	1.626	2.980	43.336	58.922	4.986	1.951
Col. do Rio do Peixe	1.014	16.459	-	11.760	16.130	2.679	14.550	3.296	18.900	353.338	40.575	1.871	633
Col. do Oeste Catarin.	170	42.544	-	13.845	60.630	950	64.537	6.564	181.480	1.014.446	260.594	150	10.111
Planalto de Canelinhas	284	17.771	2.754	12.092	-	1.660	26.773	11.903	63.803	89.718	40.163	1.098	795

FONTE: IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1983)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 19

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MRH	PRODUTO	(tonelada)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA INGLESA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	74.268	134.878	565	98.145	-	454	567	36.620	9.613	-	1.675	-
Lit. de Itajaí	-	19.269	10.157	240	279.275	-	319	212	4.348	1.322	-	2.375	-
Col. de Blumenau	53	80.130	27.022	1.644	59.450	1.120	2.994	11.090	42.070	36.171	-	712	-
Col. de Itajaí	-	2.058	306	1.905	-	555	3.259	11.211	45.300	19.980	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	248	46.906	-	11.296	50	59.500	23.644	30.742	235.839	81.519	195	1.540	-
Florianópolis	39	9.118	14.076	4.263	272.555	975	1.266	724	38.229	5.155	-	14.952	-
Col. Serrana Catarinense	387	2.676	8.721	19.144	159.197	37.840	4.284	7.675	44.278	27.105	-	7.855	-
Lit. de Laguna	32	12.218	8.475	40	4.080	54	604	628	44.374	1.153	-	180	-
Carbonífera	113	25.500	20.715	27.659	21.660	1.526	11.098	21.632	116.330	44.577	14	6.345	24
Lit. Sul Catarinense	49	37.148	11.611	348	8.000	1.254	4.542	11.611	178.099	11.220	1.587	950	142
Col. do Sul Catarinense	31	75.450	56.542	1.315	5.950	255	4.458	19.136	21.250	43.706	162	90	61
Campos de Lages	657	662	-	21.120	-	1.465	6.007	2.411	250	43.495	4.410	2.195	4
Campos de Curitibaos	6.251	4.927	-	8.755	400	1.090	35.592	1.648	2.860	120.816	57.819	5.095	1.991
Col. do Rio do Peixe	1.159	13.405	-	18.027	16.215	2.942	23.161	3.325	16.785	534.560	72.891	2.900	463
Col. do Oeste Catarinense	403	35.945	-	22.766	51.510	900	148.194	12.860	215.039	1.245.241	388.661	40	6.820
Planalto de Canoinhas	302	13.377	2.652	22.286	-	1.640	40.563	16.178	48.697	119.576	53.030	1.365	376

FONTE: IBGE (Prod. Agrícola Municipal - 1984).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 20

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

MRH	PRODUTO	(tonelada)											
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE
Col. de Joinville	-	73.101	148.393	960	105.750	-	519	1.063	39.137	10.021	-	1.155	-
Litoral de Itajaí	-	20.540	10.260	120	311.175	40	387	528	5.288	1.303	-	830	-
Col. de Blumenau	63	60.394	27.897	1.250	67.275	2.450	3.204	11.634	55.120	32.373	-	490	-
Col. do Itajaí - Norte	-	2.102	306	1.841	-	690	2.981	12.426	28.795	18.666	-	-	-
Col. do Alto Itajaí	243	45.899	-	13.644	-	82.080	21.688	28.203	203.446	72.203	243	930	-
Florianópolis	18	11.673	15.725	3.523	287.105	1.665	1.180	895	43.604	4.438	-	14.952	-
Col. Serrana Catarin.	330	3.093	8.721	19.318	173.927	47.120	4.268	9.120	52.066	25.140	-	7.355	-
Lit. de Laguna	24	11.237	8.475	40	4.880	66	642	1.075	47.012	687	-	-	-
Carbonífera	108	29.636	24.081	26.977	21.710	1.435	10.636	27.521	129.652	39.152	-	5.445	5
Lit. Sul Catarinense	39	39.225	11.756	232	8.000	984	4.038	17.973	242.421	11.184	1.812	654	-
Col. Sul Catarinense	15	84.366	56.551	1.140	6.600	175	4.731	17.645	25.856	38.511	504	115	76
Campos de Lages	668	568	-	19.134	-	1.420	5.053	1.577	250	32.569	3.730	1.475	2
Campos de Curitibaos	5.815	3.962	-	7.551	260	1.035	25.831	1.722	1.150	97.191	55.917	2.850	682
Col. do Rio do Peixe	995	9.812	-	20.479	21.530	3.433	23.459	3.972	17.536	499.166	67.803	2.715	1.339
Col. do Oeste Catarin.	336	21.172	-	23.890	74.025	2.265	166.900	10.012	229.490	1.185.943	373.482	-	9.087
Planalto de Canoinhas	334	9.676	3.060	21.861	-	3.282	36.736	14.689	47.952	90.502	60.341	1.083	663

FONTE: IBGE/CCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 21

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86

MRH	PRODUTO	(tonelada)							
		ALHO	ARROZ	BANANA	BATATA	CANA DE AÇÚCAR	CEBOLA	FELIJO	FUMO
Col. de Joinville	-		66.048	156.434	180	103.350	-	557	1.267
Litoral de Itajaí	-		20.417	10.259	120	321.800	45	413	636
Col. de Blumenau	63		77.303	28.075	1.450	72.100	2.820	3.161	12.562
Col. de Itajaí Norte	-		1.857	306	2.160	-	751	4.113	9.979
Col. do Alto Itajaí	852		36.077	-	13.116	-	82.560	16.818	25.789
Florianópolis	18		11.158	16.456	4.633	298.240	1.831	938	1.078
Col. Serrana Catarin.	342		2.778	8.764	14.957	159.882	45.650	3.433	10.458
Lit. de Laguna	24		14.610	8.636	35	5.280	101	776	1.080
Carbonífera	131		32.156	26.061	25.688	34.935	1.114	12.693	25.846
Lit. Sul Catarinense	39		45.530	11.696	207	10.000	1.170	5.019	19.025
Col. Sul Catarinense	15		101.555	57.146	1.420	7.400	235	4.432	18.244
Campos de Lages	304		543	-	18.752	-	1.369	3.343	1.616
Campos de Curitiba	10.022		3.106	-	5.633	260	3.556	16.486	1.232
Col. do Rio do Peixe	1.182		8.917	-	13.184	22.479	3.244	12.602	3.943
Col. do Oeste Catarin.	284		19.088	-	16.402	103.000	2.312	82.988	10.285
Planalto de Canoíhas	345		9.756	3.060	14.881	-	1.668	13.160	13.913
ESTADO		13.021	450.899	326.893	132.828	1.138.726	148.426	180.932	156.953

(Contínua)

(Conclusão)

MRH	PRODUTO							
		MAÇÃ	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	UVA
Col. de Joinville	-		39.450	10.597	-	1.920	-	-
Lit. de Itajaí	-		5.952	1.318	-	770	-	-
Col. de Blumenau	-		61.000	31.815	-	1.530	-	259
Col. de Itajaí Norte	-		56.000	19.508	-	-	-	48
Col. do Alto Itajaí	597		215.729	46.372	270	1.850	-	1.818
Florianópolis	-		47.760	4.468	-	10.305	-	-
Col. Serrana Catarin.	87		54.855	24.405	-	6.191	-	938
Lit. de Laguna	-		53.348	648	-	-	-	-
Carbonífera	18		138.690	34.906	-	4.484	24	2.641
Lit. Sul Catarinense	-		254.850	11.797	1.455	90	-	-
Col. Sul Catarinense	-		31.350	40.214	270	25	4	322
Campos de Lages	43.560		250	26.897	2.129	1.110	116	336
Campos de Curitiba	25.630		1.092	84.253	47.178	3.550	5.315	1.447
Col. do Rio do Peixe	83.342		21.653	498.906	59.916	2.290	3.623	46.983
Col. do Oeste Catarin.	1.820		212.315	1.005.728	329.146	-	28.223	9.632
Planalto de Canoíhas	1.911		40.392	109.467	57.400	1.110	4.315	730
TOTAL		156.965	1.234.686	1.951.299	498.034	35.225	51.620	65.154

FONTE: Fundação IBGE-GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

LISTA DE GRÁFICOS

7. LISTA DE GRÁFICOS

	P.
MAÇÃ	
1. COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ E OS VOLUMES DO PRODUTO IMPORTADO - 1977 A 1986	147
2. OFERTA DE MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA NO ENTREPOSTO ATACADISTA DA CEAGESP/SP - 1982 A 1986	148
3. VOLUME DE MAÇÃ NACIONAL, IMPORTADA E TOTAL COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1979 A 1986	151
MILHO	
1. COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (US\$/t - 1ª ENTREGA) E PRODUÇÃO MUNDIAL (MILHÕES DE t) - 1982-86	184
SOJA	
1. COTAÇÕES NA BOLSA DE CHICAGO (US\$/t - 1ª ENTREGA) E PRODUÇÃO MUNDIAL (MILHÕES DE t) - 1982/86	197
BOVINOS DE CORTE	
1. SANTA CATARINA - PREÇOS REAIS DE SETEMBRO/86 DO BOI GORDO: MÉDIA SEMESTRAL NO PERÍODO DE 1975 A 1980 E DE 1981 A 1986. BRASIL - PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, MÉDIA SEMESTRAL NO PERÍODO DE 1975 A 1985 E DE 1981 A 1986	262
2. SANTA CATARINA - MARGENS BRUTAS COMPARANDO-SE O PREÇO RECEBIDO E O CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE EM UMA PROPRIEDADE COM MÉDIA TECNOLOGIA - 1981 A 1985	264
SUÍNOS	
1. SANTA CATARINA - PREÇOS REAIS DE SET/86 RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES CATARINENSES E PRODUÇÃO ESTADUAL DE CARNE SUÍNA EM EQUIVALENTES CARCAÇAS - 1980 A 1986. BRASIL - PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE SUÍNA EM EQUIVALENTES CARCAÇAS - 1980 A 1986	337
2. MARGENS BRUTAS COMPARANDO-SE O PREÇO RECEBIDO E O CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM UMA PROPRIEDADE COM BAIXA TECNOLOGIA - 1982-1986	339

LISTA DE MAPAS

8. LISTA DE MAPAS

	p.
ALHO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	39
ARROZ	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	58
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	59
BANANA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986	65
BATATA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA 1 ^a SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	86
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA 2 ^a SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	87
CANA-DE-AÇÚCAR	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86	91
CEBOLA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	113
FEIJÃO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1 ^a SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	126
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2 ^a SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA - 1985/86	126
	381

FUMO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 136

MAÇÃ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 156

MANDIOCA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 164

MILHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 185

SOJA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 200

TOMATE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985-86 211

TRIGO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 218

AVICULTURA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM SANTA CATARINA - 1985 250

BOVINOS DE CORTE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO BOVINO EM SANTA CATARINA - 1980 E 1985 253

SUINOCULTURA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM SANTA CATARINA - 1980 E 1985 327

LISTA DE TABELAS

9. LISTA DE TABELAS

	P.
POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1986	
1. PERDAS DA AGROPECUÁRIA CALCULADAS EM 20 DE JANEIRO DE 1986	23
2. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87	24
3. LIMITE DE FINANCIAMENTO DE CUSTEIO EM RELAÇÃO AOS VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SEGUNDO O TAMANHO DO PRODUTOR, PARA A SAFRA DE 1986/87	25
4. PREÇOS-BASE E PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA DE 1985/86 E PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA DE 1986/87	25
5. ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA NA SAFRA 1985/86 E ESTIMATIVA EM 31.12.86 PARA A SAFRA 1986/87 DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA	26
ALHO	
1. DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NO BRASIL - 1980/81 A 1985/86	30
2. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1986/87	31
3. VOLUME DE IMPORTAÇÕES - ALADI E OUTROS PAÍSES	33
4. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1986/87	35
5. EVOLUÇÃO DO ESCOAMENTO EM SANTA CATARINA PARA O MERCADO NACIONAL, PERÍODO DE 1979 A 1987	38
6. VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1986	38
ARROZ	
1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SC - SAFRA 1985/86	40
2. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1985/86	41

3. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES EM 1984	42
4. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ - SAFRA 1985/86	44
5. OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS	47
6. PREÇOS MÉDIOS MENSAIS OBTIDOS PELO ARROZ EM CASCA E BENEFICIADO NO ESTADO - 1986	53

BANANA

1. PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAL A NÍVEL DE REGIÃO, E QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1982/84 ..	61
2. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1982-84	61
3. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1982/84	62
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - 1976/87	62
5. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO E ESTADO NO TOTAL DA ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO BRASILEIRA - 1985/86	63
6. IMPORTAÇÃO MUNDIAL E CONSUMO "PER CAPITA" - 1980/84 .	66
7. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 1934/39 - 1951/55 - 1960/61 - 1962 E 1979 A 1984	67
8. VOLUME MENSAL COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1984/86 ..	70
9. PREÇOS MÉDIOS A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC - 1984/1986	71
10. PREÇOS MÉDIOS, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC - 1984/86	71

BATATA

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA NO BRASIL, SAFRAS 1974/75 A 1984/85	74
2. PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982/84	76
3. PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1985/86	78
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86	79
5. PRODUÇÃO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SAFRAS 1984/85 E 1985/86	80

6. VOLUME COMERCIALIZADO NA CEASA/SC EM 1986 E PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS EM 1985 E 1986	83
---	----

CANA-DE-AÇÚCAR

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1982/84	89
2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL DA CULTURA - 1985/86	89
3. PRODUÇÃO CATARINENSE, POR MRH - SAFRAS 1984/85 - 1985/86	90
4. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA - BRASIL E SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 - 1985/86	93
5. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES (EQUIVALENTE BRUTO - TOTAL) 1982-84	95

CEBOLA

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1984	100
2. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS 1978/79 A 1985/86	101
3. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA CULTURA - BRASIL - SAFRA 1985/86	102
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1978/79 A 1985/86 E PREVISÃO PARA 1986/87.....	103
5. COMPORTAMENTO HISTÓRICO DO MERCADO BRASILEIRO - 1970-84	104
6. COMPORTAMENTO DOS PREÇOS EM SANTA CATARINA NA SAFRA 1985/86	107
7. BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA COM BASE NA EXPECTATIVA DE PRODUÇÃO - SAFRA 1985/86	111
8. DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DA CULTURA EM SC - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	112

FEIJÃO

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1982-84	115
2. ÁREA E PRODUÇÃO (1ª e 2ª Safras), BRASIL, POR REGIÃO - SAFRAS 1984/85 E 1985/86	116

3. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1986/87	118
4. PRODUÇÃO CATARINENSE DE FEIJÃO, POR MICRORREGIÃO - SAFRA 1985/86	119
5. PREÇO MENSAL A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE E NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1986	125

FUMO

1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS MUNDIAIS - 1982-1984	129
2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS NACIONAIS - 1984/85 E 1985/86	130
3. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86	131
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - SANTA CATARINA - SAFRAS 84/85 E 85/86	132
5. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO EM FOLHA - 1982-84 ..	133
6. EXPORTAÇÕES CATARINENSES - 1982-85	133
7. CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978 A 1985	134

MAÇÃ

1. PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-84	139
2. CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1976/77 A 1985/86	140
3. PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1985/86	141
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, SAFRA DE 1976/77 A 1985/86	142
5. DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS A FRIO CONFORME OS ESTADOS PRODUTORES, SAFRA 1985/86	144
6. DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO PRODUTORA, SAFRA 1985/86 ...	145
7. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS DE 1977-86	146
8. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO NO BRASIL, SAFRA 1986/87	153

9. ESTRATIFICAÇÃO DOS POMARES CATARINENSES EM RELAÇÃO À IDADE DAS PLANTAS, 1970 A 1986	154
10. ESCALONAMENTO PREVISTO PARA A COLHEITA - SAFRA 1986/87	157

MANDIOCA

1. DESTINO DA COLHEITA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980	159
2. ÁREA E PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980 - 1984	160
3. ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86	161
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1985/86	162
5. ÁREA CULTIVADA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1986/87	162
6. DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86	163
7. COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS DA FARINHA, FÉCULA E RAIZ - SAFRAS 1982/83 A 1984/85	166
8. CONSUMO PER CAPITA E SEUS DERIVADOS POR LOCAL DE CONSUMO - 1974/75	167
9. CONSUMO PER CAPITA E DERIVADOS NAS ÁREAS RURAL E URBANA DA REGIÃO SUL DO BRASIL - 1974/75	167

MILHO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRA DE 1984/85 A 1986/87	171
2. PRODUÇÃO NO BRASIL, POR REGIÕES - SAFRA DE 1981/82 A 1985/86	172
3. PRODUÇÃO NOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS DE 1981/82 A 1985/86	173
4. SÉRIE REAJUSTADA DA EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1986/87	174
5. PRODUÇÃO CATARINENSE - POR MICRORREGIÃO - SAFRAS 1984/85 E 1985/86	175
6. ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E MUNDIAL	179
7. BALANÇO DE OFERTA/DEMANDA - BRASIL	180

8. ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES	181
9. PREÇOS MENSAIS, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO	183

SOJA

1. PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS DE 1984/85 A 1986/87	187
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO - SAFRAS DE 1980/81 A 1985/86	188
3. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRA DE 1972/73 A 1985/86	188
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1986/87	189
5. PRODUÇÃO CATARINENSE - POR MICRORREGIÃO - SAFRAS 1984/85 E 1985/86	190
6. OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS - TEMPO RADAS COMERCIAIS DE 1985/86 E 1986/87	194
7. COMPLEXO SOJA - OFERTA/DEMANDA NO BRASIL	195
8. COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO 1986 (1ª entrega sem prêmio)	199
9. COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - MERCADO NACIONAL 1986	199

TOMATE

1. SITUAÇÃO MUNDIAL DA CULTURA - 1981 A 1984	202
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA - SAFRA 1985/86	203
3. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86	204
4. ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MRH - SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86	205
5. VOLUME COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM 1986 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO OBTIDOS - 1985/1986	207

TRIGO

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1984	214
--	-----

2. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES EM EQUIVALENTE (TRIGO + FARINHA) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1984	214
3. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRA 1985/86 E 1986/87	216
4. EVOLUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1977/78 A 1986/87	216
5. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO - SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 E 1985/86	217
6. MÉDIA MENSAL DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO, PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1985 E 1986	219
7. ADQUIRIDO PELO CTRIN - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	220
8. PREÇO RECEBIDO PELOS AGRICULTORES, NO PERÍODO ABRIL/DEZEMBRO - 1985/86	221

UVA

1. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA EM DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SAFRA 1983/84	223
2. EVOLUÇÃO DA CULTURA, SEGUNDO A ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SAFRAS 1977/78 - 1986/87	224
3. COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO SEGUNDO O DESTINO DA PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	226
4. COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO, SEGUNDO A TECNOLOGIA APLICADA E GRUPOS DE ÁREA DA COLHEITA DO PRODUTO	227
5. PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA - 1978 A 1986	228

PRODUÇÃO FLORESTAL

1. PRODUÇÃO FLORESTAL POR CONTINENTE E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES	232
2. PRODUÇÃO CATARINENSE DE MADEIRA E DERIVADOS - 1986 ..	233
3. EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS BRASILEIROS	234

AVICULTURA

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE - 1980 A 1986 .	241
--	-----

2. ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL, DE CARNE DE FRANGO ..	242
3. ABATE TOTAL, (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986	243
4. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986	244
5. VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE, BRASIL E SANTA CATARINA - 1980 A 1986	244
6. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNES, BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1986	245
7. RELAÇÃO, PREÇO NOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS E PREÇO DO MILHO - 1983 A 1986	248
8. PREÇOS EM TRÊS NÍVEIS DE MERCADO - SANTA CATARINA-1986	248
 BOVINOS DE CORTE	
1. EXISTENTES NAS GRANDES REGIÕES - 1970-1975 E 1980 ...	252
2. REBANHO E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE EM SANTA CATARINA - 1970, 1975, 1980 E 1985	254
3. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE E VITELA - 1980 A 1986	256
4. PRODUÇÃO DE CARNE NO BRASIL E SANTA CATARINA	257
5. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986	257
6. ABATE TOTAL (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) - SANTA CATARINA - 1981 A 1986	258
7. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1986	259
8. PREÇOS RECEBIDOS PELOS CRIADORES E CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO PARA UMA PROPRIEDADE DE MÉDIA TECNOLOGIA EM SANTA CATARINA - 1981 A 1986	263
 BOVINOS DE LEITE	
1. MAIORES PAÍSES PRODUTORES DO MUNDO - 1984	268
2. PRODUÇÃO MUNDIAL - 1980 A 1984	268
3. PRODUÇÃO NACIONAL - 1980 A 1984	269
4. PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1982/84	269

5. PRODUÇÃO ESTADUAL - 1980 A 1985	270
6. NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO POR MRH DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984	271
7. CONSUMO ESTIMADO, PER CAPITA/ANO, SOB TODAS AS FORMAS, POR REGIÃO E CLASSE DE DESPESA	274
8. PRODUÇÃO LEITEIRA, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO-BRASIL- 1980 A 1984	274
9. PRODUÇÃO TOTAL, PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO, POPULAÇÃO CATARINENSE E DISPONIBILIDADE POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA - 1980 A 1985	275
10. PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO E RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA 1976 A 1986	276
11. RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA 1984/85	277
 MEL DE ABELHA	
1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MEL DE ABELHA - 1980/84	281
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL E NÚMERO DE COLMÉIAS - 1975-87	282
3. PRODUÇÃO NACIONAL DE MEL E CERA DE ABELHA - 1980-84 .	283
4. PRODUÇÃO CATARINENSE DE MEL DE ABELHA - 1980-87	284
5. PRODUÇÃO CATARINENSE DE MEL INSPECIONADO - 1985/86 ..	285
6. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE MEL NATURAL - 1980-84	287
7. PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1980-84	288
8. EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1985 E 1º SEMESTRE DE 1986	289
9. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1985 E 1º SEMESTRE DE 1986	290
10. CONSUMO CATARINENSE DE MEL DE ABELHA, CERA E COMPOSTOS, SOB INSPEÇÃO, 1985 E 1º SEMESTRE DE 1986	293
11. COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MEL INSPECIONADO - SANTA CATARINA - 1985	293
12. COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MEL INSPECIONADO, SANTA CATARINA - JANEIRO A OUTUBRO/86	294
	393

PESCADO

1. CAPTURA MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1979-81 - 1982 E 1983	298
2. COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, 1979-81, 1982 E 1983	299
3. PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE FARINHA DE PEIXE, 1979-81, 1982 E 1983	300
4. DESEMBARQUE DE PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1981-84	301
5. PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA, 1980-84	302
6. PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1980-84	302
7. VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980-84	303
8. VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1981-84.	304
9. VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980-84	305
10. EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE DESTINO - 1985	306
11. EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE DESTINO - 1º SEMESTRE DE 1986	307
12. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE ORIGEM - 1985	308
13. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA, POR ESPÉCIES E PAÍSES DE ORIGEM - 1º SEMESTRE DE 1986	309
14. EXPORTAÇÃO CATARINENSE PARA O MERCADO INTERNACIONAL - 1981-86	310
15. DESEMBARQUE CONTROLADO EM SANTA CATARINA - 1981-86 ..	311
16. EVOLUÇÃO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - JAN-JUL/86	311

17. EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - JAN-JUL/86 (1986-1985)	312
18. VOLUME E VALOR DO DESEMBARQUE CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA - 1986	314
19. PRODUÇÃO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1981-86 ...	314
20. VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1985 E 1986	315
21. VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1985 E 1986	315
22. DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA - QUANTIDADE (EM TONELADAS) - 1985 ...	316
23. DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO POR MUNICÍPIOS EM SANTA CATARINA - VALOR (Cz\$ 1.000) - 1985	317
24. MERCADO ESTADUAL DE PESCADO - 1981-86	320
25. PRINCIPAIS ESTADOS IMPORTADORES - 1986	320
26. EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1981/86	322
27. VOLUME MENSAL COMERCIALIZADO ATRAVÉS DA COOPERBELO - 1986	322

SUINOCULTURA

1. REBANHO NAS DIFERENTES REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL - 1960 A 1980	325
2. ÍNDICE DOS DADOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986	326
3. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE - 1980 A 1986 .	328
4. REBANHO, ABATE, TAXAS DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARÇAÇA NO BRASIL - 1980 A 1986	329
5. ABATE, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA - 1980 A 1986	330
6. ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1980 A 1986	331
7. ABATE TOTAL (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) - SANTA CATARINA - 1981 A 1986	331
8. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE - 1982 A 1986	332

9. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE EM EQUIVALENTES CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1986	334
10. RELAÇÃO DE PREÇOS MENSAIS DO MILHO/PREÇO DO SUÍNO PRACTICADO NA REGIÃO SUL - 1983 A 1986	336
11. PREÇOS RECEBIDOS PELOS CRIADORES E CUSTO DA PRODUÇÃO ESTIMADO PARA UMA PROPRIEDADE COM BAIXA TECNOLOGIA EM SANTA CATARINA - 1982 A 1986	338

ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA

1. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - 1986	345
2. COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE SAFRAS 1984/85 E 1985/86. VÁRIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPARATIVO ENTRE ESTAS DUAS SAFRAS	348

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82	363
2. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83	363
3. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84	364
4. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85	364
5. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86	365
6. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980	365
7. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80	366
8. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81	366

9. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82	367
10. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83	367
11. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84	368
12. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85	368
13. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86	369
14. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O CENSO DE 1980	369
15. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80	370
16. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81	370
17. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82	371
18. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83	371
19. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84	372
20. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85	372
21. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1985/86	373

BIBLIOGRAFIA

10. BIBLIOGRAFIA

- ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC. 1986, 8 (2-12).
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1984.
- _____. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO SUDEPE. Florianópolis, SUDEPE, 1984.
- _____. Florianópolis, SUDEPE, 1985.
- ANUÁRIO FAO DE COMÉRCIO. Roma, FAO, 1985.
- ANUÁRIO FAO DE PRODUCCIÓN. Roma, FAO, 1985.
- APICULTURA NO BRASIL. 1986, 3(14).
- CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV. 1985, 39(12).
- _____. Rio de Janeiro, FGV, 1986, 40(12).
- _____; retrospectiva nova base. Rio de Janeiro, FGV, 1979, 33(11).
- CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC. 1986, 7(1-6).
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, 1986, (set, out, nov, dez).
- PROFIT. Florianópolis, ACARESC, 1986.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1986.

SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS - 1984/85. Roma, FAO, 1985.